

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO**

**ADRIANA PICHECO ROLIM**

**CONSTRUÇÃO DO INIMIGO INTERNO:  
circulação de imagens e informação como metodologia repressiva no Brasil  
entre os anos de 1968 e 1975**

**São Leopoldo  
2018**

ADRIANA PICHECO ROLIM

**CONSTRUÇÃO DO INIMIGO INTERNO:  
circulação de imagens e informação como metodologia repressiva no Brasil  
entre os anos de 1968 e 1975**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez

São Leopoldo  
2018

R748c

Rolim, Adriana Picheco

Construção do inimigo interno : circulação de imagens e informação como metodologia repressiva no Brasil entre os anos de 1968 e 1975 / por Adriana Picheco Rolim. – 2018.

230 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2018.

“Orientador: Dr. Hernán Ramiro Ramírez”.

1. Ditadura – Brasil. 2. Inimigo interno. 3. Cartazes. 4. Imprensa.  
I. Título.

CDU: 981.088

ADRIANA PICHECO ROLIM

**CONSTRUÇÃO DO INIMIGO INTERNO:  
circulação de imagens e informação como metodologia repressiva no Brasil  
entre os anos de 1968 e 1975**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em (04) (06) (2018)

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Rangel Joffily- UDESC

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Caroline Silveira Bauer-UFRGS

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marluza Marques Harres-UNISINOS

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Hernán Ramíro Ramírez (Orientador)-UNISINOS

---

Componente da Banca Examinadora – Instituição a que pertence

## AGRADECIMENTOS

Ao longo de muitos anos, o tema “Ditadura Militar” permeou a minha curiosidade. Vivenciando as muitas denúncias de tortura, a partir de movimentos de redemocratização, da volta dos exilados políticos e do desvelo das ações repressivas, foi através da leitura nos periódicos à época e do compêndio Brasil Nunca Mais, que se iniciaram os questionamentos referentes a temática. Este trabalho resultou de anos de pesquisa e da busca por informação relacionadas ao período, por indícios que trouxessem respostas às inúmeras perguntas formuladas, acerca dos mecanismos do regime repressor. No limiar dos anos 1980, as denúncias de tortura tomaram forma, ainda que inicialmente, estas se avolumaram com o passar dos anos e, hoje, expõem uma miríade de pessoas, grupos, órgãos públicos e setores da sociedade, entre outros, atingidos por esta forma de imposição governamental. Se a curiosidade era, a princípio, por aqueles que passaram nos horrores dos porões da ditadura, depois de um tempo, passou a ser sobre a instituição e estruturação deste aparato, e de que forma como o Estado praticou ações “legitimadas”, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional.

Meus agradecimentos vão a muitas pessoas, a minha família, meus amigos, meus colegas, professores, entre outros. De início agradeço ao programa de pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos por ter me acolhido, proporcionando-me o convívio e o usufruto das suas unidades. Agradeço, também os professores, cujas disciplinas me foram de grande utilidade, em especial ao Prof. Dr. Luís Fernando Medeiros que possibilitou o “desmanche” e a organização do conteúdo dos meus cartazes. Às meninas da secretaria do PPG em História, em especial a Saionara Brazil.

Agradeço ao meu orientador Hernán Ramiro Ramírez, que sem ao menos me conhecer, acreditou na proposta deste trabalho. Agradeço, igualmente, pela indicação das leituras relacionadas, dos vídeos dos IPES, dos textos em espanhol, possibilitando uma familiaridade maior com o idioma; enfim sou grata pela sua orientação.

Agradeço aos meus colegas do curso de mestrado, ao Júlio pelas horas de debate, pelo incentivo quanto à importância da temática escolhida e pelo compartilhamento das leituras. Às “Carolinas” Rippe, pela parceria nos encontros de

história, a Poletto, a Giane Flores, sempre pronta a ajudar, ao Carlos Otoniel por partilhar o estudo de um tema “fora de moda”; à política, ao Vinícius Almeida, que durante a escrita desta dissertação, na escolha das palavras certas, a sua lembrança vinha me “assombrar” quando deparava-me com a repetição delas, além do necessário e também, por digitalizar textos indicados para as leituras nas disciplinas cursadas, facilitando a vida de todos; ao Thiago Arcanjo pelo incentivo em não deixar de lado a nossa “judia predileta”; ao Fúlvio pelos debates em relação à análise do meu tema; aos colegas Liane, Mateus, Priscila, Lidiane, Estela, Felipe, Marcelo e todos os demais com os quais pude de forma direta ou indireta trocar dúvidas, experiências, textos, etc.

Agradeço aos amigos de fora do mestrado, que de muitas maneiras me ajudaram, em especial a Daniela Gonzalez, ao Vanderlei Neri e Bernard Prietto, pela leitura, pelos conselhos e pelas “luzes” em momentos tão necessários; e aos meus “colaboradores” Carla Cristina Picheco Cidade e Lúcio dos Santos pela contribuição na análise de algumas fontes utilizadas para este estudo.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio, compreensão e principalmente pelas ausências em função deste trabalho, em especial ao meu marido Lúcio e ao meu filho Jan, que vivenciaram as descobertas, as alegrias, os desesperos, as inseguranças e tudo mais que envolveram todos os dias de pesquisa e de escrita deste trabalho.

RAPAZES, ACHEI  
O INIMIGO:  
O INIMIGO  
SOMOS NÓS...



## RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar a construção da imagem do inimigo interno através de alguns exemplares de cartazes impressos produzidos pelos órgãos de informação e segurança, compostos de slogans e imagens relacionados a indivíduos considerados “terroristas”, destinados a exposição pública em um período que compreende os anos de 1968 e 1975, no contexto da Doutrina de Segurança Nacional, DSN. Os chamados “cartazes de terroristas procurados” foram propostos dentro de uma normativa de caça e combate ao elemento dito “subversivo”. Inicialmente, foram difundidos com o intuito do conhecimento e da delação do inimigo interno, o que os coloca dentro de uma prática metodológica e repressiva, cuja repercussão no âmbito social envolveu a população não somente para a vigília e a delação, como para inserir o medo e a insegurança no tecido social. Um conjunto de reproduções destes cartazes, chamados de “coleções”, somados a documentos produzidos pelos órgãos de informação e segurança, pelo DEOPS e pelos periódicos da época, como a revista *Veja*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, possibilitaram o cruzamento destas fontes, a fim de proceder com as devidas inferências resultantes nesta dissertação. Dividida em quatro capítulos, esta dissertação parte da introdução sobre a temática e seus entornos, no capítulo seguinte discorre sobre o serviço de informações e sua extensa rede de comunicação, depois sobre a análise de conteúdo das coleções compostas de exemplares de cartazes, segundo a sua composição e apresentação e por fim, no último capítulo, um estudo sobre as efemérides nos periódicos supracitados e suas relações com os cartazes e as versões oficiais atribuídas às mortes dos “terroristas”, advindas dos órgãos de segurança e informação e divulgadas pela imprensa, selecionadas conforme o protagonismo destes indivíduos em ambas as situações. A produção e difusão destas coleções de cartazes configurou-se como uma propaganda do regime, disposto a construir a imagem do inimigo interno, a fim de apresentá-lo à sociedade como uma ameaça à nação. Esta prática repressiva embasou-se nos princípios da Lei de Segurança Nacional e da DSN, advindo de um governo autoritário que se instituiu como legítimo, caracterizando-se como um método de coação e repressão dentre outros já conhecidos.

**Palavras-chave:** Ditadura. Brasil. Inimigo interno. Cartazes. Imprensa.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the building of the inside enemy image through some printed posters copies produced by security and information public agencies, composed of images and slogans related to people considered “terrorists”, used to public exposure in the years of 1968 and 1975, during the Brazil national security Civil-Military Dictatorship’s period, in the National Security’s Doctrine. These posters, called “wanted terrorist posters” were proposed considering a hunt and fight regulation towards a so-called “subversive” element. Initially, these posters were publicized in order to identify, recognize and report the inside enemy, defining them as a repressive and methodic praxis, whose repercussion in the social context drew in the population not only to a watching and denouncing’s process, as well as would infuse fear and insecurity in the social fabric. A set of copies of these posters, called “collections”, added to documents made by security and information public agencies, as well as other ones produced by DEOPS and some newspapers from that period, like *Veja*, *Folha de São Paulo*, and *O Estado de São Paulo*, made possible a proper sources crossing, in order to achieve the adequate inferences resulting from this dissertation. Divided into four chapters, this dissertation starts from the introduction about the theme and its specifications, going to the next chapter where is discussed the information service and its large network, then the posters copies’ collections content analysis according to its composition, and finally in the last chapter a study about the main facts in the aforementioned newspapers, their relations with the posters and the official versions allegedly attributed to “terrorists”, selected according to the protagonism of these individuals in those posters and the “official versions of suicide and gunfight”, bore from security and information public agencies, publicized by the press. The diffusion and production of these posters collections proved to be an advertisement made by the dictatorship’s regime which was willing to build an inside enemy’s image whose projection was used to introduce to the society the nation’s enemy face. This repressive práxis based itself on the national security law principles’ and DSN ones, produced in an authoritarian government which placed itself as a legitimate one, displaying itself as a coercion and repressive method, among others already known.

**Key-words:** Dictatorship. Brazil. Inside enemy. Posters. Press.

## LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1 – Reprodução do cartaz 1A</u> .....	114
<u>Figura 2 – Reprodução do cartaz 2A</u> .....	115
<u>Figura 3 – Reprodução do cartaz 3A</u> .....	120
<u>Figura 4 – Reprodução do cartaz 4A</u> .....	121
<u>Figura 5 – Exposição dos cartazes no âmbito público</u> .....	127
<u>Figura 6 – Reprodução do cartaz 1B</u> .....	128
<u>Figura 7 – Reprodução do cartaz 2B</u> .....	129
<u>Figura 8 – Reprodução do cartaz 3B</u> .....	130
<u>Figura 9 – Reprodução do cartaz 4B</u> .....	131
<u>Figura 10 – Reprodução do cartaz 5B</u> .....	133
<u>Figura 11 – Reprodução do cartaz 6B</u> .....	134
<u>Figura 12 – Reprodução do cartaz 1C</u> .....	140
<u>Figura 13 – Reprodução do cartaz 2C</u> .....	140
<u>Figura 14 – Reprodução do cartaz 1D</u> .....	143
<u>Figura 15 – Reprodução do cartaz 2D</u> .....	145

## LISTA DE TABELAS

<u>Tabela 1 – Informações contidas nos cartazes 1A e 2A</u> .....	119
<u>Tabela 2 - Informações contidas nos cartazes 3A e 4A</u> .....	123-124
<u>Tabela 3 - Informações contidas nos cartazes 1B e 2B</u> .....	129-130
<u>Tabela 4 - Informações contidas nos cartazes 3B e 4B</u> .....	131 -132
<u>Tabela 5 - Informações contidas nos cartazes 5B e 6B</u> .....	134-135
<u>Tabela 6 - Informações contidas nos cartazes 1C e 2C</u> .....	141
<u>Tabela 7 - Informações contidas nos cartazes 1D e 2D</u> .....	146-147
<u>Tabela 8 – Militantes com versões oficiais no ano de 1969</u> .....	184
<u>Tabela 9 - Militantes com versões oficiais no ano de 1970</u> .....	184-185
<u>Tabela 10 - Militantes com versões oficiais no ano de 1971</u> .....	185-186
<u>Tabela 11 - Militantes com versões oficiais no ano de 1972</u> .....	187-188
<u>Tabela 12 - Militantes com versões oficiais no ano de 1973</u> .....	189-190
<u>Tabela 13 - Militantes com versões oficiais no ano de 1974</u> .....	190

## LISTA DE SIGLAS

AI-1	Ato Institucional ° 1
AI-5	Ato Institucional ° 5
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CFMPD	Comissão de Familiares de Mortos de Desaparecidos Políticos
CIOP	Centro Integrado de Operação Política
CISA	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CORRENTE	Corrente Revolucionária de Minas Gerais
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI	Destacamento de Operações de Informações
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações- Cennntro de Operações de Defesa interna
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOPS	Departamanto de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EB	Exército Brasileiro
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
GLC	Grupo de Levantamento da Conjuntura
GTA	Grupo Tático Armado
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
JK	Juscelino Kubitschek
LSN	Lei de Segurança Nacional
MOLIPO	Movimento de Libertação Polpular
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
OBAN	Operação Bandeirantes

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PORT	Partido Operário Revolucionário Trotskista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REDE	Resistência Democrática
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SNI	Serviço Nacional de Informações
UEE	União Estadual de Estudantes
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNE	União Nacional de Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b><u>1 INTRODUÇÃO</u></b> .....	14
<b><u>2 CONSTRUINDO O INIMIGO “TERRORISTA” A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.</u></b> .....	43
<u>2.1 Da LSN a DSN, o inimigo previsto pela lei</u> .....	50
<u>2.2 O inimigo, a informação e os álbuns de terroristas e subversivos</u> .....	60
<b><u>2.2.1 Os álbuns de “terroristas e subversivos” e a sua divisão por volumes: o inimigo esquadrinhado</u></b> .....	69
<b><u>2.2.2 Fotografias, históricos e fichas de qualificação referente ao inimigo</u></b> .....	76
<u>2.3 Outras informações sobre o monitoramento no exterior e a circulação interna de informações</u> .....	90
<b><u>3 A IMAGEM DO INIMIGO INTERNO: UMA ANÁLISE DOS CARTAZES DE TERRORISTAS E PROCURADOS</u></b> .....	98
<u>3.1 A coleção A: a primeira seriação de exemplares dos cartazes</u> .....	108
<u>3.2 A coleção B: os “novos cartazes”</u> .....	126
<u>3.3. Coleção C e D, uma análise sobre os demais exemplares</u> .....	138
<b><u>4 O INIMIGO INTERNO, AS VERSÕES OFICIAIS E OS PERIÓDICOS: A CONTRIBUIÇÃO DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO INIMIGO “TERRORISTA”</u></b> .....	150
<u>4.1 A legitimação do inimigo: algumas versões oficiais de tiroteio</u> .....	157
<b><u>4.1.1 Suicídios e outras versões oficiais</u></b> .....	177
<u>4.2 Um balanço sobre “tiroteios” e “suicídios”</u> .....	182
<u>4.3 Os cartazes, as efemérides e o “terrorismo”</u> .....	191
<u>4.4 Os cartazes e a divulgação midiática nos periódicos</u> .....	197
<b><u>4.4.1 Os periódicos: a irradiação do terror</u></b> .....	202
<b><u>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b> .....	208
<b><u>REFERÊNCIAS</u></b> .....	217

## 1 INTRODUÇÃO

Ao encarar determinados fatos do passado, o historiador se depara com infinitas possibilidades e ao buscar ressignificá-las, ele estabelece um diálogo orientado por um olhar bastante particular. Uma miríade de interpretações é sugerida frente a lacunas suscetíveis de investigação, diante de métodos e metodologias, teorias e teóricos. Este olhar estabelece uma costura imaginária entre o objeto da pesquisa, os questionamentos, os fatos, as evidências e as fontes, permitindo um suporte necessário, a fim de embasar as inferências resultantes. Eric Hobsbawm (2013, p. 317) dizia que: “todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo”. Pensando nas palavras dele, este trabalho intuiu-se por uma escolha a partir de um “poleiro particular” e resultou de indagações em um “tempo de vida”. Partindo da premissa de que o posicionamento do historiador se encontra no campo da neutralidade, mesmo assim, isto não o destituiu de uma preferência por determinada temática, oriunda de questionamentos que permeiam a curiosidade, ou seja, aquela sondagem do mundo, mas buscando estabelecer um novo olhar, um novo ângulo para reconstruir o seu próprio tempo e preencher as lacunas abertas do passado.

A direção aqui, visibiliza o contexto da ditadura civil-militar no Brasil entre 1968 e 1975, mais precisamente, relacionada aos métodos de repressão estruturados e institucionalizados pelo regime autoritário frente ao combate à “subversão” e ao “terrorismo”. Tais métodos se encontram intrinsecamente ligados aos pressupostos ideológicos da Doutrina de Segurança Nacional, a DSN, em que: “regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e a favor do desenvolvimento econômico, declaram guerra anti-subversiva a todos os que não concordam com a visão autoritária da organização da nova sociedade”. (COMBLIN, 1978, p. 16). Nesta conjuntura, uma rede de métodos outorgou poderes a grupos e prioridades sobre a vida da população, mas principalmente sobre a vida de indivíduos definidos como “subversivos”, ou seja, aqueles que ameaçam uma certa ordem, já instituída, ou, “a ação violenta dos movimentos clandestinos: guerrilhas, terrorismo”. (COMBLIN, 1978, p. 85).

O propósito deste estudo busca evidenciar a produção e difusão de uma série de cartazes concebidos pelos órgãos de segurança e informação, como uma propaganda de adesão ideológica e regulatória do meio social, com o intuito de contribuir para a

construção dos fatos relacionados ao período. A produção e irradiação de uma série de cartazes de “terroristas procurados”, como propaganda impressa, são compostos por reproduções de imagens fotográficas<sup>1</sup>, complementadas por slogans de aviso e de colaboração, referentes a elementos denominados como “subversivos”. Estes foram produzidos para serem afixados em locais públicos de grande circulação de pessoas, cujo destino privilegiava o conhecimento, o reconhecimento e a delação por parte da população. O uso de impressos com apelo visual e complementado com textos curtos, do tipo *slogan*, nos faz entender que:

O registro visual possui a competência de merecer prioridade na atenção da leitura. Um slogan em destaque no anúncio, desenhado em tipos gráficos de grosso calibre pode, pelo destaque visual (imagem gráfica), trazer para si a prioridade da leitura, antes mesmo que a ilustração seja percebida. Nesses casos, é possível que a mensagem ali contida, por ser a primeira a ser recebida, venha a condicionar o entendimento de toda a peça, guiando e direcionando a interpretação. Mas independentemente dessa possibilidade de antecedência na percepção, o texto escrito, tal como a imagem, pode ser polissêmico: pode conotar, despertando relações simbólicas que se configuram em imagens. (IASBECK, 2002, p. 44).

A propaganda dos militares, em relação a aspirações patrióticas, baseou-se em educar a população para aquilo que eles chamavam de “valores morais”. Segundo Fico (1997, p. 95): “falava-se em ‘mobilizar a juventude’; em ‘fortalecer o caráter nacional’; em estimular o ‘amor à pátria’, a ‘coesão familiar’, a ‘dedicação ao trabalho’, a ‘confiança no governo’ e a ‘vontade de participação’”. Esta era uma propaganda pedagógica e colaboracionista, por assim dizer, de como a população em geral deveria portar-se. Era preciso com isso, demonstrar ao cidadão que o regime tinha a preocupação em manter a ordem e o progresso da nação, através da colaboração deste. O uso de cartazes foi uma forma de propaganda mais incisiva para o meio social: tinha um caráter coercivo, pois trabalhava com certo teor de medo e adesão. Expor o rosto dos “terroristas” para a população, possibilitou demonstrar que algo ameaçava a vida do cidadão, o que veio ao encontro da propaganda de coesão aos “valores morais” construídos, apropriados para a construção de um futuro país desenvolvido e democrático, livre do “comunismo internacional”. Estes valores, entoados de amores à pátria, adentraram o âmbito público, com o objetivo de aceitação das prerrogativas do regime imposto.

---

<sup>1</sup> Segundo Mário Magalhães, em “Marighella o guerrilheiro que incendiou o mundo”, eram retratos do tipo 3X4, para documentos de identificação.

Assim, a prática destes cartazes foi além de procurar a simples adesão por parte da população; também visou construir uma imagem para o “inimigo interno”, aquele indivíduo procurado por crimes de “terrorismo e subversão”, para enfim, apresentar a identidade deste inimigo à população. Ao fazê-lo, igualmente pôde irradiar o medo no tecido social, caracterizando-se assim, como uma prática metodológica e repressiva, ou mais precisamente, uma “metodologia repressiva”<sup>2</sup>.

O poder de coação e repressão foi delegado a órgãos policiais e militares e a agências e agentes, cada qual relacionado a uma força determinada, que perseverou em combater e eliminar o inimigo que aterrorizava a ordem instituída. Na perspectiva de Padrós (2014, p.21): “os cidadãos acabavam convencidos pelo discurso oficial da existência de uma ameaça permanente representada por agentes decididos a destruir as bases societárias conhecidas [...]”. Alocados na categoria de “terroristas”, o inimigo foi caracterizado por crimes de “subversão” e definido como todo aquele que tinha a intenção de confrontar com ações violentas a sistemática proposta pelo regime em vigor. O inimigo revigorou uma antiga perseguição, requisitou amplamente indivíduos escolhidos e estigmatizados como agentes a serviço do “comunismo internacional”, irradiando a necessidade de combatê-los.

Assim, para justificar a movimentação de tropas, os regimes militares denunciam uma frente de subversão que abrangem ainda muitos outros elementos. Todos seriam radicalmente ligados à guerrilha. Na frente da subversão é preciso colocar todos os grupos, os mais diversos, que são manipulados pelo “comunismo internacional”. Nem todos estes grupos se engajam numa ação violenta, mas sua ação, mesmo pacífica, é solidária com as ações violentas: são violentos por contágio, e porque o comunismo internacional supostamente prega a violência permanente. (COMBLIN, 1978, p.86).

A ideologia do inimigo interno está prevista na DSN, assim como os procedimentos relacionados à defesa interna do país, como podemos aferir abaixo:

Na garantia da segurança interna, a DSN aconselha: intervenção federal parcial ou total, em relação ao território nacional; decretação de estado de emergência ou de sítio; medidas restritivas da liberdade de reunião, de associação e de opinião, todas no plano político. No plano militar: controle e eliminação de agitações populares, quando insuficiente a capacidade dos meios compreendidos na expressão política do Poder Nacional; controle e destruição de focos de guerrilhas, abarcando operações de variável envergadura, com características de ações militares. (LAGÔA, 1983, p.14).

---

<sup>2</sup> Termo utilizado por Caroline Bauer, 2012.

Uma coleção de impressos como propaganda para a construção da imagem do inimigo interno, ficou conhecida como “cartazes de terroristas e procurados”. Estes invadiram o espaço público, para a exposição em metrô, aeroportos, agências bancárias, entre outros locais. Sua composição, ou *layout*, exibia uma seleção de reproduções fotográficas complementadas por nomes, codinomes, organizações clandestinas e por *slogans* ideológicos de coerção e adesão. Também pode ser caracterizada como um domínio de poder e controle sobre a população e a reorganização do seu cotidiano. A princípio, o seu destino foi o conhecimento, o reconhecimento e a delação do inimigo procurado por “terrorismo”, um motivo transparente; mas para além disso, o uso destes cartazes alargou algumas possibilidades. Dentre elas, pôde justificar a violência empregada na captura e na eliminação do inimigo “terrorista”, já que este apresenta-se como “difuso, elástico e funcional [...]”. Sua existência, real ou fictícia, possibilitou à repressão estatal justificar sua razão de ser”. (PADRÓS, 2014, p. 21).

A primazia na construção de uma imagem que representasse a ameaça dentro das fronteiras nacionais ou pela escolha de um inimigo dado como real no meio social, foi personificada por uma “massa” de elementos chamados de “terroristas”, independente das suas especificidades. A população pode visualizar nos cartazes quem eram os autores dos crimes de “terrorismo” e, principalmente, concretizar a sua existência. Isto viabilizou uma sensação de apreensão e medo no tecido social, pois a “instrumentalização do medo, fator da guerra psicológica da DSN, produziu desequilíbrios psíquicos, intimidação, submissão, sensação de impotência e aceitação passiva das estruturas autoritárias”. (Idem, 2014, p.21).

Uma série de ações foram relacionadas com os protagonistas dos cartazes, da simples panfletagem aos sequestros, dos roubos a bancos, ou pela associação de indivíduos com as organizações proscritas. Desse modo, os órgãos de segurança puderam, munidos de informações provenientes do Serviço Nacional de Informações (SNI), advindas de um banco de dados pré-existente, espionar pessoas, monitor locais e obter dados vitais. Muitas destas informações são resultado dos violentos interrogatórios a que eram submetidos os elementos presos, o que possibilitou compilar uma radiografia sobre o inimigo, auxiliando na produção dos exemplares de cartazes e expandir as suas relações.

Outra questão, é a escolha dos *slogans* para os cartazes. O *slogan* “não só pode guiar a interpretação como também proporcionar chaves para a sua decifração

(produção de sentido)” (IASBECK, 2002, p. 45). Neste caso, eles continham um forte apelo emocional, atribuindo ao imaginário popular múltiplas sensações de perigo à vida e à família do cidadão, como por exemplo: “ajude a proteger sua própria vida e a de seus familiares”; ou por definir o tipo de crime ao qual o cidadão estaria exposto, como no *slogan*: “ASSALTARAM-MATARAM-ROUBARAM PAIS DE FAMÍLIA”; ou ainda: “DEPOIS DE TEREM ROUBADO E ASSASSINADO VÁRIOS PAIS DE FAMÍLIA, ESTÃO FORAGIDOS”. Assim, um certo apelo emocional foi direcionado aos “pais de família”, envolvidos na tarefa de “proteger-se” a si mesmos e aos seus. Com a adesão ao enfrentamento do inimigo, através da vigília e da delação, o cidadão, além dos “pais de família”, sentir-se-iam protegidos com a prisão e eliminação destes elementos, além daqueles anestesiados pelo medo, “temerosos e desesperançados, de um comportamento passivo, submisso, indiferente e, se possível, colaboracionista”. (PADRÓS, 2014, p. 25). Paralelamente a isto, a categoria dos elementos “terroristas”, encontraram oficialmente a morte nas chamadas “versões oficiais de confrontos com as forças de segurança”, os famosos “tiroteios”, ou por “versões oficiais de suicídio”<sup>3</sup>, amparando-se no pressuposto de que o uso da força extrema, frente a violência empregada pelo inimigo altamente perigoso contra o cidadão, seria justificável.

Pensando nos *slogans* dos cartazes e a quem eles apelavam, convém compreender as relações, no final dos anos sessenta e início dos anos setenta, que envolveram o conceito “pai de família”. Vamos verificar este conceito na noção romana de *pater familias*<sup>4</sup>, que definia a posição masculina como o mais elevado estatuto familiar na Roma Antiga, o *status familiae*, no caso, o dono da casa, o pai e o marido que em geral, apresentava-se como autoritário. A família nuclear dos anos sessenta era composta da seguinte maneira: o casal, homem e mulher, a prole, de três a seis filhos<sup>5</sup>, e orbitando neste universo os parentes correlacionados a eles, avós paternos e maternos, tios, primos, etc. Muito embora existissem outros arranjos familiares na

---

<sup>3</sup> Em sua maioria, os “terroristas e procurados”, morreram em decorrência das torturas infringidas à eles, dentro das dependências do Estado. Aqueles que pereceram em confrontos com as forças de segurança, foram executados e os que resistiram, mesmo feridos, foram levados para interrogatório e, conseqüentemente, às sessões de tortura. Muitos daqueles procurados nos cartazes, sobreviveram de uma forma ou de outra à repressão do regime.

<sup>4</sup> Direito que os anciões em Roma tinham sobre todos os membros da família, com uma autoridade sem limites. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/tempo/velhice-pater-familias.html>. Acesso em 12 mar. 2017.

<sup>5</sup> Segundo o IBGE, a taxa de fecundidade era de 5,89, no Sul e 8,56, no Nordeste. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/nupcialidade-e-fecundidade.html>. Acesso em 11 fev. 2017.

época, não eram reconhecidos pela sociedade e pelo direito de se constituírem como tais, as denominações contemporâneas de família “pluricelular” ou “multicultural”. Não eram nem mesmo discutidas, nem relevadas naquele momento.

Arranjos familiares como pessoas solteiras que vivem sozinhas, cônjuges não casados que habitam a mesma casa, o casamento experimental ou a convivência temporária antes da tomada de decisão de oficializar o casamento, os casais homossexuais, as famílias recasadas, os cônjuges que moram em casas diferentes e as pessoas que vivem com parentes que exigem cuidados são todas construções de vida familiar baseadas, principalmente, nos sentimentos subjetivos nutridos pelas pessoas envolvidas. (DESSEN, 2010).

O inimigo “terrorista” era identificado, além de uma reprodução fotográfica nos cartazes, pelo nome, por um codinome e pela organização clandestina ao qual pertencia<sup>6</sup>. Este fato torna evidente que por trás da imagem, existia uma organização que os orientava e os unia como uma rede, pois não agiam sozinhos, moviam-se e articulavam-se em conjunto a fim de efetivar as ações ditas “terroristas”. Quando as notícias nos periódicos da época relacionavam as versões de “tiroteios” a um determinado indivíduo, ou a grupos de indivíduos, costumava-se destacar a organização clandestina a que pertenciam, além de enumerar outras ações que protagonizaram. O inimigo agregou grande parte das siglas revolucionárias e reuniu os culpados por crimes de subversão, escolhidos como inimigos da nação.

Os indivíduos escolhidos ou, os “inimigos objetivos”, termo utilizado por Hannah Arendt (2012 p. 474) para os regimes totalitários, é definido por esta autora como uma categoria de inimigos escolhidos que “sobrevive aos primeiros inimigos do movimento, ideologicamente determinados; e novos inimigos objetivos são encontrados segundo as circunstâncias”. Muito embora Arendt ressalte que este conceito atenda, mais decisivamente, ao funcionamento dos regimes supracitados, nos apropriamos do termo para a questão do inimigo interno no Brasil, pois este escolheu os indivíduos que iria perseguir, generalizadamente confinadas em uma categoria única, o comunismo, sendo esta categoria destinada à supressão do convívio social e a métodos de repressão e violência, movidos pela imposição da força.

Sobre alocar novos suspeitos na categoria do inimigo interno, nos remetemos ao cenário brasileiro de 1961, onde uma grande campanha promovida por setores conservadores objetivava fazer oposição ao governo do então presidente João

---

<sup>6</sup> Nem todos os cartazes continham o codinome ou a organização clandestina. Alguns tinham nome e codinome, ou nome e organização, outros somente o nome.

Goulart. Foi através de uma campanha difamatória em relação ao seu governo, que os opositores fomentaram no meio social, a ideia de que Goulart estava se alinhando ao “perigo vermelho”<sup>7</sup>. Em 1964, a coalisão golpista que destituiu Jango da sua posição legal na presidência, o perseguiu como um inimigo escolhido, seguido por seu partido, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), de militares acusados de estarem ligados ao comunismo, de velhos comunistas conhecidos desde 1935 e de integrantes das ligas camponesas, gerando assim, a primeira categoria de “inimigos objetivos” da então ditadura de 1964. A partir disto, de acordo com as necessidades e das movimentações do regime, outros indivíduos foram se incorporando na categoria do inimigo interno.

As questões que envolvem o “inimigo objetivo”, estão interligadas aos regimes totalitários, nazismo e stalinismo, mas isto não impede transpô-lo para os regimes autoritários na América Latina, relevadas as devidas particularidades. No totalitarismo o “dever da polícia totalitária não é descobrir crimes, mas estar disponível quando o governo decide aprisionar ou liquidar certa categoria da população”. (ARENDR, 2012, p.476). No autoritarismo, segundo Sidicaro (2004, p.96) “la dictadura intentó una transformación de la sociedad que se reveló inviable, pero los efectos de su represión ilimitada consiguieron desestructurar a prácticamente todos los actores políticos, sociales y culturales que habían definido como adversarios a suprimir”. Em ambos, a eliminação de certa categoria da população e de adversários fica evidente; entretanto, outros elementos conectam estes dois regimes: a opressão e o silêncio colaboracionista da população. Tanto no totalitarismo quanto no autoritarismo, manteve-se o ideário em torno da construção de um inimigo, para fins de manutenção de poder e de aceitação por parte da população, buscando desviar o olhar desta, seja pelo alinhamento à ideologia vigente, pela violência que invadiu o meio social. Visto isso, o alcance desta violência e das metodologias articuladas para pôr fim à “subversão” e ao “terrorismo”, tiveram um propósito educador e controlador da vida do cidadão.

As redes de informações articuladas através das metodologias empregadas pelo aparato repressivo proporcionaram uma miríade de nomes definidos como inimigos da nação. A construção da imagem do inimigo acionou esta rede alimentada por arquivos, fichários e dossiês advindos do Serviço Nacional de Informações, o SNI,

---

<sup>7</sup> Rodrigo Patto Sá Motta, 2007.

“visualizado como uma pirâmide, tendo na base os interrogatórios e, no vértice, o Conselho de Segurança Nacional”. (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 72). Este banco de dados foi edificado através da espionagem por parte de agentes a serviço deste órgão, do monitoramento de um número considerável da população brasileira e estrangeira, em que os cidadãos suspeitos foram vigiados e esquadrihados, alguns sem nem mesmo terem qualquer ligação com os grupos armados da esquerda revolucionária, partidos proscritos ou organizações clandestinas. O constructo destas informações possibilitou uma extensa radiografia da sociedade brasileira durante o período, sem contar o levantamento quase que total dos integrantes e das atividades do inimigo interno, dentro e fora do país. Como peças em um jogo de xadrez, os agentes de segurança e repressão, imbuídos em um objetivo comum, movimentaram-se de acordo com as suas posições no tabuleiro político, dotados de informações obtidas anteriormente.

Para falarmos em informações precisamos compreender o SNI. Este órgão ligado diretamente à presidência da República, recebeu um constructo de informações de seu precedente, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O IPES foi criado em 1961 como uma organização de homens de negócio e de militantes grupos de ação, que desde cedo se pronunciara como uma entidade conservadora e anticomunista. Foi “instituído como uma agremiação apartidária com objetivos essencialmente educacionais e cívicos”. (DREIFUSS, 1981, p. 163). Influenciados pela divisão ideológica do mundo entre o modelo capitalista e o modelo comunista, receosos após a tentativa de implementação deste último pelo movimento chamado de “Intentona de 35”, setores conservadores da sociedade determinaram o comunismo como um mal a ser combatido. Posteriormente, a partir de 1964, alocaram indivíduos, grupos organizados, atuantes ou simpáticos a movimentos socialistas, em uma única categoria: “comunistas”; destituindo-os das suas diferenças e “confirmando que, na eleição de alvos, inexístiam limites ideológicos, profissionais, religiosos, de classe ou idade”. (PADRÓS, 2014, p. 25).

Sobre o IPES, aos quais formaram a base de dados do SNI, e sua relação com pessoas e informações, se sobressai um nome, o do General Golbery do Couto e Silva, um integrante da estrutura formal da autoridade no IPES do Rio de Janeiro, e que se tornaria uma peça chave no regime ditatorial de 1964. Ele liderou o Grupo de Levantamento da Conjuntura, o GLC, cujo trabalho consistia na coleta de informações no campo político e social, estipulando as diretrizes de manobras para os grupos de

ação da entidade. A estruturação das informações que deram sustento ao SNI, ou seja, um *know-how* em informação e contrainformação, vieram do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), que Golbery chefiou. Inspirado pelo pensamento de Spengler<sup>8</sup>, Golbery buscou o seu “César”, não em um homem ou uma liderança, mas em um conceito: a Segurança Nacional<sup>9</sup>. A perspectiva no seu trabalho incluía, exclusivamente, certificar a segurança do país, para tanto, naquele momento, foi preciso conhecer a movimentação política e social, e isto, envolvia pessoas, agremiações sociais e políticas, instituições, entre outros setores. No IPES, sua influência foi o anticomunismo, um assunto com o qual teve contato desde o tempo da Escola Superior de Guerra (ESG), muito embora, tenha flertado com a esquerda em um tempo anterior<sup>10</sup>.

A base informacional do SNI elencou um número considerável de supostos inimigos da nação: as informações perpassaram outros órgãos, resultante do intenso trabalho de espionagem promovido por Golbery e seus subordinados desde o IPES até o SNI. O IPES não foi uma organização meramente amadora, foi um movimento pré-golpe que visou estabelecer as diretrizes para um novo Brasil, cujo intuito inicial era destituir Goulart pelo voto, debatendo propostas, vindo posteriormente direcionar-se para um golpe. Seus membros ocuparam cargos em órgãos ligados, direta e indiretamente, ao governo após 1964, ocorrendo o que Ramírez (2005 p. 356) chamou de “colonização dos aparelhos de Estado”. Portanto os seus propósitos foram além da normativa de desestabilização do governo de Goulart, sua rede de relações foi bastante difusa e buscou inserir-se através de ideias elaboradas, no seio da sociedade brasileira.

O IPÊS se envolveu numa abrangente campanha que não apenas visava as classes dominantes, mas outros setores, como os profissionais, as donas-de-casa de classe média, funcionários públicos, trabalhadores e camponeses, contando para isso, com uma estrutura de ação composta por uns 4.000 ativistas. (RAMÍREZ, 2005, p. 313).

---

<sup>8</sup> Oswald Spengler, filósofo com reflexões pouco “racionalistas” e “progressistas” segue uma linha nitidamente pessimista com as maravilhas da civilização técnica e instrumental. Considerado o filósofo da decadência ele dicotomiza duas ordens de realidade: a física de um modo já feito e a vida de um modo atuante. Disponível em: <http://filcarlos.com/extra-hispanicos/oswald-spengler-alemanha/>. Acesso em: 15 jan. 2018.

<sup>9</sup> Elio Gaspari, 2003.

<sup>10</sup> Elio Gaspari, 2003.

As décadas de 1960 e 1970, inserem-se em um contexto histórico marcado por uma variante de conflitos sociais, políticos e de valores. No âmbito mundial, diversos acontecimentos marcaram o período, como por exemplo, o assassinato do líder negro Martin Luther King em 1968, militante do movimento contra a segregação racial; as manifestações nos Estados Unidos contra a Guerra do Vietnã, o movimento “Primavera de Praga”<sup>11</sup> e a explosão na França do “Maio de 68”, iniciado com manifestações estudantis na Universidade de Paris, cuja reivindicação eram reformas no setor educacional e, que tomou certo volume a ponto de balançar o governo do presidente Charles De Gaulle, vindo a influenciar outros movimentos mundo afora.

Para ligar este cenário internacional ao cenário brasileiro, vamos destacar alguns dos acontecimentos que marcaram o ano de 1968 no Brasil. Em março, o estudante Edson Luiz de Lima Souto é morto pela polícia, após a invasão desta ao restaurante Calabouço no Rio de Janeiro; em junho ocorre a Passeata dos Cem Mil, em resposta à “sexta-feira sangrenta”; em outubro são presos e fichados 920 estudantes no 30º Congresso da UNE, ocorrido clandestinamente em Ibiúna, região interiorana de São Paulo e em dezembro é promulgado o Ato Institucional nº5 (AI-5), em represália ao discurso proferido pelo deputado Márcio Moreira Alves, em que ele repreendeu o regime militar.

O ano apresentou-se conturbado em termos de movimentos e de repressões, não que os anos anteriores não o fossem, mas como diria Hobsbawm (2011, p. 280): “1968 não foi nem um fim, nem um princípio, mas apenas um sinal”. No caso brasileiro era o sinal de que a repressão se transmutava em uma forma mais feroz. Com a “Passeata dos Cem Mil”, milhares de pessoas saíram às ruas para protestar contra a forma violenta com que a ditadura conduzia a sua política; a polícia inibia manifestações contrárias ao regime, impedindo uma oportunidade legítima, com armas e confrontos diretos. Com as prisões em Ibiúna, produziu-se um número significativo de elementos fichados pela polícia, de militantes e ativistas secundaristas a líderes estudantis. Ibiúna produziu uma segunda leva de inimigos, um

---

<sup>11</sup> Movimento político ocorrido na Tchecoslováquia em 1968, liderado pelo chefe de estado Alexander Dubček, que buscou implantar reformas liberalizantes, que eram contrárias ao socialismo centralizador e conservador soviético. Este movimento foi fortemente reprimido pelo Pacto de Varsóvia (bloco militar dos países socialistas do leste europeu, liderado pela União Soviética) e deve ser compreendido dentro do contexto da Guerra Fria, visto que a Tchecoslováquia era um país socialista e aliado ao bloco liderado pela União Soviética.

acontecimento que, a partir dali, obrigaria muitos deles a viver na clandestinidade e optar por uma forma de luta mais direta.

Se pensarmos nestes acontecimentos e nos pressupostos da DSN, na dimensão das práticas que ela possibilitou, os cartazes de “terroristas procurados” materializaram o inimigo como uma ameaça à sociedade, e portanto, passa a existir, é real, ou dá provas de realidade. Nestes termos, qual foi a dimensão desta prática no tecido social? A imagem do inimigo interno e sua difusão no âmbito público proporcionaram um reconhecimento visual, perpetrando uma ameaça à vida do cidadão, desestruturando a segurança do indivíduo e, neste ínterim, pôde legitimar as falácias das “versões oficiais”, obscurecendo as circunstâncias acerca das mortes de protagonistas dos cartazes, afinal a violência empregada contra o inimigo justificou-se como a única solução ao lidar com o “terror”.

O impacto nos cartazes foi a tipologia da linguagem empregada na composição textual. Os *slogans* apresentavam um forte apelo colaboracionista e emocional, apresentando o inimigo como um criminoso e um “marginal”. Para Berger e Luckmann (2004, p.51) a linguagem “é capaz de transcender por completo a realidade da vida cotidiana. Pode referir-se a experiências pertencentes a áreas limitadas de significação e abarcar esferas diferenciadas da realidade”. Portanto, estaríamos diante de um discurso marginalizador proposto à sociedade, afim de conhecer o inimigo como tal? Estas questões suscitam o desvelar dos mecanismos que envolveram a prática dos cartazes como uma metodologia repressiva, e evidencia a sua ligação íntima com outras redes de relações, como as notícias referentes aos “terroristas”, irradiadas pelos periódicos da época, por reproduzirem a dinâmica e a ideologia dos cartazes, além da própria imagem do inimigo “terrorista”.

O inimigo “terrorista”, ou aqueles indivíduos pertencentes a organizações dispostas a derrubar a “Revolução de 64”, foi categorizado como “subversivo”, ou seja, elementos com o propósito de subverter a ordem estabelecida ou opor-se a ela, no caso opor-se ao Estado, pois “em qualquer oposição ele suspeita de subversão, de anarquia ou então simplesmente percebe a ação subterrânea do comunismo”. (COMBLIN, 1978, p. 73). A ordem segue um modelo idealizado por um grupo dominante, ou grupos, que se posicionam pelo resguardo dos preceitos

democráticos<sup>12</sup>. Em nome desta ordem, uma ameaça foi germinada no cotidiano do cidadão comum, a fim de mobilizar a opinião pública. Portanto havendo algo, ou alguém, a desestruturar o *status quo* da população, as justificativas para a imposição de determinadas regras à sociedade, encontram-se em solo fértil. A razão de ser de um mal maior, alimenta-se na desconfiança do outro. Dito isso, qualquer pessoa poderia vir a ser uma ameaça em potencial, conforme a necessidade. A categoria do inimigo é uma noção abstrata, quando de fato não se tem a evidencia do crime e do criminoso, edificar uma imagem, identificada por um nome e definida por uma organização, isto sim, pode colocar a população frente a um criminoso visível, legando aos cartazes um destino bastante particular, o controle da população, ou uma “política de controle”, que segundo Padrós (2014, p.22):

Consistiu na ampliação asfíxiante das funções de vigilância (patrulha, seguimento e espionagem). As comunidades de informações, de estrutura macrocéfala, acentuaram com sua ação e presença a insegurança e o temor. Violação de privacidade, controle de correspondência, escuta telefônica e rotina ostensiva de segmentos aumentou a opressão, enquanto um exército de informantes, delatores, espiões e agentes infiltrados se expandiram pelos espaços cotidianos e rotineiros da população.

A perspectiva de que a população foi o agente delator dos “terroristas” procurados pelos órgãos de segurança, e que esta, teria contribuído com eficácia para localizar e prender estes elementos, faz-se um tanto vaga, devido às circunstâncias que envolvem as delações deste tipo, porém não podemos deixar de relevar, que a atmosfera de insegurança, esta sim, pode ter sido um meio eficaz de propiciar a vigília de certos acontecimentos e de certas pessoas, com aparência e atitudes “estranhas” ou “suspeitas”, incidindo na delação. Apesar da pouca informação sobre a ocorrência destas delações, tem-se conhecimento de um caso<sup>13</sup>, que será discutido mais adiante,

---

<sup>12</sup> Segundo o AI-1: “Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm). Acesso em 31 jan. 2017.

<sup>13</sup> O dono do restaurante Varela teria reconhecido Iuri Xavier Pereira e outros três companheiros em um cartaz de “procurados”, denunciando-os aos órgãos de segurança. Ver em Dossiê Ditadura, 2009, p.350.

visto que, maiores informações relacionadas a esta prática, estão condicionadas à falta de mais evidências.

Os órgãos de segurança objetivaram na “subversão” e no “terrorismo”, o inimigo a ser combatido, sendo que a perseguição, a violência, a eliminação e a ocultação da verdade foi uma constante para estes escolhidos. Para tanto, o envolvimento da população foi fundamental, pois esta deveria absorver a ideia de que estes elementos deveriam ser suprimidos. O que nos encaminha, novamente a rever a questão do inimigo interno no Brasil e suas relações com o “inimigo objetivo” de Arendt (2012, p. 472), a partir da proposta de que “o primeiro estágio de desencavar os inimigos secretos e caçar antigos oponentes, geralmente coincide com a arregimentação de toda a população”.

A prática dos cartazes enlaçou a política e o social, combinando imagens, onde “o registro visual possui a competência de merecer prioridade na atenção da leitura”. (IASBECK, 2002, p. 44) e *slogans*, que “ao mesmo tempo estabelece a fisionomia do discurso, lhe dá fronteiras e identidades sociais”. (Idem, 2002, p. 38). Esta propaganda ideológica e agremiadora de adeptos, elegeu uma mentira organizada e negligenciou a verdade fatural. Para Hannah Arendt (2013, p. 295) a verdade fatural “diz respeito a eventos e circunstâncias nas quais muitos são envolvidos; é estabelecida por testemunhas e depende de comprovação”. A autora propõe que há outra verdade envolvida no mundo político, a mentira organizada, ou seja, a tradicional mentira política, “a manipulação em massa dos fatos e opiniões, como se tornou evidente no reescrever da história, na criação de imagens e na política governamental efetiva”. (ARENDR, 2013, p. 311).

O conjunto de imagens selecionadas e complementadas por palavras determinantes e específicas, orientadas pela normativa de uma ameaça interna, viu-se destituída das suas especificidades, todavia a exploração do visual e o uso de uma linguagem sintética e generalizante, pode direcionar o posicionamento do leitor, pois “para haver comunicação imediata, não é recomendável que o texto permita ao leitor perder tempo em localizar suportes de significação”. (IASBECK, 2002, p.73). Com isto, parafraseando Arendt, uma meia verdade organizada foi lançada para fins específicos, elevando às proporções de alcance dos grupos de esquerda, a níveis maiores do que o real, multiplicando os indivíduos envolvidos e as ações de cunho terrorista no âmbito público.

Visto isso, o objetivo geral deste estudo é compreender a “coleção dos cartazes de terroristas e procurados” como uma prática metodológica e repressiva e, caracterizar a exposição destes cartazes como uma propaganda direcionada ao âmbito público, cuja proposta seria a adesão e o alinhamento da população, para fins de delação. Além disso, busca-se ampliar a função dos cartazes além da mera exposição, conectando estes à atuação dos periódicos, à época, como irradiadores e sustentadores de uma imagem construída do inimigo “terrorista”, que através das “versões oficiais”, provenientes dos órgãos de informação e segurança, relativo às mortes de alguns militantes de organizações de esquerda, pode ser um meio eficaz para oficializar a posse de um corpo, resultante do uso excessivo da violência, seja durante os interrogatórios, ou pela decisão de eliminar o oponente, envoltas em um contexto de combate à “subversão” e ao “terrorismo”.

Como objetivos específicos, esta dissertação quer definir os “cartazes de terroristas e procurados” como uma prática de construção da imagem do inimigo interno, tornando-o uma ameaça real e sustentando-o como uma ameaça no âmbito público, legitimando o seu combate e a sua eliminação. Igualmente, busca-se relacionar casos de militantes, protagonistas dos cartazes e das efemérides nos periódicos, cujas mortes foram “explicadas” através das “versões oficiais”, ou seja, ocorridas em situações de “tiroteio” ou de “suicídio”, (uma normativa constante por parte dos órgãos repressivos entre os anos de 1968 e 1975, cujo objetivo consistia em justificar as mortes sob circunstâncias ilegais) e comparar tais versões com as memórias e testemunhos que as refutaram. Ainda, identificar o papel da imprensa como irradiadora da imagem do elemento “terrorista”, sustentadora das “versões oficiais” e divulgadora da ideologia do “terrorismo”, possibilitando tornar real uma ameaça para fins de adesão e colaboração.

Nos prontificamos a analisar os cartazes pelo seu conteúdo textual e imagético, como uma propaganda ideológica de adesão e alinhamento ao combate do inimigo, através de imagens e *slogans* de apelo emocional (cujo intuito era proporcionar à população o conhecimento, reconhecimento e a delação dos elementos procurados por “terrorismo”), além de verificar o constructo de informações relacionadas aos indivíduos identificados como “terroristas”, produzidos pelos órgãos de informação, e sua circulação entre a comunidade de informações, ou seja, a outros órgãos destinados à repressão, através dos “álbuns de terroristas e subversivos” produzidos pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS).

Para tanto, a metodologia empregada para contemplar as hipóteses aqui levantadas, consistiu no cruzamento das fontes relacionadas ao tema, devidamente selecionadas e pesquisadas, compostas por imagens, documentos e relatos memoriais. Os sujeitos sociais em seu tempo e as estruturas de poder instituídas, podem ser desveladas por uma diversidade de fontes relacionadas à questão do inimigo interno, o “subversivo” e “terrorista”, que nos colocam frente a expectativas, “avançar do presente até o mais longínquo e retomar, tentando esclarecer, em alguns pontos, um pelo outro: em suma fazer história”. (HARTOG, 2011, p.204).

A análise de fontes diversificadas, pertinente à temática, nos leva a pensar em Marc Bloch (2001, p. 128) e no papel do historiador:

A realidade humana, como a do mundo físico, é enorme e variegada. Uma simples fotografia, supondo mesmo que a ideia dessa reprodução mecanicamente integral tivesse um sentido, seria ilegível. Dirão que, entre o que foi e nós, os documentos já interpõe um primeiro filtro? Sem dúvida, eliminam, frequentemente a torto e a direito. Quase nunca, em contrapartida, organizaram de acordo com as exigências de um entendimento que quer conhecer. Assim como todo o cientista, como todo o cérebro que, simplesmente, percebe, o historiador escolhe e tria. Em uma palavra, analisa.

Esta dissertação constitui-se na análise de uma série de reproduções dos cartazes de “terroristas e procurados”, pelas suas imagens e *slogans*, cruzados com documentos produzidos pelos órgãos de informação relativos ao inimigo interno e com as efemérides dos periódicos da época, que reproduziram a ideologia do “terrorismo” e da sua eliminação. Para tanto, os cartazes supracitados foram agrupados em quatro “coleções”, termo empregado em documentos referentes a eles, compostas de reproduções provenientes do Arquivo Nacional, de referências fotográficas em bibliografias, em um leilão virtual e nas imagens em *sites* da Internet.

As coleções foram analisadas e categorizadas em itens, propostos para a composição dos exemplares de cartazes, no caso do *layout*, quanto à composição gráfica, a apresentação e o tamanho das imagens em relação aos *slogans*, o conteúdo léxico, a quantidade de imagens, ou reproduções fotográficas, os nomes, codinomes, as organizações clandestinas, as cores utilizadas, a tipologia da impressão e o impacto do conteúdo textual em relação à imagem.

Nos documentos produzidos pelos órgãos de informação e a circulação a outros órgãos interessados, como o SNI, Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações e

Segurança da Aeronáutica (CISA), Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e DEOPS, a leitura foi orientada para os casos relativos ao protagonismo nos cartazes, e das mortes legitimadas por “versões oficiais”, os famosos “tiroteios” e “suicídios”. Levou-se em consideração as informações referentes a militantes envolvidos na prática dos cartazes, nominados de “terroristas” e que apareceram em divulgações da imprensa. A consulta nos documentos referentes, ocorreu nas séries de "Ordem Social" e nos "Boletins do SNI", sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo e disponibilizadas em versão digitalizada. Este corpo documental desvelou o constructo de informações relativas ao elemento chamado nos documentos de “marginado”, “subversivo” ou “terrorista”, e norteou as prerrogativas que envolveram a construção do perfil do inimigo e do tratamento dispensado a eles.

Com o intuito de compreender a articulação para a adesão da população à ideologia do regime, foram considerados os documentos que continham orientações destinadas à defesa do cidadão e que, propunham medidas contra a onda de sequestros atribuídas a elementos “subversivos”. Estas fontes são oriundas do III Exército e estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, onde também se encontram alguns informes referentes à eficácia no combate aos comunistas com a promulgação do AI-5 e uma circular de remessa de cartazes.

Os documentos supracitados, foram devidamente selecionados pela primazia e pertinência para este estudo, revelando o ano em que foram produzidas, quem as elaborou e as distribuiu, por quantos órgãos circularam as informações. Também buscou avaliar as conexões entre as datas em que foram efetuadas as prisões dos elementos procurados, dos desaparecimentos e das mortes de casos elencados como exemplos, entre outras considerações.

Em relação à imprensa e, de certa forma, pela irradiação da ideologia de combate ao “terrorismo”, foram pesquisados, principalmente, os periódicos *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e a revista *Veja*, pela função de divulgadora da imagem do inimigo, das ações e de agremiações relacionadas a ele, expondo publicamente uma imagem marginal e perigosa. A consulta aos periódicos como fonte, permitiu perceber uma postura de ajuste da mídia, em relação à sistemática das informações advindas dos órgãos de segurança e da sua reprodução na íntegra, pois ao reproduzir as falácias em relação às “versões oficiais”, seu papel foi determinante na transmissão e

veracidade dos discursos advindos da repressão a determinadas camadas da sociedade.

A seleção das efemérides nos periódicos deu-se pela maneira como expuseram o inimigo, reproduziram o seu histórico de ações e o discurso nos cartazes, ao destacar nomes, codinomes, organizações clandestinas, detalhamento do material apreendido pelos agentes e da descrição pessoal de cada elemento envolvido. Outro ponto atenta para a disposição das imagens, distribuídas de forma muito semelhante àquelas dos cartazes.

No intuito de verificar os acontecimentos, confrontamos as “versões oficiais” com o material resultante das investigações da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) e das Comissões da Verdade compiladas nos últimos anos. Ambas se empenharam na reconstrução da verdade e dos fatos, que por fim constatou a falsidade das versões supracitadas, quanto às circunstâncias que envolveram as mortes de militantes. A CFMDP e as Comissões da Verdade utilizam-se das memórias, sob a forma de testemunhos, e de documentos relevando datas, acontecimentos, locais, entrevistas, investigações, perícias, laudos necrológicos e análises.

O período que abrange a ditadura civil-militar de segurança nacional no Brasil, produziu uma miríade de documentação, entretanto vale lembrar que grande parte desta documentação permaneceu e, ainda permanece, inacessível ao pesquisador e ao público em geral. Todavia, foi necessário utilizar-se primordialmente da oralidade e do testemunho de ex-presos políticos, de familiares e das redes de relações destes, para construir os fatos. As comissões da Verdade, seja em qualquer âmbito, compilaram diversos depoimentos com o intuito de desvelar as circunstâncias fatuais das prisões e mortes daqueles que passaram pelas mãos da repressão e para tornar visível e acessível a toda a sociedade este trabalho.

Após a Segunda Guerra Mundial, os judeus sobreviventes dos horrores do holocausto, os inimigos objetivos do nazismo, utilizaram-se das suas memórias e lembranças, através do *Shoah*<sup>14</sup>, a fim de não esquecerem a perseguição e a punição

---

<sup>14</sup> *Shoá*, também escrito da forma *Shoah*, *Sho'ah* e *Shoa*, que em língua iídiche (um dialeto do alemão falado por judeus ocidentais ou "asquenazitas") significaria calamidade, sendo o termo deste idioma para o Holocausto. É usado por muitos judeus e por um número crescente de cristãos devido ao desconforto teológico com o significado literal da palavra Holocausto que tem origem do grego e conotação com a prática de higienização por incineração; estes grupos acreditam que é teologicamente ofensivo sugerir que os judeus da Europa foram um sacrifício a Deus. É, no entanto, reconhecido que

a que foram submetidos. Com isso, abriram caminho para o que hoje chamamos de “testemunho”. Se porventura é legítimo utilizar-se de documentação comprobatória, sozinha esta pode atribuir certa mecanização à análise, pois as fontes documentais são produzidas por certas influências, internas ou externas, “seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específicos para tal emprego”. (BOCH, 2001, p. 80). Sobre as memórias e sua reavaliação nos últimos anos, Hartog (2013, p. 25) define que “os crimes do século XX, seus assassinatos em massa e sua monstruosa indústria da morte são as tempestades de onde partiram essas ondas memoriais, que acabaram unindo e agitando intensamente as sociedades contemporâneas”. Portanto, os testemunhos resultantes destas memórias são fonte para o devido cruzamento com a documentação produzida pela repressão, ou como retriz do discurso oficial.

A fim de empreendermos esta jornada pelos caminhos das metodologias repressivas e seu envolvimento com o meio social, este estudo foi dividido em quatro capítulos, que se propõem a demonstrar como a prática dos cartazes tornou-se uma propaganda de difusão da imagem do inimigo e possibilitou a população reconhecê-lo como tal. O primeiro capítulo consiste desta introdução em razão desta instituição assim o precisar, ao qual apresentamos o tema proposto, os cartazes de terroristas e procurados concebidos e produzidos pelos órgãos de segurança e informação, durante o regime ditatorial entre os anos de 1968 e 1975, como uma metodologia da repressão e as questões que abarcaram a sua produção e exposição. Como visto, fizemos um levantamento do contexto histórico em que a temática está inserida, como alguns conceitos que nortearam a sociedade dos sessenta e setenta e, de alguns acontecimentos periféricos ou diretamente ligados aos eventos ocorridos durante o período supracitado. Apresentamos as hipóteses que possibilitaram o levantamento das fontes e seus locais de guarda e origem, a metodologia utilizada para chegarmos às inferências devidas, além de, é claro, alguns teóricos que embasaram o desenvolvimento desta pesquisa, visando chegar aos determinados fins.

O segundo capítulo trata da questão do inimigo “terrorista” e sua relação com os pressupostos da DSN, o indivíduo determinado como opositor do regime, o inimigo interno, autor de ações como assaltos e sequestros, nominado de “subversivo” e

---

a maioria das pessoas que usam o termo Holocausto, não o fazem com essa intenção. Disponível em: <http://comunidadeshemaisrael.blogspot.com.br/2007/01/o-holocausto-shoah.html>. Acesso em: 13 fev. 2018.

“terrorista”, integrante de organizações clandestinas ou proscritas socialmente, difusor da ideologia comunista e procurado pelos órgãos de segurança. Para tanto, requisitamos Joseph Comblin, cujo estudo desenvolvido no livro intitulado “A ideologia da Segurança Nacional - o poder militar na América Latina”, foi de fundamental importância para compreendermos o papel geopolítico do Brasil na América Latina referente ao combate do comunismo no contexto da Guerra Fria. Para a questão do “terrorismo”, optamos por Pierre Ansart, no livro *“Ideologias, conflitos e poder”*, em que o autor trata da ortodoxia “terrorista”, as áreas de difusão, suas relações com a violência prática e simbólica e a ideologia terrorista, enfim para vislumbrar o campo ideológico que envolveu o conceito.

A partir disto, buscamos refletir sobre os acontecimentos anteriores a 1964, como alguns pontos dos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart, a influência da política estadunidense de John Kennedy na América Latina, cuja intenção era a contenção do comunismo no continente latino americano. Igualmente, discorreremos sobre a Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1935, que buscou principalmente, além de anular manifestações antigovernistas, desarticular a movimentação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A LSN, de 1935, seria reeditada em 1964, demonstrando uma aversão frente à atuação e ao crescimento da doutrina comunista, propostas pelo PCB.

Abordamos, também, neste capítulo a manipulação da informação que possibilitou a construção de uma mentira organizada<sup>15</sup> que justificou o combate e a eliminação do inimigo interno. Também, para conhecer o perfil do “elemento subversivo”, buscamos analisar três álbuns de fotografias produzidos pelo DEOPS, sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, divididos em volumes, contendo fotografias e fichas qualificativas referentes a eles, denominados de “Álbuns de Terroristas e Subversivos - Informações”, cujo conteúdo possibilitou embasar as informações referentes à produção dos cartazes em questão. Estes álbuns consistem em um material para circulação da informação, internamente entre a comunidade de informação. A construção dos álbuns supracitados são compostos por fotografias, nomes e fichas qualificativas sobre o inimigo, para que pudessem facilitar a identificação do indivíduo procurado, aos diversos agentes e órgãos envolvidos. Segundo o próprio diretor geral do DOPS, Lúcio Vieira

---

<sup>15</sup> Conceito utilizado por Arendt, 2013.

(BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000337, 1972, p. 1) esclarece que “estes foram organizados para dar modesta, mas valiosa contribuição no combate ao Comunismo Internacional dentro das fronteiras nacionais e para distribuição aos órgãos de segurança”.

O terceiro capítulo trata das quatro coleções de cartazes e da sua análise. Para este fim contamos com o método de análise de conteúdo, proposto por Laurence Bardin, no livro *Análise de Conteúdo*. A autora dispõe esta metodologia, para conteúdos léxicos baseados em entrevistas ou onde ocorrem textos, cujo intuito é inferir sobre a manipulação da mensagem e evidenciar os indicadores que possam refletir uma outra realidade, além da própria mensagem em si. No caso dos cartazes, o levantamento inicial baseou-se na qualificação e quantificação do conteúdo imagético, as reproduções fotográficas do inimigo, o conteúdo léxico e os *slogans*, a fim de se chegar às devidas inferências e para que as ausências fossem reveladas, ou seja, as intenções, os posicionamentos, a ideologia, entre outras pistas que permitissem posicionar as intenções de uso desta propaganda impressa por parte dos órgãos interessados.

Apesar deste método ser proposto pela autora para a análise de mensagens escritas, textos e entrevistas, ela própria ressalta que “a análise de conteúdo (seria melhor falar em análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de ‘fala’ a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo”. (BARDIN, 2009, p.32). Portanto no caso dos cartazes, mostrou-se incipiente aplicar este método para desmembrar e reorganizar o seu conteúdo visível, no intuito de decifrar a mensagem, criando categorias para a composição da estrutura textual e imagética, assim como do *layout* dos exemplares de cartazes escolhidos.

Tornou-se pertinente agrupar os cartazes em coleções por semelhança em suas composições, e no decorrer do processo desmembrar os conteúdos visíveis, dividindo-os em categorias estipuladas para esta finalidade. Foram considerados como categorias a composição geral dos cartazes, os referentes positivos, os negativos e os de alerta, as cores escolhidas e os nomes identificados logo abaixo das fotografias. Também se fez necessário reunir os exemplares escolhidos em grupos, aqui chamadas de “coleções”, termo que aparece nas fontes documentais sobre os cartazes. Assim foi possível criar uma tipificação sobre a sua produção e pensar nas possibilidades da sua tiragem.

O referido capítulo apresenta quatro coleções chamadas de A a D, da qual fazem parte de cada uma delas, cartazes agrupados com base nas suas semelhanças visuais e pela composição léxica de cada um. Foi possível através deste agrupamento estabelecer uma ordem e, amparados por fontes documentais e pelos periódicos, estimar a datação referente a sua produção.

O quarto e último capítulo buscou evidenciar, o papel dos periódicos como irradiadores dos discursos oficiais e da imagem do inimigo interno no tecido social. Trata-se, portanto, de identificar a mídia impressa como difusora da ideologia do “terrorismo”, advindos dos órgãos de informação e segurança, mesmo que a sua participação tenha ocorrido por coerção do sistema. Os periódicos *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e a revista *Veja* propalaram em suas páginas, as falácias das ditas “versões oficiais”, noticiando as mortes e os lançamentos dos cartazes, divulgadas em coerência com os discursos oficiais, assim compactuando, de certa maneira, com a construção da imagem do inimigo, visto que a mensagem adentrou o espaço público e o privado, estabelecendo uma veracidade sobre fatos distorcidos. Para Pierre Ansart (1978, p. 84-85):

A mensagem ideológica não é, no entanto, em si mesma, a detentora do poder de persuasão: enquanto permaneça sem difusão e sem apoio, sua insignificância social, é com certeza, completa. A mensagem só influencia quando é transmitida, divulgada pelos meios de comunicação, cuja natureza, frequência, intensidade serão superdeterminantes na extensão ou limitação dos efeitos.

Analizamos, também outros periódicos como fonte de informação e de cruzamento com outras fontes, a partir das efemérides que relacionam os elementos “terroristas” aos cartazes de “terroristas procurados”.

Neste capítulo, juntamente, apresentamos casos de indivíduos que protagonizaram os cartazes e que obtiveram uma “versão oficial” para oficializar a sua morte. Elencamos como exemplos, indivíduos com fotografias nos cartazes e protagonismo nas ações “terroristas” dentro do espaço público. Inicialmente o foco voltou-se para aqueles militantes mais procurados e destacados como tal, determinados assim, pelos próprios órgãos repressivos. Porém, no decorrer da pesquisa, um número maior de militantes de organizações clandestinas, revelou-se, por atuarem no teatro das “versões oficiais de tiroteios e suicídios”, após 1968. Neste ínterim, chamou a atenção, a partir do levantamento daqueles que morreram sob a

guarda do Estado e cujas circunstâncias foram propositalmente alteradas, como esta prática se tornou, após o decreto do AI-5, uma constante, sendo perceptível que as ações que se seguiram pela captura destes militantes, seja no estouro de “aparelhos” ou em outras situações, visavam a eliminação de elementos definidos pelos órgãos responsáveis, como “terroristas”.

Por conseguinte, propomos estabelecer uma conexão entre a prática dos cartazes e a eliminação dos elementos procurados por “terrorismo”, possível também, através da atuação da imprensa na disseminação da proposta cooperativa dos cartazes, embasada na natureza marginal do inimigo. Exemplo disso é uma declaração do General Syseno Sarmiento, na efeméride da revista *Veja* (1969 p. 21) intitulada “As seis perguntas do terror”, em que ele conclama ser “preciso que o povo sinta a alta periculosidade dos elementos que estão tentando subverter a ordem no País, e nos ajude dando informações e evitando que esses elementos se ocultem de nós”. Percebemos neste trecho, o apelo à população no sentido de aderir à ideologia do inimigo, cooptando-o para a vigília e a delação, instituindo no meio social a ameaça do inimigo “terrorista”, tornando aceitável o fato de que os elementos procurados eram perigosos e, portanto, mortos não fariam diferença, dando a entender que, provavelmente, seriam mais úteis à sociedade.

O apoio midiático foi de fundamental importância para difundir os mecanismos ideológicos no seio da sociedade. Se, porventura, certas camadas sociais apoiaram as demandas de uma determinada ideologia de governo, por certo, é por ela que irá repassar as premissas de adesão, onde as categorias sem condição de expressão, ou de opinião direta, deverão absorver os discursos. As classes sociais populares, mais baixas, tendem ao longo das dinâmicas sociais, imitar os modos e maneiras das classes dominantes, mais abastadas, reproduzindo opiniões absorvidas e reestruturadas como forma de apropriação, como um mecanismo de pertencimento social. Quando falamos em camadas sociais, nos referimos a uma categorização social dividida em classes alta, média e baixa, conhecida nos anos sessenta e setenta. Pertencer a uma destas classes era definido por condições de vida, pois o ato de consumir não estava acessível a todos, os bens materiais não se apresentavam de forma globalizada, adquirir era algo distante para determinadas pessoas, a educação era um tanto restritiva e exclusiva, portanto, por alguma razão já explicada, o polo norteador será sempre aquela classe pela qual se almeja pertencer. É como se, os mais letrados, ou seja, aqueles que puderam estudar, em um tempo em que esta

condição significava um bom emprego e dinheiro, soubessem como conduzir as coisas e as pessoas, influenciando igualmente opiniões.

Os jornais e as revistas da época eram de uma certa maneira, lidos por pessoas que poderiam comprar, com maior constância, os periódicos, o que não destituía da leitura aqueles que não dispunham desta fração do orçamento para a leitura diária das notícias. Não que, não fosse possível, o acompanhamento das notícias, por outros extratos da população, mas, pensando em uma população de maioria analfabeta ou semianalfabeta, cujas necessidades priorizavam o sustendo do básico, por assim dizer, seria através de componentes das classes consumidoras destes periódicos, que muito comumente estas pessoas mais simples serviam, que elas adquiriam as informações, já de uma forma diluída. Na incapacidade de digerir mais profundamente tais informações, por questionamentos prévios, a população mais pobre, de forma geral, estaria propensa a absorver os discursos advindos das classes em posição de decisão, e com isso, poderia aderir a uma ideologia proposta. Ansart (1978, p. 164) define que:

É próprio de uma ortodoxia inserir-se num espaço social rigorosamente definido, onde os criadores, os difusores e os receptores recebem papéis constantes, onde o grupo atingido pela mesma linguagem é nitidamente definido. Uma ortodoxia estatal renova-se e se difunde dentro das fronteiras do Estado: a política ideológica vela para que os significantes críticos não se introduzam na sua área de ocupação.

O forte apelo a uma colaboração popular reforça a prática dos cartazes como metodologia repressiva destinada a esta camada social, ou mais precisamente a um público. Segundo Arendt (2014, p. 61): “significa, em primeiro lugar, que tudo o que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”. Então, além da exposição pública, a irradiação da mídia impressa não somente insere o medo entre a população, como a coloca frente ao perigo do “terrorismo” em confrontos nas ruas do país. Sem perceber a dimensão do conflito, o cidadão comum se vê diante de um perigo alargado por uma dimensão maior do que realmente é, este envolto na perspectiva de uma ameaça constante e por uma atmosfera de incerteza, que converge a sua atenção para o centro do conflito.

O conflito mais aparente opõe os mecanismos entre si e no terreno da conquista das audiências e das adesões. Essa luta é teoricamente reabsorvida por um regime político, onde o mecanismo estatal controla o conjunto dos mecanismos de reprodução; assume, pelo contrário, proporções maciças num regime pluralista, até constituir um dos conflitos mais importantes da vida política. (ANSART, 1978, p.85).

A exposição dos procurados, entre fotografias e nomes, entre crimes e ações terroristas, elevou a população a uma condição de cúmplice no monitoramento das práticas “subversivas”, atentando ao fato de que, apesar de apresentá-los como criminosos, há um certo cuidado em distinguir os crimes de terrorismo dos crimes comuns. Assim, os cartazes iam além da prerrogativa de conhecimento, eles foram “difusos, elásticos e funcionais”, ao possibilitar outras funções, como institucionalizar a eliminação do inimigo “terrorista”, afinal matar um “terrorista” seria resultado do combate à ameaça comunista, além de obscurecer as circunstâncias sobre a verdade fatural das mortes de militantes de esquerda, promovendo a permanência da ameaça do inimigo, a suposta “democracia”, mantendo o *status quo* do regime ditatorial.

Ao adentrar o espaço público expondo a face do “terrorismo”, os órgãos de informação e segurança tornaram o cidadão comum o agente preservador da vigília de elementos de crimes possíveis e de suspeitos de “subversão”. Embaladas em falácias e insuflados por sentimentos patrióticos, típicos dos setores conservadores da sociedade, destituíram este cidadão de discussões mais políticas e de um posicionamento mais próximo às aspirações de construção da democracia. Estas aspirações são ainda um tanto confusas na atualidade, muito embora já tenhamos conquistado algumas querências em certos setores da sociedade; ainda é um modelo frágil de governo, não há uma clareza definida sobre qual democracia estamos vivendo. Nos anos sessenta, o modelo de democracia era imposta, como o foi quando da transição do período ditatorial para o democrático. Percebe-se que na vigência da ditadura civil-militar, a democracia foi defendida sem muitos quesitos, apenas se enalteceu o fato de que ela estava ameaçada pelo comunismo internacional, que mantinha agentes brasileiros a seu serviço, o que poderia destruir as instituições cristãs conforme se conhecia.

Nos debates acerca das diversidades dos fatos históricos, os conceitos atribuídos ao que constitui uma democracia, tornaram-se renitentes em diversos contextos. Assunto em pauta em outras épocas, encontramos na década de 1920, o trato desta questão e um conceito:

O Brasil se inscreveu no ról dos povos livres. Contentou-se, porém, com a fachada. Falta-lhe o espírito da democracia, por lhe carecer a base da cultura popular, e o exercício da liberdade pública... A preparação da mentalidade precede, sempre, e necessariamente, ás grandes reformas providenciaes. Sem ella, os movimentos collectivos caminham de olho vendados, e a passos largos, para o abysmo da anarchia. Por querermos uma pátia livre, contra estes dois escolhos: a sevidão, que oprime, e a anarchia que se aproxima, releva sabermos, primeiro, o que nos convém, para querermos, depois o que nos cumpre. (DORIA, 1924, p.1).

Doria (1924, p.96) revela ainda, “que a nação accorde, se levante, discuta os seus problemas e resolva as suas incognitas, constitua os seus governos. Só assim annullará, de vez, a veleidade de ser a Republica a favorita dos quartéis”. Um discurso muito pertinente para as democracias das décadas posteriores. Porém, nos anos 1920 e 1930, as camadas sociais populares, o campesinato e o proletariado, iniciavam-se em greves por melhores condições de trabalho e vida, assim como por um lugar como classe assistida dentro da sociedade brasileira, pois careciam de uma série de melhorias sociais e almejavam, já organizadamente, uma participação no cenário social e político, as quais as classes dominantes vilipendiavam.

Nas décadas posteriores, mais precisamente no segundo governo de Getúlio Vargas algumas melhorias relacionadas aos trabalhadores foram implementadas. Na década de 1960, durante o governo de João Goulart, as reformas de base estiveram presentes nos proclames do governo, o que causou insatisfação em setores da elite brasileira conservadoras. Setores tradicionais e afins viam alarmados a queda visível do que consideravam ser instituições respeitáveis, a moral e os bons costumes. A corresponsabilidade das classes apoiadoras do regime nas práticas de repressão, não somente pela truculência da situação vivida, mas pela própria atuação como gestora e financiadora, foi pontual para a ação dos órgãos de informação e segurança. Sem o apoio financeiro não seria possível manter a rede de agentes e a propaganda da ditadura. A rede de agentes e agências, responsabilizadas por mortes regadas a violência e arbitrariedades, dissimularam-se na defesa da “democracia”, encontrando na prática dos cartazes e na divulgação midiática dos periódicos, uma legitimidade, oficializando a eliminação dos elementos envolvidos com o “terrorismo”, apoiando-se no fato de tratar-se de uma guerra contra a “subversão”.

O Estado brasileiro, compreendendo desde a presidência, perpassando os demais poderes, a sociedade, os meios de comunicação, a igreja, a escola, ou seja, o aparelho ideológico do Estado, “termo que compreende, não somente o aparelho especializado [...], a saber: a política -os tribunais- e as prisões; mas também o

exército que intervém diretamente como força repressiva de apoio”. (ALTHUSSER, 2012, p.62), até o porão mais profundo do aparato repressivo, apropriou-se de diversos mecanismos para manter esta máquina em funcionamento. O Estado delegou a agentes, policiais e militares, o destino dos ditos inimigos da nação. Imbuídos em nome de um patriotismo requerente, atribuíram para si tarefas nada gloriosas, pois estavam envolvidos nas malhas tênues entre o que julgavam certo e necessário para manter-se como poder. O resultado desta normativa, culminou em adesões e ações com base em dados resultantes de informações e de um ódio latente por aqueles que se engajaram em modelos socialistas e comunistas, seja qual fosse a linha, e que buscaram discutir uma forma de governo adversa daquela que pontuava o Brasil naquele momento.

A influência comunista foi uma das grandes questões no Brasil. Como viver em um país cujo governo não previa a figura de Deus em seus pilares? O ideário de olhos moralistas voltou-se para o mal do momento: o comunismo, sem levar em conta as suas especificidades, o que condenou outros tantos sujeitos, além dos “terroristas, a orbitarem em torno da categoria do inimigo.

Desde o início, as relações entre o Brasil e a União Soviética foram complicadas. O governo brasileiro recebeu positivamente a derrubada do Czar em fevereiro de 1917 e demonstrou simpatia pelo experimento republicano intentado durante os meses subsequentes na Rússia. Porém, o regime político que ascendeu com a insurreição bolchevique de outubro (novembro) de 1917 não inspirou a mesma simpatia e, no ano seguinte, o Brasil rompeu relações diplomáticas. Nessa decisão o governo brasileiro não estava sozinho, ao contrário, acompanhava ações semelhantes de outros países da área de influência européia. O radicalismo bolchevique, com seu projeto de revolucionar o mundo e destruir as classes dominantes tradicionais, naturalmente causava consternação à elite dirigente brasileira, particularmente tendo em vista a onda de greves em cidades industriais brasileiras no período 1917-1918. A existência de país com governo orientado para os interesses operários constituía perigoso mau exemplo para o proletariado brasileiro, e urgia evitar o risco de contágio. (MOTTA, 2007, p 2-3).

A percepção do modelo comunista soviético, obteve vários matizes desde o advento da Revolução de 1917 e ao longo do século XX. São percepções sobre o mesmo lugar, mas em diferentes contextos políticos e sociais. Jorge Le Freve, jornalista inglês, viajou à União Soviética no início dos anos 1920 e, como resultado, escreveu um livro expondo as impressões que obteve sobre o recém instaurado modelo comunista, onde narra o seguinte diálogo: “O senhor é comunista? Pergunto. Elle sobressalta-se. Eu? Responde, odeio-os. Mataram minha mulher. E o senhor? Digo

ao engenheiro. Não. Mas supporto-os. E o senhor? Interrogo Vania. Não. Mas, admiro-os cegamente”. (LE FEVRE,1931, p. 142). A experiência lhe causou alguns estranhamentos, mas na condição de explorador de uma nova forma de sociedade, apenas queixou-se do pouco conforto que a vida nesta sociedade comunitária oferecia. Sua narrativa é de um curioso observador, ele não deseja julgar, e sim, durante a sua estada na União Soviética e durante os seus passeios, não deixar escapar nenhum detalhe esclarecedor.

O imaginário sobre o comunismo após a Segunda Guerra Mundial, não via com bons olhos a implementação do comunismo soviético. Envolvidos em disputas pela hegemonia mundial, Estados Unidos e União Soviética, buscaram cada qual irradiar as suas ideologias pelo resto do mundo, em especial, na América Latina, para conquistar novos adeptos e doutrinar as populações locais. Isto proporcionou aos países alinhados com a ideologia capitalista estadunidense um temor exacerbado do modelo soviético, transformando-o em um mito satânico. Mais tarde, os cartazes de procurados por terrorismo, apresentaram à sociedade a face deste tormento que, à sua hora e maneira, preso ou morto, daria ao regime ditatorial a sensação de um dever cumprido. Não foi possível, naquele momento, perceber a amplitude das medidas tomadas para conter esta corrente de ideários e mudanças, feitas em nome da defesa da democracia.

O preço a pagar pela democracia é que as possibilidades de controle consciente se restringem aos campos em que existe verdadeiro acordo, ao passo que em certos campos as coisas têm de ser abandonadas à sorte. Mas numa sociedade que funciona em obediência a um planejamento central, não se pode fazer com que este controle dependa da possibilidade de um acordo de maioria. Muitas vezes será necessário impor ao povo a vontade de uma pequena minoria, por ser este grupo mais numeroso capaz de chegar a um acordo sobre a questão em debate. O governo democrático tem funcionado bem enquanto as suas funções se restringiram, por força de um credo amplamente difundido, aos campos em que se podia alcançar um acordo de maioria pela livre discussão. (HAYEK, 1946, p.112).

Portanto, a partir da imposição de um governo autoritário que defendia alguma coisa chamada de “democracia” e pelas experiências vividas durante a ditadura de 1964, fez-se profícuo desnudar as metodologias implementadas pela repressão e a amplitude das práticas educadoras do meio social. Para tanto, foi crucial caracterizar a prática dos cartazes como uma medida repressora e reguladora da opinião pública e legitimadora das ações ilegais do regime, para então, desvelar as clivagens que

perpetraram a ideologia do combate ao inimigo interno ou “objetivo”. Em busca da aniquilação da ameaça, implementou-se uma extensa rede de informações, cuja vigilância elaborou um mapeamento sobre todas as organizações proscritas, envolvidas na luta armada, e de cidadãos suspeitos por ligação a grupos comunistas.

O perfil marginal do inimigo, composto da fotografia, do nome, do codinome, da organização clandestina pertencente, tudo foi exposto nos cartazes. O conhecimento, o reconhecimento, a proposta de delação, juntamente, com a perseguição, o confronto, as prisões e as mortes com suas versões oficiais, permitiram visibilizar a radiografia do inimigo do Estado, servindo de base para o constructo da imagem do “terrorismo”, propiciando a sua institucionalização no tecido social. Além do mais, oficializaram a caçada, a captura e o extermínio destes elementos determinados como “subversivos”, perpetrando um sistema de governo corrupto<sup>16</sup> e repressivo que agia sob a égide de conceitos moralistas e conservadores.

Indudablemente los gobiernos dictatoriales se asentaron en una base repressiva, en primera instancia, pero también supieron crear instrumentos de legitimación. Si bien no fueron consensuales en sentido estricto, no podemos desdeñarlos, de lo contrario no conseguiríamos explicar la popularidad que aún goza el régimen pinochetista y, en menor medida, la dictadura brasileña, por ejemplo. (RAMÍREZ, 2017, p. 387).

Os cartazes de “terroristas procurados”, são parte de uma campanha mais ampla de erradicação do comunismo internacional. Os militares no poder, outorgaram esta normativa a órgãos que se incumbiram desta missão. O que se iniciou com protestos, reuniões em grêmios estudantis, panfletagens, entre outras oposições, seguiu um rumo mais sério, e o confronto entre estas duas forças em colisão, esquerda e regime, propiciou a este último tomar medidas mais extremas. Ao lançar mão destas medidas, precisou manter uma fachada de legalidade, frente às ações dos órgãos de segurança e repressão. Além de uma campanha de propaganda que elevava as questões morais ao cidadão, ou de como este deveria se portar em relação aos ideais patrióticos, o regime se utilizou de outra campanha, a que possibilitou verbalizar o “terrorismo” como uma ameaça e a necessidade de se eliminar este mal. A exposição pública destes cartazes e a irradiação midiática do “terrorismo”,

---

<sup>16</sup> Segundo Pedro Henrique Pedreira Campos (2012), o setor de obras públicas é área privilegiada de denúncias de ilegalidades cometidas por agentes do aparelho estatal e empresários com contratos com organismos do governo.

permitiram, por algum tempo, oficializar as ações violentas do regime, sob um manto legal, através do aval da população.

## 2 CONSTRUINDO O INIMIGO “TERRORISTA” A PARTIR DE PRESSUPOSTOS DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

As relações internacionais na década de sessenta, debatiam-se entre dois poderes antagônicos, o comunismo soviético e o capitalismo estadunidense, este último permeado por uma política embasada na segurança nacional. Por sua vez, o Brasil mantém um alinhamento ao modelo capitalista, por influência dos Estados Unidos, posicionando-se no centro da geopolítica<sup>17</sup> do anticomunismo dos países latino-americanos. A ideia de nação como “uma única vontade, um único projeto: é o desejo de ocupação e de domínio do espaço”. (COMBLIN, 1978, p. 28); assim determina-se por alavancar o crescimento do país, desenvolver a economia e dominar o extenso território nacional. O conceito de nação está intimamente ligado ao conceito de Estado, eles se fundem, pois “o que faz formalmente a Nação não difere do que constitui formalmente o Estado. É esse o conceito de Nação com o qual joga a Doutrina de Segurança Nacional”. (COMBLIN, 1978, p. 28). O contexto político no qual se envolvem os preceitos da DSN, está intimamente ligado a um conservadorismo político e social, visto que o papel do sujeito “identifica-se com as tipificações da conduta *in acto* objetivadas no social”. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.84).

Para compreender o contexto nacional em que se insere a ditadura civil-militar de segurança nacional, iniciaremos com a movimentação no início dos anos 1960, em que a sociedade brasileira, neste contexto, era definida por padrões patriarcais, sendo o papel social de seus integrantes inspirados por um conservadorismo de antanho.

Podemos começar com propriedade a falar de papéis logo que esta espécie de tipificação ocorre no contexto de um patrimônio objectivado de conhecimentos, comuns a uma colectividade de actores. Os papéis são tipos de actores num tal contexto. É fácil ver-se que a construção de tipologias dos papéis é um correlativo necessário da institucionalização da conduta. As instituições incorporam-se na experiência do indivíduo através dos papéis. (BERGER E LUCKMANN, 2004, p. 84).

O Brasil apresentava um quadro populacional com predominância no meio rural, muito embora uma grande migração desta população do campo estivesse ocorrendo rumo aos centros urbanos, cujo propósito era a busca por melhores

---

<sup>17</sup> Para Comblin (1977), a geopolítica é a ciência dos projetos nacionais baseados na geografia, onde somente os países grandes em extensão conseguem desenvolver uma geopolítica verdadeiramente nacional.

condições de vida. Este fator acarretaria um aumento das adesões aos sindicatos de trabalhadores, nestes centros urbanos. Contudo, apesar das adesões, as lideranças dos sindicatos gozavam de alguns privilégios governamentais, o que destituiu em parte, esta nova massa sindicalizada de maiores iniciativas políticas<sup>18</sup>. A eficácia na atuação sindicalista, referente às questões políticas mostrou-se limitada, o que contribuiu para que esta massa migratória ruralista, não exercesse grande oposição ao governo, visto que os sindicatos se viam devidamente controlados até então, pois no governo haviam indivíduos cuja mentalidade remontava ao contexto clientelista pré-1930<sup>19</sup>, onde prevalecia a política embasada em uma divisão entre ganhos e favores partidários.

Neste íterim, entre desenvolvimentismos e populismos, os anos sessenta presenciam um grande crescimento das esquerdas no Ocidente, o que se constituiria no grande divisor de águas na política mundial e que atingiria em cheio a América Latina e suas instituições políticas, desde os anos quarenta. A “precária sociedade civil”, segundo Dreifuss (1981, p. 24) viu ressurgir a esquerda, e “o crescimento do Partido Comunista junto a organizações incipientes das classes trabalhadoras pareciam à burguesia uma séria ameaça, fora do seu contrôle”. Em um âmbito global, era possível sentir as transformações conflitantes advindas da disputa bipolar provenientes das duas potências mundiais, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Em agosto de 1961, na Alemanha dividida pela Segunda Guerra Mundial, um muro é erguido no coração de sua capital Berlim. Este acontecimento proporcionaria uma visão “palpável” e real da divisão ideológica do mundo, capitaneada por estas duas potências. Mais além, dividiu também, as relações familiares, laborais, políticas, religiosas, culturais, acadêmicas, entre outras, destituindo sociedades anteriormente organizadas de variadas formas e impondo novas diretrizes na política e no meio social. A recusa do diálogo, colocou o mundo comunista de quarentena<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Para Skidmore, no que diz respeito à classe trabalhadora, no final da década de 1950, JK adotou uma política cautelosa de generosos aumentos salariais, porém continuou com o controle governamental na estrutura sindical.

<sup>19</sup> Dreifuss 1981, define que até 1930, o Estado brasileiro foi liderado por uma oligarquia agro-comercial, na qual predominavam as elites rurais do nordeste, os plantadores de café de São Paulo e os interesses comerciais exportadores.

<sup>20</sup> Comblin, 1978.

Os efeitos da disputa bipolar na América Latina puderam ser sentidos quando a nação estadunidense rompe relações com Cuba. O então presidente John Fitzgerald Kennedy, promoveu uma política interna para a elaboração de leis que ampliavam os direitos sociais e o combate à cultura racial nos Estados Unidos. Com relação à América Latina, Kennedy lançou o programa “Aliança para o Progresso” que se encontrava em pleno andamento em 1961. Este foi delineado pela “Carta de Punta del Leste”<sup>21</sup>, onde participou o então presidente Juscelino Kubitschek juntamente com outros governantes latinos. O programa foi pontual em relação aos conflitos que se seguiram no Brasil após 1964: a intensificação de um alinhamento brasileiro à política estadunidense para países Latino-Americanos, capitaneou as normativas de ação no cenário político brasileiro, impossibilitando que movimentos modernizantes tomassem corpo e fossem implementados no país, quando estes não estivessem de acordo com o alinhamento ideológico entre os dois países.

A partir desta conjuntura, não só se intensifica uma conturbada década para as sociedades ocidentais como também, a guerra contra o inimigo comunista em nossas fronteiras. A eminência de levantes “subversivos” são a preocupação de Kubitschek, já no final da década de cinquenta, devido às transformações na divisão social do trabalho. O desenvolvimento abriu brechas para o crescimento de movimentos populares de trabalhadores e camponeses, devido à crescente concentração das classes trabalhadoras nos centros urbanos.

A massa de trabalhadores industriais e mesmo os camponeses tiveram de ser finalmente reconhecidos como contenedores políticos, apesar de continuarem a não ser reconhecidos como forças políticas legítimas pelas classes dominantes. Não foi por acaso que durante o regime de Juscelino Kubitschek as noções de segurança militar interna se concretizaram; foi o próprio Juscelino Kubitschek quem, ao falar à Escola Superior de Guerra, insistiu para que essa se dedicasse ao estudo da potencial ameaça subversiva de forças sociais desencadeadas pela modernização da ordem vigente. (DREIFUSS, 1981, p. 36).

Passados alguns anos, no início da década de 1960, o então presidente Jânio da Silva Quadros renunciava, movido por “forças terríveis”<sup>22</sup>; um presidente interino

<sup>21</sup> Visava a criação de planos de desenvolvimento nacional por dirigentes latino-americanos, auxiliados pelos Estados Unidos, além de Juscelino Kubitschek, também participou Raúl Prebisch da Argentina.

<sup>22</sup> Segundo Skidmore na carta da sua renúncia, Jânio declara: “Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e intrigam ou difamam, até com a desculpa de colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e tranquilidade, ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade.

assumia a vacância da presidência, porque o poder de fato encontrava-se nas mãos de três ministros militares, General Odílio Denys, Brigadeiro Moss e Almirante Sílvio Heck, que declararam estado de sítio para evitar manifestações contrárias às medidas tomadas<sup>23</sup>. João Goulart, então vice de Jânio, assume como presidente, sob uma campanha oposicionista de uma fortalecida elite dominante e contrária às mudanças no campo social, junto a isso, o quadro econômico não se apresentava favorável. Ao lançar o seu programa de governo, Goulart se depara com a herança de “uma estrutura partidária que prometia pouco êxito [...] a curto prazo de estabilização econômica, quanto em sua ambição a longo prazo de levar a efeito uma reforma de estrutura”. (SKIDMORE, 1982, p. 285). No decurso do seu conturbado mandato, mais precisamente em 1963, a situação agrava-se e as notícias sobre a economia brasileira não davam muitas esperanças à população.

Segundo uma pesquisa do Instituto de Arquitetos do Brasil, 50% da população do país vive em favelas, mocambos, choças e outras ‘habitações irregulares’ sem ‘condições mínimas de área, luz, salubridade, conforto e higiene’. A maioria dos jornais afirma que a inflação e a ‘comunização’ do Executivo Federal são as grandes vilãs, a causa de todos os tormentos do país. Com raríssimas exceções (como os jornais cariocas *Última Hora* e *Correio da Manhã*), o tom da imprensa quanto à presidência de João Goulart oscila entre a profunda desconfiança e a franca hostilidade. (BAHIANA, 2014, p.24-25).

Os olhos conservadores dos anos sessenta depararam-se com movimentos culturais e sociais, em nível global, carregados de reformismos dos padrões de comportamento vigente. Uma série de protestos contra valores vinham sendo questionados como antiquados e castradores. O mundo estava mudando nos sessenta, havia uma grande diversificação de conduta e “conspiravam-se” outros modelos de sociedade. As vozes dos anônimos atores sociais ansiosos em romper com os padrões sociais estabelecidos, advindos de mentalidades conservadoras, podiam ser ouvidas em meio a estas movimentações. Para os seguidores da moral e dos bons costumes cristalizada em uma sociedade reguladora, onde “a construção de tipologias dos papéis é um correlativo necessário da institucionalização da conduta”. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.84), vislumbrou a necessidade de uma organização social, para que determinadas aspirações de construção nacional fossem edificadas ou mantidas.

---

<sup>23</sup> Skidmore, 1982.

Popularmente, os anos sessenta e setentas foram agitados, irreverentes, ousados e completamente “loucos”, para os atores deste contexto, no sentido literal da palavra, visto que, um grupo de expoentes da juventude foi adepta a modelos inspirados pela contracultura e na remodelação de velhos conceitos. De uma forma ou de outra, seus modos e maneiras influenciaram os jovens pelo resto do mundo e as gerações posteriores. Em relação aos movimentos dos anos sessenta, surgem nos Estados Unidos o *Black Power*, dos negros, o *Gay Power*, dos gays e lésbicas e o *Women’s Lib*, movimento feminista pela igualdade de gênero. Todo esse conjunto de irreverências cristalizou-se diante dos olhos incrédulos de outra parcela da sociedade adepta a padrões de comportamento e de atitudes de “bom mocismo”.

O advento do Rock’n Roll nos EUA na década de 50 pode ser considerado uma revolução na tradição juvenil seguida até ali. Foi a partir dele que o mundo passou a assistir a profundas mudanças emergidas dos sujeitos sociais juvenis que o aderiram e, daquele momento em diante, passariam a não aceitar mais viver à sombra de seus pais ou de modelos sociais pré-estabelecidos, como costumava ser até então. (RAMOS, 2009, p.3).

As manifestações sociais, e porque não, culturais, muito embora inspirem aos mais leigos não terem uma ligação direta com o turbilhão dos acontecimentos políticos, são sem dúvida um indício de que os padrões em declínio estão em questionamento. Se há problemas econômicos, há também a procura por uma acomodação social e de comportamento dentro das novas premissas, e até em transgredir os limites impostos pelos “ditadores” de padrões sociais vigentes.

Os jovens estadunidenses e adeptos do movimento *Hippie*<sup>24</sup>, são um exemplo desta relação entre as questões governamentais e de comportamento social e cultural. Uma grande manifestação destes jovens, foi o protesto contra a Guerra do Vietnã, que se desenrolava no Sudeste Asiático. Este conflito bélico era visto, por parte destes

---

<sup>24</sup> Na década de 1960, o movimento hippie apareceu disposto a oferecer uma visão de mundo inovadora e distante dos vigentes ditames da sociedade capitalista. Em sua maioria jovens, os hippies abandonavam suas famílias e o conforto de seu lar para se entregarem a uma vida regada por sons, drogas alucinógenas e a busca por outros padrões de comportamento. Ao longo do tempo, ficariam conhecidos como a geração da “paz e amor”. Ao longo da década de 1960, junto do movimento negro, os integrantes dessa geração discutiram questões políticas de grande relevância e se organizaram para levar a público uma opinião sobre diversos acontecimentos contemporâneos. Conseguindo mobilizar uma enorme quantidade de pessoas, os hippies lutaram pela ampliação dos direitos civis e o fim das guerras que aconteciam naquele momento. Em várias situações, a influência das autoridades sob os meios de comunicação, acobertavam a discussão que se desenvolvia, para assim reforçar os comportamentos marginais dos hippies. Não raro, a força policial era acionada para que esses “desordeiros” fossem retirados do espaço público. Disponível em: <https://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/as-lutas-do-movimento-hippie.htm>. Acesso em 14 nov. 2017.

jovens, como uma ação imperialista sobre outros povos e por produzir como resultado, um grande número de mortos e mutilados, isto tudo sem trazer grandes vitórias, fatos estes que vieram a repercutir negativamente na vida cotidiana dos norte-americanos. Para o governo estadunidense o conflito era uma questão de segurança e, tem sua raiz na política anticomunista dentro do cenário da Guerra Fria:

O Vietnã simbolizava a vontade dos Estados Unidos de defender a segurança do mundo livre contra a guerra revolucionária dos comunistas em todas as partes do mundo. Essa guerra permitia aperfeiçoar uma enorme quantidade de técnicas que seriam em seguida ensinadas aos exércitos do Terceiro Mundo e principalmente aos exércitos latino-americanos: ela lhes forneceria um tipo de estratégia e receitas táticas. (COMBLIN, 1978, p.114).

Paralelamente, nos EUA em junho de 1964, os conflitos raciais estavam a pleno vapor com a movimentação contra a discriminação racial e da integridade dos direitos civis dos negros no país. O pastor Martin Luther King, juntamente com militantes negros e brancos partilham lugares reservados “só para os de cor”<sup>25</sup>, assim como sentam-se juntos nos coletivos, que tinham lugares específicos para estas pessoas, e andam juntas pelas ruas das cidades sulistas, as mais conservadoras em relação à questão dos negros.

Em termos de comportamento cultural e social, o mundo se vê diante de uma revolução na maneira de vestir: o lançamento da minissaia de Mary Quant, demasiada curta e muito acima dos joelhos, define uma mudança de atitude que aterroriza aqueles olhos conservadores demais, os cabelos crescem e a combinação de peças que compõe o vestuário juvenil torna-se eclético. A geração “*baby boom* americana” solta os cabelos, mistura todo o tipo de roupas estridentemente coloridas, passando a abolir o modo sisudo de cobrir o corpo, relevando o fato de que há muito a forma de se vestir delibera um posicionamento social. Nas relações amorosas, grupos de indivíduos passam a conceber um número maior de parceiros, o “amor” é vivido de forma mais “livre”. As experimentações estão na ordem da vez, amar é o verbo, o lema “paz e amor” reflete a busca por uma nova concepção de viver, sem guerras, com igualdade. A quebra de uma rotina social é pregada por grupos de jovens, que encontram na espiritualidade transcendental, o seu conhecimento interior e, na curva dos acontecimentos, esta juventude quer tomar nas mãos as rédeas do próprio

---

<sup>25</sup>Ana Maria Bahiana, 2014.

destino, não somente na maneira de vestir e agir, mas através de movimentos sociais e políticos, pelo menos por uma parcela destes jovens.

Entre esta ebulição cultural de valores e pela busca de um modelo diferente de viver, outros acontecimentos vão permeando as mudanças comportamentais, ou pelo menos as aspirações em romper com velhos e moribundos valores políticos, sociais e culturais frente a esta “revolucionária” década, criando outras realidades além daquelas percebidas. Berger e Luckmann (2004, p.33) atentam ao fato de que, “entre as múltiplas realidades há uma que se apresenta como sendo a realidade por excelência: é a vida cotidiana. A sua posição privilegiada confere-lhe o direito à designação de realidade predominante”. A vida cotidiana do cidadão brasileiro se viu também, frente aos movimentos emancipatórios, antirracistas e da contracultura dos norte-americanos, sendo que estes entraram neste cotidiano em um momento político, no mínimo, delicado.

Unindo as contestações de comportamento e de emergentes movimentos sociais a uma adesão ao modelo comunista, já que tudo naquele momento era atribuído à influência do comunismo soviético, estes tempos foram propícios para assombrar as mentes conservadoras e ameaçar a manutenção do seu estilo de vida. Envoltos em uma atmosfera de desequilíbrio dos padrões aceitáveis frente às movimentações sociais, das barreiras que podiam ser quebradas, inspiradas no modo livre de viver “inventado” pela juventude dos sessenta, pairava um assombro, confrontava-se o *status quo* da elite de então. Esta, imbuída em quebrar paradigmas de modelos pré-concebidos, confrontou o lema de ordem e moral imposto pelos pressupostos coercivos da ditadura de 1964, fato que ocorreu quando a ditadura militar no Brasil confundiu atos de contestação juvenil com os crimes de subversão.

Ao ceifar os sonhos de liberdade da geração 1960, mesmo que parte dela tenha assumido um movimento mais político, também desacelerou a movimentação de outros jovens que não estavam diretamente ligados às ações da esquerda revolucionária, muito embora esta estivesse composta por muitos expoentes jovens. Tendo em vista que a década dos sessenta “representou aqui a corroboração do processo de formação de uma classe de jovens contestadores, seguindo os rumos do fenômeno que era mundial na época”. (RAMOS, 2009, p.12), contudo idealizou um modelo generalizante que permitiu reunir vários indivíduos vistos como fora de padrões instituídos socialmente, em uma mesma categoria ideológica chamando-os

de “subversivos” - priorizando aqueles indivíduos e grupos que se opuseram de forma pacífica ou armada contra o modelo ditatorial.

O que se denominava de “subversão” encontrou uma forma genérica em seu interior. Vista pelo prisma da DSN e sob a influência do ideário estadunidense, para Comblin (1978, p. 47):

Já não há nenhuma diferença entre subversão, crítica, oposição política, guerrilha, terrorismo, guerra, já que tudo isso é manifestação de um único fenômeno, a guerra revolucionária, a Inteligência consiste em criar uma rede abstrata de relações entre a suposta guerra revolucionária e qualquer indício de descontentamento por parte do povo. Em toda a parte haverá a presença do comunismo internacional; em toda a parte uma guerrilha potencial. O código de guerra revolucionária deforma sistematicamente a realidade.

A DSN com uma política de contenção da “subversão”, evidenciou um inimigo interno e promoveu as diretrizes para combater a sua ameaça. A ideologia do inimigo não foi prioridade dentro das fronteiras norte-americanas, ele foi exportado de forma decisiva para países estratégicos na América Latina. A ideologia do combate ao inimigo interno foi difundida, “um manual de guerra revolucionária que se tornou, desde 1961, a base do ensinamento dado aos exércitos latino-americanos”. (COMBLIN, 1978, p. 47). A preocupação com a segurança nacional foi o elemento que permitiu derrubar os limites dos direitos civis do cidadão: aquele que não aderisse às normativas para a construção de uma nação forte, não contribuindo para o desenvolvimento do país, era visto sob a influência maligna do comunismo. A DSN foi uma mentora e aliada para combater algo ainda mais perturbador, o advento de uma sociedade sem a presença de Deus em sua estrutura, uma visão fatalista daqueles empregadores da fé cristã.

## 2.1 Da LSN a DSN, o inimigo previsto por lei

A “Segurança Nacional” foi definida por Comblin (1978, p. 54) da seguinte maneira: “a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes”. Segundo o autor “a Segurança Nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem *contra quem*: o comunismo”. A movimentação em torno desta questão, ou ainda, com a segurança do Estado, vem de antanho. O ex-presidente Getúlio Dorneles Vargas, promulgou a Lei nº38, de 4 de abril de 1935, chamada de “Lei Monstro”. Esta destacou-se como um instrumento a

fim de deter a ação dos “comunistas” no Brasil, além de outros movimentos que viessem a desafiar o *status quo* do governo. Proporcionando a ele deter as manifestações e a movimentação do Partido Comunista e de outras agremiações opositoras, definindo os crimes contra a ordem política e social. Em seu primeiro artigo, a “Lei Monstro” demonstrou a que veio: “tentar directamente e por facto, mudar, por meios violentos, a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ella estabelecida”. Este primeiro artigo torna legível que, qualquer modo de ação contra o governo instituído é passível de pena legal.

O comunista Carlos Marighella foi denunciado em 10 de maio de 1937, com base na LSN de 1935, por assinar uma declaração contra o Tribunal de Segurança Nacional. Mais tarde, em 1968, foi considerado pelo ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, em um discurso no Quartel-general do II Exército, o “inimigo público de número um”, sendo considerado de “alta periculosidade”<sup>26</sup>. Marighella, que amargou nas prisões do Estado Novo, após a derrota do levante comunista em 1935, conhecido como “Intentona Comunista”<sup>27</sup>, passou pela LSN varguista e pela DSN dos militares. O militante mais controverso, pelo menos no que confere uma fama adquirida, militou anos no Partido Comunista, rompendo com ele na década de 1960, quando estruturou a organização revolucionária Ação Libertadora Nacional (ALN), a qual liderou até sua morte em novembro de 1968. Sobre ele pesaram inúmeros processos, porém sua atuação frente à ditadura, fez dele um mito, amado por seus admiradores e odiado pelos agentes da repressão. Sua captura, ou melhor, a sua “eliminação”, tornou-se uma questão de honra para o delegado Sérgio Paranhos Fleury e seus associados. Protagonista em cartazes, sua imagem foi largamente difundida pelos periódicos da época, que o exibiram morto. A revista *Veja* dispensou uma extensa reportagem intitulada “Estratégia para matar o terror”<sup>28</sup>, sobre o esquema

---

<sup>26</sup> Mário Magalhães, 2012.

<sup>27</sup> Em 23 de novembro, em nome da ANL, é deflagrada uma revolta no País. Teve início em Natal, passou por Recife e terminou no Rio de Janeiro. Os rebeldes são rapidamente dominados e o fracasso desencadeia intensa reação por parte da polícia política. Para as elites civis e militares, o comunismo tornou-se um inimigo e para o governo, um bom motivo para o fortalecimento do poder do Estado. A revolta foi patrocinada pela ANL, mas o governo achou melhor colocar a culpa de tudo que aconteceu no PCB. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>. Acesso em 23 jan. 2018.

<sup>28</sup> Edição nº 62, datada de 12 de novembro de 1969.

montado para pegar Marighella, sobre a sua morte e, inclusive, sobre os agentes atingidos e mortos durante a operação<sup>29</sup>.

No ano de 1935, quando foi promulgada a primeira Lei de Segurança Nacional, de autoria do ministro da Justiça de então, Vicente Rao, cuja premissa inicial visava atingir a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de Luís Carlos Prestes, e reprimir possíveis manifestações contra o governo, mais adiante serviria para punir os integrantes do supracitado levante comunista de 1935. Segundo Casemiro da Silva Neto (2006, p. 41):

É sancionado no dia 4 de abril como Lei nº. 38, que define crimes contra a ordem política e social, sendo denominada de “Lei de Segurança Nacional” ou “Lei Monstro”, conforme entendimento da oposição. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. Suas penalidades variavam de um a dez anos de reclusão e ainda incluíam a cassação de patentes militares; o fechamento de entidades sindicais suspeitas e sanções a jornais e emissoras de rádio que veiculassem notícias consideradas subversivas. Estava criado o mais importante instrumento no processo de expurgo das oposições que o Governo empreenderia.

A LSN de 1935, previa “podêres especiais para reprimir atividades políticas ‘subversivas’”. (SKIDMORE, 1982, p. 42). O autor, ainda esclarece que, “mesmo antes que a Aliança Nacional Libertadora fosse inteiramente organizada, em 1935, o Congresso cada vez mais conservador, começou a debater a ameaça dos ‘subversivos’”. Foram atribuídos poderes ao governo federal através da promulgação da LSN, para conter atividades políticas ditas “subversivas”, que obviamente já vinham sendo estrategicamente organizadas, anteriormente<sup>30</sup>. Como consequência destes poderes:

---

<sup>29</sup> A extinta TV Tupi registrou em filme o carro em que Marighella morto se encontrava, sob vários ângulos, além da movimentação de policiais e repórteres no local. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iG7ey1H3YG0>. Acesso em 10 de out. 2014.

<sup>30</sup> Skidmore, 1982.

Métodos policiais impiedosos rapidamente eliminaram os movimentos de esquerda em formação. A liderança do Partido Comunista foi aprisionada (Luís Carlos Prestes escapou aos seus captores até março de 1936), e seus escritórios foram invadidos. Nos meses que se seguiram à aborrida revolta comunista, milhares de políticos suspeitos, tanto militares como civis, foram aprisionados. Para dramatizar a ameaça 'subversiva', os prisioneiros foram concentrados em um antigo navio mercante, o 'Pedro I', que foi convertido em presídio flutuante, fundeado na baía fronteiriça a um dos bairros mais populosos do Rio. No Distrito Federal o popular governo reformista do Prefeito Pedro Ernesto foi suprimido. O sistema político começou a fechar-se. (SKIDMORE, 1982, p.44).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek a preocupação com a questão dos "subversivos" perdurou. As noções de segurança militar interna tornaram-se concretas, diante das insistências deste, para que a ESG se encarregasse do estudo sobre uma ameaça subversiva em potencial<sup>31</sup>. O prenúncio de levantes oposicionistas parece ter assombrado tanto Vargas quanto Kubitschek. Concretizados ou não, o fato era que apesar da popularidade de ambos, trabalhadores e outras problemáticas sociais, não foram de todo atendidas. O primeiro amarrou muito bem os sindicatos ao Estado, e o segundo resolvia paliativamente questões emergentes.

A Lei de Segurança Nacional sobreviveria aos dois mandatos de Vargas, sendo que entre 1945 e 1964 ela atuou de forma mais flexibilizada. Em 1967, ocorreu uma remodelação da LSN pelos militares: em plena ditadura, estes revogaram a lei de 1953 do período democrático de Vargas, o crime de ordem política foi regulamentado, formalizando então, a DSN. A esta seguiu-se outra de 1969, depois outra em 1978 e, por fim, a de 1983 que continua em vigor até os dias atuais<sup>32</sup>. Nos anos setenta, a LSN teve como ideólogo o conservador Mário Pessoa, que publicou em 1971 um livro intitulado "O direito da segurança nacional", utilizado pelos militares. Pessoa tinha uma posição um tanto dúbia, defendia que o AI-5 configurava-se um "instrumento de preservação da democracia", porém, achava que esta lei era como algo "desagradável"; ao mesmo tempo afirmava sua necessidade como instrumento de ação.

---

<sup>31</sup> Skidmore, 1982.

<sup>32</sup> Mais precisamente, a Lei de Segurança Nacional em vigor é a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Essa lei define os crimes contra a segurança nacional e estabelece regras para o seu processo e julgamento. A lei vigente revogou a Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que havia substituído o draconiano Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que, por sua vez, havia revogado o Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, primeira Lei de Segurança Nacional do regime militar que se iniciou em 1964. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>. Acesso em 12 de dez. 2017.

Ele descreve a lei de segurança nacional como um sistema bizantino de 1) atos institucionais, 2) Constituição federal, 3) leis complementares baseadas em atos institucionais, 4) decretos-leis e 5) leis complementares e ordinárias. Em 1971, o sistema havia inchado a ponto de se transformar numa desconcertante coleção de 160 atos legislativos distintos. (PEREIRA, 2010, p.125).

O tratado de autoria de Pessoa, segundo Pereira (2010, p. 126):

Tinha como tema a correção e a legalidade da repressão e dos processos instaurados por crimes políticos no Brasil, fazia parte de um esforço mais amplo, lançado pelo governo brasileiro, visando a legitimar a si próprio aos olhos da opinião pública nacional e internacional.

Há uma forte ligação entre os acontecimentos de 1935 e os de 1964, como a interferência direta do setor militar na vida política e civil, a promulgação das leis para limitar as liberdades de expressão e o livre exercício político e a ideologia do inimigo interno, neste caso, o comunismo internacional, ou seja, medidas em comum que foram tomadas pelos governos em questão. A classe apoiadora do golpe de 1964 caracterizou-se por uma diversificação de indivíduos e instituições com interesses em comum, sujeitos alinhados por uma direita situacionista, conservadora e moralista. Suas ações pré-golpe foram amparadas por um processo de doutrinação midiática e de uma rede de relações imbuídas em consolidar seu posicionamento ideológico no cenário político, econômico e social. Levando em conta os interesses em comum, esta rede muito bem articulada, embrenhou-se no meio social a fim de impregná-lo com a sua verdade.

O domínio de meios de comunicação, foi fundamental para que a população fosse envolvida pela credibilidade nos propósitos que derrubariam o governo de João Goulart. A principal acusação para desmoralizar Goulart e tornar sua gestão inepta, foi a que este buscava um alinhamento com o comunismo internacional e com isso estaria empurrando o país para a desordem e o caos. Para Skidmore (1982, p. 254), o entrave de Goulart era que “ao contrário de Getúlio, no entanto, recusara-se a cooperar com políticos cujo estilo ‘clientela’ era ainda bastante comum no Brasil de 1961”. Sua ascendência no campo político dispensou maiores compromissos com partidos, partidários ou outros movimentos, como Getúlio não fez entre os períodos de 1930 e 1945<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> Skidmore, 1982.

Estes fatores comungaram com o anticomunismo estadunidense, que aportou em terras brasileiras logo após a Segunda Guerra Mundial, favorável à deposição de Goulart, cuja ideologia da bipolaridade mundial interviu nos países na América Latina. Segundo Fernandes (2009, p. 34), esta intervenção “tinha como alvo máximo a ‘contenção do comunismo’, conceito extremamente flexibilizado pela doutrina que se aplicava, em realidade, contra qualquer movimento que interferisse nos interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos”.

Sobre o anticomunismo, é justo mencionar que este não foi somente fomentado pela política estadunidense e impulsionado pela Guerra Fria, pois, conforme Motta (2007, p.234):

A URSS era perigosa não apenas por ser fonte para construção do imaginário comunista. Ela passou a ser vista, sobretudo depois de 1935, como potência agressora, Estado inimigo responsável por treinar, financiar e infiltrar agentes subversivos no Brasil, devotados à destruição da pátria e de seus valores básicos (religião, família e, dependendo do autor do discurso, a liberdade).

Pressupondo que qualquer movimento político com intensões socialistas ou soviéticas não era bem visto no Brasil, levando em conta o precipitado levante comunista ocorrido em 1935 para a tomada do poder, faz-se fundamental compreender que o sentimento anticomunista remonta a outras décadas e supõe uma estrutura mais complexa para a sua compreensão, merecendo outras interlocuções sobre o tema.

O sentimento anticomunista estava ativo e bem assentado nos valores das elites e das classes médias, e o contexto de liberalização política avivaria os temores por ele evocados. A legalização do Partido Comunista foi outra das medidas liberalizantes do Estado Novo em seus estertores, e o crescimento rápido e intenso dessa organização (cerca de 10% de votos nas eleições de 1945), ao lado da eclosão de inúmeras greves e reivindicações sindicais só fizeram intensificar o medo ao perigo vermelho. A Guerra Fria forneceu aos grupos de direita nacionais suporte internacional para apoiar seus intentos repressivos, mas é equivocado o argumento de que a situação interna foi determinada pela externa. O anticomunismo não precisava ser importado dos Estados Unidos, ele já existia previamente e possuía aderentes inflamados. (MOTTA, 2007, p.236).

Da visão de uma ordem ao vislumbre do caos, um dilema foi lançado: formar uma coalizão a fim de manter os pressupostos nacionais ou aderir a outro modelo de sociedade, no caso ao modelo soviético. A palavra “ordem” esteve intimamente ligada à expressão de “progresso”, lema da bandeira brasileira, exaltado pelos

conservadores, intolerante frente a novas ideias. Percebe-se que “a construção da ordem coloca limites à incorporação e à admissão. Ela exige negação dos direitos e das razões de tudo que não pode ser assimilado- a deslegitimação do outro”. (BAUMAN,1999, p.16).

Com isto, nos colocamos frente ao contexto de sociedade brasileira dos sessenta, emperrada nas questões de ordem social, agarrada a preceitos moribundos, com medo de enfrentar as mudanças. Desta maneira é possível perceber o porquê de um alinhamento, em sua maioria, a programas conservadores e moralistas. No rol dos medos está o crescente movimento das massas trabalhadoras. O comunismo no Brasil, foi o medo do outro, do outro desconhecido, de uma forma mais generalizante, este medo tomou corpo e intensificou-se com o golpe de 1964. A conduta do governo autoritário que se impôs na segunda metade da década de sessenta, voltou-se exclusivamente para erradicar qualquer foco desta ideologia. Provavelmente não teria obtido certo êxito, não fosse o apoio da elite empresarial brasileira e de expoentes da classe média orgânica e suas redes de relações estabelecidas e articuladas anteriormente.

A semente plantada e o cuidado com o crescimento não foram concretizados ao acaso, foi preciso muito trabalho para atingir o objetivo almejado, foi preciso impedir a população de se politizar, “pois a participação política é um momento fundamental na construção do interesse público que norteará as ações do Estado”. (KOLODY; ROSA; LUIZ, 2011, p. 38). Nesta destituição popular, participaram inúmeros programas educadores, como os IPES, modelos educacionais tecnicizados implementados durante a ditadura, propagação de padrões cívicos e moralistas e a predominância de uma hierarquia elitista e conservadora, além é claro, da forte repressão às mobilizações para mudanças no campo e nas condições de vida nas cidades, traçando diretrizes para a nação.

A Doutrina de Segurança Nacional projetou leis e regras sobre todos os setores da vida da Nação e, até mesmo, fora dela. No Conselho de Segurança Nacional, entidade máxima do regime, são traçados ‘Objetivos Nacionais Permanentes’ e as ‘bases para a política nacional’. (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 74).

A DSN, como doutrina institucionalizada pela LSN de 1967, prevê um estado de guerra, onde o inimigo não tem fronteiras, ele pode atuar tanto dentro do território nacional quanto fora dele, no caso do Brasil mais no âmbito interno que externo, visto

que para uma maioria golpista, o comunismo internacional já havia se infiltrado na sociedade, e o combate a este inimigo implicou práticas extremas: o terrorismo de Estado, que aplicou suas diretrizes<sup>34</sup>.

Segundo a concepção da DSN, as pessoas exercem de fato a sua cidadania pertencendo a uma comunidade nacional, e não a uma classe. O cidadão só se realiza enquanto parte da Nação. Ele é desmotivado a reconhecer-se como pertencente a uma classe social: para a DSN, o importante é o bem comum nacional. O Estado pode ser identificado com a Nação: 'ele [o Estado] é a vontade única da nação', gerando assim uma despolitização social. (FERNANDES, 2009, p.34).

Por não se ajustar ao modelo social de nação, a categoria inimigos, ou de inimigos dentro de uma categoria, o que no contexto faz mais sentido, possibilitou a manutenção de uma “verdade organizada” em detrimento da fatural, além da presença constante da ameaça à ordem, proporcionando à ditadura a sua razão de ser. Uma “verdade organizada”<sup>35</sup> deliberadamente proporciona a manipulação de toda a informação que se detém. Hannah Arendt fala sobre as disputas entre a verdade e a política, em que o conflito entre a moral e a política além de complexa é antiga.

A falsidade deliberada, a mentira cabal, somente entra em cena no domínio das afirmações fatuais; e parece significativo, e um tanto estranho que no longo debate acerca desse antagonismo de verdade e política, desde Platão até Hobbes, ninguém, aparentemente, tenha jamais acreditado em que a mentira organizada, tal como conhecemos hoje em dia, pudesse ser uma arma adequada contra a verdade. (ARENDR, 2013, p.288).

O conceito de inimigo tem como interpretação, no dicionário formal, diabo; hostil; contrário a; que aborrece e quer mal; que milita em facção oposta; com quem se anda em guerra<sup>36</sup>. Dependendo do tipo de controle que se quer ter de uma categoria de indivíduos em uma sociedade, o poder que se estabelece acaba por organizar a verdade em torno de um conceito, manipulando toda a informação sobre ela e sua destinação. A propaganda anticomunista manteve e legitimou ações dentro de um sistema de contenção e combate, cuja necessidade em visibilizar o inimigo, e os indivíduos pertencentes a esta categoria, proporcionou a construção de uma

---

<sup>34</sup> Ananda Simões Fernandes, 2009.

<sup>35</sup> Hannah Arendt, 2013.

<sup>36</sup> Significado de inimigo. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/inimigos>. Acesso em 29 ago. 2017.

verdade construída e “organizada”, que devidamente difundida no meio social, buscou conquistar uma aprovação da opinião popular.

Durante a ditadura civil-militar no Brasil, os órgãos de segurança determinaram um inimigo, os elementos subversivos que deveriam ser combatidos em nome da segurança nacional, ou melhor uma categoria de indivíduos que chamaram de “terroristas”. Por conseguinte, podemos dizer que ao qualificar esta categoria desta forma, foi possível enquadrar todos aqueles que deveriam sair de cena, como um “inimigo objetivo”, escolhidos conforme as suas ideologias, sendo isso o bastante para serem eliminados<sup>37</sup>. O inimigo objetivo é entendido por Arendt quando “o primeiro estágio de desencavar os inimigos secretos e caçar antigos oponentes, geralmente coincide com a arregimentação de toda a população”. (ARENDR, 2010, p.472). O autoritarismo brasileiro procurou manter-se legítimo, apesar de atos ilegais e contrários a uma legitimidade democrática, e neste ínterim, necessitou de certa aprovação da opinião pública. Mesmo que o intuito não tenha sido a arregimentação total da população, ele procurou, ao menos, um alinhamento às suas prerrogativas, escolhendo indivíduos que poderia expor a partir de crimes condenáveis, categorizando-os como elementos de alta periculosidade. A população foi unvida pela responsabilidade em reconhecer e delatar o inimigo através dos cartazes de “terroristas procurados”, assim o cidadão viu-se entre o medo do “terrorismo” e a coação do Estado.

Segundo Hannah Arendt (2010, p.474), a categoria do inimigo objetivo “é mais decisiva para o funcionamento dos regimes totalitários”, pois pessoas suspeitas tornam-se o inimigo. Quando a categoria dos “inimigos objetivos” sobrevive aos primeiros inimigos do movimento, que foram ideologicamente determinados, a partir daí outros inimigos são encontrados conforme as circunstâncias. Se o “inimigo objetivo” é escolhido em função de uma ideologia, como sendo “um portador de tendências’, como um portador de uma doença”. (ARENDR, 2010, p. 474), podemos pensar que o comunismo no Brasil dos sessenta era visto por uma elite conservadora, como uma doença que deveria ser erradicada. Portanto, tomamos emprestado este conceito de Arendt, para pensar o caso brasileiro, pois esta categoria abarcou uma diversidade de indivíduos que se viram caçados, e ainda possibilitou ao regime manter o controle social, além da manutenção da estrutura repressiva.

---

<sup>37</sup> Hannah Arendt, 2012.

As diferenças entre os regimes totalitários e os autoritários é conhecida, entretanto ambos se utilizaram de uma violência extrema contra seus inimigos, através do sistema da máquina estatal, em maior ou menor grau de intensidade. Outro ponto é que os dois precisaram dominar a opinião pública em relação a sua aceitabilidade, sobre o que a opinião pública dizia respeito a eles. O inimigo escolhido ou “objetivo”, foi justamente o sustento do poder coercivo e o envolvimento da população propiciou o apoio às atividades ilegais do regime. O “escolhido” assumiu um papel que lhe foi destinado, apresentado como “terrorista”, como um criminoso que perturba a paz da sociedade, legitimou a razão de dominação do Estado sobre o meio social; este, por sua vez assumiu um papel “protetor”, que em defesa dos ideais da nação, ditou as regras da vida cotidiana.

No rol da ameaça à segurança, foram incluídos todos os supostos e declarados opositores do regime, mas prioritariamente os comunistas, seguidos pelos legalistas de 1961, as organizações clandestinas e alcançando aqueles que timidamente, se opunham ao governo. A violência e a eliminação da ameaça, recaiu naqueles que participaram ativamente de assaltos ou “expropriações”, de sequestros, integrantes das organizações proscritas e clandestinas, alocados genericamente na categoria “subversivos”. Os inimigos não eram secretos. Ao impor o poder em 64, já se havia escolhido aqueles a quem perseguir, uma vez que o IPES já havia levantado 400 mil dossiês desses indivíduos, que Golbery levava para formar o SNI. (PEREIRA, 2016, p. 118). Com a deposição de João Goulart, seguiram-se as perseguições e cassações aos partidários do PTB, conhecidos comunistas de 35, trabalhadores, militares de variadas patentes, entre outros, que constituíram aos olhos deste conluio, a resistência contra a nova ordem. Podemos perceber isto nas ondas descritas por Pereira (2010, p.56):

A primeira onda de repressão no Brasil, foi, portanto, típica da maioria dos golpes militares, no sentido de ter-se voltado contra os partidários do governo deposto. A segunda onda de repressão ocorreu em fins da década de 1960, com o surgimento da esquerda armada. Essa repressão foi mais brutal, mais generalizada e mais centralizada que a onda anterior, mas ainda foi bastante seletiva, uma vez que a esquerda armada era pequena e desprovida de apoio de massa. O regime militar criou as temidas unidades especiais policial-militares, os Departamentos de Operações Internas- Comando Operacional de Defesa Interna (DOI-Codi), para erradicar a ‘subversão’ nos estados e trocar informações sobre a esquerda armada com outros órgãos.

Imediatamente após o golpe no governo, a fase política que marcaria o Brasil saía do esboço e começava a tomar corpo. Centenas de pessoas foram presas, inclusive figuras públicas e instituídas, como por exemplo o prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, “mesmo sob veementes protestos de vereadores e deputados. Leonel Brizola, líder do PTB, teve de fugir e se esconder. Ministros de Goulart, lideranças de esquerda e opositores do Golpe foram presos”. (KONRAD, LAMEIRA e LIMA, 2013, p. 64-65). Ao longo da consolidação da estrutura governamental e repressiva do poder, o regime autoritário elegeu novos inimigos à medida que enfrentava mudanças nas ações dos grupos armados e, quando posteriormente, já inexistiam, forjaram-se ações de cunho “terrorista” atribuídas a elementos subversivos, a fim de frear a abertura política.

Os agentes da repressão trataram as associações clandestinas de esquerda como “comunistas” e “terroristas”. A tentativa costurou o crime de subversão com o “banditismo”, o que oportunizou um sentido: não se tratava somente de um criminoso comum, mas sim de um outro tipo de bandido associado a ações muito específicas, consideradas ilegais pela DSN, associado a práticas que postulavam outro tipo de combate, direto e urgente, um combate de guerra. Segundo Comblin (1978, p. 84): “o sistema institucional é estabelecido em função de uma guerra contra o inimigo interno, uma guerra surda e implacável, uma guerra total na qual o inimigo se esconde”.

O sistema institucional foi organizado sob os preceitos da DSN, através desta ideologia, os órgãos puderam interrogar, coletar informações e concretizar a vigilância sobre o inimigo e “não é sem motivos que os poderes se concentrem nos Serviços de Informações: a atividade política principal torna-se uma atividade de informação: é nesse nível que se ganha ou perde a guerra”. (COMBLIN, 1978, p. 84).

## 2.2 O inimigo, a informação e os álbuns de terroristas e subversivos

O medo foi uma constante no cenário político e social nos anos sessenta e setenta no Brasil. O inimigo interno, a subversão, o “terrorismo”, os procurados, sequestros, assaltos, desaparecimentos, prisões ilegais, entre outros, constituíram fatores que contribuíram para uma atmosfera de instabilidade no tecido social. Os órgãos de repressão, com seus agentes a espionar e esquadrihar atividades suspeitas vigiavam a população, os líderes sindicais, pessoas, declarados culpados por atos de subversão e, até a saída e a entrada de elementos banidos do território

nacional, através de informativos destinados à circulação interna. Para além da espionagem, a prisão e tortura de uma miríade de pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, com as ações “terroristas” e “subversivas”, edificou um considerável banco de dados contendo preciosas informações relativas à localização e movimentação destes indivíduos. Nesta conjuntura, a incerteza pairou no cenário social, seja pelo terrorismo de Estado, seja pelo confronto direto deste com a esquerda armada. Com isso, os órgãos de segurança, puderam compilar álbuns, fichas e históricos de um número considerável de pessoas, reunindo uma quantidade substancial de informação sobre estes inimigos e fazendo circular pela cadeia repressiva, conforme necessário.

O caráter das prisões, ilegítimas em sua maioria, propiciaram ao detido situações de privação da liberdade, de alimentação, de comunicação, de incomunicabilidade, entre outras denegações de direitos. As condições nos cárceres clandestinos, onde os interrogatórios eram conduzidos sem nenhum amparo legal, foram complementados com o uso da tortura: esta intuía desestabilizar o psicológico do interrogado, quebrar sua resistência para deixá-lo vulnerável e perdido, sem a noção de tempo ou lugar.

Variadas formas de tortura foram uma constante, configurando-se como uma rotina para aqueles que passaram pelas mãos da repressão, além do assombro da iminente ameaça de morte. Os presos após serem torturados, voltavam para as suas celas em estado deplorável, muitos destituídos de um atendimento médico. Já outros eram atendidos por um profissional de saúde para retornar ao suplício, visto que, “nos interrogatórios e nas sessões de tortura geralmente havia um médico que auxiliava na indicação dos limites físicos e psicológicos dos prisioneiros ou no processo de reanimação, caso fosse necessário”. (BAUER, 2012, p. 63). Em outros casos, os feridos em confronto com forças de segurança, os “troteios”, não recebiam auxílio médico de imediato, antes eram encaminhados para as sessões de interrogatórios e, ainda assim eram torturados. Muito embora, as sevícias impostas ao indivíduo preso ultrapassassem a questão da coleta de informações, os interrogatórios, a princípio, se propunham a esta finalidade. Para proceder a um interrogatório, o CIE, lançou em 1971, o Manual do Interrogatório, de caráter confidencial. Este inicia com a seguinte normativa:

ATENÇÃO. ESTAS NOTAS CORRESPONDEM A UMA TRADUÇÃO ADAPTADA DE DOCUMENTAÇÃO SIGILOSA DE PAÍS AMIGO. EM CONSEQÜÊNCIA E POR ACORDOS ENTRE GOVERNOS, SEU MANUSEIO DEVE RESPEITAR AS PRESCRIÇÕES DO RSAS NO TOCANTE À CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA RECEBIDA. SÃO PROIBIDAS CÓPIAS. (MAGALHÃES, 2004)<sup>38</sup>.

O Manual do Interrogatório demonstra uma tecnicidade para se obter um melhor desempenho daqueles candidatos a agente interrogador. Ele orienta, que o prisioneiro é uma “fonte potencial de valiosas informações sobre um inimigo”<sup>39</sup>, demonstrando a maneira mais eficiente em se interrogar um indivíduo, pois em certas ocasiões, este pode ser a única fonte de informação. Também ressalta que o interrogador, deve ter certa habilidade específica para desenvolver o seu ofício. Destaca também, o fator tempo, elevando a velocidade em relação à apresentação do preso e a eficiência do órgão que o controla e orienta.

O ‘Manual’ permitia uma margem de ação em relação ao tratamento conferido aos ‘elementos capturados ou presos’. Caso se optasse pela penalização por vias judiciais, seriam tomadas determinadas precauções no sentido de manter uma aparência de legalidade e normalidade, desde a detenção até a condução do interrogatório. No entanto se o foco fosse a obtenção de informações, era dada maior liberdade de atuação aos interrogadores. (BAUER, 2012, p.55).

O conteúdo deste material é detalhado. Refere-se ao perfil do preso submetido a interrogatório, sobre as fases do mesmo e da metodologia que devia ser empregada na obtenção da informação, entre outras prerrogativas. Ao percorrer suas páginas, percebe-se que os agentes interrogadores estiveram bem instruídos no que diz respeito ao trabalho a ser desenvolvido. Não vamos esmiuçar o conteúdo deste manual, mas antes de tudo demonstrar que os serviços de informação não foram amadores, pois solidificaram uma logística envolvendo o inimigo, suficientemente determinante para chegar ao intento desejado.

A compilação das informações advindas diretamente dos interrogatórios e, indiretamente sobre pessoas vigiadas, ou de atividades suspeitas, se originaram e orbitaram por quatro órgãos, o SNI, o CIE, o CISA e o CENIMAR. No livro “*Lugar Nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*”, referente ao banco de dados dos órgãos de informação e sua estruturação no trabalho de

---

<sup>38</sup> Foi mantido na citação a caixa alta conforme a autora publicou.

<sup>39</sup> Marion B. Magalhães, 2004.

microfilmagem do banco de dados, mais precisamente do CENIMAR. Lucas Figueiredo (2015, p. 18) afirma que:

Juntos, SNI, CIE, Cisa e Cenimar formavam a cúpula do sistema de informações da ditadura. Dentre os quatro, o mais fechado e também o mais antigo, cuja origem remonta a 1955, era o serviço secreto da Marinha. Tanto no campo da coleta e da análise de informações quanto no da repressão, o Cenimar atuaria com competência acima da média, reconhecida inclusive por seu congêneres. Nesta segunda área, era inigualável seu know-how para plantar espiões e colher informantes nas organizações de esquerda (dedicadas ou não à luta armada), tendo sido responsável pelo desmantelamento, por dentro, de inúmeros grupos subversivos.

A comunicação entre estes órgãos e o despacho para outros interessados poderia se apresentar, por vezes desatualizada, visto que as informações se alteravam rapidamente, resultado das prisões, das mortes e do “estouro de aparelhos”. Apesar de, segundo Figueiredo (2015, p. 17), “atuarem em faixas próprias e de manterem certa rivalidade entre si, os serviços secretos militares conservaram um relacionamento estreito. Trocavam informações e análises, dividiam nichos no sistema da repressão e protegiam-se mutuamente”. Portanto, havia sem dúvida, uma intensa troca de material informativo e de apoio entre a cadeia repressiva.

O SNI foi instituído pela Lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964, com a função de superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de Informações e Contra-Informações, em particular as relacionadas à Segurança Nacional<sup>40</sup> e estava autorizado a manter entendimento e ligações com os governos dos estados, entidades privadas e com administrações municipais<sup>41</sup>. Para Ana Lagôa (1983, p. 33), “o SNI é a cabeça da ‘comunidade de informações’”. Este órgão estava diretamente ligado à Presidência da República e incorporou funcionários civis e militares, além de todo o acervo do SFICI, seu antecessor e do IPES. Os militares criaram o SNI, uma agência federal, a fim de coordenar a repressão, “contando com a forte participação das polícias políticas estaduais, os Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social (Deops)”. (PEREIRA, 2010, p.55). Mais além, segundo Ramírez (2005, p.357):

---

<sup>40</sup> Informação no site da ABIN. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/institucional/historico/1964-servico-nacional-de-informacoes-sni/>. Acesso em 37 fev. 2017.

<sup>41</sup> Escola Superior de Guerra. Curso de Informações-Trabalho de Turma, 1968, p. 38. Disponível em: [www.ufmg.br/brasildoc](http://www.ufmg.br/brasildoc). Acesso em 20 nov. 2017.

Uma das inovações mais importantes quanto à estrutura estatal pelo governo militar foi a criação do Sistema Nacional de Informação (SNI), que combinou funções de uma agência central de inteligência com as de um conselho de assessoria para a formulação de diretrizes políticas nacionais, assumindo status de super-ministério. O fundador e primeiro chefe nacional deste organismo foi o General Golbery de Couto e Silva, enquanto que outros membros do IPÊS ocuparam cargos dentro da sua estrutura.

A base de informação do SNI provém do IPES, pelas mãos do seu antigo integrante General Golbery do Couto e Silva. Golbery fazia parte do GLC, o grupo de pesquisa daquele órgão que, conforme Ramírez (2005, p.194), “se encarregava de obter informação e atuar dentro do exército”. Não há como mencionar o SNI sem mencionar o seu mentor, seja pela idealização do constructo de informações a partir da vigília de indivíduos, ações, locais suspeitos, seja pela sua participação como uma peça chave no regime militar. Sobre a compilação deste constructo proveniente do IPES podemos afirmar que:

A cada semana esse grupo produzia relatórios de suas atividades e das de outros Grupos de Ação do IPÊS e fornecia avaliações da situação política. Esses documentos eram de circulação limitada e especial, doze cópias, no máximo, dependendo da seriedade do assunto e de modo geral, não eram registrados em atas de reuniões. Aparte deles produzia-se mensalmente uma média de quinhentos artigos de uso prático para serem disseminados na imprensa nacional ou divulgados em forma de palestras e panfletos; distribuía entre os militares uma circular bimestral, mimeografada, sem identificação de fonte, que descrevia e analisava a atividade “comunista” por todo o país, compilava dossiês de indivíduos e grupos e distribuía um mapa que identificava a estrutura e pessoas-chaves das supostas organizações clandestinas. (RAMÍREZ, 2005, p. 195).

Visto isso, as informações sobre os membros ativos ou simpáticos ao Partido Comunista anterior à 1964, entre outros suspeitos, já haviam sido estruturadas. Quando Golbery deixa o IPES e mais tarde funda o SNI, leva consigo todo o seu trabalho em espionagem e coleta de informações. Segundo Gaspari (2002, p. 155-156):

Operacionalmente o SNI herdou a estrutura do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, o SFICI, uma repartição inexpressiva vinculada ao Conselho de Segurança Nacional, e o arquivo do IPÊS. Do chefe ao faxineiro, juntava cerca de cem pessoas. Tinha um arquivo pequeno e primitivo. Suas fichas destinavam-se sobretudo a relacionar funcionários públicos, dirigentes sindicais, redatores da imprensa esquerdista e signatários de manifestos políticos. Numa base mimeografada, as fichas do IPÊS listavam dados para identificação da vítima, tais como filiação, telefone e endereço, deixando apenas nove linhas para informações adicionais. Esse arquivo não chegou aos 5 mil nomes. Transferido em caixas de papelão, inclusive de sapatos, tornou-se o núcleo da memória do SNI.

A base de dados do SNI destinada à informação de militantes, determinados como “terroristas e subversivos”, durante a vigência da ditadura, foi destinada a circular entre os diversos órgãos entrelaçados em um aparato repressivo. O SNI não se envolvia diretamente na repressão, não prendia, não torturava, não matava, ele se “concentrava na coleta, análise e difusão das informações, tendo como ‘clientes’ preferenciais, em primeiro lugar a Presidência da República, seguida pelos serviços secretos militares”. (FIGUEIREDO, 2015, p. 18). Portanto não era somente um sofisticado aparelho repressivo, em termos policiais, “ele faz parte de toda uma estratégia global, que nasce dos preceitos colocados pela Doutrina de Segurança Nacional que, pelo menos teoricamente, inspira os rumos políticos do país desde março de 1964”. (LAGÔA, 1983, p.11). Para se ter uma ideia quanto ao tamanho da cadeia de informações, ou da “comunidade de informações”, na década de 1980, esta contava com dezesseis órgãos especializados:

O próprio SNI, as DSIs, as ASIs, a FA-2 (segunda sessão do EMFA), os E-2 (serviços secretos do Exército), os M-2 (serviços secretos da Marinha), as A-2 (serviços secretos da Aeronáutica), as S-2 (segundas sessões dos três ministérios, distribuídas em cada OM), o CIE (Centro de Informações do Exército), o CIA (Centro de Informações da Aeronáutica, ex-CISA, Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica, alterado pelo ministro Délio Jardim de Mattos em 1982), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha, os serviços secretos da polícia Federal, os DEOPS (Departamentos de ordem Política e Social) e as P-2 (serviços secretos da Polícia Militar), além dos declarados extintos CODIs-DOIs (Centros de Operações de Defesa Interna-Destacamentos de Operações Internas). (LAGÔA, 1983, p.35).

Nesta rede interligada por órgãos destinados à repressão, alguns deles se mostraram melhor aparelhados, com espíões, agentes treinados. Quanto à espionagem e coleta de informação, atuava de modo eficiente desde a idealização do modelo de serviço proposto por Golbery, inspirado pelos preceitos da ESG, passando pelo IPES até o SNI. Nesta rede de informação, cada força militar e policial disputou entre si o direito ao prisioneiro e cada informação providencial ao combate do inimigo, deslocando a culpabilidade do destino dado a certos militantes, por vezes, para outra divisão de força. Só para fins de ilustração, quando da prisão de Aurora Maria Nascimento Furtado, segundo o general Adyr Fiúza de Castro, pelo “pessoal encarregado da luta contra o tráfico de entorpecentes”, o chefe do DOI teria lhe informado que “capturaram uma moça e chegaram à conclusão que deve ser gente nossa”. (Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, 2008, p. 62). Portanto, mesmo que a divisão policial que capturou Aurora estivesse encarregada de outro tipo de crime, isto

demonstra que “gente nossa” era algo que todos estavam à par, ou seja pelo tipo de crime previsto, o indivíduo pertencia a esta ou aquela divisão. A violência empregada contra ela tem somente uma explicação: Aurora matara um policial, e isto, não poderia ficar impune. Segundo o depoimento do cineasta Renato Tapajós, essa afirmação é falsa, pois ela fora presa pela polícia política e torturada com a participação de membros do serviço secreto da aeronáutica, conhecida pela sua brutalidade. Visto isso, o general passou a responsabilidade para a polícia civil<sup>42</sup>, retirando-a do âmbito militar.

A rede de relações que envolveu o aparato repressivo ou aquele "que funciona através da violência". (ALTHUSSER, 2012, p.69), procurou não deixar de fora tudo o que aparentasse ser suspeito, concentrando-se em resíduos de informação vinculados, de certa maneira, ao inimigo declarado. Segundo Rubert (2014, p.202): "a partir das informações coletadas através das ações de espionagem que as táticas de combate à disseminação dos ideais subversivos se embasariam". Efetivou-se, relativamente rápido, uma política de aniquilação do inimigo interno, sustentada por uma extensa teia de informações a interligar os órgãos de segurança e informação.

Os órgãos vinculados às Forças Armadas, são o CIE, criado em 1967 através do decreto 60.664, entrando em operação em 1970; o CISA, criado no mesmo ano do CIE, pelo decreto 66.608 e o CENIMAR, o mais antigo dos órgãos anteriores. Este último foi reestruturado através do decreto 68.447, em 30 de março de 1971, sendo o mais sigiloso e o mais reservado<sup>43</sup>.

Raramente apareceu em noticiários e jamais assumiu qualquer prisão durante os anos mais duros da repressão. Inspira-se doutrinariamente no modelo inglês e, segundo comentam oficiais da Marinha, num navio nem mesmo o comandante sabe quem é o seu agente embarcado. Lenda ou não, a verdade é que nada vaza do CENIMAR. (LAGÔA, 1983, p. 37).

Estes três órgãos entraram em funcionamento, sendo que alguns foram reestruturados, a partir da década de 1970 e após o AI-5, em decorrência do acirramento da repressão. Segundo o prefácio de Heloisa Starling para o Brasil Doc., Arquivo Digital da UFMG, no tema “Órgãos de Informação e repressão da ditadura”<sup>44</sup>,

<sup>42</sup> Sobre o seu depoimento ver: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=334179>. Acesso em 18 jan. 2018.

<sup>43</sup> Ana Lagôa, 1983.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/2-orgaos-de-informacao-e-repressao-da-ditadura/>. Acesso em 5 de jan. 2018.

há um esclarecimento sobre esta rede, além de elencar aqueles órgãos ligados à polícia política e sobre a sua estruturação:

Até 1967, a ditadura se utilizou da estrutura de repressão já existente nos estados, mobilizando os Departamentos de Ordem Política e Social, subordinados às Secretarias de Segurança Pública e os policiais civis lotados nas Delegacias de Furtos e Roubos, famosos pelo uso da violência e a prática da corrupção. A máquina de repressão começou a tomar nova forma em maio de 1967, com a criação do Centro de Informações do Exército (CIE). O CIE atuava simultaneamente na coleta de informações e na repressão direta e foi provavelmente a peça mais letal de todo o aparato da ditadura. Tão temidos quanto o CIE eram o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), criado em 1957 e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), montado em 1970. A partir de 1969, o sistema de coleta e análise de informações e de execução da repressão tornou-se maior e mais sofisticada com a criação, em São Paulo, da “Operação Bandeirantes”, (OBAN) um organismo misto formado por oficiais das três Forças e por policiais civis e militares, e programada para combinar a coleta de informações com interrogatório e operações de combate. A OBAN foi financiada por empresários paulistas que estabeleceram um sistema fixo de contribuições – cujo funcionamento é, até hoje, um dos mais bem guardados segredos da ditadura. Também serviu de modelo para a criação, em 1970, dos Centros de Operação e Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operação Interna (DOI). Os CODI-DOI estavam sob o comando do ministro de Exército, Orlando Geisel, conduziram a maior parte das operações de repressão nas cidades e atuavam sempre em conjunto: os CODI como unidades de planejamento e coordenação; os DOI subordinados aos CODI se conduziam como seus braços operacionais.

O extenso mapeamento de todas as organizações clandestinas de esquerda, dos seus integrantes, de cidadãos suspeitos ou presos para averiguação rendeu uma infinidade de documentos que circularam por estes órgãos e a outros mais. São inúmeras as siglas, as repartições, as sessões, entre outros, em que podemos vislumbrar o circuito no qual estas informações percorreram. A radiografia da movimentação do inimigo, delineada por estes informes, sobrepujou os esforços da esquerda brasileira em acabar com a ditadura. O CENIMAR, em meados de 1971, no seu banco de dados, continha informações em torno de 325 mil pessoas e pastas individuais. Também produziu célebres informantes, como José Anselmo dos Santos, o “cabo Anselmo”; patrocinou e protegeu torturadores, entre eles o delegado Sérgio Paranhos Fleury. Segundo Lucas Figueiredo (2015, p. 19-20):

O Cenimar era uma máquina de moer com muitos tentáculos-todos eles, dependentes de seu gigantesco banco de dados, um dos melhores, senão o melhor, das Forças Armadas. O Arquivo ficava na sede do serviço secreto da Marinha, na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. Os militares que trabalhavam no arquivo Cenimar recebiam, produziam, cruzavam, despachavam e catalogavam uma infinidade de papéis sigilosos. Eram homens com ‘conhecimento dos fatos mais importantes da vida política do país, arquivando-os para futuras consultas’, conforme explicava um documento do próprio órgão. Preservar o arquivo secreto da Marinha era uma das funções daqueles agentes, uma tarefa hercúlea, dada a vasta quantidade de informações armazenada pelo Cenimar.

Figueiredo revela, no livro, *“Lugar Nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura”*, os mecanismos que envolveram a produção, o armazenamento da informação e a introdução da microfilmagem para compactar a guarda de arquivos pelo CENIMAR, além de outros órgãos militares relacionados. Neste compêndio, o autor apresenta um documento originário do Ministério da Marinha, que faz menção à “estatística nominal da evolução da microfilmagem”, demonstrando que este órgão teria microfilmado 32.938 páginas de prontuários sobre pessoas mortas<sup>45</sup>. Em outro documento, disponibilizado no Arquivo Digital Brasil Doc.<sup>46</sup>, no item denominado: “atribuição de responsabilidade”, encontramos um “fluxograma” definindo os níveis e o fluxo da cadeia de circulação da informação, entre os órgãos e, quanto a responsabilidade do CENIMAR frente a produção de informações necessárias para atender o SNI, conforme o próprio documento assim define. Este “fluxograma” expõe a hierarquia construída para fins de circulação dos informes e a relevância de cada órgão nesta rede informativa. A hierarquia que orienta a direção do informe, é denominada de “nível” e apresenta diferentes “setas” que orientam estas direções de fluxo. A sigla do SNI encontra-se em um nível acima do CENIMAR, sendo que a seta de origem da informação, indica este último para o primeiro. Isto estabelece como órgão central de informação, o SNI. O documento também demonstra a ligação existente entre os órgãos, a partir, não somente do objetivo em comum do “combate ao comunismo”, mas na manutenção de uma cadeia bem informada, recíproca e disponível em levantar e partilhar as informações.

<sup>45</sup> Ver fotografias, em Figueiredo, 2015.

<sup>46</sup> Brasil Doc., UFMG. Cenimar- Produção de Informações, s/ data. p. 4-5. Disponível em: [file:///C:/Users/driro/Downloads/documentocenimar-producaodeinformacoes-cenimar6%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/driro/Downloads/documentocenimar-producaodeinformacoes-cenimar6%20(3).pdf). Acesso em 26/12/2017.

### 2.2.1 Os álbuns de “terroristas e subversivos” e a sua divisão por volumes: o inimigo esquadrihado

O termo “terrorismo” compreende “modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas, ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror” (FERREIRA, 1986, p. 1669), também, como uma “forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência”. Se analisarmos a primeira definição, que de certo modo pode não corresponder à segunda, a imposição da vontade pelo uso sistemático do terror pode ser atribuída ao sistema que o regime ditatorial se utilizou. A imposição da vontade se encaixa perfeitamente no modelo de ação concebida pelos militares e sua coalisão golpista. Para o combate ao “poder estabelecido”, a segunda definição, podemos atribuir aos militantes da esquerda revolucionária que agiram de forma violenta, pois muitas vezes viram-se, certamente obrigados a proceder desta maneira, isto pensando na lei da ação e reação. Não estamos aqui apontando culpados, e sim caracterizando o espaço de atuação de ambas as forças em colisão.

O “terrorista”, portanto, é aquele que pratica o “terror” e que age contra o Estado, são as ações dos grupos proscritos e clandestinos, aquele que atua à margem da lei. O “terrorista subversivo”, no contexto dos sessenta e setenta no Brasil, é o inimigo irradiado publicamente pelo regime em questão. Falar do inimigo nos compele a pensar no inimigo social de Foucault<sup>47</sup> e o “aparecimento” do criminoso como tal, em que este deve ser retirado do convívio social, pois é uma ameaça à sociedade. Segundo Foucault (2015, p. 58): “na mesma época em que, dentro da instituição penal, era formulado e posto em prática o princípio do criminoso como inimigo social, aparecia uma nova tática punitiva: a reclusão”. Se o inimigo era uma ameaça à sociedade, era preciso tirá-lo de circulação, ou seja, longe da convivência social. Foucault, em “*A Sociedade Punitiva*”, discorre sobre a origem do sistema penal como hoje conhecemos, da questão do criminoso como inimigo social e a reorganização das penas a partir do século XVIII, assim como as leis e o sistema penitenciário se originaram e se consolidaram.

Outra questão que este autor analisa, é o conhecimento que se deve ter sobre o criminoso, estabelecendo uma normativa.

---

<sup>47</sup> A Sociedade Punitiva, 2015.

Nesse programa de conhecimento que se deve ter sobre o prisioneiro, sobre o criminoso como objeto de saber, percebe-se o surgimento de alguns elementos cuja importância histórica será grande: ficha criminal, arquivos judiciários, biografia, observação do caráter do homem, inspetores que possam vigiar, ou seja, controle penal e vigilância da transformação médica e religiosa. Essa instituição, portanto, descortinava todo um campo de saberes possíveis. Ora, nessa mesma época apareceu a estrutura hospitalar, que deu ensejo ao espaço institucional no qual seria conhecido o homem como corpo. Assim, na mesma época nasceram simultaneamente os fundamentos daquilo que viria a ser a ciência anatomofisiológica do homem e de algo como a psicopatologia, a criminologia e a sociologia: aquilo que o hospital é para o corpo, a prisão é para a alma. (FOUCAULT, 2015, p. 84).

Conhecer a radiografia do inimigo, ou do criminoso de Foucault, estabeleceu um marco no que confere a sua institucionalização e das suas tratativas. Portanto, para combater o inimigo, já que a penitência da reclusão da alma para a redenção e o reestabelecimento da moral deste indivíduo não supre, partiu-se, no caso da ditadura militar, para a sentença do exílio ou da eliminação, genericamente falando. No caso da eliminação, o importante é compreender, através de quais mecanismos os órgãos de segurança buscaram eliminar o inimigo declarado de “terrorista”, o que nos leva ao conceito de inimigo social e da pátria, pensado por Rousseau (2010, p. 51), já que estamos falando em Foucault, como:

Todo o malfeitor que ataca o direito social torna-se por seus crimes rebelde e traidor da pátria, cessa de ser seu membro ao violar as suas leis e pratica inclusive a guerra contra ela. Assim, a conservação do Estado é incompatível com a dele, porque é preciso que um dos dois pereça, e é menos como cidadão do que como inimigo que se faz morrer o culpado. Os processos, o julgamento, são provas e a declaração de que ele rompeu o tratado social e, portanto, não é mais membro do Estado. Ora, como o culpado se reconheceu como tal, ao menos por sua residência, ele deve ser punido pelo exílio como infrator do pacto ou pela morte como inimigo público, pois tal inimigo não é uma pessoa moral, é um homem, e então o direito de guerra é matar o vencido.

O “terrorista procurado” é um rebelde e traidor da pátria, não é mais membro da sociedade, é um pária, viola as leis e está em guerra contra o Estado. Muito embora, Rousseau levante a questão do inimigo da pátria em 1762, ano de publicação do *Du Contrat Social*, percebemos o inimigo público, como sem moral, contra a pátria e condenado à morte. Durante o regime militar, os órgãos de repressão entenderam que inimigo deveria ser eliminado. Se preso poderia ser interrogado e acrescentar novas informações vitais para as organizações clandestinas. Entretanto, se verificou,

a partir de 1968, que em sua maioria, os “terroristas” mais visados, encontraram na sentença de morte, o seu indulto<sup>48</sup>.

A fim de erradicar o “terrorismo”, os órgãos competentes, comprometeram-se de variadas formas com o ilegítimo, concentrando seus esforços em mascarar os resultados do combate, assim como as circunstâncias, ou os eventos relacionados a eles. Das formas ilegítimas, a espionagem foi bem organizada, mediante a disponibilização de aparatos de ponta para a época, movimentando um número expressivo de pessoal, tecnologia, subsídios econômicos externos e internos para a coleta, armazenamento e microfilmagem, de organizações, de órgãos públicos e privados, produzindo álbuns de fotografias de procurados, inquéritos e indiciamentos, estes dois últimos a fim de dar um aspecto legal ao regime. Visto isso, sem dúvida seguiram o quesito relacionado ao inimigo de Rousseau a Foucault, vigiar e punir.

Sobre um constructo do inimigo, encontramos sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, em “DEOPS Documentos”, no item “Dossiê de Suspeitos”, oito álbuns de elementos considerados “Terroristas e Subversivos”, contendo fotografias, nomes e fichas de qualificação, digitalizados para a consulta. Neles é possível averiguar imagens e informações referentes a situação destes indivíduos, sendo que alguns são álbuns de fotografias e de listagem de nomes relacionados às imagens, e outros, são álbuns com as fichas de qualificação referentes às imagens. No álbum com as fotografias, do tipo três por quatro, são provenientes de documentos de identificação, salvo algumas exceções, estão distribuídas por páginas, contendo seis imagens devidamente numeradas na parte superior, seguidas de uma lista de nomes que se relacionam com a numeração das imagens. Nas fichas de qualificação podemos averiguar, o número da fotografia (o mesmo do álbum de fotografias), o nome, o codinome, a organização, filiação, a data e local de nascimento, documentos de identificação, o estado civil, cônjuge, a profissão, o local de trabalho, endereço e algumas observações. Nas observações, além da descrição das ações praticadas contra a segurança nacional, aferimos a situação do indivíduo, como por exemplo: “nada encontrado”, “absolvido”, “preso”, “indiciado”, “morto” ou “falecido”, ou “banido do território nacional”.

---

<sup>48</sup> Com a morte, a pena se extingue. Na ficha de qualificação de Marco Antônio Braz de Carvalho, em outras fichas também, no “Álbum de Terroristas e Subversivos”, na página 124, podemos aferir a informação “(falecido) Declarada extinta a punibilidade”.

A compilação das informações contidas nos álbuns tornou física a geografia do inimigo, deles saíram algumas das reproduções fotográficas exibidas nos cartazes de procurados, sendo que alguns indivíduos têm fotografias, ou muito antigas, ou mais recentes. O dossiê supracitado, é composto de oito volumes<sup>49</sup>. O “volume 1” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000347, 1972), datado de 1972, encontramos fotografias numeradas que são seguidas pela listagem de nomes referente as imagens. As fotografias e a lista de nomes, se iniciam por uma ordem alfabética, contendo nomes que vão da letra “A” a letra “I”. Este volume apresenta 180 imagens.

O “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS00033, 1972), se intitula: “Fotografias de mulheres que participaram do XXXº Congresso da extinta UNE em Ibiúna”<sup>50</sup>, porém a informação não confere com a proposta da chamada título. O documento é composto de fichas qualificativas em ordem alfabética por nomes iniciados com a letra “A”, terminando com os de letra “I”, visto serem estas fichas, um complemento do “volume1” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000337, 1972). O “volume 1B” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000339, 1972), trata da informação sobre “terroristas” com curso na China, o documento é datado de 1972, e o seu conteúdo inicia pela disposição das fichas de qualificação em forma de tabela em quadros, nelas constam nome, codinome, organização, página, fotografia e observação. São duas as tabelas, ambas apresentam o mesmo conteúdo informativo, porém é identifica a partir do nome, depois o codinome do indivíduo, e outra é identificada a partir do codinome, depois o nome. Abaixo das tabelas, o documento apresenta fotografias numeradas de 1 a 90, seguidas pela relação de nomes, os mesmos das tabelas supracitadas, contendo a numeração relativa e um pequeno histórico dos indivíduos elencados, com nome, nome frio, codinome, filiação, nascimento e cidade, não necessariamente com todos estes quesitos preenchidos.

O “volume 2” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000340, 1972), contém fotografias cuja numeração vai de 181 a 360, seguida da listagem dos nomes, iniciados pela letra “I” e finalizados por nomes de letra “P”. Este volume dá continuidade as informações do volume “1A”, porém algumas páginas com fotografias, não estão na listagem dos nomes, há uma lacuna entre a imagem de número 326 e a de número 356, faltando

---

<sup>49</sup> Este número pode não ser exato, o referencial aqui são os que constam no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>50</sup> No documento está escrito com letras minúsculas e maiúsculas, de forma misturada. Optamos aqui em não reproduzir como no original.

aí cerca de trinta nomes na lista. O “volume 2A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000341, 1972), com data de 1972, abrange as fichas qualificativas relacionadas aos indivíduos no “volume 2”.

No “volume 3” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000342, 1973), datado de 1973, as fotografias estão identificadas por números que vão de 361 a 540, seguida da respectiva listagem de nomes iniciados pela letra “A” e findos pelos de letra “Z”. O “volume 3A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000343, 1973), de 1973, é composto por parte das fichas qualificativas referentes às fotografias e nomes citados no “volume 3”, sendo complementado pelo “volume 3 (complementar)” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000344, 1973), com data de 1973, que integra o restante das fichas iniciadas pelo “volume 3A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000343, 1973), os nomes se iniciam pela letra “P” e terminam com os de letra “Z”.

Estes álbuns, expõe quem é o inimigo, edificado conforme os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, identificados a égide do “terrorista e subversivo”, um estigma que serviu a outros fins. Segundo Bauer (2012, p. 76):

O estigma de "subversivo" ou "terrorista" os acompanhou para o resto de suas vidas. O chamado "atestado ideológico", espécie de "parecer" sobre as orientações políticas da pessoa, fornecido pelos Dops brasileiros, pode ser caracterizada como uma tortura psicológica, na medida em que esse documento poderia ser solicitado ao se pleitear uma vaga no emprego ou assumir um cargo público. Essa exigência só foi extinta a partir de 1980.

Dentre os inúmeros prontuários, Inquéritos Policiais Militares (IPM)), fotografias, autos de apreensão, decretos de prisões, e outros, estão os álbuns em questão, produzidos para o conhecimento e o monitoramento do inimigo seja no âmbito nacional ou internacional, a fim de facilitar a sua identificação entre a “comunidade de informação”. A produção de tais álbuns permitiu catalogar o inimigo para fins de conhecimento e informação na condição de “terrorista e subversivo”, onde "a partir das informações coletadas através das ações de espionagem que as táticas de combate à disseminação dos ideais subversivos se embasariam". (RUBERT, 2014, p.202).

O diretor do DOPS Lúcio Vieira, inicia o “volume 1” e o “volume 3”, clamando sobre a necessidade, o compromisso e o manuseio das informações contidas nos álbuns.

O Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo, organizou este álbum, visando com isso dar modesta mas valiosa contribuição ao combate do Comunismo Internacional e mais intimamente a subversão e terrorismo em nossa Pátria.[...] O campo a palmilhar é vasto e árduo e não se pretende esgotá-lo, uma vez que, o objeto deste trabalho é fornecer subsídios aos Órgãos de Segurança perfeitamente entrosados, a fim de que encontrem dados para os primeiros passos a uma investigação altamente qualificada, como só é ser o Serviço de Inteligência da Comunidade de Segurança. [...] O Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, encarece, a necessidade de recêbermos novas informações desses e de outros indivíduos que tentam subverter a ordem social e política em nosso país, para que dentro deste espírito de Comunidade de Informações, se complete o presente trabalho, uma vez que, o Comunismo Internacional não tem fronteiras". (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000337, 1972, p.1).

O primeiro álbum nominado de “volume 1” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000337, 1972, p.1), define a sua utilidade: “a) -cataloga as fotos com respectiva numeração/ para pesquisa no índice, b) -anota genericamente a atuação e o comprometimento do elemento fichado”. O álbum é datado de 8 de agosto de 1972 e traz fotografias e nomes como mencionamos anteriormente. Para complementar, sobre as imagens, que são em preto e branco, do tipo documento de identificação, sendo algumas, recortes de fotografias maiores do tipo casuais, com numeração centralizada acima da imagem, sua distribuição se dá por seis fotografias em cada folha.

Sobre os indivíduos relacionados no “volume 1” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000337, 1972), encontramos fotografias de protagonistas dos cartazes e nomes que atuaram nas versões oficiais de “tiroteio ou suicídio”, além de suspeitos, banidos e desaparecidos políticos<sup>51</sup>. As imagens são complementadas por informações relativas, reunidas em fichas qualificativas e dispostas em um álbum posterior, o “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338, 1972). Algumas das fotografias expostas nos volumes, conferem com as reproduções utilizadas nos

---

<sup>51</sup> Os indivíduos nos álbuns que protagonizam os cartazes são: Agostinho Fiordelisio, Aloysio Nunes Pereira Filho, Carlos Alberto Vieira Muniz, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz, Carlos Henrique Vieira Brandt, Carmem Monteiro Jacobini, Cláudio de Souza Ribeiro, Darcy Rodrigues, Dilma Vana Rousseff Linhares, Flávio Augusto Neves Leão de Salles, Herbert Eustáquio de Carvalho, Ladislav Dowbor, Eliane Toscano Zamikhowiski, James Allen Luz, Mário de Freitas Gonçalves, Plínio Peterson Pereira, Carlos Marighella e Micheas Gomes de Almeida. Boanerges de Souza Massa e Edmur Péracles de Carvalho estão nos cartazes e são banidos do território nacional e constam como desaparecidos políticos. Aqueles que pereceram por “versões oficiais” e constam nos álbuns, são: Alexandre José Ibsen Voeroes (tiroteio), Antonio Carlos Bicalho Lana (tiroteio), Fernando Borges da Paula Ferreira (tiroteio), Francisco José de Oliveira (tiroteio), José Wilson Lessa Sabag (tiroteio), Márcio Beck Machado (tiroteio) e Maria Augusta Thomaz (tiroteio), Antonio Benetazzo (suicídio), Aurora Maria do Nascimento Furtado (tiroteio)<sup>51</sup>, Carlos Eduardo Pires Fleury (tiroteio), Mario de Souza Prata (tiroteio), João Carlos Novaes da Mata Machado (tiroteio) e Ruy Carlos Vieira Berbert (suicídio).

cartazes, outras não, visto exibirem uma imagem do indivíduo, cuja aparência é anterior ou posterior aos exemplares, ou seja, mais moço ou mais velho.

A produção de álbuns, distribuídos em volumes, refletem uma logística voltada à coleta e ao cruzamento de dados informativos entre a cadeia repressiva de informação. Não seria por demais afirmar que a qualificação de agentes e agências, nesta tarefa, foi fundamental. Sem exaltar o trabalho do serviço de informações, mas relevar as condições favoráveis que obtiveram, como a estruturação que a repressão atribuiu a este serviço, aparelhando-o, os recursos financeiros recebidos e o estímulo dispensado aos agentes no cumprimento do ofício.

Os nomes que nos interessam aqui, são uma parte ínfima que integram estes álbuns, neles averiguamos tanto indivíduos acusados de somente de “subversão”, como o nome de pessoas suspeitas. Ao todo, os álbuns perfazem um número de 628 nomes e fichas, em oito volumes conhecidos, resultado da articulação da “comunidade de informações”. Além de vigiados, fichados, indiciados, presos, banidos, entre outras situações, os elementos procurados por “terrorismo”, aparecem em diversos outros documentos, cuja comunicação vinha acrescida de informações extras, além daquelas escritas no original. Nota-se que em certos documentos havia uma “atualização”, onde expressões escritas à mão, colocam-se ao lado dos informes datilografados, como por exemplo: nomes de militantes mortos que aparecem como procurados ou requisitados de novas informações; alguns elementos têm acrescido ao lado dos seus nomes ou das suas fotografias um “xis” ou uma “cruz”, riscados ou desenhados.

A partir disto, podemos crer que, existia a preocupação por parte dos agentes ou órgãos de origem em determinar certa exatidão da situação do elemento nos informes, pelo menos naqueles casos de urgência. As formas de comunicação à distância, curta ou longa, naquele período, exigiam mais tempo, sendo feitas as interligações através de linhas telefônicas, telegramas<sup>52</sup>, malotes ou de emissários, se comparado à rapidez proporcionada pela tecnologia da era digital.

---

<sup>52</sup> Com o desenvolvimento dos setores produtivos do Brasil tornava-se necessária a reorganização do serviço postal a partir de um modelo mais moderno que o do DCT, que já não apresentava infraestrutura compatível com as necessidades dos usuários. Nesse sentido foi criada, em 20 de março de 1969, pela Lei nº. 509, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), uma empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações. O surgimento da ECT correspondia a uma nova postura por parte dos poderes públicos, com relação à importância das comunicações e, particularmente, dos serviços postais e telegráficos, para o desenvolvimento do País. Nesse período, a ECT consolidaria seu papel como importante agente da ação social do Governo,

### 2.2.2 Fotografias, históricos e fichas de qualificação referente ao inimigo

Ao tratar de determinados indivíduos, aqueles com reproduções fotográficas nos cartazes ou com versões oficiais, nos álbuns de “Terroristas e Subversivos” cogitamos elaborar um quadro, ou tabela, cuja finalidade seria tornar a leitura menos exaustiva em decorrência da quantidade de imagens e da descrição repetitiva das informações relativas a eles. Contudo, consideramos importante apresentá-las da forma em que foram dispostas, optando em descrevê-las sob a forma de um texto, a fim de demonstrar o teor burocrático dos informes produzidos pelos órgãos de informação. Esta burocracia envolvia o preenchimento de muitos “papéis”, estes circulavam por uma rede de agências e, por vezes eram reenviados e acrescidos de novas informações. O seu conteúdo tornou-se exequível, a partir de um sistema ilegal da espionagem, estruturada e financiada, e de interrogatórios abusivos, cujo êxito efetivo delineou o funcionamento da repressão. Por conseguinte, a construção deste texto resultou em uma operação estatística sobre o inimigo, o que pôde proporcionar um vislumbre sobre o *modus operandi* da comunidade informativa, pois “por trás da fachada do poder ostensivo, num labirinto de cargos multiplicados, por baixo de todas as transferências de autoridade [...] está o núcleo do poder do país”. (ARENDR, 2012, p. 470).

As fichas de qualificação contidas nos “volumes 1A, 2A, 3A e 3 (complementar)”, dão continuidade às imagens e à listagem de nomes dos volumes 1, 2 e 3. Os itens para preenchimento nestas fichas são: um número para a fotografia

---

atuando no pagamento de pensões e aposentadorias; na distribuição de livros escolares; no transporte de doações em casos de calamidade; em campanhas de aleitamento materno; no treinamento de jovens carentes e em inúmeras outras situações. 1967, o Decreto lei nº 200 institui o Ministério das Comunicações. 1968, o DCT passa a ser subordinado ao Ministério das Comunicações. Em 1969, criação, em 20 de março, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Em 1970, lançamento dos primeiros serviços expressos - Serviço Especial de Entrega de Documentos (SEED) e Serviço de Correspondência Agrupada (SERCA) - bem como das primeiras Linhas Tronco Rodoviárias (LTN), interligando todo o país. Em 1971, lançamento do primeiro Guia Postal Brasileiro, com o Código de Endereçamento Postal (CEP) representado por cinco algarismos. Em 1972, assinatura de contratos com a Sofrepost e a Somepost, com vistas ao aperfeiçoamento dos serviços postais. Início das operações internacionais de Correspondência Agrupada, na ECT, por meio de convênio com os Estados Unidos. Início de instalação dos novos Centros de Triagem Automática, possibilitando maior rapidez no tratamento das correspondências. Em 1973, instalação dos novos modelos de caixas de coleta, em fibra de vidro. Em 1974, tem início em outubro, da Rede Postal Aérea Noturna (RPN), visando a atender aos padrões de qualidade estabelecidos para as cartas e outros objetos de correspondências urgentes. Em 1975, entrada em funcionamento do sistema de Rede Interna de Comutação de Mensagens (GENTEX), agregando novas tecnologias ao processamento de telegramas. Informação disponível em: <https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/historia>. Acesso em 30 abr. 2018.

(dos “volumes 1, 2 e 3”), o nome, o codinome, a nacionalidade, o local e a data de nascimento, o estado civil, o nome do cônjuge, a idade, a filiação, o endereço residencial, a profissão, o local onde exerce a profissão, números de documentos de identificação, a organização clandestina pertencente e um histórico sobre o elemento fichado. Necessariamente nem todos estes itens encontram-se preenchidos, havendo lacunas ou espaços deixados em branco, sem a devida informação.

A fim de tratar de alguns elementos, iniciaremos pelas fotografias e por aquelas fichas de qualificação relativas aos indivíduos que protagonizaram os cartazes de “terroristas procurados”, que estão no “volume 1” e no “volume 1A”.

O militante da ALN, Agostinho Fiordeliso, está nos cartazes de “terroristas e procurados”, a sua fotografia é a de número 3, sendo que esta última não coincide com a reprodução fotográfica dos cartazes. A fotografia no referido volume, que é de um documento de identificação, apresenta um Agostinho mais moço do que aquela do cartaz. No “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338, 1972, p. 4), na sua ficha de qualificação, consta a organização: UNE, a filiação, o número da identidade, o estado civil e a profissão. O histórico diz que, “foi detido em 7/9/66, por participar do Congresso da UEE, em São Bernardo do Campo, onde distribuiu panfletos subversivos. As auditorias Militares informam que nada consta a respeito do epigrafado”, a partir daí, não há mais informações sobre ele. Segundo uma transcrição da CNV/SP- Rubens Paiva (2013), sobre o Tenente Aylton Mortati, o militante da ALN Renato Martinelli (com fotografia em cartaz), dá seu depoimento sobre Fiordeliso:

Fomos quatro. Foi o Jun Nakabayashi, Agostinho Fiordeliso, Márcio Leite de Toledo e eu, fomos os que fizemos um acordo com o Marighela. Fizemos acordo, participamos de algumas ações e fomos destacados para treinamento militar, de guerrilha em Cuba. Dentro de um acordo que a ALN tinha com o Partido Cubano<sup>53</sup>.

O depoimento de Martinelli esclarece que o envolvimento de Fiordeliso, não ficou somente na participação no Congresso da UNE, sendo que a informação na ficha estaria defasada, pois era membro atuante na ALN, organização confirmada no cartaz ao lado do seu nome, em que foi exposto. Fiordeliso não está na lista dos desaparecidos políticos, nem dos mortos pela ditadura. Em um documento do CISA

---

<sup>53</sup> Relatório - Tomo III - Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – 2013. Disponível em: [http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-iii/downloads/III\\_Tomo\\_2013-Audiencias-Comissao-daVerdade-SP.pdf](http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-iii/downloads/III_Tomo_2013-Audiencias-Comissao-daVerdade-SP.pdf). Acesso em 3 jan. 2018.

(BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, 1972, p. 12), sobre o “Grupo da Ilha”<sup>54</sup>, a informação é que ele se encontrava em Cuba, trabalhando, sem uma pretensão de regresso. Ao buscar informações atuais sobre ele, nos deparamos com uma ação judicial relativa ao inventário de seus bens, datado de 2014/2016<sup>55</sup>, portando estima-se que tenha sobrevivido à repressão.

O militante da ALN, Aloysio Nunes Pereira Filho, outro rosto nos cartazes, com relação próxima ao líder Carlos Marighella, cuja fotografia de número 15 confere com a do cartaz em que é protagonista. Para a sua ficha de qualificação, “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338, p. 16), constam o nome, a organização, a filiação, a data e o local de nascimento, o número da carteira de identidade, a profissão e o endereço residencial. No seu histórico, diz que foi indiciado por participação no XXIX Congresso da extinta UNE, em Campinas; foi preso em 1966 e incluso na LSN; em 1967 foi identificado pelo DEOPS e prestou depoimento; em 1969 estava com prisão preventiva decretada, além de se encontrar exilado em Paris, de onde dirigia a ALN.

Carlos Alberto Vieira Muniz, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), cuja a fotografia de número 70, não corresponde a imagem que aparece nos cartazes. Muniz exilou-se no Chile em 1972, foi líder estudantil indiciado em um IPM para averiguação por atividades subversivas. Na sua ficha do “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338, p. 86-87), afere-se o nome, o codinome, a organização: Vanguarda Armada Revolucionária- Palmares (VAR-Palmares), a filiação e a data de nascimento. No histórico consta que, foi qualificado indiretamente; citado em depoimento de Sérgio Emanuel Dias Campos; foi solicitada sua localização e prisão e, no caso de localizado, a informação deveria ser comunicada imediatamente a comunidade de informações<sup>56</sup>.

Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz é protagoniza nos cartazes, cuja reprodução fotográfica não condiz com a de número 74, no álbum. Coelho da Paz era integrante da ALN e a sua ficha no “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338,

---

<sup>54</sup> Grupo de banidos políticos exilados em Cuba.

<sup>55</sup> Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/130934936/agostinho-fiordelisio>. Acesso em 22 jan. 2018.

<sup>56</sup> Muniz, então vice-prefeito e secretário do Meio Ambiente no Rio de Janeiro, em 2012, entrevistado por Miriam Leitão, revelou fatos sobre a morte do deputado Rubens Paiva. Informação disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/rubens-paiva-foi-torturado-por-se-recusar-entregar-perseguido-4120844>. Acesso em 30 abr. 2018.

1972, p. 81), encontra-se preenchida com o nome, os codinomes, a organização, a filiação, a data e local de nascimento, o número da carteira de identidade, o estado civil e a profissão. No histórico é qualificado indiretamente: ex-soldado desertor; elemento de projeção do Grupo Tático Armado (GTA) da ALN e co-autor do assalto à Pontifícia Universidade católica (PUC), em 15 de dezembro de 1971; elemento de alta periculosidade com preventiva decretada<sup>57</sup>.

A reprodução fotográfica de Carlos Henrique Vieira Brandi nos cartazes, é a mesma fotografia de número 77 do álbum, imagem que, também, é reproduzida no periódico *Folha da Tarde* (1971 p. 14), cuja efeméride intitula-se: “Quem é quem nos novos cartazes do terror”. Na ficha de qualificação, “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000, 1972, p. 84), constam nome, codinomes e organização clandestina. Segundo o histórico, foi citado por Sérgio Emanuel Dias Campos, sendo que a 1º e 2º Auditorias Militares da 2º Circunscrição de Justiça Militar, informaram que nada consta sobre o epigrafado.

Carmem Monteiro Jacomini, tem fotografia de número 84. Ela não está nos cartazes aqui analisados, porém a efeméride do periódico supracitado define que ela é um dos rostos nos cartazes, sendo que a imagem que o mesmo apresenta, não confere com a do volume em questão. A sua ficha no “volume 1A” (BR\_SPAPESPDEOPSOS000338, 1972, p. 92), está preenchida com o nome, os codinomes, as organizações, a filiação, a data e o local de nascimento, o estado civil e a profissão. No histórico as informações são: indiciada por inquérito policial mais de uma vez com outras pessoas; indiciada para apuração de envolvimento com o “terrorismo e a subversão; integrante do setor logístico da ALN; participou do assalto do Banco Bradesco com a “FRENTE”, tendo prisão preventiva decretada<sup>58</sup>.

Cláudio de Souza Ribeiro, tem fotografia de número 97, que não confere com a sua imagem exposta nos cartazes. Consta na sua ficha, no “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338, 1972, p. 105), o nome, o codinome, a organização, a filiação, a data de nascimento, o estado civil e a profissão: “marinheiro cassado”. No histórico as informações dizem que, foi indiciado em IPM, juntamente com outros inclusos na LSN; participou do atentado à bomba no jornal “O Estado de

---

<sup>57</sup> Carlos Eugenio Coelho da Paz, sobreviveu à repressão, atua na área da música e composição.

<sup>58</sup> Seu nome não consta na lista de mortos, nem da de desaparecido políticos. Presumimos que sobreviveu à repressão.

S. Paulo”; assaltou o Banco Comercial e o Bradesco; foi qualificado indiretamente e condenado a quatro anos; encontra-se na Cadeia Pública de Recife com preventiva decretada<sup>59</sup>.

Darcy Rodrigues é a fotografia número 103, cuja imagem reproduzida nos cartazes, onde aparece trajando vestes militares, não é a mesma utilizada no volume em questão. Ela tem aparência de ser posterior, visto que Rodrigues está com barba e roupas informais. No “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338, 1972, p. 111), sua ficha apresenta: nome, organização, filiação, ano de nascimento e local, estado civil e profissão: ex-militar. No histórico, consta ser indiciado juntamente com José Araújo Nóbrega, para apuração de atividades da VPR e por “subversão”; encontra-se foragido e é condenado a dezesseis anos de prisão, à revelia; foi banido do território nacional<sup>60</sup>.

Dilma Vana Roussef Linhares tem a fotografia número 111, igual à reprodução nos cartazes, ambas são idênticas. A ficha, no “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338, p. 119), informa o nome, o codinome, a organizações, a filiação, a data e o local de nascimento, o estado civil, o nome do cônjuge, a profissão e o endereço. No histórico diz, que foi detida pela Operação Bandeirantes (OBAN) em 1970, é indiciada por “subversão”, condenada a quatro anos de reclusão e que se encontra presa.

A imagem reproduzida nos cartazes de Flávio Augusto Neves Leão de Salles é igual à fotografia de número 147. No “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338, p.156), a sua ficha apresenta: nome, codinomes, organizações, filiação, ano de nascimento, estado civil e profissão. No histórico: pertencente ao GTA da Vanguarda Popular revolucionária (VPR); participou de vários roubos pela “FRENTE”; foi citado em interrogatórios; participou do assalto ao carro da Brink e à firma Mangels; encontra-se foragido; consta estar morto.

---

<sup>59</sup> Em 1971, Ribeiro descobriu que era traído e matou a mulher com três tiros. O que se conta é que logo em seguida apresentou-se à delegacia: "Acabei de matar minha mulher e sou um terrorista procurado", teria dito. Carlos Lamarca, líder guerrilheiro e amigo de Ribeiro, anotou no diário: "Só posso achar que Matos (codinome do marinheiro) enlouqueceu, a ponto mesmo de desejar se autoflagelar, e com o sofrimento justificar ter abandonado a Revolução". Informação disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs03059804.htm>. Acesso em 30 abr. 2018.

<sup>60</sup> Foi preso em 1970, no Vale da Ribeira. Trocado pelo embaixador alemão, Von Hollenben, foi para a Argélia e depois para Cuba, onde permaneceu por 10 anos. Voltou ao Brasil em 1980, depois da anistia.

Herbert Eustáquio de Carvalho, é protagonista dos cartazes, entretanto a fotografia de número 177, referente a ele, não é a mesma imagem nos cartazes. Na ficha, “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338, p.188), afere-se o nome, o codinome, a organização, a filiação, a data e o local de nascimento e a profissão. O histórico declara: participou do sequestro do embaixador Von Holleben e de Giovani Enrico Bucher; é indiciado por furto de armas; tem prisão preventiva decretada; foi absolvido<sup>61</sup>.

Averiguamos que, alguns nomes têm informes com certa defasagem, ou ainda, tem pouca informação. Por outro lado, alguns tem farto histórico sobre a atuação na luta armada e inquéritos policiais. Pensamos que há a possibilidade de estas informações encontradas, serem uma pequena parcela daquelas que realmente foram obtidas pelos órgãos, apresentando-se de maneira mais localizada, outras informações mais precisas podem ter sido compartilhadas entre a comunidade de informações. Além de desatualizadas, muitas dos informes estão incompletas, como é o caso de Agostinho Fiordelísio, cujo documento afirma sua atuação como militante da UNE, sendo que muitos militantes do movimento estudantil foram fichados a partir das prisões que ocorreram no Congresso desta instituição, no ano de 1968, em Ibiúna no estado de São Paulo.

Para dar procedimento as informações nos álbuns, “volume 1” e “volume 1A” supracitados, destacamos os indivíduos que tiveram “versões oficiais” para às suas mortes e que estão nos respectivos volumes. Iniciaremos com o militante da organização de esquerda Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), Alexandre José Ibsen Voeroes, que morreu pela versão oficial de “tiroteio”, juntamente com Lauriberto José Reyes, em fevereiro de 1972. Na sua ficha, encontramos o nome, o codinome, a organização: VAR-Palmares, a filiação (somente o nome do pai), a data e o local de nascimento e a profissão. Para o seu histórico, consta que fora indiciado em Inquérito Policial por subversão; participou com Paulo de Tarso Vanucci da ação de panfletagem na Praça da Sé, em São Paulo; tem em prisão preventiva decretada pela 2º Auditoria.

Antônio Carlos Bicalho Lana, integrante da ALN, morreu em um “tiroteio” em fins de novembro de 1973, a versão oficial foi contestada pelo ex-sargento do Exército Marival Dias Chaves do Canto<sup>62</sup>. Na sua ficha, podemos aferir o nome, os codinomes,

---

<sup>61</sup> Morreu em março de 1982.

<sup>62</sup> Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, 2008.

as organizações (ALN e grupo Corrente Revolucionária de Minas Gerais), a filiação, a idade e o local de nascimento, o número do documento de identidade, o estado civil e o endereço de Lana. Seu histórico explicita que ele é um elemento indiciado por IPM, tem prisão preventiva decretada e está foragido; fez curso em Cuba e regressou ao país com o nome de Ernesto Lemos Vogel.

Fernando Borges de Paula Ferreira, militante da VAR-Palmares e Francisco José de Oliveira, militante do MOLIPO, morreram em decorrência de um “tiroteio”, Ferreira, em julho de 1969 e Oliveira, em novembro de 1971. Na ficha do “volume 1A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338, p.151), referente a Fernando, consta o seu nome, a organização, a filiação, a data e o local de nascimento, o número do documento de identificação, o estado civil, a profissão e o endereço. No seu histórico consta detido “com outros elementos no interior de um auto, carregando armas de fogo e outros instrumentos utilizados na prática de furto”. Na ficha de Francisco (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338, p. 169), encontramos o nome, o codinome, a organização, a filiação, data e local de nascimento e o número do documento de identidade. No histórico, ele é indiciado em Inquérito Policial, ações de assalto a estabelecimentos e encontra-se foragido; na 2ª Auditoria ele tem prisão decretada; constando estar preso.

No “volume 1B” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000339, 1972), verificamos um quadro organizado por itens, relativo a “terroristas com curso na China”. Este álbum apresenta dados informacionais sobre elementos, seguido de fotografias e de um pequeno histórico relacionados a eles. O volume é composto dos seguintes indivíduos exibidos nos cartazes, são eles: Carlos Marighella, morto em uma emboscada realizada pelos órgãos de segurança, no final de 1969. No quadro do volume supracitado, sobre constam o seu nome, os codinomes, a organização a que pertence, o número da fotografia e a página em que ela se encontra. No histórico, encontramos o nome, o nome frio, os codinomes, a organização, a filiação, a data e o local de nascimento; Micheas Gomes de Almeida (imagem em um cartaz distribuído na região do Araguaia)<sup>63</sup>, tem nome, codinome, organização, números da fotografia e a página em que se encontra. No histórico, constam o nome, a organização, o codinome, a filiação e a data e o local de nascimento.

---

<sup>63</sup> Dossiê Ditadura, 2009.

Com versão oficial de “tiroteio”, encontramos João Carlos Novais Da Mata Machado. No quadro com informações sobre ele, verificamos o nome, os codinomes, a organização, o número referente à fotografia e sua respectiva página; no histórico: o nome, os codinomes, a organização, a filiação, a data e o local de nascimento.

No álbum “volume 2A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000341,1972), cujas fichas se referem ao álbum de fotografias, o “volume 2” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000340, 1972, p. 12), encontramos Ladislav Dowbor<sup>64</sup>, militante da VPR, rosto exposto nos cartazes de procurados, sendo que a imagem no respectivo volume , não confere com a que está no cartaz. No referido volume averiguamos a sua ficha de qualificação, preenchida com o nome (escrito corretamente), os codinomes, a organização, a filiação, data e país de nascimento, o número do documento de identificação, o estado civil, a profissão e o endereço. Para a informação no histórico, ele discorre sobre o seu envolvimento em inúmeros Inquéritos Policiais, além da subversão e do terrorismo por pertencer a VPR, entre outras acusações; determina que não fora julgado, pois havia sido banido do território nacional.

Os indivíduos com mortes por versões oficiais, no volume supracitado, são: José Wilson Lessa Sabag, preso no Congresso da UNE, era militante da ALN, sua morte obteve a versão de “tiroteio”, em 1969. Na sua ficha encontramos nome, organização: UNE, filiação, data e local de nascimento, número do documento de identidade, estado civil, profissão e endereço; no histórico, diz ter sido detido com outros estudantes, no XXXº Congresso da extinta UNE, em 1968 e que, estão incursos na LSN; a informação da 2º Auditoria, diz que estaria morto. Márcio Beck Machado, preso, também, no Congresso da UNE, militante do MOLIPO, tem versão de “tiroteio” para a morte. A ficha está preenchida com nome, codinome, organizações (UNE e ALN), filiação, data e local de nascimento, número do documento de identificação, estado civil, profissão e endereço; no histórico é indiciado por participar do XXXº Congresso da extinta UNE, na localidade de Ibiúna em 1968; tem mandado de prisão, com preventiva decretada. Maria Augusta Thomaz, outra versão de “tiroteio”, com prisão no Congresso da UNE, era militante do MOLIPO, na ficha referente à ela, encontramos o nome, o codinome, a organização, a filiação, a data e o local de nascimento, o número do documento de identificação e do título de eleitor, o estado civil e a profissão; no histórico podemos aferir que, também foi indiciada pelo XXXº

---

<sup>64</sup> Conhecido como Ladislav Dowbor, economista de origem polonesa, foi exilado político na Argélia, retornando ao Brasil depois da anistia.

Congresso da UNE por infração da LSN; fazia parte da “Ala Marighella”, justamente com José Wilson Lessa Sabag (ambos morreram no mesmo “tiroteio”), além de participar de outras ações como assalto e homicídio, tendo prisão preventiva decretada. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000341,1972, p. 65-127).

No álbum “volume 3A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000343, 1973), encontram-se as fichas de qualificação referentes as fotografias e a listagem de nomes do “volume 3” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000342, 1973). Neste álbum, as informações estão divididas por itens, como: I-Qualificação, II-Documento de identificação, III-Organização e IV-Histórico. Este volume contém nomes, cujas reproduções fotográficas estão nos cartazes de “terroristas procurados”, como é o caso de Eliane Toscano Zamikhowisky, militante da ALN, tem fotografia de número 409 (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000342, 1973), cuja reprodução no cartaz, não confere com a do álbum, visto que neste ela aparenta ter menos idade. No item I, qualificação, consta: nome, codinomes, nacionalidade, cidade e local de nascimento, o estado civil, a idade, a data de nascimento, a residência e a profissão; no item II: número do documento de identidade; item III: organização, ALN. No histórico, de duas folhas, item IV, aferimos que Eliane fora indiciada por Inquérito Policial, juntamente com Boanerges de Souza Massa e outros, por tentativa de assalto e homicídio. Ela tem prisão preventiva decretada, foi citada no interrogatório de Carlos Russo Júnior, condenada por infringências à LSN, a uma pena de cinco anos de reclusão, é indiciada em Inquérito Policial por crime de terrorismo e encontra-se foragida.

James Allen Luz, tem fotografia de número 431 (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000342, 1973), cuja imagem é a mesma reproduzida nos cartazes. Para a qualificação, no item I, verificamos o nome, os codinomes, a nacionalidade, a cidade e o estado onde nasceu, o estado civil, a idade, a data de nascimento e a filiação. No item II consta o número do documento de identidade. No item III, as organizações Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Resistência Democrática (REDE) e FRENTE. O extenso histórico de três folhas se inicia em 1964 e vai até 1973. No item IV, diz que fora despedido da Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás, por estar implicado em diversos IPMs, seja em ações subversivas pela VAR-Palmares, seja por participar do PC “Linha Chinesa”. James foi atingido pelo artigo 7, do AI-1, recolhido ao “xadrez do 2º GA-Cos Fortaleza de São João”, de onde fugiu juntamente com Tarzan de Castro. Ele teria participado do sequestro e desvio para Cuba do avião da Cruzeiro do Sul, em primeiro de janeiro de 1970, participado

do movimento da Liga Camponesa, em 1968 estava exilado no Uruguai, sendo que retornou ao Brasil em janeiro de 1970. Em oito de abril de 1972 teria sido morto em “tiroteio” com forças de segurança, segundo o periódico: *O Popular*<sup>65</sup>. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000342, 1973 p. 119-121).

Mário de Freitas Gonçalves tem fotografia de número 468. No “volume 3A” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS00034343, 1973, p. 188-189), averiguamos no item I, da ficha de qualificação, o nome, o codinome, a nacionalidade, a cidade e o estado de nascimento, o estado civil, a idade, a data de nascimento, a filiação e a profissão. No item II, encontramos três números de documento de identificação, já no item III, a organização é a FRENTE. No histórico de corre em duas folhas, item IV, consta que o nominado foi citado em interrogatórios como um dos principais autores do assalto à agência do Banco do Brasil, na localidade de Jabaquara, em maio de 1970. Ele foi indiciado em vários inquéritos policiais, ou seja, “continua na trilha do crime”, julgado e condenado à revelia com pedido de prisão preventiva, juntamente com seu companheiro Alex de Paula Xavier Pereira. Fora condenado a cinco anos de reclusão e o mandado de prisão, tem data de 20 de julho de 1972.

Plínio Peterson Pereira, militante do MRT, tem fotografia de número 485 (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000342, 1973), cuja imagem é a mesma utilizada nos cartazes. Na ficha, item I da qualificação (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000344, 1973, p. 18), constam nome, codinomes, nacionalidade, cidade e estado de nascimento, idade, data de nascimento, filiação e residência. No item II, verifica-se o número do documento de identidade e no item III, a organização a que pertence: MRT. Um curto histórico informa: o elemento pertence a “Organização Subversiva-Terrorista M.R.T.”; em 1964 asilou-se no México tendo retornado ao Brasil em 1966 através do Uruguai; é ligado a Devanir José de Carvalho; trata-se de elemento perigoso com grande participação “político-subversivo” na Ala-Vermelha e no MRT; participou de ações pela FRENTE com mortes; tem prisão preventiva decretada.

---

<sup>65</sup>James morreu em um acidente de carro em Porto Alegre em 24 de março de 1973, ele foi identificado erroneamente em um confronto ocorrido um ano antes, retificado em um documento cuja origem foi o III Ex., assunto: identificação de terroristas, difusão Lista “A”, onde consta a seguinte informação: “o DOPS/GB informou que no laudo pericial de identificação dos cadáveres dos comunos-terroristas mortos em combate com elementos de segurança, na GB, foram finalmente identificados: Antônio marques Pinto de Oliveira, e não James Allen Luz e, Maria Regina Lobo Leite Figueiredo, e não Ranússia Alves de Oliveira, Lígia maria Salgado Nóbrega e Hilton Ferreira. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Antônio Benetazzo, militante da ALN e do MOLIPO, morreu pela versão oficial de “suicídio”. O número dado a sua fotografia no “volume 3”. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000344, 1973), é o 372. Na qualificação, item I, encontramos o seu nome, os codinomes, a nacionalidade, o local de nascimento, o estado civil, a idade e a data de nascimento, a filiação, a residência e a profissão. No item II consta o número da carteira de identidade e, no item III, as organizações a que pertenceu: ALN, MOLIPO ou Grupo dos 28. No histórico, item IV, diz, segundo o depoimento de sua irmã, que ele teria viajado para Paris em função das suas implicações políticas, tendo sido indiciado e qualificado indiretamente por ações de assalto, por profissionalização em organização com plena atividade (MOLIPO) e com prisão preventiva decretada. O documento alega que Benetazzo faleceu quando resistia à prisão (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000343, 1973, p. 20), o que desmente a versão de suicídio.

A militante da ALN, fotografia de número 380, no “volume 3” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000342, 1973), Aurora Maria Nascimento Furtado é mais uma versão oficial de “tiroteio”. No item I, qualificação, verificamos o nome, o codinome, o estado civil, a idade e a data de nascimento, a filiação, a residência, a profissão e o lugar onde exercia atividade de trabalho. No item II nada consta e, no item III, encontramos a organização a que pertenceu: a ALN. O histórico, item IV, discorre que é indiciada junto com outros elementos por atividades na ALN, sendo que, se encontra foragida. Segundo a versão oficial, Aurora teria morrido em um suposto “tiroteio”, conforme divulgou a imprensa na época<sup>66</sup>. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000343, 1973, p. 33).

Mário de Souza Prata, militante do MR-8, morreu em “tiroteio”, segundo a versão oficial, sua fotografia é a de número 469 no álbum “volume 3”. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000342, 1973). No item I, verifica-se o seu nome, seis dos codinomes utilizados por ele, a nacionalidade, o estado em que nasceu, o estado civil, a idade e a data de nascimento, a filiação, a profissão e dois endereços para o local da residência. No item II, nada consta e no item III, a organização é o MR-8. O histórico, item IV, é bastante longo, perfazendo quatro folhas de informações. Segundo a “Informação de Ordem Social: [...] A Centro Integrado de Operações Políticas (CIOP), através da informação n. 959, encaminha xerox de documentos

---

<sup>66</sup> *Folha de S. Paulo*, 1972. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1972/11/11/2/>. Acesso em 29 dez. 2017.

apreendidos no ‘aparelho’ do nominado”. Na informação do DOPS da Guanabara de 1969, Mário figura em uma relação do MEC relacionada com alunos punidos e desligados pelo Decreto Lei 477/69 9. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000343, 1973, p. 190-191).

A partir daí as informações sobre Mário de Souza Prata, são muitas, ele tem prisão preventiva decretada pelas Auditorias do Exército e da Marinha, é acusado de matar um policial militar no dia dois de abril de 1971, foi citado em um depoimento em Salvador, Bahia, também, citado em outros depoimentos, um prestado no CISA, no Rio de Janeiro, outros cinco no DOPS e um no 1º Exército por Hécio Pereira Fortes. Sobre a versão oficial de tiroteio e sobre a sua morte, no histórico, constam duas versões, uma com data de 23 de abril de 1971, onde o nominado teria sido morto em consequência de um tiroteio com a Brigada Aero Terrestre, em Campo Grande, Mato Grosso, e a outra onde ele teria morrido no aparelho na rua Niquelândia, no Estado da Guanabara, esta última com data de 31 de maio de 1971, duas informações que contradizem o local.

Carlos Eduardo Pires Fleury, preso no Congresso da UNE e militante da ALN, tem fotografia de número 386 no “volume 3” (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000342, 1973), e versão de “tiroteio” para a sua morte. No item I, qualificação, consta o seu nome, os codinomes, a nacionalidade, a cidade e o estado em que nasceu, o estado civil, a idade e a data de nascimento, a filiação, o local da residência e a profissão. No item I, o número do documento de identidade e no item III, a organização pertencente: ALN. O histórico, item IV, declara que fora indiciado juntamente com outros elementos em Inquérito Policial, que tramitou pela Delegacia Especializada de Ordem Social, onde foram apuradas atividades subversivas referentes à “A.L.N”<sup>67</sup>; Ele era integrante do setor armado ou de “expropriações” da ALN, participou de vários assaltos à bancos, estabelecimentos, roubo de armas e de veículos, quando preso, foram apreendidos revólveres, pistolas, explosivos, metralhadora, munição, cápsulas de cianeto de potássio, documentos roubados e equipamento plástico para transfusão de sangue. Consta ainda, que fora banido do território nacional, tentou o suicídio na prisão com uma tesoura e foi liberado em troca do embaixador alemão Von Holleben, sendo asilado na Argélia. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000343, 1973, p. 53-54).

---

<sup>67</sup> A organização de esquerda revolucionária Ação Libertadora Nacional, ALN, está grafada no documento com pontos finais entre as letras da sigla. Esta normativa aparece em quase todas as siglas das organizações conhecidas naquele período, nos documentos referentes a elas.

Com versão oficial de “suicídio”, o militante da ALN e do MOLIPO, Ruy Carlos Vieira Berbert é a fotografia de número 504. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000342, 1973). No item I, a qualificação, verificamos o nome, o codinome, a nacionalidade, a cidade e o estado em que nasceu, o estado civil, a idade, a data de nascimento, a filiação, a residência e a profissão. No item II, encontramos dois números para o documento de identificação e no item III, está a organização: ALN. No histórico, item IV, diz que ele fora indiciado pela participação no 30º Congresso Nacional, da extinta UNE, e por infringir a LSN, tem prisão preventiva decretada, participou em 24 de setembro de 1969 “como terrorista”, de um tiroteio na rua Pamplona, onde morreu o estudante Luiz Fogaça Balboni, sendo que outros dois saíram feridos. Em 1973 foi declarada extinta a sua punibilidade pela prescrição da ação penal. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000344, 1973, p. 57-58).

As "versões oficiais" configuraram-se em teatros montados para a oficialização da posse de um corpo, cujo intuito era ocultar as reais circunstâncias em que as mortes de militantes ocorreram. Segundo Bauer (2012, p. 266) a partir dos "arquivos estaduais abertos em meados de 1990, assim como as atividades da CEMDP, comprovaram que a maioria das versões oficiais divulgadas pela ditadura civil-militar sobre as mortes ocorridas durante as operações eram falsas". Mário de Souza Prata teria morrido em consequência de um "tiroteio" com agentes de segurança, não sendo identificado de início. A fotografia de seu rosto, nos arquivos do DOPS do Rio de Janeiro, revela outros tipos de ferimentos<sup>68</sup>. Carlos Eduardo foi "encontrado morto no interior de um veículo com um tiro". (DOSSIÊ DITADURA, 2009, p. 294), sendo que, conforme o laudo feito nas fotografias da perícia local, ele teria recebido doze tiros e tinha marcas de algemas nos pulsos, sugerindo que, teria sido preso antes de ser morto<sup>69</sup>. No caso de Ruy Carlos Vieira Berbert, desaparecido desde 1972, ele teria sido preso sob um nome falso e cometido suicídio na prisão, seu corpo não pôde ser localizado<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> Segundo o Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil, entre 1964 a 1985, a única fotografia do corpo de Mário de Souza Prata, encontrada nos arquivos do DOPS do Rio de Janeiro, mostra o seu rosto com diversas marcas de ferimentos, além de um edema na parte frontal do crânio. Mário era militante do MR-8, tendo iniciado a sua militância política no movimento estudantil, quando estava cursando Engenharia na UFRJ. Entrou na clandestinidade em 1969.

<sup>69</sup> Militante da ALN, foi estudante de Filosofia da USP e do curso de Direito da PUC. Foi preso em setembro de 1969 e levado à OBAN. Foi banido do Brasil em junho de 1970, tendo voltado clandestinamente em 1971 ao Brasil.

<sup>70</sup> Militante da organização MOLIPO. Participou do movimento estudantil, quando era estudante do curso de Letras da USP. Participou do XXI congresso da UNE em 1968, quando foi preso.

Em sua maioria, as versões foram construídas para “desovar” os corpos e camuflar as torturas impostas ao corpo, além de oferecer uma explicação pública cabível e aceitável, o que isentava o Estado da sua culpabilidade. Mas não se limitava somente a estes dois pontos, consistia também, em acostumar a população para a eliminação do “inimigo terrorista”. Durante um certo período as versões oficiais proliferaram, dando lugar a “versão” de desaparecido. É imperativo verificar a dimensão sobre o desaparecimento, proposta por Bauer (2012, p. 37):

O processo temporário ou definitivo de desaparecimento de uma pessoa passava por diversas etapas. Primeiramente era necessário obter informações que orientassem as ações de capturas de uma pessoa. A partir da elaboração de busca e apreensão, os agentes da repressão efetuavam o sequestro da vítima, que poderia ser levada para uma dependência militar ou policial ou para um centro clandestino de detenção. Nesses locais, ela era submetida a interrogatórios, cuja orientação provinha de instruções, treinamentos e ensinamentos recebidos dos franceses e norte-americanos, em que havia rotineiras torturas físicas e psicológicas. Após as inquirições, o destino dos sequestrados variava. Poderiam permanecer nos centros clandestinos, ser “legalizados”, quando se comunicava a prisão à Justiça, tornando-a pública, ser transferidos para presídios, ou ser mortos ou desaparecidos.

O êxito em elencar os nomes e ações referentes, seja por informações retiradas de interrogatórios, da vigília ou da espionagem, resultou neste número significativo de pessoas suspeitas no papel, muito embora não se obtenha o “papel” certo, aquele que desvelará mais extensamente os acontecimentos e o destino dos muitos militantes mortos e desaparecidos, a produção destes álbuns confirmam a ritualização e sistematização que proporcionaram a construção da imagem do inimigo interno, com exposição nos cartazes. O inimigo da pátria, o “terrorista”, foi o pilar das prerrogativas que permitiram a sustentação da violência, sob o manto da Doutrina de Segurança Nacional, que “promoveu, gradativamente, o terrorismo de Estado como forma de dominação política e controle da sociedade”. (FERNANDES, 2014, p. 92).

O interesse em adquirir, reunir e repassar informações, não foi ao acaso, esta normativa se propôs a edificar um substancial conteúdo informativo e, que viesse a se avolumar com o tempo, a fim de instruir agentes e interrogadores, visando um melhor desempenho do ofício, além de revigorar o incentivo do combate à subversão. Podemos averiguar esta normativa já no início do álbum 1B (BR\_SPAPOESP\_DEOPSOS000339, 1972), cujo esclarecimento sobre a importância

das informações contidas em todos os álbuns de “Terrorista e Subversivos”, assim procede:

Quando nos propuzemos a coletar estes dados, tínhamos por objetivo principal o aumento de subsídios para os interrogatórios de elementos terroristas, que pudessem fornecer mais detalhes para a identificação de outros, o grau político-militar de cada um e indícios para a antecipação de suas prisões. Desta forma, o trabalho destina-se fundamentalmente ao "dia a dia" do interrogador que manuseando-o, consultando-o poderá chegar a informes mais precisos. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000339, 1972, p. 1).

Igualmente, nos referidos álbuns, é destacado um outro fator importante, ou seja, é “indispensável a cooperação franca e decidida de todos quanto o consultarem, completando suas lacunas e corrigindo suas falhas, de maneira a fazer dele um instrumento real de coordenação das atividades de contra-subversão e contra-terrorismo”. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001039, 1972, p. 1).

### 2.3 Outras informações sobre o monitoramento de elementos no exterior e a circulação interna das informações

Na luta travada durante a ditadura instaurada no Brasil após 1964, membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e de outras siglas, empenharam-se em uma tarefa de aperfeiçoamento para o combate, em cursos promovidos na China e em Cuba. Estes cursos tinham por prioridade a formação para a guerrilha, aos moldes da ideologia de Mao Tsé-tung e da Revolução Cultural, para o caso do PC do B. O alinhamento com a China pressupunha um alinhamento ideológico com uma doutrina comunista, que obteve algum êxito. Muitos militantes foram deslocados para o estado do Pará, mais precisamente na região do Araguaia. Para Gorender (1987, p. 211) a chamada “guerrilha do Araguaia”, foi “planejada para desfechar a guerra popular prolongada segundo o modelo maoísta, reproduzisse, no essencial, a tática do foquismo castro-guevarista”. Para este alinhamento e a tendência de luta adotada pelo PC do B:

A influência chinesa na concepção de tomada violenta do poder fica registrada na resolução Guerra Popular-Caminhos da Luta Armada no Brasil, aprovada pelo comitê do PC do B em janeiro de 1969. O documento sacramenta a opção pelo caminho da revolução a partir da mobilização do campo. (MORAES e SILVA, 2005, p. 35).

O periódico *Folha de S. Paulo* (1968, p. 1), publicou, uma efeméride percorrendo sobre militantes que viajaram para treinamento na China, da seguinte maneira: "dezoito brasileiros aprenderam a fazer guerra de guerrilha na Academia Militar de Pequim, na China comunista, em dois cursos que duraram cinco meses cada um, em 1965 e 1966". Na capa verifica-se o título: "China preparou 18 brasileiros para a guerrilha". A narrativa expõe detalhes sobre o trâmite destes dezoito militantes, como por exemplo, a viagem a Pequim com uma parada no Paquistão, os cursos de guerrilha e a sua duração, o retorno destes indivíduos ao Brasil, entre outros informes. A citada efeméride é ilustrada com fotografias destes militantes e complementada por seus respectivos nomes, enfatizando que "eles são membros do Partido Comunista do Brasil (linha chinesa). Estão todos identificados e foragidos". A primeira fotografia, em tamanho maior é de André Gabrois, porém no periódico, o nome atribuído à sua imagem é de José Vieira da Silva, com isso pensamos, que a informação passada ao periódico pelos órgãos de informação e segurança, seria anterior ao confronto no Araguaia, ou até mesmo, um problema de reconhecimento, sobre a identidade verdadeira daqueles que se deslocaram para a região do Pará, como atesta o enunciado do volume 1B (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000339, 1972, p. 1): "devido as dificuldades encontradas, inclusive as relativas a severa compartimentação posta em pratica pelo inimigo, este levantamento não é completo e, por certo, está cheio de erros e incorreções".

Na efeméride supracitada, podemos aferir outros nomes relacionados ao Araguaia, militantes mortos, como o de José Humberto Bronca, Divino Ferreira de Souza e João Carlos Haas Sobrinho que "dois anos após desembarcar em Pequim para treinar guerrilha, o médico gaúcho passa-se por farmacêutico, enviado pelo PC do B para ajudar na implantação das bases para a revolução". (MORAES; SILVA, 2005, p.40).

Outros militantes, a exemplo da China, obtiveram treinamento de guerrilha em Cuba, devido ao alinhamento de algumas organizações de esquerda com a chamada "guerra de guerrilha" e, no retorno ao Brasil, iniciaram uma tentativa de ofensiva para derrotar a ditadura. É imperativo considerar que, estes, se propunham a aplicar o treinamento que receberam, oportunizando a revitalização da luta armada, ou a reversão do quadro de "quedas", eliminação sumária de militantes. Em um documento do CISA, sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, encontramos informações sobre os quarenta elementos banidos, onde define que alguns

permaneceram no local de chegada, sendo que "os demais após a chegada de "MÁRIO JAPA" (CHIZUO OZAMA) em ARGEL e de entendimentos com o Tenente OLAF, viajaram para CUBA". (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, 1972, p. 2).

Não há referências, no documento, sobre a real identidade do "Tenente Olaf", somente que ele seria "o encarregado da ligação com os brasileiros, em CUBA". (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, 1972, p 2), contato que receberia os grupos da ALN e da VPR, organizações a que pertenciam os banidos, em sua maioria. Segundo o documento, o "Tenente Olaf" teria viajado para a Argélia, a fim de acertar os cursos e a partida do pessoal da ALN e depois da VPR. Dentre estes cursos, oferecidos aos brasileiros, estão o de explosivos, guerrilha urbana, guerrilha rural, de armamento e de tiro. Eles são descritos com detalhes, no que compreende a estrutura de cada um e a sua respectiva duração. Sobre o curso de guerrilha urbana em Cuba, segundo o informe, este seria deficiente e precário e não atenderia às necessidades dos militantes brasileiros, já que esta era "o tipo de luta atual no Brasil". (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, 1972, p. 21).

O item de número 5, no documento supracitado, está intitulado como: "Cursos de guerrilha realizados em CUBA", nele consta a descrição dos elementos, em grupos, que participaram dos mesmos, e as respectivas datas, que vão de 1965 até 1972, como por exemplo: "curso de três meses em 1966, para o pessoal que tomou parte em CAPARAÓ e outras"; "curso realizado de Set 67 a Jul 68, que se denominou 'I Exército da ALN, e mais elementos da VPR, PCBR e BRIZOLISTAS'"; curso denominado 'III Exército da ALN' ou 'grupo dos 28'". (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, 1972, p. 10), e assim por diante. Na lista de nomes de militantes que compunham os grupos dos cursos, aferimos nomes de indivíduos que elencamos anteriormente, nos "Álbuns de terroristas e Subversivos" e nos "cartazes de terroristas procurados". São eles: Edgard de Aquino Duarte, álbum e curso em novembro de 1965; Cláudio de Souza Ribeiro, cartazes e curso em 1966 e 1967; Agostinho Fiordelísio, álbum, cartazes e curso em 1968 e 1969, II Exército/Grupo dos 25; Renato Leonardo Martinelli, cartazes e curso em 1968 e 1968, II Exército/Grupo dos 25; Iuri Xavier Pereira, cartazes e curso em 1968 e 1968, II Exército/Grupo dos 25; Alex de Paula Xavier Pereira, cartazes e curso em 1968 e 1968, II Exército/Grupo dos 25; Ricardo Apagua, cartazes e curso em 1968 e 1968, II Exército/Grupo dos 25; Antônio Carlos Bicalho Lana, versão oficial para a morte e curso em 1968 e 1968, II Exército/Grupo dos 25; Norberto Nehring, versão oficial para

a morte e curso em 1968 e 1968, II Exército/Grupo dos 25; Darcy Toshiko Miyaki, cartazes e curso em 1968 e 1968, II Exército/Grupo dos 25; Ruy Carlos Vieira Berbert, álbum, III Exército da ALN/Grupo dos 28; Antônio Benetazzo, álbum, cartazes e versão oficial para a morte, III Exército da ALN/Grupo dos 28; João Leonardo da Silva Rocha, álbum, III Exército da ALN/Grupo dos 28; Márcio Beck Machado, álbum e versão oficial para a morte; III Exército da ALN/Grupo dos 28; Arno Preiss, cartazes e versão oficial para a morte, III Exército da ALN/Grupo dos 28; Boanerges de Souza Massa, álbum e cartazes, III Exército da ALN/Grupo dos 28; Carlos Eduardo Pires Fleury, álbum e versão oficial para a morte, III Exército da ALN/Grupo dos 28; Darcy Rodrigues, álbum e cartazes, curso em 1970 e 1971, para elementos banidos em troca do embaixador alemão Von Holleben.

Na lista dos indivíduos que fazem parte do chamado "II Exército" ou "Grupo dos 25", item 5 do documento em questão, ao lado dos nomes encontramos um pequeno descritivo com informações relacionadas a eles. Estas informações versam sobre o paradeiro, o regresso ao Brasil, com quem regressaram ou regressariam, em que ano, se abandonaram ou não a organização e algumas informações de cunho bastante pessoal, como por exemplo, com quem andavam, as desavenças, as uniões e separações afetivas, entre outras coisas. Similarmente, há o acréscimo de informações escritas à mão ao lado dos nomes, alguns destes estão sublinhados, bem como apresentam o desenho de uma cruz, para o caso de morte. Alguns dos citados têm apenas o codinome, entre aspas, o que nos leva a intuir que não havia uma identificação precisa do elemento, como é o caso de "GOMES ou ANTONIO DOS SANTOS OLIVEIRA (nome falso) sua fotografia consta nos atuais cartazes de procurados: era tuberculoso e fez um tratamento por conta do MARIGUELA, esteve na RÚSSIA junto com IURI XAVIER PEREIRA". (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, 1972, p. 13), enfim um exemplo do tipo de informação que constava. Um pouco acima desta informação está o nome de Alex de Paula Xavier Pereira marcado com uma cruz, à caneta, ao lado do nome, informando que regressou ao Brasil, logo abaixo, está o de Norbert Nehring, o codinome está entre aspas e a informação é: "-soicidou-se"<sup>71</sup>.

Intitulado "Esquema de saída de Cuba", o item de número 8, no documento discorre sobre como os militantes deixariam a ilha, eles se dividiriam em grupos, onde

---

<sup>71</sup> Foi mantida aqui a grafia original de "soicidou-se", conforme apresentada no documento.

"ao sair cada elemento recebe um passaporte 'frio', todas as passagens no itinerário do esquema, e uma soma em dinheiro, cerca de um a três mil dólares". A rota de saída conhecida pelos órgãos de informação, ela partia de Havana para Moscou, depois Praga, Roma, Buenos Aires e Montevideo e daí para Porto Alegre de ônibus. Segundo a informação, aqueles que iriam retornar ao Brasil clandestinamente ficavam isolados "para manter um clima de compartimentação entre os que ficam e os que partem". (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, p. 22). Por conseguinte, havia a informação da entrada destes militantes no Brasil, o item 9, intitulado "Esquema de entrada no Brasil", afirma que os militantes eram divididos em "vagas" e "pontos", conforme o documento nomina:

Para o 'grupo da ILHA', os pontos foram marcados em / CUBA depois de se dividirem em três vagas: a primeira vaga entrou com pontos no Brasil; a / segunda entraria com pontos marcados com a primeira vaga, e a terceira, com pontos marcados com a segunda. Um dos pontos marcados entre vagas era em BELO / HORIZONTE, na PRAÇA AFONSO PENA, às 18,00 horas, // nos dias 19 a 30 de cada mês até dezembro de 1971. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035,1972, p. 22).

Os fatos expostos pelos informes destinados à circulação da informação, no documento supracitado, confirmam que a vigilância e a espionagem do elemento "terrorista e subversivo" ultrapassava as fronteiras nacionais, expondo uma interligação entre a repressão brasileira com outros órgãos repressivos na América Latina. A cooperação externa das polícias de outros países, mostrou-se pertinente na coleta de informações, para Fernandes (2013, p.180), isso "nos ajuda a entender outro elemento crucial presente na Doutrina de Segurança Nacional: as 'fronteiras ideológicas'". O inimigo interno poderia estar alocado em um outro país como exilado, escondido, onde o monitoramento destes indivíduos exilados ou "forçados de maneira mais direta pelo Estado autoritário, através da instituição da pena de banimentos". (MARQUES; ARTURI, 2014, p.163), sobre as suas rotinas e, mais profundamente, sobre a sua movimentação, demonstra uma rede maior de cooperação, onde "diversas políticas repressivas bilaterais foram estabelecidas entre os países do Cone Sul". (MARQUES; ARTURI, 2014, p.166).

Os documentos compilados para a informação sobre a situação dos exilados políticos, ou banidos, contém inúmeros detalhes que, no mínimo, confere um acompanhamento e uma convivência, quase que, diária destes indivíduos. Porém não

podemos deixar de analisar, que muitos dos informes vieram de interrogatórios de presos, extraídos sob condições bastante violentas.

O exílio deslocou pessoas para vários países da América latina e da Europa, como Chile, México, Cuba, Uruguai, Suécia, Argel, Roma, entre outros. No item 1, intitulado “Elementos banidos em troca do Embaixador Alemão”, o informe é o seguinte:

Os quarenta presos banidos chegaram a Argel na madrugada de 16 de junho de 1970, no Aeroporto, havia muita gente, muita imprensa, inclusive europeia, e representantes das organizações revolucionárias de outros países que possuem representação em Argel, além de representantes do Governo da ARGÉLIA, que teriam a missão de receber e alojar os banidos. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035,1972, p.1).

O informe discorre sobre o fato de que os “banidos”, iniciaram uma vida coletiva onde tinham uma rotina normal como idas a costureiras, médicos, dentistas, praticavam ginástica, futebol e banhos de mar, além é claro, de participarem de reuniões informais, a fim de discutir sobre os problemas internos, com a participação de membros de variadas organizações. Houve, também, a formação de uma comissão composta por Apolônio de Carvalho, Maria do Carmo Brito, Carlos Eduardo Pires Fleury e Ladislav Dowbor, sendo que “a maior parte dos quarenta, permaneceu por cerca de quarenta dias na Argélia, indo depois em lotes para CUBA”. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001031, 1972, p. 1).

Os informes adquirem um tom mais íntimo ao tratar de cada “banido” vigiado, estes perpassam pela descrição do cotidiano e da situação psicológica destes indivíduos. Joaquim Pires Cerveira, major do exército punido pelo AI-1, encontra-se desaparecido desde 1973, segundo o dossiê de Mortos e Desaparecidos no Brasil, ele teria sido preso em Buenos Aires, juntamente com João Batista Rita, integrante do M3G, em uma operação conhecida como “Mercúrio”, uma articulação clandestina entre órgãos dos países do Cone Sul <sup>72</sup>. O informe o descreve no exílio em Argel da seguinte maneira: “[...] JOAQUIM PIRES CERVEIRA (este último parecia perdido)”. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, 1972, p. 2). O estado emocional de Cerveira pode ser atribuído ao resultado das torturas a que fora submetido, durante a sua prisão. Ele era um militante atuante desde antes de 1964, sendo perseguido, assim como a sua família, diversas vezes.

---

<sup>72</sup> Dossiê Ditadura, 2009.

Intitulado “Situação dos banidos”, o item 2, destaca outros nomes por algumas peculiaridades, como é o caso de Ricardo Zaratini Filho, "da ALN, está no CHILE, atritou-se com todos, mas volta nem que seja sozinho". (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, p. 4), ou, de Gregório Bezerra: "está doente em MOSCOU e não voltará". (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, 1972, p.3). O documento detalha o país em que o vigiado se encontra, as relações com a organização pertencente, cursos, pretensão de retorno ao Brasil, perfil de liderança, estado de saúde, e até, de relacionamentos amorosos, como por exemplo, “VERA SILVIA é amante de GABEIRA e MARIA AUGUSTA de CID”. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, p. 3). Estes informes são tencionados por malícia e desmoralização, o conteúdo textual não é dos mais polidos, por vezes beira o vulgar, como no caso de Diógenes José Carvalho de Oliveira, "da VPR e já deve estar de volta; é amante de DULCE DE SOUZA" e, de Ladislav Dowbor que, “estava meio desbundado, estava na EUROPA e não deve voltar”. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, p.4). Os registros neste informe, igualmente, fornecem uma visão discriminatória sobre o papel da mulher nas organizações de esquerda, ao referir-se a prováveis desentendimentos e insatisfações dentro do grupo e a provável disputa de liderança da ALN no exterior, protagonizada por Zilda Xavier Pereira e Joaquim Câmara Ferreira (“Toledo”):

Como conclusão, se a direção estava entre uma / mulher sem tradição, semi-analfabeta, que sequer fora direção regional, e que sempre colocava em // primeiro plano o zelo pela família, e de outro lado, um militante famoso, dotado de alto nível intelectual e cultural, imensamente vivido, tido como o sucessor de MARIGHELA pela imprensa e sobretudo // falando espanhol muito bem (coisa que Zilda jamais / se preocupou, a opção era clara; ‘TOLEDO’ assumiu / a direção e evitou que a ALN ‘rachasse’). (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035, 1972, p.19).

A desqualificação da figura feminina, assim como o da sua participação no âmbito político, foi medida, pelo grau de instrução de Zilda e pela sua falta de “tradição”, o que pode ser entendido como uma pessoa que não professa os ideais patrióticos, sem carreira na organização, mas preocupada com o zelo pela família, ou seja, aptidões de uma mulher. Para as aptidões de Câmara, são perfeitas para dirigir uma organização do nível da ALN, sob o ponto de vista dos órgãos de segurança. Câmara, porém, não recebeu o devido tratamento em relação aos seus vários dotes intelectuais e linguísticos, exaltados no informe, ao ser preso, torturado e morto pelos

agentes da repressão no Brasil, o grande dirigente e sucessor de Marighella foi destituído de todas as qualificações que os próprios órgãos lhe atribuíram.

A informação organizada em “itens”<sup>73</sup>, obtida e apresentada sobre estes banidos, no documento supracitado, além de que um tanto fragmentadas, converge a um constructo “largamente utilizado pelos dirigentes do regime para, primeiramente, prevalecer sobre seus adversários políticos e estabilizar a nova ordem, e após 1968, para aniquilar as capacidades das organizações guerrilheiras”. (MARQUES; ARTURI, 2014, p.156). O informe relativo a cada militante vigiado, expõe a situação psicológica e pessoal em relação ao grupo de forma muito íntima, descreve desavenças, “rachas”<sup>74</sup>, quem vai e quem fica, quem espera os familiares chegarem, em que país de exílio cada um deles vivia, o seu deslocamento para outros lugares, descreve os cursos de aperfeiçoamento, divididos por grupos e cada componente que participou, as rotas de deslocamento para o retorno ao país e o quadro de postos de cada destes militantes dentro das suas organizações.

Este é apenas uma pequena fração de uma miríade de informes relativos à movimentação de elementos “terroristas e subversivos” fora do território nacional. Mesmo que as informações se repetissem de um papel para o outro, o perfil do inimigo e sua situação, formava-se com consistência. Além da cooperação com órgãos do exterior, este informe não pode ser fruto somente da espionagem periférica, ele propõe que entre os exilados havia agentes infiltrados, ou muito próximos deles, visto que as informações de cunho pessoal nos levam a crer que alguém as relatou, alguém que vivenciou tais situações e, não somente, de uma situação de ouvir falar. Mesmo assim desvela o conhecimento que a comunidade de informação partilhava entre os seus pares.

---

<sup>73</sup> O documento é dividido por números e letras, para compartimentar a informação e define títulos para cada assunto, sendo que todos se relacionam aos “banidos”.

<sup>74</sup> Desavenças e rompimentos de militantes, dentro das organizações de esquerda.

### 3 A IMAGEM DO INIMIGO INTERNO: UMA ANÁLISE DOS CARTAZES DE TERRORISTAS E PROCURADOS

Ao longo das práticas impostas pela repressão, durante os sessenta e os setenta, nos deparamos com uma estruturada rede de relações e de ações que, entre outras normativas, valeu-se de uma propaganda impressa para construir a imagem do inimigo interno: a produção e difusão de séries de cartazes sobre elementos “terroristas e procurados”. Sua concepção e difusão foi atribuído aos órgãos de segurança e informação e o inimigo definiu-se como “terrorista”, construído através de um conjunto de imagens e ditames relativos a elementos escolhidos, a fim de perpetrar uma ameaça à soberania da nação, à segurança da sociedade e à manutenção da estrutura repressiva.

Os cartazes foram propostos a partir de um conjunto de reproduções de fotografias de indivíduos enquadrados pela LSN e de *slogans* de alerta e de colaboração. Eles foram afixados em locais públicos e de grande circulação de pessoas, porém destinados a um público específico, visto serem estes locais, aeroportos, rodoviárias, estações de trens agências bancárias, repartições públicas, delegacias, entre outros, pontos de circulação de pessoas. No caso dos dois primeiros, o objetivo seria vigiar entradas e saídas das cidades, estados ou do país. Segundo o periódico *Estado de S. Paulo* (1971, p.17):

Com o documento de análise dos quadros da subversão, as autoridades distribuíram também dezenas de cartazes nos quais estão reproduzidas fotografias dos principais terroristas procurados pelos órgãos de segurança. Neles as autoridades pedem o apoio da população visando a prisão dos subversivos. Serão eles afixados em estabelecimentos comerciais, estações rodoviárias, cinemas, aeroportos e em todos os locais de concentração popular.

Com a intenção de buscar o apoio e a aprovação da população, a campanha dos cartazes invadiu o âmbito público e lançou a insegurança no meio social. Apresentou nomes, codinomes e as organizações clandestinas em que os elementos ditos “terroristas” atuavam. Em suma, construíram a imagem do inimigo interno.

O propósito imbricado neste veículo publicitário, de criar uma atmosfera de desconfiança e insegurança, instituiu-se uma ideologia de combate e eliminação desta ameaça mediante o colaboracionismo. Para Chauí (1980, p. 120): “a ideologia fabrica

uma história imaginária (aquela que reduz o passado e o futuro às coordenadas do presente), na medida em que atribui o movimento da história a agentes ou sujeitos que não podem realizá-la”. Amparados por esta atmosfera de insegurança, a sociedade foi convocada a cooperar, através da vigília e da delação, ou seja, colaborar com a caça, prisão e oficialização da morte de elementos procurados por terrorismo. Nos cartazes, os *slogans* alertavam: “bandidos terroristas; procurados pelos órgãos de segurança nacional; ao ver qualquer deles avise o primeiro policial que encontrar ou ligue para [...]”. A mensagem amedrontava o cidadão comum, pois “bandidos e terroristas” assustam, imolam e maculam a vida cotidiana do cidadão comum, portanto a ideia seria: corra e denuncie, pois ele pode ser seu amigo, vizinho, colega de trabalho, o homem no coletivo ao seu lado e, até pode ser o familiar na sua casa.

A proteção foi a palavra chave que amalgamou o inimigo ao meio social. Em um documento do III Exército, datado de 10 de fevereiro de 1972, cuja origem é o CIE, sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, a informação é confidencial. Intitulado “Proteção pessoal contra raptos e emprego da segurança pessoal”, ele versa sobre a necessidade do cidadão em proteger-se, da seguinte forma:

1. Proteção permanece com o indivíduo. Não há mágica, invento, expediente ou escudo que possa substituí-la na execução do trabalho. A proteção pessoal tornando a execução do terrorismo e do rapto mais difícil-deve ser constante e prática rotineira da segurança diária. Para realizar isto não há dificuldades, limitações, fadigas: mas a frouxidão (relaxamento) constitui um convite à violência para uma exposição vigilante. (BR\_AHRS\_MINEX 003 a 020, 1972).

A campanha de propaganda contra o “terrorismo”, se utilizou da questão da proteção do cidadão, difundindo apenas o essencial a ser absorvido, selecionando algumas ideias fundamentais e transformando-as em fórmulas resumidas e simples. A difusão destes cartazes visava não somente incitar a participação da população na vigilância e a delação de elementos perigosos, mas também, para torná-los conhecidos e reconhecidos como inimigos dos propósitos da nação. Nomes e fotografias, como os de Carlos Lamarca, Carlos Marighella, Chael Charles Schreier, Jana Maroni Barroso, Iuri Xavier Pereira, Alex de Paula Xavier Pereira, Eduardo Leite, Odijas Carvalho, Carlos Roberto Zanirato, Antônio Benetazzo, Arno Preiss, Boanerges de Souza Massa, entre outros tantos presos, mortos ou desaparecidos, puderam ser conhecidos publicamente como protagonistas de assaltos a estabelecimentos,

sequestros e assassinatos, propiciando a sua identificação em inúmeras situações cotidianas no trâmite e convívio diário, nas relações sociais.

Ungindo de responsabilidade a sociedade civil no reconhecimento do inimigo através dos cartazes, o regime pode oficializar as mortes dos oponentes, quando estas ocorriam em situação de extrema violência, sob a responsabilidade do Estado, levando-as para as ruas em situações de confrontos com as forças de segurança, os famosos “tiroteios”, transferindo para o âmbito público uma situação que se justificava como combate ao “terrorismo”. Os órgãos de segurança ao se utilizarem da violência extremada, seja em interrogatórios ou simplesmente na desestruturação do indivíduo preso, através de uma rede estruturada dentro da máquina estatal, buscaram a aprovação da opinião pública através do conhecimento destes elementos através dos cartazes. Segundo Arendt (2013, p. 475): “os serviços secretos, já foram chamados corretamente de um Estado dentro do Estado, e isto não se aplica apenas aos despotismos, mas também aos governos constitucionais e semiconstitucionais”.

Milhares de pessoas foram presas por suspeição e outras centenas e milhares mais, sob a suspeita de crimes de subversão, tinham suas fotografias acompanhadas de uma ficha contendo a descrição pessoal, oriundas das fichas da polícia. Nos cartazes figuraram aqueles indivíduos “mais procurados”, ou “mais visados pela repressão por sua condição de “elemento de alta periculosidade”. Regularmente estes indivíduos atuavam nas organizações de esquerda de forma pontual, nas ações de assaltos, sequestros e panfletagem, entre outras atividades. As táticas de ação para captura destes, foi amparada por uma extensa rede de informações, envolvendo setores civis, militares e policias.

Objetivando a manutenção do poder. a repressão não somente perseguiu elementos contrários ao regime como os alocou na condição de “terroristas procurados”. Do conhecimento ao reconhecimento objetivando a delação, a prática dos cartazes, também, cumpria a função de encobrir a verdade fatural relacionada às mortes, que ocorriam dentro da máquina repressora, levando-as para o âmbito público em “versões oficiais” de confrontos entre terroristas e agentes da polícia. A premissa não era incitar o cidadão comum a pegar em armas para combater diretamente o inimigo, mas o de conhecer e reconhecer o elemento chamado de “terrorista” e “subversivo”, devidamente identificado nos exemplares de cartazes, através das fotografias, dos nomes, dos codinomes, das siglas de organizações clandestinas e nos avisos perturbadores de alerta, para fins desta adesão ideológica.

Construir uma imagem para o inimigo, estigmatizou o que os órgãos de segurança chamaram de o “terrorismo”, ou o “terror”, terminologias utilizadas, igualmente, pela imprensa, o que propiciou tornar real a ameaça e, para tanto, investiu-se no binômio informação-repressão que, “criou uma bem estruturada ‘comunidade de informações’ e na busca de legitimidade legislou intensamente ao longo de toda a sua duração”. (QUADRAT, 2012, p.20). Através dos cartazes instituiu-se uma relação entre emissor e receptor, uma dinâmica estruturada que se articulou de forma a enfrentar “o terror como terror”, pois os órgãos de segurança e repressão empreenderam ações com uma violência extremada contra seus opositores, contra o inimigo. Concebido em um contexto ideológico de segurança nacional, sua produção e difusão está intimamente ligado à prática metodológica e repressiva que, entre outras coisas, favoreceu a manutenção de um estado de guerra embasado na presença constante do “inimigo terrorista”.

Neste capítulo, nos propusemos a analisar alguns exemplares de “cartazes de terroristas procurados” como um veículo de propaganda legitimador do combate ao inimigo interno, através do seu conteúdo léxico e imagético.

Chamamos aqui, de “coleções” um agrupamento de exemplares selecionados, provenientes de diversas fontes, pela semelhança textual entre si e do tipo de *layout*<sup>75</sup>, a fim de proceder às devidas inferências. A reunião destes exemplares em coleções ocorreu para organizá-los para fins de procedimento, confrontados nas semelhanças da composição imagética e textual. A metodologia empregada para esta análise, foi o modelo proposto por Laurence Bardin, a análise de conteúdo. Esta autora define uma análise quantitativa que “obtem dados descritivos através de um método estatístico” e de uma análise qualitativa que “apresenta certas características particulares”<sup>76</sup>, a fim de realizar as devidas inferências que desvelarão respostas para as questões formuladas.

As primeiras nuances sobre a temática indicam que o objetivo destes impressos prescinde do reconhecimento por parte da população dos elementos que os protagonizaram, chegando à delação propriamente dita. Entretanto, um olhar mais atento a devida compartimentação da informação, evidencia o não dito. Frente aos *slogans* e as imagens dos cartazes, outras proposições além da singularidade do reconhecimento surgem, pois “para que a informação seja acessível e manejável, é

---

<sup>75</sup> Segundo o método proposto por Laurence Bardin.

<sup>76</sup> Laurence Bardin, 2009.

preciso tratá-la, de modo a chegarmos a representações condensadas [...] e explicativas [...]”. (BARDIN, 2009, p.54). Muito embora o método desta autora esteja inicialmente relacionado à análise de conteúdo léxico, ou seja, às variadas formas de comunicação, onde ela expande a sua aplicação, “observa com interesse as tentativas que se fazem no campo alargado da análise de comunicações: lexicometria, enunciação, linguística, análise de conversação, documentação e bases de dados, etc.”. (BARDIN, 2009, p.27).

A união da imagem e do *slogan* tem por finalidade na propaganda de um determinado produto, absorver uma determinada mensagem para fins de adesão e geração do lucro. Seja de um banco de investimentos, de uma empresa a vender eletrodomésticos ou de um partido político, a “história nos mostra que uma evolução significativa nos modos de se fazer publicidade tornou esta atividade altamente complexa e diversificada”. (IASBECK, 2002, p. 31). No caso dos cartazes, a propaganda visou uma adesão ideológica. O emissor avisa o receptor e lhe incute uma ideia de cooperação, uma ideia que se quer ter por verdade. Foi preciso alertar o receptor para introduzi-lo no centro de um conflito ideológico, a partir da desestabilização do seu cotidiano. Se o “terrorismo” invadiu as ruas, levado pelos cartazes, este estado de alerta se confirmaria através dos confrontos evidenciados nos periódicos, quando eles repetiriam incessantemente os *slogans* dos cartazes, sendo estes últimos, voltados à população de pouca cultura letrada e da limitada circulação dos jornais entre esta camada social.

O *slogan* é uma ferramenta de antanho, para Reboul (1975, p. 11):

Não é o uso do slogan que é moderno, mas sua extensão. A comunicação de massa, tanto a comercial como a política ou cultural, dele faz uma arma cujo alcance ultrapassa de longe os limites de um grupo restrito, como os leitores de uma obra, os fregueses de uma loja e até os membros de uma multidão; uma arma destinada a sacudir este ser anônimo que é a multidão. Eis por que o slogan moderno é uma espécie de cadinho em que realiza a liga dos metais mais duros do provérbio, do emblema, da máxima, da divisa, do grito da multidão. Ele é tudo isso, alternativamente ou ao mesmo tempo, mas é mais do que isso. Até o século XX conheciam-se espécies de slogans. Coube ao mesmo século descobrir-lhes a função genérica.

Para o autor, esta função não é fácil definir, porém para ele à primeira vista o *slogan* tem o caráter de fazer aderir, prender a atenção e resumir pela fraqueza da cultura letrada, que serve tanto para aqueles que elaboram quanto para aqueles que a suportam.

Slogan: quando o enunciado comporta não apenas uma indicação, um conselho ou uma norma, mas uma pressão; quando as palavras não desempenham mais a uma função de informar ou prescrever, mas a de mandar fazer, quando a linguagem não serve mais para dizer, mas para produzir coisa diferente do que diz. (REBOUL, 1975, p.13).

A utilização em campanhas do *slogan* prolifera, quando há a necessidade de unificação em tempos de crise, quando a população está indefesa quanto à situação do seu *status quo*, daí surgem fórmulas eficazes que irão organizar-se ao redor de um lema ou de um objetivo, para inserir ou controlar o medo, a revolta, o chauvinismo e o entusiasmo, entre outras coisas. As mensagens dos *slogans*, ou seja, como André Gide definia é “qualquer fórmula concisa, fácil de ser retida devido à sua brevidade, e apta a sacudir o espírito”. (apud REBOUL, 1975, p.23). Esta fórmula é traduzida em uma expressão com o objetivo de prender a atenção, e não a de estabelecer uma comunicação: ela apenas posiciona-se sem qualquer interferência, podendo ser aplicada em campanhas políticas como forma de aderir a um lema ou a princípios ideológicos, visto que “um slogan político geralmente expressa um objetivo ou alvo”. (QUEIRÓZ; MANHANELLI, 2009, p. 1). Os *slogans* nos cartazes definem não somente quais os elementos “terroristas” que estão sendo procurados, mas dita as atitudes que o cidadão comum deve tomar quanto a estes indivíduos, quanto ao teor da ameaça que eles lhes impõem.

Em termos de mensagem, a propaganda política assenta, fortemente, no valor dos slogans e dos símbolos políticos, como elementos catalisadores da ação política e eleitoral. Como tal, o slogan deve conter características que desencadeiem a sua rápida memorização, do ponto de vista auditivo ou visual. O êxito do slogan passa por aspectos como a simplicidade, a graça, a graciosidade, a fonética. (QUEIRÓZ; MANHANELLI, 2009, p. 7).

Os cartazes não se apresentam grandiosos, nem graciosos e muito menos simples, pensando em uma leitura mais profunda, porém tem uma rápida memorização da sua mensagem, e, por este viés, são diretos na sua fórmula: “terroristas procurados”. Por mais *slogans* que um cartaz possa ter, a mensagem principal é aquela que vai marcar a campanha. A composição de imagens e slogans a fim de expor o inimigo publicamente, não se configurou apenas em uma simples propaganda, no contexto da ditadura civil-militar, foi uma prática repressiva, não somente do inimigo e da erradicação do comunismo, uma categoria que abarcou uma miríade de grupos contrários ao governo dos militares e outros integrantes limítrofes a eles, como também coagiu pelo medo a população.

Através de uma série de medidas instituíram-se postulados e padronizou-se os procedimentos que visaram legitimar e combater o inimigo interno. Os cartazes de terroristas procurados, como fonte documental referente à propaganda ideológica para a construção da imagem inimigo, prescinde de uma análise de conteúdo, para descortinar as primeiras nuances e estabelecer as conexões relativas. Para tanto, faz-se necessário desmembrar este conjunto de impressos e definir seus itens em categorias, afim de analisar o seu conteúdo imagético e léxico.

O emprego de cartazes para adesão ideológica, deu-se em outras nações como nos Estados Unidos, na União Soviética, Inglaterra, França, Alemanha, por exemplo. Em diferentes contextos, cartazes contendo uma forte apelação a sentimentos foram de longe bastante utilizados, conforme a necessidade ideológica de cada situação. Imagens e *slogans* motivaram a adesão a conflitos e guerras, sejam mundiais, civis ou disputas no âmbito político.

Um cartaz de recrutamento britânico datado de 1914, contém a imagem de um militar, com um olhar inquisidor profundo, seu dedo indicador aponta para todos os que o olham, um desenho realista complementado por *slogans* escolhidos: “Britons ‘wants you’ join your country’s army! God save the king”<sup>77</sup>. Diante do entusiasmo que precedeu a Primeira Guerra mundial, seria impensável, para a maioria, recusar o chamado de Lord Kitchener, o homem retratado no cartaz. Este necessita da adesão ao conflito, despertando o espírito patriótico na defesa da nação. Percebe-se de longe que o dedo inquisidor de Lord Kitchener, apontado para quem o olha, não recruta, obriga. Este tipo de imagem, dedo indicador apontando diretamente para o expectador, trona a mensagem pessoal e foi reproduzido em outros cartazes do mesmo período, como por exemplo: o italiano “Fate tutti il vostro dovere” de 1917, o estadunidense “I want you for U.S. Army” de 1917, o alemão “auch Du sollst” de 1919 e o russo “VOCÊ se alistou como voluntário”<sup>78</sup>, de 1920. Não nos deteremos aos detalhes de cada um, porém devemos ressaltar que cada rosto expresso nestes cartazes relacionados ao conflito mundial, tem um objetivo único, uma expressão própria, que se relaciona ao contexto cultural e social de cada um especificamente,

---

<sup>77</sup> “Britânicos; quero você; faça parte do exército do seu país; Deus salve a rainha”.

<sup>78</sup> Em sequência: “Faça todo o seu dever”; “Você também deve se alistar”; “Eu quero você para o exército dos Estados Unidos”; no último, optamos pela tradução, devido à complexidade da grafia russa original.

seja através do personagem escolhido como imagem ou pelo conteúdo léxico dos seus *slogans*.

A propaganda de modo geral se utiliza de uma ideologia que “elabora as ideias de forma a adaptá-las às condições de entendimento de seus receptores, criando a impressão de que atendem aos seus interesses”. (ARANHA; MARTINS, 1994, p.51-52). O apelo visual torna a imagem universal e eficaz no que se refere a cooptar um número considerável de pessoas a aderir à mensagem, seja de forma quase total ou para uma determinada classe ou categoria de indivíduos.

Para que um controle ideológico sobre a população seja mantido é necessário criar alguns mecanismos que impeçam o indivíduo de observar com olhos críticos o meio em que vive (o que o levaria à consciência de suas reais condições de vida) e de ter informações diferentes das veiculadas pela ideologia dominante. Essa é a função da censura oficial, das patrulhas ideológicas, da violência, da pressão psicológica, da cooptação e da lavagem cerebral. (ARANHA; MARTINS, 1994, p.52).

A manipulação da opinião pública vem de longa data, cartazes como propaganda estiveram presentes em diferentes tipos de governo, pois o apelo visual adentra o meio social muito rapidamente, sua impressão é absorvida a ponto de adequar a população a novas prerrogativas. Intimidar, aderir, aceitar, colaborar são partes de um estímulo que silenciosamente instrui o humano em como portar-se, como agir. Como diria Ginzburg (2014, p. 63): “o que me diz respeito hoje não é a realidade, mas, num sentido mais literal, a imagem: o próprio cartaz, visto tanto como resultado quanto catalizador de uma série de intrincados processos que merecem um exame mais detalhado”, sobre a iconografia política. Ginzburg analisa diversificados tipos de imagens que se relacionam entre si a partir do gesto de “apontar o dedo”, de Hobbes a Warburg. O autor se refere ao medo e sua imposição ao citar o bombardeio em Bagdá em 2003, partindo deste conflito contemporâneo no Iraque, pensando em Hobbes e na questão de que o poder político pressupõe o uso da força, mas que não seria o bastante, pois o Estado precisa de mais, precisa incutir o terror, uma mistura de medo e sujeição.

Vivemos num mundo em que os Estados ameaçam com o medo, exercitam-no e às vezes sofrem. É o mundo de quem procura se apoderar das armas, veneráveis e potentes, da religião, e de quem empunha a religião como uma arma. Um mundo no qual gigantesco Leviatã se debatem convulsamente ou ficam de tocais, esperando. Um mundo semelhante àquele pensado e investigado por Hobbes. (GINZBURG, 2014, p. 32).

Os cartazes de terroristas procurados, difundidos pelos órgãos de segurança do regime militar não possuem um dedo indicador apontando diretamente para o espectador, mas possuem olhares, em rostos que possivelmente façam a tarefa de apontar e intimidar pelo medo. Diante daqueles rostos condenados pelo crime de “terrorismo”, a própria palavra já os elevava a uma condição de alta periculosidade, colocados lado a lado, formando colunas de imagens uma em cima da outra, simetricamente construídas, organizado em uma ordem própria; ninguém poderia sair incólume a esta ameaça, ajudar a combatê-los, identificando-os e delatando-os, seria a fórmula para não se tornar o próximo procurado, pois mais que aderir era importante educar a população quanto ao tipo de comportamento adequado às inspirações patrióticas.

As imagens e os *slogans* que compõem os cartazes estão distribuídas de forma simétrica, com tamanhos variados, de coloração predominantemente preto e branco, sendo que em alguns têm o acréscimo de algumas cores básicas, e de ditames de tamanhos variados. Para melhor proceder a análise, os cartazes foram agrupados em quatro séries, que denominamos para esta dissertação como, coleções A, B, C e D, conforme as semelhanças do *layout* e de *slogans* entre si, o que resultou em cinco tabelas relacionadas a estes impressos. A opção por chamar de coleções, está ligada ao fato de esta expressão ter sido usada pelo periódico *Jornal da Tarde* (1972, p. 14), quando da divulgação deste, sobre a distribuição de uma série de cartazes.

Sobre as coleções, a primeira foi intitulada “coleção A” e é composta de quatro exemplares, cujo número de série original é 1, 2, 4 e 5. Aqui foram denominados da seguinte maneira: cartaz 1A, 2A, 3A e 4A, sendo produzidas duas tabelas referentes. A segunda coleção, chamada de “coleção B”, contém seis cartazes, denominados: cartaz 1B, 2B, 3B, 4B, 5B e 6B, sendo que não há uma numeração original, acrescidos de uma tabela referente. A “coleção C” é composta de dois cartazes, 1C e 2C, acrescidos da tabela referente; e a última coleção, chamada de “coleção D”, é composta de dois cartazes, 1D e 2D, e de uma tabela referente.

O conteúdo léxico na primeira coleção, os *slogans*, torna o cartaz um tanto poluído, pois há muita informação para o leitor, uma característica que será depurada nas demais coleções. Este conteúdo léxico, ou textual, foi alocado em referentes positivos, negativos, de alerta e ação. O tamanho dos exemplares da primeira coleção condiz com um cartaz padrão, sua dimensão é de 49cmx33cm, perfeitamente visível para deter a atenção de quem passava por eles; os demais apresentam dimensões

diversas, permeando esta medida, sendo que não foram encontradas medidas específicas para eles. Quanto a sua quantidade ou tiragem, conseguimos chegar a alguns números através da imprensa. A coleção A foi divulgada pelo periódico *Diário de Notícias* (1969, p. 2), afirmando que os pontos de maior circulação de pessoas, na Guanabara, haviam recebido no dia anterior cinco cartazes, contendo trinta e oito procurados. A efeméride reproduz os slogans utilizados e atribui a sua distribuição ao Ministério da Aeronáutica.

Pensando nas possíveis datas de concepção e difusão dos exemplares de cartazes da coleção A, as mortes de alguns dos seus protagonistas, muitas ocorridas entre os anos de 1968 e 1969, nos fornecem o período de sua produção como sendo anteriores à próxima coleção, a Coleção B, que foi lançada em 1971, segundo uma reportagem do periódico *Folha de S. Paulo* (1972, p. 4), intitulada “Alerta: terrorismo ainda existe”. Também outros indícios nos levam a esta inferência, visto que neste ano, Carlos Marighella, Chael Charles Schreier e Eremias Delizoikov<sup>79</sup> já haviam falecido e suas imagens, que aparecem na Coleção A, não estão nas outras coleções aqui elencadas, portanto suas fotografias não são mais publicadas a partir do final do ano de 1969. Devido a estas fontes, é que determinamos aqui esta coleção como sendo a primeira, sucedida pelas outras, procurando datá-las da mesma maneira.

A segunda coleção, coleção B, igualmente é citada por um periódico, o que confere a provável data de circulação dos exemplares da mesma. O *Diário de Notícias* (1970, p. 7), veiculou em dezesseis de janeiro de 1970, uma efeméride que anuncia a distribuição dos “novos cartazes de terroristas procurados”, devidamente apresentados em cinco exemplares de tamanhos diferentes, contendo oito imagens fotográficas cada um, totalizando quarenta rostos. Para as demais coleções não encontramos uma referência sobre o número exato.

Uma circular do Ministério do Exército do Rio Grande do Sul (BR AHRM MINEX 0025, 1972), datado de 7 de abril de 1972, apresenta o seguinte informe: “em anexo remeto 12 cartazes com fotografias de elementos subversivos que devem ser afixados em áreas e logradouros de maior circulação”<sup>80</sup>. Esse documento é “reservado”, seu

---

<sup>79</sup> Carlos Marighella era líder da ALN, morto em uma emboscada em São Paulo em novembro de 1969. Chael, que após o AI-5 passou a clandestinidade, era militante da VAR-Palmares, morreu sob tortura em novembro de 1969 pouco tempo depois que Marighella. Eremias, militante da VPR, morreu em “tiroteio” com forças de segurança ao resistir a prisão.

<sup>80</sup> Nesta circular, o número “12” foi preenchido a mão em um campo que está pontilhado, destinado ao preenchimento relativo à quantidade adequada da remessa de exemplares.

assunto são os cartazes, e sua origem é o III Exército. Através desta fonte podemos inferir a quantidade de impressos que foram remetidos para o estado do Rio Grande do Sul, apesar de o documento não informar se eram doze cartazes diferentes ou se esta quantidade era de um mesmo exemplar. Ao longo do documento, este solicita que retirem dos cartazes aqueles elementos mortos ou que se encontram presos.

Sabendo-se que vários dos elementos cujas fotografias aparecem nos cartazes, já foram presos ou mortos em encontros com agentes da segurança, sugere-se a atualização dos referidos cartazes, de acordo com o conhecimento desse CM. Tal atualização consiste em eliminar do cartaz a fotografia do terrorista fora de ação, não devendo constar dos cartazes as palavras 'preso' ou 'morto'. (BR\_AHRS\_MINEX 0025,1972).

Percebe-se que os impressos enviados eram reutilizados, ou em vez da retirada da fotografia do elemento que não interessava mais, era adicionada posteriormente a informação relativa ao elemento sobre a sua situação. Em seguida afere-se uma lista de nove elementos que devem ser retirados dos cartazes, com a afirmativa de que “é do conhecimento deste QG que as fotografias dos seguintes elementos já podem ser eliminadas dos cartazes”. O conteúdo deste documento configura uma devolução, de doze cartazes enviados a este órgão, cujas solicitações devem ser prontamente atendidas, visto que estes cartazes não contribuíram para a captura dos mesmos, já que estes nove elementos estão em uma situação que impossibilita tal ação.

Quanto a informação dos periódicos referente às datas relacionadas à produção e distribuição dos cartazes, serão discutidas posteriormente no capítulo 4 desta dissertação, visto que os indícios foram encontrados através da divulgação da imprensa, assunto que tratamos no referido capítulo e, que acreditamos ser o mais adequado. Deixemos para esse, a análise em si dos cartazes.

### 3.1 A coleção A: a primeira seriação de exemplares de cartazes

Os cartazes reunidos nesta coleção são reproduções dos exemplares originais. Redefinimos a numeração em função de tornar a visibilização e a leitura sobre eles mais fluída. Os exemplares contêm originalmente a numeração: 1, 2, 4 e 5, alocada abaixo no canto esquerdo do impresso, esta foi atribuída por seus produtores. As

reproduções logo a seguir, encontradas em um leilão virtual<sup>81</sup>, foram agrupadas nesta coleção por apresentarem semelhanças em sua composição, semelhanças estas quanto à quantidade de imagens, dimensão do cartaz, cor e distribuição das imagens e dos *slogans*, com algumas poucas alterações no conteúdo léxico.

Encaramos os cartazes como uma forma de propaganda do regime militar, pois a publicidade impressa pode atingir uma determinada parcela populacional, através do registro verbal, ou seja, “no título (que pode ou não ser o tema da campanha ou do slogan), no corpo do anúncio (o argumento), na assinatura do anunciante (incluem-se aí a logomarca o emblema e, às vezes, o slogan) e, em alguns casos, no contexto da própria imagem” . (IASBECK, 2002, p. 48). Os quatro cartazes que compõem esta coleção, apresentam um título, “TERRORISTAS E PROCURADOS”, dois argumentos “ASSALTARAM-ROUBARAM-MATARAM PAIS DE FAMÍLIA” e “AJUDE-NOS A PROTEGER A SUA PRÓPRIA VIDA E A DE SEUS FAMILIARES” e por fim, uma assinatura: “À MENOR SUSPEITA AVISE O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR”.

Vislumbramos a dimensão da posição e do papel do homem conservador, o *páter familias*, o protetor e mantenedor da família brasileira. Percebe-se que a apologia a este papel, por parte da propaganda do regime, não somente quer chamar a atenção do tipo de vítima dos “terroristas”, mas também, quer lhe enviar um aviso, quer disciplinar o seu comportamento como colaborador do regime, visto que “a sociedade espera de cada um dos seus membros certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros”. (ARENDDT, 2014, p.50). O dito “pai de família” não poderia abster-se das suas responsabilidades, deveria seguir as diretrizes recomendadas, de ser um bom cidadão, imbuído na defesa de si e da sua família, e que conseqüentemente, protegeria os valores patrióticos e as tradições nacionais, do ataque dos “terroristas”.

No final dos anos sessenta e início dos setenta, o homem trabalhava e “a mulher ainda mantinha seu papel exclusivamente voltado para a maternidade, sendo rigorosa no cuidado da casa e na educação dos filhos”. (DESSEN, 2010), portanto ele era o provedor e mantenedor da família, “era quem exercia a autoridade e se

---

<sup>81</sup> Cartazes de Terroristas procurados durante a ditadura - Assaltaram - Roubaram - Mataram Pais de Família”, medindo 49 x 33 cm, no estado. Disponível em: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=170980&ctd=12&tot=333&tipo=> , acesso em 22 mai. 2016.

responsabilizava pelo sustento financeiro do lar”. (SIMIONATO-TOZO & BIASOLI-ALVES apud DESSEN, 2010). A emancipação feminina ainda caminhava a passos lentos no Brasil dos sessenta, visto de modo geral. As mulheres que tinham a necessidade de trabalhar fora de casa, como aquelas de baixa renda, proletárias ou operárias, que além da necessidade de complementar o sustento familiar ou de ser a própria provedora da família, sofria de outras formas, pois “sem equipamentos sociais que pudessem reduzir a sobrecarga de tarefas impostas a elas, a dupla jornada de trabalho ficou ainda mais pesada”. (TELES; LEITE, 2013, p. 29). Ainda que muitas mulheres enfrentassem a violência doméstica, a discriminação no âmbito laboral, em profissões não aceitas para a mulher, as desquitadas por inúmeras razões, entre outras condições, elas se deparavam com grandes dificuldades em incluir-se em determinados círculos sociais e, algumas mais ousadas em suas maneiras de ser e viver, até se viam destituídas deles.

O enaltecimento por enquadrar-se em padrões conservadores, quanto ao papel social do feminino durante o regime ditatorial propunha não deslocar a mulher de sua posição no universo doméstico, a de esposa e mãe, e sim destituí-las das escolhas por modos mais modernos de ser, pois “não soariam modernos os apelos à ‘coesão social’ e ao ‘amor à pátria’”. (FICO, 1997, p.94), “valores morais” propostos pelo regime, mesmo em tempos de revoluções nos conceitos sexuais, sociais e culturais.

Muito embora as mulheres estivessem movimentando-se em torno da sua emancipação, inspiradas por movimentos libertários externos, elas ainda não eram bem vistas quando exerciam outros papéis que não aqueles instituídos para o feminino, como aquelas que “tentaram romper, em diversos aspectos, com séculos de submissão ao entrarem para organizações clandestinas de extrema esquerda”. (RIDENTI, 1990, p.116). A política não era lugar para a mulher e os círculos de tomada de decisões, fora do âmbito privado, não se integrara aos seus espaços. Portanto aderir às organizações ditas “subversivas”, atribuiu-se às mulheres uma audácia ainda maior. Segundo Ridenti (1990, p.114):

As mulheres ocuparam posições submissas na política e na sociedade brasileira, pelo menos até o final dos anos 60. A norma era a não participação das mulheres na política, exceto para reafirmar seus lugares de ‘mães-esposas-donas-de-casa’, como ocorreu com os movimentos femininos que apoiaram o golpe militar de 1964. [...] a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo de mulher restrita ao espaço privado doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino.

Estamos nos referindo aqui de forma genérica, sem nos aprofundarmos no assunto, o que requereria uma exposição mais elaborada das relações com o feminino durante o referido período, apenas estamos situando as condições em relação ao comportamento da mulher em sociedade, assim como o papel que lhe cabia em relação ao núcleo familiar, visto que, não é o intuito aqui, fazer uma autópsia detalhada sobre a condição feminina na sociedade dos sessenta, mas sim situá-la no contexto familiar dos anos sessenta em relação ao conceito “pai de família”, expressão irradiada pelos cartazes da ditadura civil-militar no Brasil.

Não é ao acaso a exaltação à figura patriarcal, o que nos faz pensar nos discursos irradiados pelas vozes integralistas do “Deus, pátria e família”<sup>82</sup>, uma entidade disciplinadora voltada para delimitar os princípios morais da sociedade, de cunho paternalista e com base na valoração da “moral” e dos “bons costumes”, a exaltação de princípios patrióticos e da figura masculina, autoritária e castradora.

Para além da tríade “Deus, pátria e família”, está a família comunista, proletária, campesina, operária e internacional. Este núcleo de acomodação familiar, apresentava-se de forma adversa ao modelo de família cristã brasileira das décadas de 1960 e 1970, apesar da laicidade do Estado<sup>83</sup>. Por seu aspecto coletivista, pela ausência de Deus em sua formação e por preceitos que não corroboravam com os pressupostos patrióticos e cristãos, por seu papel universal, os trabalhadores são do mundo inteiro, e o lugar que definia cada integrante nesta constituição familiar, causava um certo desconforto aos seguidores das tradições conservadoras. Se a doutrina comunista não contava com Deus em seus pilares, não podia vigorar em uma nação que se inspirava em outra organização, a “Tradição, Família e Propriedade”<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> Os Integralistas eram uma associação nacional de direito privado, com sede civil na cidade de São Paulo e propunham a construção do Estado Integral, um regime político-social e nacional-corporativa. Lançaram o Manifesto à Nação, onde: Deus dirige os destinos dos Povos, e que o homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da família, da pátria e da Sociedade. Estava definida a trilogia que marcou toda a trajetória do Movimento: deus, pátria e família. Disponível em: <http://www.integralismo.org.br/?cont=31>. Acesso em 6 mai. 2017.

<sup>83</sup> O Estado brasileiro foi separado definitivamente da Igreja Católica pelo decreto 119º-A, de 7 de jan. 1890, após a Proclamação da República, deixando oficialmente de ter uma religião oficial. Anteriormente o Império outorgava em nome da Santíssima Trindade, porém era permissivo, deixando que seguidores de outras crenças realizassem cultos domésticos. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/brasil-laicidade-e-liberdade-religiosa-desde-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-rep%C3%BAblica-federativa-de-1988>. Acesso em 4 abr. 2017.

<sup>84</sup> Fundado por Plínio Corrêa de Oliveira, vindo de uma família de senhores de engenho e de “heróis” da guerra contra os holandeses, dito de uma das famílias de estirpe e declarada fidelidade à Igreja Católica. Neste contexto as bases da família não podem ser depauperadas e enfraquecidas, pois além de uma tradição e hierarquia, isto destruiria a cultura e a civilização impregnadas de tradições cristãs. Disponível em: <http://www.tfp.org.br/tradicao-familia-e-propriedade>. Acesso em 4 abr. 2017.

Sobre as aspirações femininas no contexto familiar comunista, Alexandra Kollontai, uma revolucionária bolchevique e única mulher a ocupar um cargo no alto escalão do governo após a Revolução de 1917, era consciente das normativas autoritárias que oprimiam as russas e do antagonismo entre os interesses das mulheres burguesas e as das classes populares. Como ministra promoveu inúmeros benefícios em prol das mulheres, como o divórcio, a equiparação salarial, o aborto, benefícios sociais como creches em centros urbanos e rurais, entre outros. Além disso, escreveu inúmeros livros relacionados às questões femininas e de classe. O papel da mulher comunista e suas relações familiares, foi proposto por ela, em “O comunismo e a Família”, da seguinte maneira:

En vez del matrimonio indisoluble, basado en la servidumbre de la mujer, veremos nacer la unión libre fortificada por el amor y el respeto mutuo de dos miembros del Estado Obrero, iguales en sus derechos y en sus obligaciones. En vez de la familia de tipo individual y egoísta, se levantará una gran familia universal de trabajadores, en la cual todos los trabajadores, hombres y mujeres, serán ante todo obreros y camaradas. Estas serán las relaciones entre hombres y mujeres en la Sociedad Comunista de mañana. Estas nuevas relaciones asegurarán a la humanidad todos los goces del llamado amor libre, ennoblecido por una verdadera igualdad social entre compañeros, goces que son desconocidos en la sociedad comercial del régimen capitalista. ¡Abrid paso a la existencia de una infancia robusta y sana; abrid paso a una juventud vigorosa que ame la vida con todas sus alegrías, una juventud libre en sus sentimientos y en sus afectos! Esta es la consigna de la Sociedad Comunista. En nombre de la igualdad, de la libertad y del amor, hacemos un llamamiento a todas las mujeres trabajadoras, a todos los hombres trabajadores, mujeres campesinas y campesinos para que resueltamente y llenos de fe se entreguen al trabajo de reconstrucción de la sociedad humana para hacerla más perfecta, más justa y más capaz de asegurar al individuo la felicidad a que tiene derecho. La bandera roja de la revolución social que ondeará después de Rusia en otros países del mundo proclama que no está lejos el momento en el que podamos gozar del cielo en la tierra, a lo que la humanidad aspira desde hace siglos. (KOLLONTAI, 1937, p. 26-27).

Os novos papéis do homem e da mulher na nova sociedade comunista, eram outros, visto que ao priorizar as mudanças sobre os direitos do povo sobre o patronato, de bem comum, as relações familiares não ficariam de fora destas mudanças. Na rotina familiar comunista, o bem comum deveria prevalecer, juntos os seus integrantes se propunham a agregar ao cotidiano familiar a militância política, o que os tornava, de certa forma, importantes peças para o funcionamento da doutrina comunista.

As aspirações relacionadas aos padrões familiar e social, no final dos anos 1917 e início dos anos 1920, estava impregnado de esperanças quanto às modificações que a adesão ao modelo comunista traria para a sociedade russa. Mas,

não podemos descartar o fato de que foi a partir deste modelo soviético, que as gerações revolucionárias dos sessenta se embasariam, salvo as devidas particularidades, ramificações e discordâncias, ainda sob a influência de uma sociedade paternalista. Para vislumbrar um pouco sobre a mulher comunista nos anos do regime militar, Amelinha Teles (2013, p.128), nos esclarece sobre a militância comunista e suas relações de família e de militância feminista, a partir da sua própria experiência:

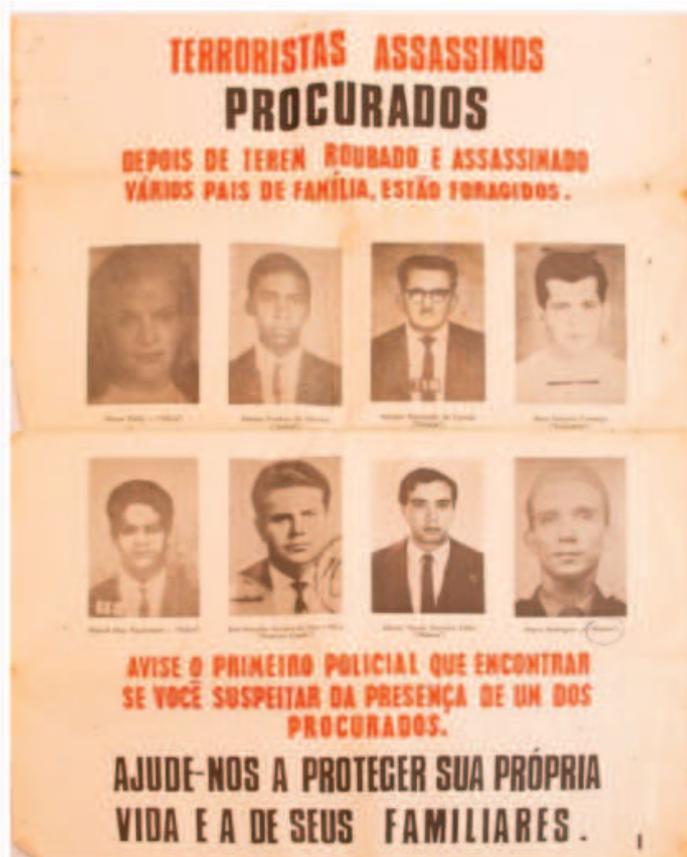
Valentes e decididas, essas mulheres afirmaram, em suas vivências, tanto na militância política clandestina ou não, o rompimento não só com a tradição da esquerda em relação às mulheres, como com os valores das gerações anteriores. A igualdade com os companheiros explícito tanto na luta diária para dividir o trabalho doméstico como na militância política e no desejo de ser livre para escolher ter ou não filhos, de participar de todos os riscos do mundo público, da partilha do poder em todas as esferas da vida, de definir sua sexualidade pelo prazer. Muitas se casaram e se descasaram, muitas vezes, viveram casamentos abertos, viveram relações homoafetivas, revolucionaram valores e costumes burgueses.

A incursão através da militância política, permitiu que estas mulheres obtivessem certa liberdade de atuação em um espaço predominantemente masculino. Isto contribuiu para a construção, dos seguidores das tríades, de um estereótipo da militante comunista como uma mulher promíscua, seja por não cumprir um papel cristão e submisso, seja por intrometer-se em assuntos políticos, assuntos masculinos, ou por assumir postos de militância, desvirtuando o bom andamento da sociedade paternal. Nas organizações armadas clandestinas, apesar de enfrentarem reações machistas e discriminantes, houve mulheres que protagonizaram posições importantes de liderança ou se destacaram por seus desempenhos em treinamentos táticos como por exemplo:

Maria Augusta Thomaz se revelou atiradora emérita. 'Guerrilheira nata, atirava a trinta metros e acertava na testa', assombrou-se José Dirceu, seu colega de curso em 1970. Do 2º Exército, Ísis Dias de Oliveira se especializou em explosivos. O Historiador Marcelo Ridenti computou que os acusados do sexo feminino nos processos judiciais focados na ALN representaram 15,4%. (MAGALHÃES, 2012, p.508).

Em uma efeméride, no periódico gaúcho Zera Hora de 10 de abril de 1970, a chamada alertava: “Diversas mulheres estão implicadas com o terror”<sup>85</sup>, demonstrando que independentemente das questões de gênero, a categoria do inimigo incluiu as mulheres também, pois elas protagonizaram os cartazes ao lado dos homens para compor a imagem geral do terror, muito embora, fossem exibidas em menor número que os homens. Mas, nos álbuns de “Terroristas e Subversivos”, elas dividem quase que por igual os espaços nas páginas deste documento produzido pelos órgãos de informações. Abaixo seguem os dois primeiros exemplares e suas respectivas tabelas.

Figura 1- Reprodução do cartaz 1A



Fonte: Levy Leiloeiro

<sup>85</sup> Acervo do Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Visita em 21 jul. 2017.

Figura 2- Reprodução do cartaz 2A



Fonte: Levy Leiloeiro

Estes dois exemplares são constituídos de oito fotografias dispostas lado a lado em duas fileiras e quatro colunas, abaixo delas, em ambos, vislumbramos o nome do elemento procurado e o seu codinome<sup>86</sup>. Os *slogans* determinam de quem os cartazes tratam, no caso de “TERRORISTAS E ASSASSINOS”, qual o motivo porque são procurados: “DEPOIS DE TEREM ROUBADO E ASSASSINADO VÁRIOS PAIS DE FAMÍLIA” e sobre a situação em que se encontram: “ESTÃO FORAGIDOS”. A leitura inicial destes slogans, assusta os olhos simples, pois o cidadão acaba por se deparar com uma grande ameaça, uma ameaça de ações criminosas.

<sup>86</sup> Utilizados internamente pelos membros das organizações de esquerda clandestinas, para fins de segurança.

Sabemos que o registro visual possui a competência de merecer prioridade na atenção da leitura. Um slogan em destaque no anúncio, desenhado em tipos gráficos de grosso calibre pode, pelo destaque visual (imagem gráfica), trazer para si a prioridade da leitura, antes mesmo que a ilustração seja percebida. Nesses casos é possível que a mensagem ali contida, por ser a primeira a ser recebida, venha a condicionar o entendimento de toda a peça, guiando e direcionando a interpretação. (IASBECK, 2002, p. 44).

A escolha por determinadas expressões são a chave para o efeito da comunicação no leitor, pois é preciso impressionar seja pela objetividade do enunciado ou pelo impacto da imagem. A questão é envolver o espectador, sacudi-lo com o medo, retirá-lo do seu descanso e apresentar-lhe a realidade com a qual ele deve lidar, e por fim, quando envolto nesta atmosfera de medo, destituí-lo de alguma forma da dúvida ou questionamento. Ao falar sobre controle da mídia audiovisual, é preciso relevar que a imagem agregada a frases concisas pode configurar, dependendo da proposta, um poderoso instrumento de doutrinação de massa, levando em consideração o tempo que se leva para digerir um discurso que está implícito, conectar fatos e considerá-los frente à realidade, destituindo os menos interessados de um entendimento mais profundo sobre o que é apresentado como verdade.

Quando as imagens vêm associadas a um discurso ideológico, considerando o sentido marxista do conceito, ou seja, “como um conjunto de ideias que surgem de um dado conjunto de interesses materiais ou, em termos mais gerais, de uma classe ou grupo definido”. (WILLIAMS, 2007, p.215), geralmente por pressa, quem sabe, as pessoas tendem a não buscar os fatos em seus pormenores, depositando sua crença em notícias demasiadas prontas. O homem comum, como sugere Berger e Luckmann (2004, p.14), “por norma, não se preocupa com aquilo que é ‘real’ para ele e com o que ‘conhece’, a não ser que tropece num problema qualquer. Tem como certa a sua ‘realidade’ e o seu ‘conhecimento’”.

Os ditames nos cartazes seguem adiante com outra mensagem: “AVISE O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR SE VOCÊ SUSPEITAR DA PRESENÇA DE UM DOS PROCURADOS”, ou seja, o inimigo é antes um suspeito. E porque avisar? O próprio cartaz justifica: “AJUDE-NOS A PROTEGER SUA PRÓPRIA VIDA E A DE SEUS FAMILIARES”, portanto há um envolvimento emocional com a mensagem, ela é sentimental, ela comove. O proclame “ajude-nos” enlaça o leitor, enaltece a sua importância na luta contra o inimigo e no alinhamento aos pressupostos de amor à pátria. Governo e cidadão se unem em um propósito único, por um breve

momento, ambos encontram-se em um mesmo patamar de poder, indo além, são cúmplices no combate ao “terrorismo”, esta ameaça que agora ousa entrar nos lares e assassinar pais de família. Portanto, a exemplo de Lord Kitchener, de Ginzburg, o cartaz determina que a sociedade cumpra com o seu papel, mantendo-se alerta, vigilante e conhecedora das nuances do inimigo. O mesmo ocorre com “proteger”: o Estado protege, ele cuida de você, mas neste caso, ele não pode realizar esta tarefa sozinho, precisa da nossa ajuda, pois sua vida e a de seus familiares correm perigo, ele precisa de você para combater o mal que se aproxima e ameaça a sociedade cristã, a moral e os bons costumes.

O perigo de “morrer” pelas mãos dos “terroristas”, está implícito na ação descrita nos cartazes: “DEPOIS DE TEREM ROUBADO E ASSASSINADO”, portanto se tratam de criminosos, o que já torna o alerta algo muito preocupante, um alerta que transcende a linha entre a vida e a morte, mas que também, oferece a solução: “AVISE O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR, SE VOCÊ SUSPEITAR DA PRESENÇA DE UM DOS PROCURADOS”, enfim é preciso ser rápido e proteger-se. Oliver Reboul (1975, p. 95), define que “o slogan é a justificação que se dirige ao homem da massa, a fala que, por argumentar, agradar, ser repetida, autoriza-o a satisfazer os seus desejos ou suas cóleras”, no caso dos nossos *slogans*, eles não estão para agradar, mas sim para se educar, criar um laço de aceitação da mensagem e definir como o cidadão deve se comportar.

A chamada de maior destaque nos exemplares dos cartazes é: “PROCURADOS”, onde a dimensão das letras é maior que o restante da chamada. Ao todo são cinco chamadas de cores e tamanhos distintos em função da primazia pela visualização. A chamada supracitada, por destacar-se como maior, sugere a primazia do primeiro olhar, a importância de ser vista como destaque, afim de que o leitor se familiarize com o tema da propaganda. Depois de absorver o *slogan* destacado, em seguida o olhar é atraído para as imagens fotográficas, que apesar de não serem suficientemente nítidas, por elas teriam um efeito individual maior se produzidas em cartazes ao estilo dos cartazes “*Wanted*”<sup>87</sup>, mas por outro lado, um conjunto de imagens se proporia em avisar as pessoas, para não se envolverem em

---

<sup>87</sup> No inglês: “Procura-se”. Cartazes produzidos nos Estados Unidos, no século 19, que expunha a imagem de ladrões e assassinos, além de algumas vezes proporcionar o histórico do procurado e oferecia uma recompensa pela captura do elemento. Eles podiam conter a imagem de um indivíduo ou de vários chamados de “bando”.

atividades coletivas, como o dos grupos de “terroristas”. As imagens são reproduções de fotografias de arquivos dos órgãos de segurança ou de documentos de identificação, carteiras de identidade, de trabalho, etc. Possivelmente são fotocópias, sendo o tipo de reprodução acessível na época, de certa rapidez na cópia de imagens e textos. Apesar disso, elas não deixam de deter o olhar por seu conjunto.

A identificação individual não se mostrava relevante em um primeiro momento, o intuito era demonstrar um conjunto de procurados, um número que fosse significativo, a fim de dar volume e importância à campanha e, ao salientar que eram muitos, daí o apelo ao envolvimento e à participação da população em cooperar com os órgãos de segurança. O fato de existir mais de um “terrorista” tornava o impacto das ações praticadas por eles maior e a adesão mais rápida. Se haviam oito fotografias em cada cartaz, não era um elemento a aterrorizar o cidadão eram oito vezes mais o número de elementos, sem contar que as imagens se repetiam, muito provavelmente o cidadão não iria memorizar quem se repetia, ou mesmo comparar cartazes entre si, mas se estas não eram nítidas o suficiente para que os elementos procurados fossem reconhecidos mais precisamente, por um outro viés, o objetivo era o não reconhecimento.

Quantos homens e mulheres vestiam-se e arrumavam o cabelo daquela maneira? Quase todos. O tipo de roupa, o cabelo, os óculos, o bigode, a maquiagem, entre outros arranjos assemelhavam os procurados, eram pessoas comuns. A maioria das reproduções fotográficas eram de documentos de identificação, homens de terno e gravata, mulheres penteadas e vestidas como qualquer pessoa a tramitar pelas ruas, dentro dos ônibus, nas lojas, nas rodoviárias, nas repartições públicas, nos bancos, salvo uma ou outra em que a pessoa aparecia com a placa de números, o que configurava a passagem pela polícia. O conteúdo léxico e imagético dos cartazes foi categorizado por itens, conforme a tabela que segue abaixo.

Tabela 1- Informações contidas nos cartazes 1A e 2A

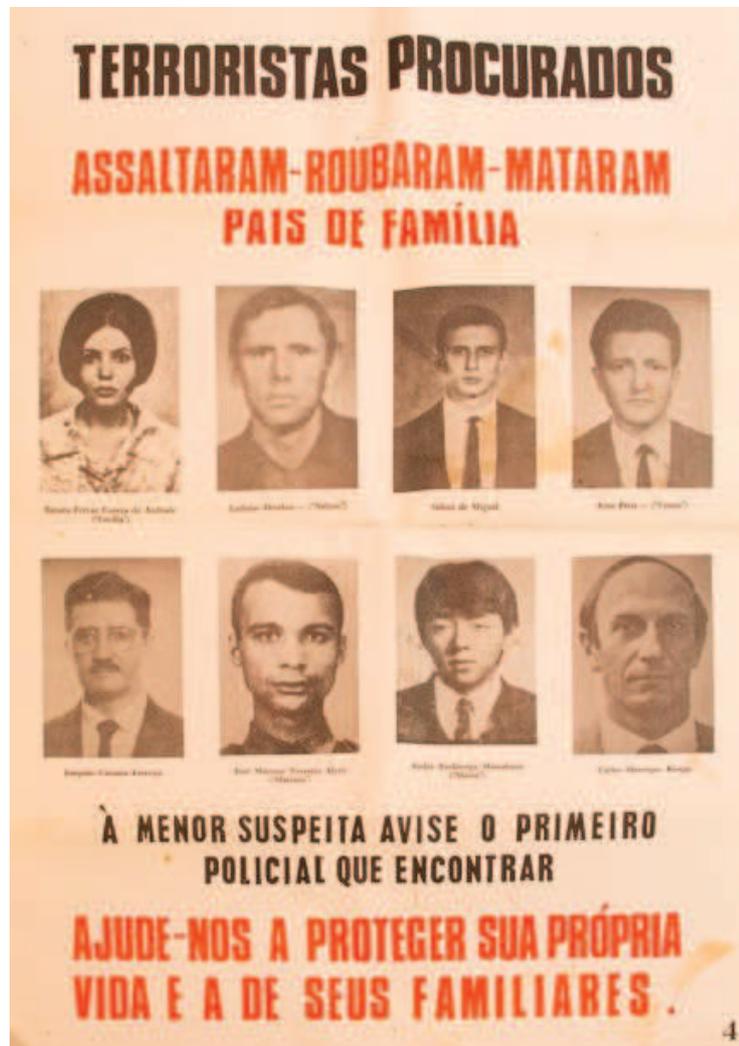
	Cartaz 1A	Cartaz 2A
Composição	8 fotografias 3X4 7 homens e 1 mulher nomes e codinomes <i>slogans</i> tam.: 49cm x33cm Carimbo no alto à esquerda	8 fotografias 3X4 7 homens e 1 mulher nomes e codinomes <i>slogans</i> tam.:49 cm x 33cm cores: vermelho, preto e branco
Referentes positivos	pais, família, proteger ajude-nos, vida familiares	pais, família, proteger ajude-nos, vida familiares
Referenciais negativos	assaltaram, mataram roubaram, suspeita assassinos	assaltaram, mataram roubaram, suspeita assassinos
Referentes de alerta	terroristas, procurados avise, policial, suspeita proteger, encontrar própria vida, foragidos vários	terroristas, procurados avise, policial, suspeita proteger, encontrar própria vida, foragidos vários
Indivíduos nominados esq./dir.	ilegível, ilegível,ilegível, Percy Sampaio Camargo ilegível, ilegível, ilegível, ilegível, Aloísio Nunes Ferreira Filho, Darcy Rodrigues	Carlos Marighella, Hilda Fadiga de Andrade, ilegível, Chael Charles Schreier, Eduardo Leite, Eremias Delizoicov

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos exemplares de cartazes

Como destacado anteriormente, estes cartazes eram ilustrados por um conjunto de oito fotografias. Nesta coleção, sete eram de homens e uma de mulher, reproduções de fotografias do tipo 3X4, ou seja, de identificação, provavelmente da carteira de identidade ou da carteira de trabalho. Esta última qualificava o cidadão de bem, pois aquele sem trabalho era considerado à margem da sociedade, uma espécie de vagabundo, não tinha trabalho, era um “desocupado”. Na figura 2, podemos verificar por exemplo, que o “procurado” Eduardo Collen Leite veste traje militar, demonstrando que nem esta categoria estava livre de ser um “terrorista”, poderia ser qualquer um dentro de uma sociedade.

Nas figuras 3 e 4, a seguir, apresentamos outros dois exemplares que compõem a coleção A: são os cartazes 3A e 4A, numerados originalmente como 4 e 5. Estes trazem algumas alterações em seus *slogans*, mas mantêm as demais semelhanças de *layout*, como: disposição das fotografias, tamanho, numeração e cores. Não encontramos a reprodução do cartaz de número “3”, que por suposto é parte desta sequência e, conseqüentemente parte desta coleção. Contudo, a partir de uma numeração original estimamos esta coleção em cinco cartazes.

Figura 3- Reprodução do cartaz 3A



Fonte: Levy Leiloeiro

Figura 4- Reprodução do cartaz 4A



Fonte: Levy Leiloeiro

Em relação aos dois cartazes anteriores, figuras 1 e 2, os dois exemplares acima, figuras 3 e 4, obtiveram algumas alterações de slogan, como já foi citado, portanto de: “TERRORISTAS- ASSASSINOS-PROCURADOS-DEPOIS DE TEREM ROUBADO E ASSASSINADO VÁRIOS PAIS DE FAMÍLIA, ESTÃO FORAGIDOS”, passamos agora a ter: “TERRORISTAS PROCURADOS” e “ASSALTARAM-ROUBARAM-MATARAM PAIS DE FAMÍLIA”. O texto foi suprimido de algumas palavras, tornando a leitura mais fluída e a mensagem mais rápida, causando um impacto direto no receptor. Para Reboul (1975, p. 48) *o slogan* é uma fórmula e, “não se trata apenas de uma fórmula curta, mas de uma fórmula sempre um pouco mais curta em relação ao que ela quer dizer. E é isso que a torna eficiente”.

A chamada relativa ao procedimento quanto à denúncia do elemento reconhecido, também foi alterada, onde antes a frase se alongava em: “AVISE O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR SE VOCÊ SUSPEITAR DA PRESENÇA DE UM DOS PROCURADOS”, agora é condensada para: “À MENOR SUSPEITA AVISE O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR”, retirando parte de uma informação desnecessária, ou seja que não produz o efeito certo em *slogans*; em seguida a expressão: “SE VOCÊ SUSPEITAR”, passa para: “À MENOR SUSPEITA”, depurando a mensagem, visto que “o slogan apresenta uma formulação simples e marcante que contribui fortemente para canalizá-lo” (Idem, 1975, p.56). Sua eficácia está diretamente ligada a expressões de impacto, destituída em textos contendo palavras excessivamente supérfluas, podendo desviar o resultado do objetivo principal.

O *slogan*: “AJUDE-NOS A PROTEGER SUA PRÓPRIA VIDA E A DE SEUS FAMILIARES” reincide nas figuras 3 e 4, perpetrando a apelação emocional dos cartazes anteriores, é o “slogan-chantagem” proposto por Reboul (Ibidem, 1975, p.72), cujo papel é “não deixar senão uma única ‘escolha’, o que significa ausência de escolha”, portanto se você não ajudar a encontrar os elementos dos cartazes, será a próximo vítima dos “terroristas”, você e a sua família, uma fórmula bastante eficaz em coagir a população a vigiar e colaborar. O apelo à vida e a proteção do cidadão comum, fecha um elo imaginário de comprometimento entre este e os órgãos de segurança, em que o poder do *slogan* está naquilo que ele não diz.

Um ponto parece evidente: é o próprio destinatário que se encarrega do não-dito; é ele que diz para si mesmo o que o slogan se limita a sugerir: a pilha é a ‘única’, que não se gasta, que o detergente lava mais branco ‘do que os outros’. Ele o diz, mas sem tomar consciência disso, já que o não-dito perderia seu poder ao se tornar consciente. (REBOUL, 1975, p.88).

Outra questão é quanto a autoria dos cartazes, ou seja, a quem avisar, a resposta, “O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR”, em outras palavras, avise a polícia. Embora a assinatura do emissor não esteja explícita, podemos encontrar esta assinatura no próprio ditame, ele nos leva a responder por nossa conta, podemos escutar a nossa consciência dizer: vá a delegacia, não espere encontrar o policial, delate. A “polícia” é a autora do impresso, subjetivamente, o que significa toda a autoridade envolvida no combate ao “terrorismo”, muito embora Reboul (Ibidem, 1975, p. 31) afirme que o verdadeiro *slogan* é “anônimo, onde ignoramos o autor e o

destinatário”. A assinatura não define neste caso, uma pessoa especificamente, quem age é um grupo atrás de uma palavra “policial”, é um composto de autoridades interligadas pelas ações que os indivíduos nos cartazes são procurados, pelos crimes de assaltar, roubar e matar, pressupondo que a reação é que vai acionar a instituição competente.

No *slogan* “A MENOR SUSPEITA AVISE O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR”, cartaz da figura 4, ou ainda “SE VOCÊ SUSPEITAR”, cartaz da figura 3, percebe-se um certo grau de exigência quanto à vigília que o cidadão deveria ter destes elementos, pois não há a necessidade da prova, mas sim somente suspeitar, o sujeito ainda não é um culpado, mas suspeito, o que seria o bastante para se dirigir a polícia e avisar. Esta situação de suspeição é vaga, qualquer movimento suspeito ou qualquer indivíduo em uma situação suspeita é um “terrorista”. O *slogan* insere uma noção de que o elemento “terrorista” estava onipresente, se levada ao extremo esta suspeição, todas as pessoas poderiam vir a serem suspeitas. É uma maneira de se lançar no meio social uma atmosfera de insegurança apenas pela sugestão, é um *slogan* político, diferente do publicitário, que dissocia os indivíduos, “agrupa-os, cria um laço ‘horizontal’ entre eles”. (Ibidem, 1975, p. 97).

Segue abaixo a tabela referente aos cartazes 3A e 4A (figuras 3 e 4), que obteve os mesmos critérios de análise da tabela anterior, Tabela I, sobre a composição dos impressos, os referenciais negativos, positivos e de alerta, a fotografia e a relação de nomes que compõe estes dois exemplares.

Tabela 2- Informações contidas nos cartazes 3A e 4A

(continua)

	Cartaz 3A	Cartaz 4A
Composição	8 fotografias 3X4 7 homens e 1 mulher nomes e codinomes <i>slogans</i> tam.: 49cm x33cm	8 fotografias 3X4 7 homens e 1 mulher nomes e codinomes <i>slogans</i> tam.:49 cm x 33cm

Tabela 2- Informações contidas nos cartazes 3A e 4A

(conclusão)

	Cartaz 3A	Cartaz 4A
Acréscimo de palavras e símbolos		“x” riscados e a inscrição: “já foi tarde” “já[ilegível]” “frango velho” “cuidado com o Cabral 'o envolvente”
Referentes positivos	pais, família, proteger ajude-nos, vida familiares	pais, família, proteger ajude-nos, vida familiares
Referenciais negativos	assaltaram, mataram roubaram, suspeita	assaltaram, mataram roubaram, suspeita
Referentes de alerta	terroristas, procurados avise, policial, suspeita proteger, encontrar própria vida, foragidos vários	terroristas, procurados avise, policial, suspeita proteger, encontrar própria vida, foragidos vários
Indivíduos nominados esq./dir.	Renata F. Guerra de Andrade Ladislaw Dowbor Sidney de Miguel Arno Preiss Joaquim Câmara Ferreira José M. Ferreira Alves André Massafumi Yoshinaga Carlos Henrique Knapp	Eliane T. Zamikhowsky João Carlos K. Q. de Moraes Carlos Marighella Boanerges de Souza Massa José Araújo da Nóbrega Cláudio de Souza Ribeiro Waldir Carlos Sarapu [ilegível]

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos exemplares de cartazes

Não era incomum encontrar palavras, expressões ou símbolos, como um “x” ou uma “cruz”, escritos à mão utilizando-se a caneta ou o lápis, sob ou ao lado das fotografias ou dos nomes de indivíduos “terroristas”, para acrescentar certas informações. Isto ocorria de maneira a atualizar, por assim dizer, acerca da situação do elemento, uma espécie de comunicação interna. Carlos Alberto Soares de Freitas

foi torturado e morto, segundo relatos de testemunhas, “na delegacia de Itaguaí, em junho de 1971, Eduardo Soares de Freitas viu um cartaz de ‘terroristas procurados’, exibindo a foto de Beto, riscada com um xis”. (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p.528). O que nos leva ao cartaz 4A, figura 4, com os seguintes acréscimos, ou dizeres: “já [confessou]”, “já foi tarde” e “frango velho”, escritos à mão sob a imagem de Carlos Marighella, além do “x” em questão. O repúdio e o escárnio estão dirigidos a ele, visto que, este tipo de atitude demonstra quais sentimentos eram despertados pela sua figura, as expressões atribuídas a ele, não se reduziram, somente a uma mera informação, serviram a outro propósito, o de se vangloriar pela morte deste militante considerado o “inimigo de número um”<sup>88</sup> da repressão.

Militante desde sempre, Marighella era temido e odiado pelos órgãos de segurança. Destemido e arrojado para alguns, sua liderança foi emblemática para a esquerda brasileira, tornando-o um mito da luta armada. Protagonista de assaltos, ações armadas, sequestros, entre outras ações. A sua militância iniciou-se cedo, primeiramente no Partido Comunista Brasileiro, o PCB, nos idos de 1930, e posteriormente na liderança da ALN. Passou por dois períodos ditatoriais, onde conheceu as prisões do Estado Novo e no início de 1964, deixando a sua marca em ambos os contextos. Segundo Magalhães (2012, p.17):

Aos 52 anos, Carlos Marighella era mesmo tido como valente, favorecido pelo tamanho, que intimidava-embora não fosse brigão, de partir para o tapa. Aos 27 anos, registraram sua altura em 1,78 metro, um porte de respeito para o homem brasileiro da época. Acadêmico da Escola Politécnica, Marighella tornou-se conhecido em Salvador pela assiduidade nas manifestações contra a palácio da Aclamação e pelos poemas que compunha desde o Ginásio. Iniciara-se nas rodas de capoeira soteropolitanas, onde mestre Pastinha o encantava. Mas não se contavam entreveros em que tivesse saído no braço ou nas pernas de capoeiristas. As exceções eram as prisões, e as histórias sobre sua valentia falavam de gestos na cadeia. É possível que o cabelo, cortado com uma bossa ainda nova, reforçasse as tintas do seu cartaz: diante do espelho, navalhava as laterais da cabeça e deixava de pé uma faixa longitudinal que se prolongava até a nuca. O penacho sugeria um índio pronto para a guerra. Ao conhece-lo, o jornalista Paulo Francis lembrou-se do último dos moicanos.

Preso na ditadura de Vargas, foi intensamente perseguido no governo dos militares já desde o início de março de 1964, quando Cecil Borer avisou os agentes que enviou para prendê-lo: “cuidado, que o Marighella é valente”. (MAGALHÃES, 2012, p. 17). Odiado, contudo temido, sua morte foi bastante exaltada pela repressão,

---

<sup>88</sup> Emiliano José, 1999.

como um triunfo no combate ao “terrorismo” e no enfraquecimento das organizações de esquerda e desagregação dos seus militantes. Portanto, é evidente que a repressão o repudiasse com palavras infames e de mau gosto. A partir destes exemplos, entendemos que os cartazes foram afixados no interior das delegacias para servir de informação interna, em contrapartida, também, serviu para informar aqueles que buscavam notícias sobre o paradeiro dos seus entes.

### 3.2 A coleção B: os “novos cartazes”

A coleção B foi organizada, assim como a coleção anterior, a partir das semelhanças de *layout* entre os exemplares dos cartazes que a compõe. Em um primeiro momento, exibimos quatro cartazes, posteriormente mais dois, que se assemelham entre si. Nesta coleção, os *slogans* apresentam-se mais reduzidos se comparados à coleção A. Eles se resumem a três frases: “TERRORISTAS PROCURADOS”, “AJUDE A PROTEGER SUA VIDA E A DE SEUS FAMILIARES” e “AVISE À POLÍCIA”. Nos quatro primeiros impressos, 1B, 2B, 3B e 4B, figuras 6, 7, 8 e 9, as fotografias dispostas estão em menor número, quatro por impresso, cuja dimensão é maior que aqueles da coleção anterior. Nos outros dois exemplares, figuras 10 e 11, as imagens diminuem de tamanho, contando-se dez fotografias. As reproduções das imagens são acrescidas do nome, logo abaixo da mesma, e codinome em algumas delas, identificando o indivíduo exposto. Os quatro exemplares supracitados têm tamanho semelhante aos da coleção A, o que pode ser aferido através da fonte abaixo, figura 5. Sendo as imagens em menor número, a metade em relação a outra coleção, e conseqüentemente maiores que as dos cartazes que contém mais imagens, este fato poderia proporcionar certa melhoria no conhecimento individual do elemento exposto, ou seja, seria possível conferir as características visuais do rosto do procurado, o que mais tarde, possibilitaria um reconhecimento deste indivíduo, pensando no caso da delação.

Na figura abaixo, figura 5, podemos conferir o tipo de exposição a que se destinaram os exemplares de cartazes da coleção B, no âmbito público. Percebe-se os transeuntes que param e olham para os cartazes. A localização desta exposição, nos sugere uma via pública, visto que os cartazes estão na parte interna de um local, estabelecimento comercial ou alguma entidade pública, afixados em uma vitrine, voltados para o lado de fora, ou seja, para a calçada, local de circulação de muitas

peças. Esta imagem confirma a utilização dos cartazes como uma propaganda de caça aos “terroristas”, para conhecimento, reconhecimento e delação do elemento procurado, assim como, da difusão da ideologia do inimigo no meio social.

Figura 5- Exposição dos cartazes no âmbito público



Fonte: Elio Gaspari

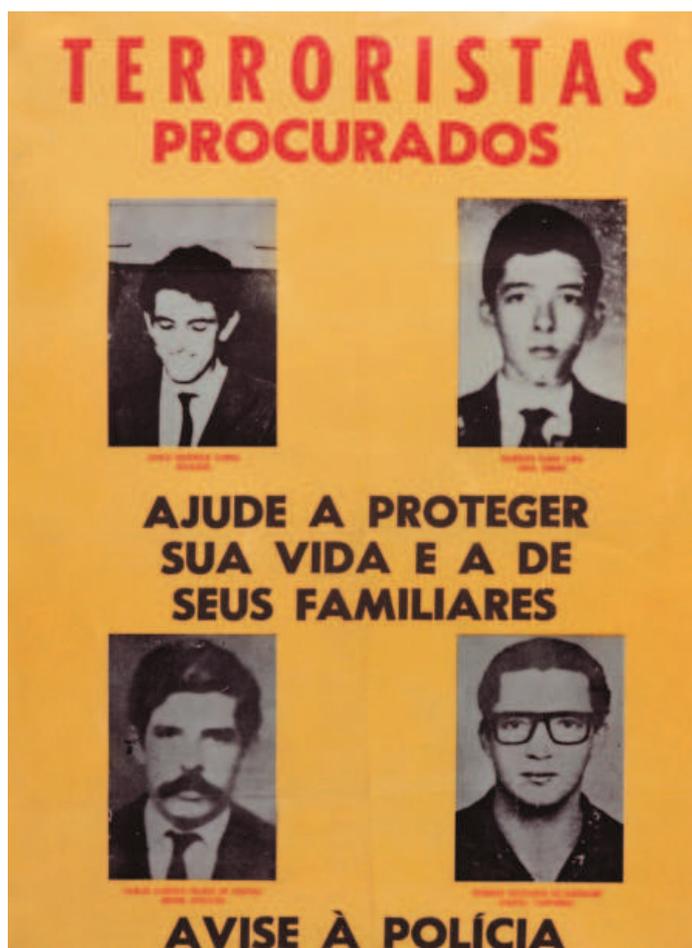
Voltemos a coleção B, em que podemos conjecturar que a redução no número de fotografias, se deu em função do grau de periculosidade na procura por estes elementos, assim, tornou-se precípuo evidenciar melhor o procurado, pois encontramos nomes como os de Carlos Lamarca, Iara Iavelberg, Mariano Joaquim da Silva, James Allen Luz, Carlos Alberto Soares de Freitas, entre outros indivíduos, ou simplesmente pelo fato de tornar os cartazes mais atrativos e diferenciá-los da coleção anteriormente lançada e conhecida. Os primeiros quatro cartazes que fazem parte da Coleção B, expõem quatro elementos procurados, são eles: Apolo Heringer Lisboa, Gilberto Faria Lima, Carlos Alberto Soares de Freitas, Herbert Eustáquio de Carvalho (cartaz 1B); Carlos Alberto Vieira Muniz, João Lopes Salgado, Antônio Prestes de Paula, Sérgio Rubens de Araújo Torres (cartaz 2B); Carlos Lamarca, Iara Iavelberg, Mariano Joaquim da Silva, James Allen Luz (cartaz 3B); Franklin de Souza Martins, Dilma Vana Rousseff Linhares, José Dirceu, Paulo de Tarso Vanucchi (cartaz 4B).

A partir da visibilização destes quatro exemplares, observa-se que o *layout* se modifica, o número de imagens e os *slogans* se reduzem e a cor se intensifica, por

suposto o público já estava familiarizado com a campanha anterior, então o produto deixa de ser uma novidade e necessita ser acrescido de algo a mais para fixar a atenção. Este “algo”, além da alteração na dimensão das imagens, agora em menor número, foi a cor. Nos cartazes da coleção A, as cores utilizadas são: fundo em branco, as imagens em preto e branco e os slogans em preto e vermelho. Na coleção B, as cores são: o amarelo para o fundo, imagens em preto e branco e slogans em preto e vermelho. A partir disso, pensamos que as mudanças ocorridas na coleção B, estão relacionadas à circulação dos cartazes da coleção A. A população já estaria familiarizada com a exposição de elementos procurados.

Segue abaixo, as reproduções dos quatro primeiros exemplares seguidos da respectiva tabela e, posteriormente, os dois cartazes restantes.

Figura 6- Reprodução do cartaz 1B



Fonte: Nonada: Jornalismo Travessia

Figura 7-Reprodução do cartaz 2B



Fonte: Revista *Veja*, edição 170

Tabela 3- Informações contidas nos cartazes 1B e 2B.

(continua)

	Cartaz 1B	Cartaz 2B
Composição	4 fotografias 3X4 4 homens nomes e codinomes <i>slogans</i>	4 fotografias 3X4 4 homens nomes e codinomes <i>slogans</i>
Referentes positivos	proteger ajude vida familiares	proteger ajude vida familiares

Tabela 3- Informações contidas nos cartazes 1B e 2B.

(conclusão)

	Cartaz 1B	Cartaz 2B
Referenciais negativos	terroristas procurados	terroristas procurados
Referentes de alerta	avise à polícia	avise à polícia
Indivíduos nominadas esq./dir.	Apolo Heringer Lisboa Gilberto Faria Lima Carlos Alberto S. de Freitas Herbert Eustáquio de Carvalho	Carlos Alberto V. Muniz João Lopes Salgado Antônio Prestes de Paula Sérgio Rubens de A. Torres

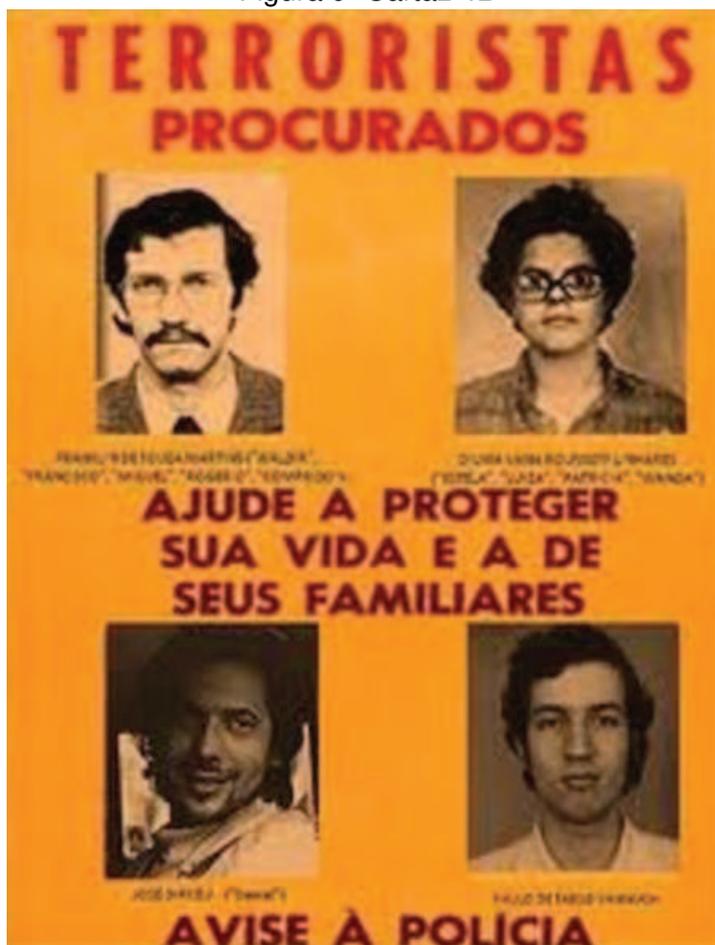
Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos exemplares de cartazes

Figura 8- Reprodução do cartaz 3B



Fonte: Dossiê Desaparecidos (2009)

Figura 9- Cartaz 4B



Fonte: O Jornal de Todos os Brasis

Tabela 4- Informações contidas nos cartazes 3B e 4B

(continua)

	Cartaz 3B	Cartaz 4B
Composição	4 fotografias 3X4 4 homens nomes e codinomes <i>slogans</i>	4 fotografias 3X4 3 homens 1 mulher nomes e codinomes <i>slogans</i>
Referentes Positivos	proteger ajude vida familiares	proteger ajude vida familiares
Referenciais Negativos	terroristas procurados	terroristas procurados

Tabela 4- Informações contidas nos cartazes 3B e 4B

(conclusão)

Referentes de alerta	avise à polícia	avise à polícia
Indivíduos nominados esq./dir.	Carlos Lamarca Yara Yavelberg Mariano Joaquim da Silva James Allen Luz	Franklin de Souza Martins Dima V. Roussef Linhares José Dirceu Paulo de Tarso Vanucchi

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos exemplares de cartazes

O apelo à população é o de proteger a vida e a família, de ajudar a capturar os elementos “terroristas”. Apesar de algumas das mudanças léxicas nos slogans, a mensagem permanece igual nestes exemplares, e nos que seguem logo abaixo, assim como o procedimento de avisar à polícia. Os exemplares que apresentam um número menor de imagens, são limpos em termos visuais, permitindo um resultado melhor quanto a identificação dos procurados. O *slogan* título: “TERRORISTAS”, está em destaque, definindo o tema; os demais *slogans* vêm em dimensão menor, porém não menos destacado, devido à redução no número de imagens. A composição visual destes primeiros quatro exemplares, é o ideal em termos de propaganda em cartaz, a leitura é fluida, sem muita informação, e as imagens tornam-se mais nítidas, por assim dizer.

A conjunção imagem/texto na publicidade ganha novo contorno quando entendemos, ainda, que o texto escrito não só é capaz de veicular imagens por metáforas ou descrições (como diz Mitchell), mas também possui a competência de deflagar imagens mentais, imagens estas que podem ser correspondidas ou não, em diversos graus de intensidade e identidade, por aquelas que nos são sugeridas. (lasbeck, 2008, p.45).

Para seguir com a análise da coleção B, trataremos dos exemplares de cartazes 5B e 6B, figuras 10 e 11. Nestes dois exemplares, há alteração no conteúdo léxico dos *slogans*, o “AJUDE A PROTEGER A SUA VIDA E A DE SEUS FAMILIARES”, dá lugar ao “PARA A SUA SEGURANÇA COOPERE, IDENTIFICANDO-OS”. Agora, a questão da proteção é destacada pela palavra “segurança”, ou melhor, a sua segurança e o da sua família depende da sua cooperação, palavra que vem em seguida. O apelo ao cidadão comum em cooperar,

inspira uma certa insegurança para este; a polícia ou os órgãos competentes não a garantem sem a cooperação em localizar os procurados. O cooperar agora, finalmente está explícito na mensagem. Segundo lasbeck (2002, p.44), “o texto escrito, tal como a imagem, pode ser polissêmico: pode conotar, despertando relações simbólicas que se configuram em imagens”, portanto se antes a “cooperar” era sugerido pela expressão “ajude-nos” e dava uma impressão, aqui ela assume verbalmente o seu propósito, ou seja, agora o receptor da mensagem se vê convocado, literalmente, a cooperar. A questão da cooperação se confirma através de várias efemérides nos periódicos da época, mas uma, na *Folha de S. Paulo* (1969, p. 3), em que o vice-almirante Acyr Dias de Carvalho Rocha, afirma:

A principal preocupação dos terroristas, agentes do comunismo internacional, na fase atual de suas atividades, é a de intimidar a população através de assaltos e atos de terror, provocando a insegurança e a desconfiança na capacidade das autoridades constituídas. [...] não é fácil dar combate a esses elementos, uma vez que eles agem em pequenos grupos, aparentemente sem vinculação entre si. [...] Por isso, devido à sua relativa liberdade de ação, é muito importante que a população colabore com as autoridades, em primeiro lugar denunciando os elementos terroristas e, em segundo, não se intimidando com suas atividades.

Segue abaixo os exemplares 5B e 6B, seguidos das referidas tabelas.

Figura 10- reprodução do cartaz 5B



Fonte: Folha de São Paulo

Figura 11- Reprodução do cartaz 6B



Fonte: Portal Vermelho

Tabela 5- Informações contidas nos cartazes 5B e 6B

(continua)

	Cartaz 5B	Cartaz 6B
Composição	8 fotografias 3X4 8 homens 3 mulheres nomes e codinomes <i>slogans</i>	8 fotografias 3X4 2 homens 1 mulher nomes e codinomes <i>slogans</i>
Referentes Positivos	segurança coopere identificando-os	segurança coopere identificando-os
Referenciais Negativos	terroristas procurados assaltaram mataram roubaram	terroristas procurados

Tabela 5- Informações contidas nos cartazes 5B e 6B

(conclusão)

	Cartaz 5B	Cartaz 6B
Referentes de alerta	avise à polícia	avise à polícia
indivíduos nominados esq./dir.	Carlos Lamarca Iara Iavelberg Sérgio Furtado Carlos Eugênio S. C. da Paz Ana Maria Nacinovic Correia Carlos Alberto Muniz Tereza Angelo João Lopes Salgado Ilegível James Allen Luz	Adair Gonçalves dos Reis Onofre Pinto Alfredo Sirkis Lúcia Maurício Veloso Mário Gonçalves Tereza Angelo Walter Ribeiro Novaes Cláudio de Souza Ribeiro Etevaldo H. de Jesus Plínio Petersen Pereira

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos exemplares de cartazes

Nesta coleção, portanto, os *slogans* são compactos, assim como nos exemplares supracitados. Um dos *slogans* encolhe um pouco, promovendo um impacto maior no receptor, destituindo ainda mais de uma reflexão mais profunda sobre os cartazes, pois “para haver comunicação imediata, não é recomendável que o texto permita ao leitor perder tempo em localizar suportes de significação”. (IASBECK, 2002, p.73). Enfim, os *slogans* nestes exemplares são: “TERRORISTAS PROCURADOS”, “PARA SUA SEGURANÇA COOPERE, IDENTIFICANDO-OS” e “AVISE À POLÍCIA”. As imagens são em número maior: dez fotografias, comparado às das figuras 5, 6, 7 e 8, algumas vem de documentos de identidade ou de carteira de trabalho, são reproduções em preto e branco, bem menores que às dos anteriores, identificadas com os nomes e codinomes dos procurados, em sua maioria.

Nos cartazes 5B e 6B, respectivamente, o slogan é condensado. Por exemplo, a frase: “AVISE O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR”, passa para: “AVISE À POLÍCIA”. O receptor da campanha dos cartazes, já se encontrava familiarizado com a coleção A, visto serem anteriores a coleção em questão, já não seria tão necessário, oferecer maiores informações nos cartazes, pois a população estaria familiarizada com a campanha, sobre do que se tratava e de como deveriam proceder. Condicionados, vigilantes e acostumados, de agora em diante somente era preciso

relembra-los pontualmente, apresentando uma mensagem mais direta. Outro fator referente à condensação da mensagem, está no fato da imprensa reproduzir a campanha dos cartazes, destacando cada indivíduo através da exposição fotográfica e de uma lista de ações “terroristas” referentes ao elemento procurado, além de um histórico sobre a sua trajetória, entre outras descrições.

O lançamento desta coleção foi noticiado pelos meios de comunicação impressos, como por exemplo: o *Jornal da Tarde*, a *Folha de S. Paulo* e a revista *Veja*. O periódico *Jornal da Tarde* (1971, p. 14) discorre da seguinte forma em relação ao lançamento da campanha: “daqui a alguns dias estarão espalhados nos principais pontos do país, cartazes com fotografias dos terroristas mais procurados pelos órgãos de segurança”. Segundo ele, os cartazes são impressos em três cores, amarelo, vermelho e preto, contendo cinquenta e duas fotografias de diferentes “terroristas” em uma coleção de doze cartazes. Esta informação relaciona-se com a circular do III Exército, mencionado anteriormente, em que faz referência a uma remessa para devolução, de doze cartazes para fins de atualização. A notícia no periódico, datado de 28 de setembro de 1971, alerta para o fato de os cartazes trazerem fotografias de militantes mortos ou presos, como os nomes de Carlos Lamarca e Lara Lavelberg e José Raimundo da Costa, como ele mesmo cita, visto que, na circular do III Exército estes elementos também constam na lista de nomes com pedido de atualização, por estarem mortos ou “fora de ação”. A referida circular tem data de 7 de abril de 1972, com isso podemos inferir que esta, se refere aos mesmos doze cartazes divulgados no periódico, quantidade que o próprio documento define estar remetendo.

Nesta coleção, há mudança de *layout*, o cartaz assume um visual mais chamativo, tem cores fortes e vivas e a supressão de algumas palavras torna o cartaz mais objetivo. Voltando à questão de cronologia dos cartazes, sobre a coleção B ser posterior à coleção A, não somente por nos determos em alguns elementos fora de combate, ou seja, mortos ou presos, mas pela data na supracitada notícia sobre o seu lançamento, no dia, mês e ano da efeméride, Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Eduardo Collen Leite já haviam sido eliminados pelos órgãos de segurança, assim como Chael Charles Schreier, e Eremias Delizoikov, por isso suas imagens não aparecem na coleção B, de 1971.

A *Folha de S. Paulo* de 28 de setembro de 1971, também traz a notícia de que os “cartazes de terroristas procurados” foram espalhados pela cidade, além de

reproduzir em sua página um exemplar<sup>89</sup>. A efeméride sobre o lançamento desta coleção, faz parte de uma sequência de notícias intitulada: “Terrorismo: ainda existe”, cuja veiculação ocorre de 28 de setembro até o dia 5 de outubro de 1971.

Por sua vez, a revista *Veja* (1971 p. 20-21) corrobora com a informação relativa à distribuição da coleção de cartazes e ainda define a quantidade impressa: segundo ela, a tiragem seria de cento e vinte mil impressões de doze cartazes, contendo aproximadamente quarenta nomes. Se multiplicarmos por doze, o número de impressões, teremos um total de um milhão e quatrocentos e quarenta mil exemplares. A quantidade é bem substancial se pensarmos nas características populacionais e territoriais da década de 1970, além do tamanho dos centros urbanos, grandes, porém ainda um pouco provincianos, em termos de tecnologias.

Seguindo as notícias referentes aos cartazes, o periódico *O Estado de S. Paulo*, também do dia 28 setembro de 1971, reincide a notícia:

As autoridades distribuíram também dezenas de cartazes nos quais estão reproduzidas fotografias dos principais terroristas procurados pelos órgãos de segurança. Neles as autoridades pedem o apoio da população visando à prisão dos subversivos. Serão eles afixados em estabelecimentos comerciais, estações rodoviárias, cinemas, aeroportos e em todos os locais de concentração popular.

A notícia se intitula: “Advertência: o terrorismo persiste”, ela não reproduz cartaz algum, mas reproduz as fotografias de cinco elementos, identificando-os pelos codinomes logo abaixo da imagem. Além disso, discorre sobre as ações pelas quais eles são procurados, relevando que as “facções subversivas” passam por uma grave crise, mesmo assim notifica que, elas estão se articulando de outras formas para continuar a agir.

As reportagens dos demais periódicos, também alertam para este fator, de que o “terrorismo” está atravessando uma fase difícil, havendo alguns protestos oposicionistas que defendem o argumento do “terrorismo” ter deixado de ser uma ameaça às instituições vigentes, porém, em contrapartida, os órgãos afirmam que é preciso manter a estrutura de combate a estes elementos, pois os mesmos estariam em intensa movimentação. Visto por este prisma, o lançamento desta coleção de doze cartazes no ano de 1971, com uma tiragem de “120 mil” impressos por coleção para

---

<sup>89</sup> O exemplar que está no periódico, não foi elencado nesta dissertação, porém tem semelhanças de *layout* com os da série da Coleção B.

fins de distribuição e exposição atenta para o fato de que esta campanha buscava manter o aparato repressivo em funcionamento. O objetivo, portanto, não somente de aniquilar o terror, mas ressuscitá-lo por necessidade.

### 3.3 Coleção C e D, uma análise sobre os demais exemplares

Os exemplares de cartazes que compõem a coleção C, foram reunidos por serem idênticos quanto ao seu *layout*, seu texto e a disposição das imagens. O *slogan*/título em ambos, cartaz 1C e 2C, figuras 12 e 13, é: “BANDIDOS TERRORISTAS”. A diferença deste se comparado ao conteúdo léxico dos cartazes anteriores, é que ele contém uma assinatura, ou seja, “PROCURADOS PELOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA NACIONAL”. Nesta coleção há uma definição clara de quem procura estes elementos. Quanto à ação definida pelo *slogan*: “AO VER QUALQUER DELES AVISE O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR OU TELEFONE PARA 221. 1023 - 221.1803 - 288.6675”, temos uma mudança de normativa, pois agora o reconhecedor deve telefonar para algum destes números e, não mais avisar o primeiro policial. Desta vez o cartaz divulga números de telefones, provavelmente de delegacias ou órgãos relacionados à segurança, para proceder à denúncia, fornecendo uma alternativa deveras mais ágil, dinamizando o tempo entre o reconhecimento e a delação e, também com mais comodidade para o cidadão, visto que este não precisa mais encontrar um policial, muito menos dirigir-se à delegacia mais próxima, somente telefonar<sup>90</sup>. Estes números de telefones indicam pertencerem às linhas da cidade de São Paulo, eventualmente foram modificados ao longo dos últimos cinquenta anos, acrescidos de outros dígitos ou foram trocados integralmente.

Os cartazes desta coleção, contém dez fotografias em cada um dos exemplares. No cartaz 1C, figura 12, todas as imagens são de homens, entre eles: Alex de Paula Xavier, Gilberto Faria Lima, Carlos Lamarca, Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz, Flávio Augusto Neves, Renato Leonardo Martineli, Monir Tahan Saab, Milton Tavares Campos, Iuri Xavier Pereira e Hiroaki Torigoe. No cartaz 2C, figura 13,

---

<sup>90</sup> Estes telefones pertencem à região do Bairro Santa Ifigênia e das proximidades da Av. Paulista, ambos os referenciais na cidade de São Paulo. Os prefixos ganharam entre 2004 e 2005, o número 3, acrescido em seus números. O número 228-6675, alterado para 288-6675 é das imediações da Av. Paulista, possivelmente da delegacia situada à Rua Tutóia, 921, hoje 36º Distrito Policial, sendo que os telefones atuais não conferem, supomos que podem ter sido alterados, mesmo assim localiza-se nestas proximidades. Os demais números possivelmente eram do DOPS, no Largo General Osório 66, no bairro Santa Ifigênia.

são apresentados mais dez “terroristas”, e as fotografias são de sete homens: Antônio Sérgio de Mattos, Agostinho Fiordeliso, Ricardo Apagua, Cláudio de Souza Ribeiro, Dilson Cardoso, Mário de Freitas e José Raimundo da Costa e de três mulheres, Maria Amélia de Araújo e Silva, Iara Lavelberg e Darcy Toshio Miyaqui.

Os dois exemplares da coleção C, apresentam três tipos de *slogans*: título, argumento e assinatura, assim como as imagens encontram-se identificadas pelos nomes, pelos codinomes e pelas siglas das organizações clandestinas relativas a cada um dos seus protagonistas. Quanto ao acréscimo de informações, o prefixo do último número indicado no cartaz 2C está riscado e logo abaixo foi escrito a mão um novo número, então de 228- 6675 ele passa para 288-6675.

Nos dois impressos que compõe esta coleção, figuras 12 e 13, a sugestão é de que a dimensão é inferior à dos exemplares das coleções A e B. O *layout* visual é menos gráfico e o texto se exhibe por uma tipologia de letras pouco elaboradas, sendo a aparência destes dois cartazes como uma “montagem”. O exemplar 1C, figura 12, faz parte do arquivo do SNI, apresenta marcas de perfuração, possivelmente para serem acondicionadas em pastas, daí a sugestão do tamanho, acréscimos de escritos à mão, um carimbo na lateral esquerda e algumas marcas não identificadas ao lado dos nomes dos procurados. As cores que predominam são o preto e o branco, não havendo indícios de que teriam sido confeccionados em outros matizes. Analisando, tanto o cartaz 1C quanto o 2C, ambos denotam uma confecção rudimentar, como feitos em folhas simples, brancas, com imagens de fotocopiadoras e letras de uma matriz. Eles podem ter sido concebidos para serem afixados em repartições públicas ou em delegacias e órgãos afins, pois não têm um estilo de cartazes de rua, para a apreciação do público.

Dos vinte militantes que protagonizam estes dois exemplares, 1C e 2C, sete nomes estão oficialmente mortos, são eles: Alex de Paula Xavier Pereira, Yuri Xavier Pereira, Carlos Lamarca, Iara Lavelberg, Hiroaki Torigoe, José Raimundo da Costa e Antônio Sérgio de Mattos. Segue abaixo os dois exemplares supracitados, seguidos das suas respectivas tabelas.

Figura 12- reprodução do cartaz 1C

**BANDIDOS TERRORISTAS**  
 PROCURADOS PELOS ORGÃOS DE SEGURANÇA NACIONAL

ALEX DE PAULA XAVIER PEREIRA (ANADO) ALN	GILBERTO FARIA LIMA (ZORRO) MRT	CARLOS LAMARCA VPR	CARLOS EUGÊNIO SARMENTO COELHO DA PAZ CLEMENTE ALN	FLÁVIO AUGUSTO NEVES LEÃO DE SALLES (ALY) ALN
RENATO LEONARDO MARTINELLI (TORJÁS) ALN	MUNIR TAHAR SABA (CARECA - ARY) ALN	MILTON TAVARES CAMPOS (RICARDO) MRT	YURI XAVIER PEREIRA (AFORSO) ALN	YROAGUI TORIBIO (DECIO) ALN

**AO VER QUALQUER DELES AVISE O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR OU TELEFONE PARA 221 · 1023 221 · 18 03 228 · 6675**

Fonte: Memórias Reveladas

Figura 13-Reprodução do cartaz 2D

**BANDIDOS TERRORISTAS**  
 PROCURADOS PELOS ORGÃOS DE SEGURANÇA NACIONAL

ANTONIO SERGIO DE MATOS (MORENO) ALN	ADOSTINHO FIORDELISIO (ERNESTO) ALN	MARIA AMÉLIA DE ARAUJO SILVA ALN	RICARDO ARAUJA (FERNANDES) ALN	YARA TAVELBERG (CLAUDIA) VPR
CLAUDIO DE SOUZA RIBEIRO (SILVIO) VPR	DILSON CARDOSO (SILVA) VPR	MARIO DE FREITAS BONCALVES (DUDU) ALN	DARCY TOSHIO MIAGUI ALN	JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA (JULIO) VPR

**AO VER QUALQUER DELES AVISE O PRIMEIRO POLICIAL QUE ENCONTRAR OU TELEFONE PARA 221 · 1023 221 · 18 03 228-6675 228-6675**

Fonte: Aluizio Palmar: Documentos Reveladas

Tabela 6- Informações contidas nos cartazes 1C e 12C

	Cartaz 1C	Cartaz 2C
Composição	10 fotografias 3X4 10 homens nomes e codinomes <i>slogans</i> sigla da organização carimbos escritos à mão números de telefone preto/branco perfurações	8 fotografias 3X4 2 homens 1 mulher nomes e codinomes <i>slogans</i> sigla da organização carimbos escritos à mão números de telefone preto/branco
Referentes de identificação	órgãos de segurança nacional qualquer policial	órgãos de segurança nacional qualquer policial
Referenciais Negativos	terroristas bandidos	terroristas bandidos
Referentes de alerta	avise à polícia procurados ver, avise encontrar telefone para	avise à polícia procurados ver, avise encontrar telefone para
Indivíduos nominados esq./dir	Alex de Paula X. Pereira Gilberto Faria Lima Carlos Lamarca Carlos Eugenio S. C. da Paz Flávio Augusto N. L. de Salles Renato Leonardo Martineli Monir Tahan Saab Milton Tavares Campos Yuri Xavier Pereira Yroaqui Torigoe	Antônio Sérgio de Mattos Agostinho Fiordelisio Maria Amélia de A. Silva Ricardo Apagua Yara Yavelberg Cláudio de Souza Ribeiro Dilson Cardoso Mário de Freitas Darcy Toshio Miaqui José Raimundo da Costa

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos exemplares de cartazes

Para a coleção C, reunimos dois exemplares de cartazes nesta coleção, devido à semelhança de *layout*, idem pelo fato de não se enquadrarem nas demais coleções, eles não apresentam ainda, características mais elaboradas quanto ao seu conteúdo visual. O fator que os reúne, além de fotografias e nomes, é o slogan título: “PROCURA-SE”, em ambos. Iniciaremos pelo cartaz 1D, figura 14, em que temos a percepção de não estar íntegro, ou seja, encontra-se pela metade, foi cortado ou algo do gênero. A indicação disto se deve ao fato de o exemplar apresentar na base inferior esquerda um fragmento de uma imagem. Neste “meio cartaz”, o *slogan* título completo é: “PROCURA-SE TERRORISTAS”.

Ele exhibe dez reproduções fotográficas, sendo elas de sete homens e três mulheres e, logo abaixo das imagens, constam os nomes e codinomes que as identificam. Pensando em termos de dimensão do cartaz e no fato deste estar incompleto, inferimos que a quantidade de imagens poderia ser do dobro, vinte fotografias, ou, a outra metade poderia ser composta de fotografias e algum tipo de *slogan*, ditames ou telefones, outras informações, outros *slogans*, indicação de como proceder, número de telefone.... enfim, até aqui só podemos supor, pois na parte superior esquerda do impresso, ao lado do “PROCURA-SE”, há o símbolo de um “asterisco” entre chaves. Embasados nisto inferimos, há a possibilidade do cartaz conter mais informações.

A suposta ideia de que este cartaz tenha sido cortado, do seu tamanho real, ou se tem outras imagens ou dizeres não foi confirmada, trata-se apenas de uma suposição sobre o exemplar. Abaixo segue a sua reprodução, figura 14.

Figura 14- Reprodução do cartaz 1D



Fonte: Gilson Sampaio

No cartaz acima, as imagens estão em destaque, o texto se reduz a um único *slogan*, e os protagonistas são: José Montenegro, Mário Albuquerque, Jana Barroso, Bergson Gurjão, Pedro Albuquerque, Ruth Cavalcante, Helena Serra Azul, Francisco Monteiro, David Capistrano e Odijas Carvalho. Destes dez nomes quatro estão desaparecidos: Jana Barroso, Bergson Gurjão, José Montenegro e David Capistrano, e um morto Odijas Carvalho de Souza. As datas relativas aos desaparecimentos nos dão uma pista do ano em que circulou, provavelmente entre 1972 e 1974. Odijas faleceu no ano de 1971, mesmo assim como era bastante comum acontecer com os cartazes, sua imagem e nome podem ter permanecido após a sua morte.

O *slogan* título tem bastante destaque pelo seu tamanho considerável em relação às imagens, encontra-se no alto do impresso, acima das reproduções fotográficas, preenche todo o espaço que lhe foi disponibilizado, visto que “o slogan não faz diferença entre construções ricas ou pobres. Na sua elaboração, o que mais conta é a expressividade e a comunicação imediata” (IASBECK, 2002, p.72). Abaixo das imagens consta somente o nome, não há referência a codinomes, nem a organizações clandestinas. Assim, não há margem para grandes interpretações da parte da população, os indivíduos no cartaz já são conhecidos, não nas suas

particularidades, mas são exibidos na categoria, bastante difundida pelos órgãos de informação e segurança, a do “terrorismo”.

A mensagem reduziu-se no *slogan*, inferindo que cartazes circularam anteriormente a estes, portanto já haviam cumprido com o seu papel difundindo, mensagens mais completas sobre o motivo da campanha, sugerindo que já haviam sido absorvidas pelo meio social. O cidadão já se acostumara com um conjunto de rostos e nomes estampados nas paredes de algum local, já haviam sido aterrorizados, cooptados e atenuados pelas promessas de eliminação da ameaça em voga que, ainda se reforçava pelas efemérides nos periódicos, destacando a ameaça, difundindo a imagem do inimigo “terrorista”. Tudo isso já inteirava o imaginário popular.

O cartaz 2D, figura 15, que se segue abaixo, apresenta cinco fotografias de quatro procurados, sendo delas repetida, seguidos de um pequeno descritivo de cunho pessoal. Ele difere do exemplar anterior, cartaz 1D, figura 14, por conter poucas imagens, um conteúdo textual extenso e por exibir poucos indivíduos. Os elementos procurados no cartaz são: Carlos Roberto Zanirato, morto em 29 de junho de 1969, José Mariani Perreira Alves, Darcy Rodrigues e Carlos Lamarca, morto em 17 de setembro de 1971. Um histórico referente a cada um deles segue logo abaixo das imagens e, contém itens como: nome, codinome, a filiação, data de nascimento, naturalidade, cor dos olhos, cor do cabelo, altura, estado civil e profissão. Um fato interessante relacionado a este exemplar, é que todos os protagonistas têm formação militar, segundo a descrição e o tipo de vestimenta que estão trajando nas fotografias.

Figura 15-Reprodução do cartaz 2D

**PROCURA-SE**

Se você souber do paradeiro de algum destes homens, telefone para 2-5898  
(em Santos)  
ou dirija-se à Delegacia mais próxima

Nome: CARLOS ROBERTO ZANIRATO — vulgo "CABRAL"  
Filiação: Herminio Zanirato e Ernestina Furtado Zanirato  
Profissão: ex-soldado do EB

Nome: JOSÉ MARIANE FERREIRA ALVES — vulgo "MARIANI"  
Profissão: ex-cabo do EB  
Filiação: Assanine A. de Souza e Eulita F. Alves

Nome: DARCY RODRIGUES — vulgo "SÍLVIO"  
Profissão: ex-2º sargento do EB  
Nascido em: 19 Nov. 41  
Natural do Avaí/SP  
Identidade: 46-314.427

Nome: CARLOS LAMARCA — vulgo "JOÃO"  
Profissão: ex-capitão do EB  
Nascido em: 27 Out. 37  
Natural da Guanabara  
Filho de Antônio Lamarca e Gertrudes da Conceição Lamarca  
ALTURA: 1,78 m  
CÔR: branca  
CABELO: castanho médio liso

Fonte: Memórias Reveladas

O diferencial no cartaz acima é que ele representa uma categoria profissional muito específica, pois todos os seus protagonistas estiveram ligados à mesma instituição militar. Zanirato é ex-soldado do Exército Brasileiro (EB), Alves é ex-cabo do EB, Rodrigues é ex-2º sargento do EB e Carlos Lamarca é ex-capitão do EB, além do fato de que, estes quatro procurados desertaram juntos do 4º Regimento de Infantaria de Quitaúna em Osasco, no estado de São Paulo, no dia 24 de janeiro de 1969. Há possibilidade de o cartaz 2D, ter sido produzido para demonstrar a outros militares o que poderia vir a lhes ocorrer, caso escolhessem seguir os desertores, porque a possibilidade, por um lado, deste tipo de exposição poderia desabonar as Forças Armadas, por se tratar de seus integrantes. Por outro, seria um aviso, um alerta para todos aqueles com dúvidas ideológicas, dentro das corporações militares.

Sobre o conteúdo léxico, o exemplar contém o *slogan* título: "PROCURA-SE", em letras grandes, um argumento: "se você souber do paradeiro de algum destes homens" e uma assinatura: "telefone para 2-5898 ou dirija-se à Delegacia mais próxima". Abaixo do telefone, em letras menores, temos a identificação de um local: "em Santos", pressupondo que o telefone sugerido se localizava na cidade litorânea de Santos, no estado de São Paulo.

O *slogan* título "PROCURA-SE", pela sua dimensão considerável, tem uma visibilidade quase instantânea, outro destaque é a fotografia maior, de Carlos Lamarca. As demais imagens fotográficas são menores que a de Lamarca, sendo que

Zanirato tem duas reproduções fotográficas, uma com uniforme militar e outra à paisana. O fato da imagem de Lamarca ser maior que as demais, pode estar relacionado a sua patente: o capitão Lamarca desertou do regimento levando consigo mais três integrantes, os demais elementos no cartaz e por prioridade de captura dos órgãos. A ele é atribuída a liderança desta ocorrência, daí sua fotografia ser apresentada em destaque como primeira leitura ao lado do *slogan* principal. Para lasbeck (2002, p. 50), o *slogan* “costuma vir destacado em tipos de calibre mais expressivo, encimando a ilustração ou o texto argumentativo, ou ambos”, o que aqui se encaixa perfeitamente.

Abaixo podemos conferir uma tabela referente aos cartazes 1D e 2D.

Tabela 7- Informações contidas nos cartazes 1D e 2D

(continua)

	Cartaz 1D	Cartaz 2D
Composição	10 fotografias 3X4 7 homens e 3 mulheres nomes e codinomes <i>slogans</i> cartaz cortado colorido	5 fotografias 4 homens nomes e codinomes <i>slogans</i> números de telefone ficha descritiva fotografias c/ fardamento militar 3 pequenas fotos 1 grande
Referentes positivos	não consta	paradeiro telefone homens próxima
Referenciais negativos	terroristas	delegacia

Tabela 7- Informações contidas nos cartazes 1D e 2D

(conclusão)

	Cartaz 1D	Cartaz 2D
Referentes de alerta	procura-se	procura-se dirija-se
indivíduos nominados esq./dir.	José Montenegro Mário Albuquerque Jana Barroso Bergson Gurjão Pedro Albuquerque Ruth Cavalcanti Helena Serra Azul Francisco Monteiro Davi Capistrano Odijas Carvalho	Carlos Roberto Zanirato José Mariani P. Alves Darcy Rodrigues Carlos Lamarca

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos exemplares de cartazes

As imagens nos cartazes de “terroristas procurados”, em sua maioria, provêm de elementos fichados pelos órgãos de informação e segurança ou de documentos de identificação. A sua tipologia é a fotografia “3X4” e a coloração é o preto e o branco. Quanto à sua disposição nos cartazes, as imagens encontram-se alinhadas lado a lado em colunas. Também podemos averiguar que em alguns exemplares elas estão distribuídas em um formato circular, outras em diagonal. Alguns nomes e rostos estampam mais de um cartaz, sendo utilizada a mesma imagem do procurado. Basicamente a palavra “terrorista” está presente em todos os cartazes, acompanhada de outras definições referentes a estes elementos, salvo uma exceção, o cartaz 2D, figura 15, em que não há este termo. Outra palavra que está presente nos cartazes é: “procurados”, assim como o verbo “procura-se”, sem exceções. Além do nome, alguns dos exemplares apresentam o codinome utilizado pelo elemento procurado, assim como a sigla referente à organização clandestina a que ele pertence.

A coleção A, cartazes 1A, 2A, 3A e 4A, figuras 1, 2, 3 e 4 respectivamente, estão organizados de forma que em sua diagramação encontramos maior conteúdo

léxico, ou seja, mais informações que imagens. Visualmente esta coleção é um tanto poluída, levando o espectador a concentrar-se por mais tempo na mensagem, a fim de informar-se sobre o assunto; as Imagens perdem um pouco do atrativo, pois requerem maior atenção para o conhecimento e reconhecimento do procurado.

A coleção B, cartazes 1B, 2B, 3B, 4B, 5B e 6B, figuras 6, 7, 8, 9,10 e 11, apresentam outro formato de diagramação em relação aos exemplares da Coleção A. Estes cartazes ganham cores vivas, como o amarelo, demonstrando uma “evolução”, vamos assim dizer, quanto a sua apresentação. O conteúdo léxico é diminuído, em relação aos da coleção anterior, portanto a informação torna-se concisa, proporcionando que a mensagem seja absorvida pelo receptor. A palavra “TERRORISTAS” está em destaque do restante dos *slogans* nos exemplares 1B, 2B, 3B e 4B. Nos demais ela se iguala em tamanho com o termo “PROCURADOS”. Ao longo da sua concepção, os quatro primeiros exemplares exibem quatro fotografias, sendo que nos outros dois que completam esta coleção, exibem dez imagens, ainda assim os slogans são o ponto de atenção em relação às imagens.

Na coleção C, cartazes 1C e 2C, figuras 12 e 13, a palavra “PROCURADOS” foi substituída pelo termo “BANDIDOS” no *slogan* título. As imagens, ao todo dez, são o destaque destes exemplares e ao conteúdo léxico foi definido em uma dimensão menor em relação a elas, portanto evidencia-se o rosto dos elementos antes de mais nada. Na coleção D, cartazes 1D e 2D, figuras 14 e 15, o “PROCURA-SE” é o *slogan* título. No exemplar 1D é seguido do termo “terroristas”. As imagens voltam a ser secundárias em relevância, dando lugar a mensagem. Embora estes dois exemplares foram agrupados em uma coleção, não sabemos se eles têm alguma relação quanto à produção e tiragem, foram assim alocados por apresentarem o mesmo *slogan* título.

Os protagonistas dos cartazes, nas coleções supracitadas, conforme se apresentam, mostram que não há relevância em caracterizar apenas um indivíduo, mas um grupo de indivíduos que, destituídos das suas singularidades, compõe uma “massa” marginalizada. Portanto, em um primeiro momento, a população apenas deveria conhecer esta “massa” definida como “terroristas”, depois reconhecer o “terrorista” em situações singulares e cotidianas e, por fim, os periódicos reforçariam esta normativa, elencando nomes, reproduzindo as imagens e os próprios cartazes, além de discorrer sobre os crimes destes elementos.

As coleções analisadas são apenas uma pequena parte do que foi realmente produzido, a tiragem de cada exemplar foi relativamente grande, se somadas as

impressões em sua totalidade, ou se por ventura tivéssemos maiores informações daquelas que encontramos. Alguns dos exemplares selecionados para este estudo, provém de fontes na *Internet*, de variados *sites* referentes à temática da ditadura civil-militar no Brasil. Outros foram retirados de referências bibliográficas devidamente referenciados. Não foi possível analisar *in loco*, exemplares originais, e os cartazes 1A, 2A, 3A e 4A, foram aqueles que mais perto chegamos de um original, pois fazem parte de um lote vendido em um leilão virtual. Mesmo assim, estes cartazes não se perdem como fontes, pois através do agrupamento das reproduções em séries denominadas aqui por “coleções”, conseguimos analisar os exemplares, retirar informações e cruzar com outras fontes, além de identificar os seus protagonistas. Sendo a construção da história um “juntar de migalhas”, foi exatamente o que nos propomos a desenvolver em relação a estes cartazes, agrupando-os, elencando itens que desvelassem as suas mensagens, desmembrando o seu conteúdo léxico e imagético, comparando-os entre si, procurando outras fontes que se referissem a eles, entre outras análises pertinentes.

#### **4 O INIMIGO INTERNO, AS VERSÕES OFICIAIS E OS PERIÓDICOS: A CONTRIBUIÇÃO DA MÍDIA PARA A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO ELEMENTO “TERRORISTA”**

Em defesa da democracia e imbuída em um conceito de “ordem”, as prerrogativas relevadas pela “revolução de 64” configuraram-se em “uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo”. (GORENDER, 1987, p. 67). Porém, ao longo dos anos tornou-se menos preventiva, assumindo um caráter mais voltado à eliminação do “comunismo”, em uma campanha de “combate ao inimigo interno”. A ideologia do inimigo interno vem de antanho, concebida no contexto que se desenrolou após a Segunda Guerra Mundial, através do contato da Força Expedicionária Brasileira, a FEB, com as tropas do exército estadunidense na Itália, quando “os oficiais brasileiros perceberam a demonstração de superioridade militar-bélica norte-americana e o clima da Guerra Fria”. (FERNANDES, 2009, p.49). Desta parceria nasceu a Escola Superior de Guerra, a ESG, uma instituição que absorveria a ideologia estadunidense do inimigo interno e o internalizaria entre as suas fileiras. A ESG obteve mais de um nascimento: em 1948 originou-se de um projeto de 1942 e, em 1949 foi consolidado pela Lei de nº 785. Nasceu subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, tendo sempre uma atuação marcante nas decisões políticas do país<sup>91</sup>. Esta instituição, “começou a ser percebida, nos meios políticos e na imprensa, como um grande laboratório de ideias do país”. (FERNANDES, 2009, p. 50), sob a influência do pensamento do General Golbery de Couto e Silva. Para Samantha Quadrat (2012, p. 21), além da influência norte-americana, houve também a influência de linha francesa:

Ocorreram transformações importantes nas Forças Armadas latino-americanas, que pouco a pouco abandonaram o caráter nacional assumindo uma postura internacionalista de combate à ‘subversão’, e uma destas transformações consistia na formulação do conceito de inimigo interno.

Ao inimigo interno, a ameaça dentro das fronteiras nacionais, é atribuída a intenção de derrubar uma “ordem” estabelecida e instituída, por vezes de forma arbitrária, de uma sociedade ou de um Estado e, por este caráter, torna-se alvo de retaliações por parte daqueles que buscam manter esta “ordem”.

---

<sup>91</sup> Fernandes, 2009.

Exemplo disso, encontramos em um pequeno manual originário do departamento de estudos da Escola Superior de Guerra, sobre o tipo de guerra que estavam enfrentando. Datado de 1969, o assunto em destaque são “Aspectos da guerra contemporânea- a guerra revolucionária”. Nele é possível perceber, que o levantamento de informações relativas aos movimentos da “contrarrevolução” não se configurava pelo amadorismo, visto que, o estudo e a difusão para o conhecimento do pensamento e das ações revolucionárias de grupos nominados genericamente de “comunistas”, ampliou-se por este tipo de manual, além de palestras e conferências, partindo de uma ideia de enfrentamento. O texto discorre da seguinte maneira:

Ficou evidente, no estudo das generalidades dos aspectos contemporâneos da guerra, que a Guerra Revolucionária é um processo permanente de subversão, conduzido por uma adestrada minoria comunista, infiltrada nos principais setores da estrutura administrativa e social dos países democráticos, visando à sua desagregação e substituição por uma sociedade comunista. (BRASIL DOC., 1969).

Neste “manual” podemos aferir um quadro comparativo entre as definições de guerra “clássica” e “guerra revolucionária”, ou seja, a diferenciação entre as características de cada uma, por assim dizer, e como proceder ao seu enfrentamento. Pela comparação, por exemplo, a guerra revolucionária estaria relacionada aos elementos comunistas ou a grupos comunistas e a guerra clássica se justificaria por ser uma guerra com um *status* “declarado, regulada pelo Direito Internacional”. A guerra revolucionária, portanto, é vista como uma guerra ilegal sem objetivo ou causa nobre, desencadeada por indivíduos ou grupos de indivíduos, sem a primazia pela manutenção da paz e harmonia da nação e, sim em promover uma guerra interminável, cujas consequências seriam a desagregação da sociedade e o rompimento das relações sociais conforme já organizada.

A partir disso e, em nome da Segurança Nacional, o inimigo foi escolhido, perseguido, punido e sentenciado à “eliminação” do convívio social. Segundo Foucault (2015, p. 62): “a punição tem o objetivo de desarmar o inimigo, e isso pode assumir duas formas: deixá-lo sem condições de prejudicar ou reintroduzi-lo no pacto social”. Em alguns casos, essa aparente introdução do inimigo no meio social se deu pelas declarações de militantes “arrepentidos” de participarem dos movimentos armados contra o regime militar, muito embora a intenção era veicular uma propaganda destacando as desvantagens de ser simpatizante destes movimentos, também servia

ao propósito de amedrontar e coibir pela humilhação<sup>92</sup>, porém para erradicar o mal, seria melhor retirá-lo de circulação para evitar prejuízos à sociedade. Pensando na punição do inimigo e nos princípios das penalidades propostos por Foucault, podemos dizer que a opinião pública foi educada para aceitar a morte do elemento “terrorista”, pois melhor um criminoso morto para a proteção da sociedade, ou seja, fora de combate, do que o preso ou penitenciado que, arrependido, poderia reincidir no crime. Segundo o autor e seu quarto princípio, “se for proteção da sociedade, a pena deverá ter em vista impedir que sejam criados inimigos; portanto, precisará ser exemplar e dissuadir os que possam apresentar-se como inimigos. Deverá, pois, ser aplicada de maneira pública e infalível”. (Idem, 2015, p. 62-63).

Os princípios de punição propostos por Foucault conduzem a três modelos, sendo que em nenhum deles está a prisão. Vamos nos deter no “Modelo da Infâmia” que, segundo o autor, seria o modelo ideal de punição, ou seja, “essa vergonha que marca o culpado é em primeiro lugar uma reação da sociedade inteira; além disso, a sociedade, no caso, não precisa delegar a uma instância qualquer o seu direito de julgar; ela julga imediatamente com sua própria reação”. (Ibidem, 2015, p. 63). A partir disso, além da metodologia dos cartazes de “terroristas procurados”, a imprensa foi utilizada para esta finalidade, propagandeando a caça e eliminação do elemento “terrorista”, reproduzindo as informações dos órgãos repressivos, apresentando militantes de esquerda “arrependidos”, entre outras normativas.

A infâmia responde a cada instante ponto por ponto, a cada crime. Por fim, ela é revogável; permite a reconciliação, deixando apenas uma lembrança, e não vestígios como as marcas corporais. É, portanto, a única em que o sistema de penas coincide exatamente com o princípio penal do criminoso como inimigo social. É uma punição transparente: somente o olhar e a murmuração, o julgamento instantâneo e, eventualmente, constante de cada um constituem essa espécie de tribunal permanente. [Brisson escreverá:] ‘o triunfo de uma boa legislação é quando a opinião pública é suficientemente forte para punir sozinha os delitos que se ferem os costumes públicos, o espírito nacional ou até mesmo os que atentem contra a segurança pública [...] Feliz o povo no qual o senso de honra pode ser a única lei! Ele quase não precisa de legislação: infâmia, esse é seu código penal’. (Ibidem, 2015, p. 63).

---

<sup>92</sup> Ver o caso de Massafumi Yoshinaga, que cometeu suicídio seis anos após ser apresentado em cadeia nacional, pela televisão e pelo rádio, dizendo-se “arrependido” de ter ingressado na luta armada e participado de atos terroristas, renegando as suas convicções políticas e aconselhando as pessoas, principalmente os jovens, a não se envolverem com este tipo de atividade, relevando os esforços nacionais para manter as prerrogativas do governo para o desenvolvimento do país. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Azj97uoSjH8>. Acesso em 12 dez. 2017.

Visto isso, os meios de comunicação configuraram-se como agentes colaboradores na irradiação dos discursos sobre o “terrorismo”, advindos dos órgãos de segurança nacional, um meio controlador e de aceitabilidade da população quanto às práticas da repressão. Pensando na pena da infâmia, este capítulo pretende comparar as ditas “versões oficiais”, advindas dos órgãos de segurança, destinadas a encobrir as muitas mortes de militantes ocorridas sob tortura, com os periódicos que as divulgaram, *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *Folha da Tarde*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Correio Brasiliense* e revista *Veja*. O intuito aqui não é analisar o posicionamento dos periódicos elencados para esta comparação, nem os seus propósitos, muito menos o seu alinhamento, ou não, com a ideologia do regime e, sim, buscar compreender estas versões como uma espécie de reforço na irradiação da imagem do inimigo interno e da sua inserção no meio social. Também relevar o fato da sua exposição pública pela infâmia, através da exposição das ações criminosas praticadas e de um histórico pessoal contendo informações como os locais de trabalho e residência, o nome dos pais, onde estudaram, as datas de nascimento, as relações amorosas, além de classificarem estes indivíduos, como sendo de alta periculosidade.

Estes periódicos difundiram notícias referentes aos elementos definidos como “terroristas”, organizações de esquerda clandestinas e, principalmente, sobre o destino destes procurados. Amparados por versões advindas dos órgãos de segurança e informação, estes, através das suas efemérides, alinharam-se às premissas dos cartazes de “terroristas e procurados”, divulgando as fotografias e descrevendo um histórico sobre estes elementos, proporcionando a entrada da imagem do inimigo nos lares brasileiros. Estas informações eram repassadas à imprensa pelos órgãos responsáveis, devidamente ocultadas as circunstâncias reais das mortes dos “terroristas e procurados”, uma verdade fabricada que resultou em “versões oficiais” de “tiroteio” ou “suicídio”, construídas ou alteradas por narrativas que se tornaram repetitivas e, ao longo do tempo, pouco convincentes.

Estas versões destituíram a sociedade de um julgamento preciso sobre o “terrorismo”, pois o mesmo já se apresentava devidamente orientado. Por inúmeras vezes as sentenças de “suicídio” e de “morto em tiroteio”, ou ainda “confronto com forças de segurança”, foram utilizadas para explicar as mortes resultantes do uso extremado da violência, o que mais tarde, veio a se revelar uma farsa mal engendrada,

entretanto a imagem de um criminoso “especial”, ou diferente daquele meliante comum, pôde tornar a prática destas versões legítimas.

Inúmeras foram as versões oficiais de “tiroteio” ou “morto em confronto com forças de segurança”, estas configuraram-se em uma normativa que adentrou o âmbito privado e possibilitou demonstrar à população um inimigo violento e enfrentador das forças estabelecidas, mantenedoras do *status quo* da sociedade e defensora dos princípios “democráticos” da nação. Junto a isto, criou-se uma atmosfera de instabilidade e medo, devidamente incutida no meio social pelos cartazes, reforçada pelos periódicos; ambos se configuraram em um meio controlador da população, em que as “ações psicológicas desenvolvidas pelas ditaduras de segurança nacional compreendiam a prática da censura, e da desinformação, fomentando através do silêncio e da incerteza o medo nas sociedades”. (BAUER, 2012, p.94-98).

Pela truculência dos acontecimentos, as informações definidas como “oficiais” advindas dos órgãos de segurança e as memórias daqueles que as refutaram entraram em discussão durante a abertura política em fins de 1970, quando familiares e militantes confrontaram estas versões, desmistificando-as pela verdade dos fatos. Por motivos bastante evidentes, como a negativa de muitos dos envolvidos com a cadeia repressiva, militares e agentes ainda vivos, em falar sobre estes fatos e de um registro documental incompleto, o descortinar dos acontecimentos perpassa os fragmentos acerca do período. São aquelas “migalhas” deixadas ao longo do tempo como pistas a serem seguidas. Como diria Marc Bloch (2001, p. 128), a história “é uma vasta experiência de variedades humanas, um longo encontro de homens”.

Tais versões buscaram oficializar as mortes dos “terroristas”, um procedimento para dar destino aos corpos indesejados resultantes das torturas nos cárceres, o que veio a tornar-se uma rotina. A máquina destinada à eliminação do inimigo interno presenteou ao poder vigente um ônus para uma prova, ou seja, a evidência de um cadáver cheio de marcas de tortura. A morte só se torna morte quando o visível e o palpável, o corpo inerte, transporta-se para um momento concreto, pois “se se trata do corpo de outro ou de meu próprio corpo, não tenho outro meio de conhecer o corpo humano senão vivendo-o, quer dizer retomar por minha conta o drama que o atravessa e me confundir com ele”. (MERLEAU-PONTY, 1971 apud MARTINS e ARANHA, 1994, p. 176-177). A tortura infringida, “com a finalidade de obter informações, de punir militantes e de disseminar o terror”. (BAUER, 2012, p.66-67),

sem dúvida foi uma forma bastante eficaz, não só na obtenção de dados imperativos sobre a movimentação e a estruturação das organizações clandestinas, como também, na desestruturação do indivíduo, na sua mutilação interna e na sua infâmia. Enfim, como proceder com um cadáver ilegal sob a tutela do Estado? Se o regime se empenhou tanto em manter uma determinada legitimidade, a preocupação com as evidências do uso e abuso dos castigos físicos, tornaram-se uma constante, então legitimaram o corpo no âmbito público, resultando nas versões supracitadas.

O rótulo de “terrorista”, ou seja, aqueles indivíduos envolvidos nas “organizações identificadas como subversivas, sediciosas ou o sinônimo equivalente”. (PADRÓS, 2014, p.23), foi institucionalizada por todo um material imagético e léxico manipulado para a construção da face do “terror”, termo utilizado por agentes, organismos estatais e pela mídia. Ao divulgá-lo no âmbito público, a repressão buscou na opinião popular um amparo “legítimo” para eliminá-lo. As problemáticas que envolveram a oficialização destes corpos, resultado da violência nos aparatos do Estado, atravessou os porões repressivos e desembocou no meio social nas supracitadas versões de “morto em tiroteio” ou “suicídio”.

O teor da ameaça do inimigo interno se instituiu através dos ditames que irradiavam um alto grau de periculosidade do elemento “terrorista”, a partir de um discurso disciplinador. Portanto, além da prática dos cartazes, a irradiação destes discursos pelos periódicos, imbricou a ideologia necessária para cumprir com a missão. A ideologia, segundo Chauí (1980, p. 120), “fabrica uma história imaginária (aquela que reduz o passado e o futuro às coordenadas do presente, na medida em que atribui o movimento da história a agentes ou sujeitos que não podem realizá-la”. Podemos evocar outros conceitos em relação à ideologia, porém por certo, se chegaria a um mesmo denominador comum. Raymond Willians (2007 p. 212-213) define que a palavra ideologia apareceu pela primeira vez em 1796, como a “filosofia da mente”, porém com Napoleão Bonaparte ela assumiu um sentido diferente, sendo que ideólogo muitas vezes equivalia no século XIX, “a revolucionário”. O termo perpassou outros conceitos e culminou, após Marx e Engels, em “uma versão invertida da realidade”. Para finalizar, o autor define que o sentido de ideologia chegou no último século como “um conjunto de ideias que surgem de um dado conjunto de interesses materiais ou, em termos mais gerais, de uma classe ou grupo definido”.

Contraído entre a vigília dos seus atos e a própria proteção e da sua família, o cidadão foi envolvido pela intenção disciplinadora dos órgãos de segurança traduzidos

pela prática dos cartazes e um apoio, mesmo que coagido, da imprensa. Esta acabou por ser permissiva com as atividades reguladoras impostas pelo regime, destituindo-se das minúcias relacionadas às intenções predatórias dos órgãos de segurança: a caça e a legitimação da morte dos elementos procurados por “terrorismo” e “subversão”. Entre nomes, codinomes e fotografias, Chael Charles Schreier, Iuri Xavier Pereira, Alex de Paula Xavier Pereira, Eduardo Collen Leite, Carlos Roberto Zanirato, Eremias Delizoikov, Hiroaki Torigoe, Carlos Eduardo Bicalho Lana, Aurora Nascimento e José Raimundo da Costa, entre tantos outros, figuravam nos cartazes de procurados, assim como protagonizaram as versões oficiais de “tiroteio”, ou cometeram “suicídio”. Estes elementos foram apresentados publicamente pelos impressos como “terroristas” ou “subversivos” que assaltavam bancos, sequestravam, matavam cidadão comuns, atentavam contra a moral e os bons costumes da sociedade, entre outras normativas, sendo oferecida a possibilidade de serem reconhecidos em qualquer situação cotidiana, porém através deles seriam conhecidos como “terroristas mortos”.

Neste capítulo vamos abordar casos de elementos com imagem nos cartazes vinculados a “versões oficiais” e as efemérides nos periódicos que divulgavam as mortes dos “terroristas” em confrontos com agentes de segurança e policiais, antes ou após os óbitos dos mesmos, possibilitando caracterizar o discurso marginalizador de combate ao “terrorismo”.

Os periódicos adentraram o espaço público apresentando uma cena, que servia para ocultar as reais circunstâncias em que estes elementos pereceram. Se a normativa era tirar do convívio social o elemento “subversivo”, as versões oficiais regulamentaram as notícias relacionadas a eles, já que em quase todas as efemérides o texto se reprisava, repetiam-se as expressões, a narrativa, as descrições das atividades subversivas, as organizações; somente se alteravam nomes e siglas, e estas últimas nem tanto. Enfim, a participação dos periódicos foi fundamental para a difusão da imagem do inimigo, que na retriz, amparou as versões oficiais.

#### 4.1 A legitimação do inimigo: algumas versões oficiais de tiroteio

Na esteira do conhecimento e reconhecimento do inimigo à delação proposto pela prática dos cartazes, as “versões oficiais” advindas dos órgãos de informação cumpria, principalmente, a função de encobrir as mortes resultantes da violência extremada da tortura e, também, daqueles elementos alvos da eliminação sumária. Estas mortes, obtiveram uma explicação pública em notícias falsas de confrontos entre terroristas e forças de segurança, ou em menor escala, de suicídio, uma situação em que o elemento tirava a própria vida por arrependimento ou vergonha e, em alguns casos, “matava-se” o morto mais de uma vez. Elencados aqui, alguns destes casos, sem a intensão de apresentar uma biografia de cada indivíduo, mas a fim de tecer a relação estabelecida entre os cartazes, as versões oficiais e os periódicos.

A caçada, captura e extermínio dos grupos de esquerda clandestinos, que agiam no interior da sociedade, ou seja, o bandido “terrorista”, que mata, rouba e sequestra, invadiu o espaço público e os lares brasileiros, âmbito privado, através da mídia. A absorção do perigo que este apresentava foi um fator aglutinador da população e das práticas dos órgãos de segurança e repressão, o que permitiu o entrelaçamento do âmbito público e do privado. A vigília destes indivíduos suspeitos atropelou uma investigação mais detalhada sobre destino dado àqueles rostos e nomes estampados nos cartazes e na imprensa, ou mesmo, sobre a veracidade das mortes públicas, que segundo Prost (2010, p. 148), “não se trata, porém, de uma maquinação, e sim do próprio funcionamento da sociedade [...] dentro desse grupo, cada qual simplesmente executa sua tarefa”.

A imagem fotográfica do militante da ALN, Iuri Xavier Pereira, estampava os cartazes de procurados, a “versão oficial” diz que foi “morto em tiroteio com forças de segurança”<sup>93</sup>. Sua morte teria ocorrido em um intenso tiroteio travado com agentes de segurança em um local público, o Bar e Restaurante Varella situado no bairro da Mooca, em São Paulo. Iuri, juntamente com outros três companheiros, sendo que um deles teria escapado ferido<sup>94</sup>, foram emboscados após uma suposta denúncia por um dos donos do estabelecimento e morreram em decorrência do tiroteio que se travou

---

<sup>93</sup> Dossiê Ditadura, 2009.

<sup>94</sup> Antônio Carlos Bicalho Lana, militante da ALN, preso e morto em 1973, segundo versão a oficial de “tiroteio”. Ele teria escapado do primeiro confronto com forças de segurança e perecido em um segundo confronto, juntamente com Sonia Maria de Moraes Angel Jones.

no local. Segundo o *Jornal do Brasil* (1972, p. 2), a efeméride “Terroristas resistem e são mortos durante tiroteio”, expondo as fotografias identificadas dos três. Além destes “terroristas”, durante o confronto, teriam sido feridos dois agentes de segurança, uma menina de três anos e um cidadão que passava no local. Sobre a questão do reconhecimento através dos cartazes e da delação por parte da população, este episódio traz relatos sobre o ocorrido. No Bar e Restaurante Varela, local do confronto entre os mortos Iuri Xavier Pereira, Ana Maria Nacinovic Correia e Marcos Nonato da Fonseca e os agentes de segurança que os emboscaram, “o proprietário do estabelecimento, Manoel Henrique de Oliveira, telefonou para o DOI-CODI/SP, avisando da presença de algumas pessoas que tinham suas fotos afixadas em cartazes de “*procurados*” produzidos na época pelos órgãos de segurança”. (DOSSIÊ DITADURA, 2009, p. 350). Este fato, posteriormente, teria resultado na execução, ou o “justiçamento”<sup>95</sup>, de Manoel por integrantes da ALN. O fato foi divulgado pelo impresso *Folha de S. Paulo* (1973, p.5), da seguinte forma:

Quando se preparava para abrir o “Bar e Churrascaria Varella”, na rua da Mooca, esquina da rua Antunes Maciel, um dos quatro proprietários do estabelecimento, Manoel Henrique de Oliveira, de 39 anos de idade, casado, foi atingido por no máximo 20 tiros, a maioria na cabeça, por membros da Ação Libertadora Nacional, que estavam em três carros. O fato ocorreu ontem por volta das 7h30, tendo os terroristas deixado no local panfletos informando ‘que aquele ato era uma vingança contra Manoel, que teria denunciado três companheiros, há cerca de oito meses, que acabaram por ser mortos num tiroteio com forças de segurança’ [...] Entretanto, segundo parentes de Manuel Henrique de Oliveira, ‘ele estava em Portugal por ocasião dos fatos aludidos pelos terroristas’.

Muito embora este tenha se apresentado como um caso isolado, ele traduz a tarefa em que a população se via incumbida na escolha por um lado, ou entre duas forças em confronto: a repressão e a subversão. Vimos, portanto que o periódico *Folha de S. Paulo* reproduz o discurso da “versão oficial” e ainda destitui Manuel da delação, pois não se queria inspirar o medo por delatar no cidadão. Ao corroborar com os órgãos de informação noticiando os fatos conforme as ditas versões, outro discurso se revela que não o da mera informação, um discurso educador sobre como e quem representava o “terrorismo”.

---

<sup>95</sup> Durante a vigência da ditadura no Brasil, os grupos armados de esquerda recorreram aos “justiçamentos”, que consistiam basicamente de execuções de companheiros militantes acusados de traição.

A *Folha de São Paulo*, o *Estado de S. Paulo* e, também, a revista *Veja*, foram os meios de comunicação que, ao reproduzirem em suas efemérides uma falácia, cumpriram um papel oficializador dos discursos advindos dos órgãos de segurança e informação, proporcionando ser real uma farsa, assim como o *Jornal do Brasil*, o *Diário de Notícias* e a *Folha da Tarde*. Entre a versão e os testemunhos, os fatos divergem, pois através de relatos, Iuri, Ana Maria e Marcos Nonato teriam sido conduzidos ao DOI-CODI, onde seus corpos foram estendidos no chão, como testemunhou um preso político, os corpos estavam despidos, pois na verdade, as pessoas eram despidas no DOI-CODI para serem torturadas<sup>96</sup>.

Iuri era um indivíduo procurado pelos órgãos de segurança, assim como Ana e Nonato, e sua imagem apareceu em mais de um cartaz. Nos arquivos do DEOPS<sup>97</sup>, consta uma pasta referente a ele, em que é possível averiguar mais de uma reprodução fotográfica, porém a que chama muito a atenção, é a fotografia original de Iuri acrescida de uma cruz desenhada e colorida em vermelho no alto da imagem, contendo os seguintes dizeres: “MORTO A TIROS EM ENTREVERO COM POLICIAIS DE SEGURANÇA EM 15/JULHO/1972 SÃO PAULO=CAPITAL”. (BR\_SPAPESP\_DEOPS\_SAN 003147). Nesta pasta, prontuário de número 3147, sob a guarda do Arquivo público do Estado de São Paulo, a informação é de que ele figura nos cartazes de terroristas procurados pelas autoridades, além das ações que executou, que é procurado por subversão e terrorismo, sendo morto em tiroteio com agentes de segurança<sup>98</sup>.

Na revista *Veja*, no quadro “SUBVERSÃO”, a chamada da efeméride é: “Tiros na Mooca”, discorre sobre o confronto em que Iuri morreu. Além do texto, encontramos as fotografias dos três elementos envolvidos, ao lado da exposição do material bélico apreendido com eles. Segue abaixo um trecho da notícia.

---

<sup>96</sup> Dos Filhos deste Solo, 1999.

<sup>97</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>98</sup> BR\_SPAPESP\_DEOPS\_SAN 003147.

Para os moradores da Mooca, bairro industrial de São Paulo, o tiroteio de quarta-feira da semana passada não passou de um inesperado assunto que os dias seguintes de trabalho fariam esquecer. Três homens e uma mulher, cercados pela polícia e tentando furar o cerco a bala. Uma menina e um senhor do bairro feridos sem grande gravidade, assim como dois policiais. A mulher e dois dos homens mortos. O terceiro homem, ferido, fugindo de carro depois de ameaçar o motorista com sua metralhadora. Correria, comentários, lojas fechadas e, na manhã de quinta-feira, fábricas e comércio em seu ritmo normal. Do tiroteio, só o interesse em ler os jornais que traziam a notícia. Para os órgãos policiais de segurança, o tiroteio representou um episódio importante em sua luta contra o terrorismo. Alguns trechos do comunicado oficial distribuído à imprensa dão a idéia de quem eram aqueles homens e aquela mulher. (VEJA, 1972, p. 25).

Com este texto, podemos inferir que aos olhos da repressão, a população deveria se interessar mais com este tipo de ocorrência, além dos meros comentários, visto que este episódio não é somente um evento qualquer de bandidos, balas e polícia, trata-se de parte de algo maior: a luta contra o “terrorismo”. Interessante relevar o tipo de mensagem utilizada, iniciado o texto, a primeira coisa é ressaltar que o ocorrido para a população não passou de um mero momento, sendo que no outro dia, após o confronto, a vida no bairro da Mooca transcorreu normalmente. Isto nos dá um indício de que a repressão ainda não confiava na total adesão da população. Após o trecho reproduzido acima, a efeméride discorre sobre como ocorreu o confronto, lembrando que a própria define que as informações vieram de um comunicado oficial, após a localização de quatro indivíduos dos cinco que assaltaram a firma D.J. Vasconcelos: foi armado um cerco para vigiá-los, devido à alta periculosidade destes elementos, “os agentes de segurança aproximaram-se dos terroristas, dando-lhes voz de prisão, tendo os citados terroristas prontamente reagido a bala de armas automáticas e metralhadora”. (VEJA, 1972, p.25).

Assim como Iuri, seu irmão Alex de Paula Xavier Pereira, também militante da ALN, tinha o rosto nos cartazes distribuídos pelo país, com os títulos de “Terroristas Procurados”<sup>99</sup>. A versão oficial para a sua morte, foi a de “tiroteio”. A notícia na *Folha de S. Paulo* (1972, p. 4) divulga:

---

<sup>99</sup> DOSSIÊ DITADURA, 1996, p.307.

Os fatos começaram quando ocupantes do veículo Volks de chapa CK-4848 ultrapassaram, naquele local, o semáforo com sinal vermelho, quase atropelando uma senhora que atravessava a rua com uma criança no colo. Isso chamou a atenção de agentes dos órgãos de repressão ao terrorismo que faziam diligência de rotina. Ao tentar abordar o motorista do carro e seu acompanhante, o cabo PM Silas Bispo Feche foi atingido por uma rajada de metralhadora e faleceu quando entrava no Pronto Socorro. Em defesa do soldado atingido, seus companheiros estabeleceram tiroteio com os ocupantes do Volkswagen, matando, no próprio local, os dois terroristas. Mais um dos agentes ficou ferido.

As mortes de Alex e Gelson Reicher foram relatadas como um confronto com policiais militares, após uma abordagem por uma situação de infração no trânsito, como visto acima. Porém, segundo testemunhos, ambos teriam chegado ao DOPS seminus, somente de cuecas. Os óbitos só foram publicados 48 horas depois e foram enterrados com nomes falsos<sup>100</sup>. A reconstrução deste episódio leva a crer que foram capturados com vida e provavelmente, mortos sob tortura, conforme veio a confirmar um novo laudo elaborado pelo legista Nelson Massini, realizado em 6 de março de 1996, atestando que Alex fora morto sob tortura<sup>101</sup>. Também o depoimento de um militante preso da ALN, que indicara possíveis locais de encontro com Alex, derruba a versão da infração de trânsito e a possível abordagem por este motivo.

O 'encontro' dos agentes com Alex e Gelson não foi casual. Um militante da ALN, preso no dia 18 de janeiro, Gilberto Thelmo Sidney Marques, segundo documentos do DOI-Codi encontrados nos arquivos do Dops/SP, acabou por colaborar 'na organização do aparelho que possibilitou a detenção de Eliane Potiguara Macedo (Joana)' e localizar o 'ponto da Rua Jandira, 500, onde compareceram Alex de Paula Xavier pereira (Miguel) e Gelson Reicher (Marcos), os quais morreram em tiroteio com os agentes das forças de segurança' (depoimento à Equipe B das 18h30 às 19h30, em 10 e 11 de fevereiro de 1972). (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p.128-129).

As fotografias dos dois militantes mortos encontradas nos arquivos do DOPS/SP, cujos corpos apresentavam inúmeras escoriações, derruba a versão oficial, pois fica evidente pelo aspecto dos corpos, que a morte não fora somente em consequência do tiroteio<sup>102</sup>.

O periódico *O Estado de S. Paulo*, também reproduz a notícia da abordagem na efeméride intitulada: "PM e terroristas mortos em tiroteio", porém esta parte do enfoque sobre a morte do cabo Silas, dando ênfase a esta questão. A *Folha de S.*

<sup>100</sup> Dos Filhos deste Solo, 2008.

<sup>101</sup> Dossiê Ditadura, 2009.

<sup>102</sup> Dossiê Ditadura, 2009.

*Paulo*, também salienta o óbito do cabo, visto que, acima da página, antes de discorrer sobre os terroristas mortos, encontra-se o título: “A despedida ao cabo Silas”, em tamanho maior do que o restante da notícia, conseqüentemente, a primeira coisa a ser visualizada. Na efeméride a informação transcorre da seguinte maneira:

O serviço de Imprensa da Polícia Militar distribuiu a seguinte nota: ‘as 11.25 horas do dia 20 de janeiro, quando de serviço como componente da Equipe de Serviços Reservado de Repressão a Terroristas, na altura do número 1.840 da av. República do Líbano, no bairro do Ibirapuera, nesta capital, o cabo PM R.E. 38.865-3 Silas Bispo Fleche, do 12º B.P.M. e outros componentes da referida Equipe, ao defrontarem-se com diversos terroristas sobejamente conhecidos, procuraram efetuar a detenção dos mesmos, sendo recebidos a balas. No entrevero que se sucedeu, o cabo Fleche foi ferido mortalmente, vindo a falecer, o mesmo ocorrendo com dois terroristas. O cabo Fleche [...] Ingressou nas fileiras da Polícia Militar no dia 12 de março de 1968, para lutar em defesa da Pátria, que é o ideal de todos os brasileiros. (FOLHA DE S. PAULO, 1972, p. 4).

As duas efemérides relacionadas aos terroristas mortos em “tiroteio” e da despedida do cabo Silas, encontram-se na mesma página do periódico. Aquela sobre a morte de Silas vem no topo da página e além do texto, apresenta a fotografia do cabo e está mais destacada que aquela sobre os “terroristas”, que vem logo abaixo, menor e sem imagens. O curioso é que ambas divergem, mesmo estando juntas na mesma página: na primeira não só Silas, que era integrante do DOI-CODI, mas outros integrantes de uma equipe de combate a terroristas, abordam os militantes suspeitos; já na segunda o acontecido destaca a infração de cruzar o sinal vermelho, quase atropelando uma senhora e uma criança de colo. Pode-se perceber o apelo neste tipo de notícia, pois temos um soldado que optou em lutar pela Pátria, como a própria efeméride declara, e as figuras feminina e infantil, ou seja, estas últimas, indivíduos indefesos abatidos pelas “balas” de elementos “terroristas”. A mensagem novamente comove, traz para perto da população aquele medo de ser a próxima vítima, a insegurança invade as ruas, o motivo em ajudar as forças de segurança no combate a estes elementos, pelo reconhecimento e delação, assume um significado: proteger-se.

Neste íterim, a revista *Veja* não fica de fora do assunto, ela dá ênfase também, à morte do cabo Silas, e de outros agentes mortos em outros confrontos. Uma imagem nesta revista, apresenta o desmaio da mulher de um sargento morto em um destes confrontos. O nome dele não é citado, a revista discorre apenas sobre a ocorrência, mas podemos encontrar a semelhança de informações com os outros periódicos.

Quase um suicídio-Até o fim da semana, outro policial tombava, numa avenida tranquila e arborizada de Indianópolis, depois de perseguir e bloquear um carro suspeito. No carro viajavam dois rapazes que reagiram a bala e acabaram também sendo mortos. No tiroteio um agente de segurança foi ferido. (VEJA, 1972, p. 22).

Com a fotografia nos cartazes, José Raimundo Costa, ex-sargento da Marinha e dirigente da VPR, companheiro de Carlos Lamarca no Vale da Ribeira, tem versão oficial de tiroteio. Segundo a efeméride intitulada “Terrorista da VPR morre em tiroteio na Guanabara”, no periódico *Folha de S. Paulo* (1971, p.4).

Os órgãos de segurança anunciaram ontem a morte do terrorista José Raimundo da Costa, ocorrida quando reagiu a bala á ordem de prisão no subúrbio carioca de Pilares. [...] Raimundo morreu entrincheirado na rua Otacílio Nunes, de onde atacou a tiros os agentes que lhe deram voz de prisão. O corpo foi removido para o instituto médico legal.

Raimundo morreu “entrincheirado”, melhor dizendo, acuado. Segundo Inês Etienne Romeu, presa na “Casa da Morte”, um centro de torturas localizado na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro, ela:

Ouviu o torturador *Laurindo* informar aos torturadores *Dr. Bruno* e *Dr. César* que José Raimundo havia sido preso em uma barreira. Posteriormente, outro torturador, *Dr. Pepe*, lhe disse que José Raimundo foi morto 24 horas após a sua prisão, em um ‘teatrinho’ montado numa rua do Rio de Janeiro. (DOSSIÊ DITADURA, 2009, p. 265).

No “teatrinho” divulgado pelo *O Estado de S. Paulo* (1971, p. 9), a notícia sobre José Raimundo é:

O terrorista José Raimundo da Costa, do comando nacional da ‘Vanguarda Popular Revolucionária’-VPR- morreu ás 5 e 50 de ontem, após reagir à prisão e travar tiroteio com agentes de segurança. Nota distribuída ontem por autoridades militares acrescenta que o tiroteio verificou-se numa viela á rua Otacílio Nunes, em Pilares, Guanabara, onde o terrorista se entrincheirou. Não houve vítimas entre os agentes de segurança.

Podemos averiguar que ambos os periódicos, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, apresentam a mesma versão, repetindo o termo “entrincheirado”. Ambas, também exibem um histórico sobre José Raimundo, além das ações em que ele estava envolvido. Outra informação de praxe, igualmente presente nas efemérides sobre outros militantes, é a filiação, nome do pai e da mãe, criando assim um certo

constrangimento para os progenitores e suas relações sociais, afinal seus filhos eram “terroristas” declarados e procurados.

No *Jornal do Brasil*, do mesmo modo, pudemos aferir uma notícia sobre o tiroteio travado entre agentes de segurança e José Raimundo; a chamada é a seguinte: “Subversivo trava tiroteio com agentes de segurança e morre em viela de Pilates”. Ele não é chamado de “terrorista”, na chamada da efeméride, mas de “subversivo”, alterando a normativa dos impressos, que iniciavam destacando e repetindo a primeira terminologia, visto que a segunda aparecia com menos frequência, ou no corpo do texto. Nesta ocorre o contrário é o termo “terrorista” que aparece no texto.

O terrorista José Raimundo da Costa morreu ontem às 5h50m, após travar tiroteio com agentes de segurança que estavam em seu encalço. A ocorrência verificou-se em uma viela localizada na Rua Otacílio Nunes, em Pilares. Nenhum agente foi ferido no tiroteio. Em poder do terrorista foi apreendido material subversivo, além de documentos de identidade falsos, que estão sendo encaminhados pelas autoridades. O corpo e José Raimundo da Costa (**Gilberto, Carlos, Henrique, Baixinho, Júlio e Moisés**) foi recolhido ao Instituto Médico Legal. (*JORNAL DO BRASIL*, 1971, p. 1).

Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Emanuel Penteado e Francisco Seiko Okama, militantes da ALN, oficialmente morreram em confronto com agentes de segurança, versão refutada pelos testemunhos. Os nomes dos dois primeiros aparecem<sup>103</sup> no Retrospecto e Histórico de Atividades Subversivas de-1969 a 1972, elaborado pelo DOI, onde a palavra “procurado” está escrita à mão ao lado de seus respectivos históricos. Este documento data do início de 1972 e deixa claro que eles eram conhecidos e procurados pelos órgãos de segurança por subversão. No documento do Subchefe do EM/II Exército destinado ao diretor do Dops de São Paulo, cujo assunto trata do material apreendido com os três militantes, e nos autos de apreensão há uma relação do material encontrado com Arnaldo e Okama, como armas, munição, documentos falsos e outros<sup>104</sup>.

Para a “versão de tiroteio”, o periódico *Folha de S. Paulo* (1973, p. 5), cuja chamada “Segurança elimina três terroristas”, descreve da seguinte maneira o ocorrido:

<sup>103</sup> BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000201.

<sup>104</sup> BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000233, 1972.

Durante o tiroteio com agentes dos Órgãos de Segurança no bairro da Penha, três terroristas – que planejaram e assassinaram em 21 de fevereiro último o comerciante português Manoel Henrique de Oliveira, um dos proprietários do restaurante Varela, da Mooca, acabaram sendo mortos às 14 horas de ontem. [...] Os fatos que culminaram com a morte dos três terroristas tiveram início no último dia 2 quando investigando uma grande quadrilha de traficantes de tóxicos, a Polícia chegou a localizar um suspeito na avenida Brigadeiro Faria Lima, perto do Shopping Center. Perseguido até a rua Tabapuã, o suspeito reagiu a bala. Correndo, também atirou contra uma senhora apossando-se do seu carro. Durante a fuga, porém deixou cair uma maleta do tipo 007, em cujo interior se encontrava documentação subversiva pertencente a ALN.

Sobre o título da efeméride, é relevante destacar a palavra “elimina”, pois não há destaque para a versão oficial de “tiroteio” e sim sobre a ação a que foram destinados. Eliminar era o intuito. No ofício de número 493/73-E/2-DOI, do II Exército, datado de 16 de agosto de 1973, a informação sobre os três militantes devidamente identificados, informa que “os referidos indivíduos pertenciam ao GTA da ALN e faleceram em decorrência de tiroteio que travaram com Agentes/ de Órgãos de Segurança, no dia 15 Mar 73” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE/RP, p. 17)<sup>105</sup>. O documento é assinado pelo então major comandante do Destacamento de Operações de Informações, Carlos Alberto Brilhante Ustra. Entretanto, a versão testemunhal é outra: segundo Amílcar Baiardi, preso no DOI-CODI/SP no período referido, ele viu dois jovens jogados na quadra de esportes daquele órgão, estavam feridos e vivos, foram deixados por horas neste local, até serem recolhidos pelo rabeção do IML, um tinha traços orientais, o que chamou a atenção de Baiardi que, ao sair da prisão e lendo as notícias sobre as mortes dos três militantes, reconheceu Francisco Seiko Okama<sup>106</sup>. O laudo do exame necroscópico de Francisco Emanuel Penteado, define que ele faleceu de anemia aguda traumática. No terceiro quesito, consta “instrumento perfuro contundente (projétil de arma de fogo)”, para o quarto quesito, sobre se houve tortura, “-não”<sup>107</sup>. O exame foi assinado pelos médicos legistas Isaac Abranovich e Orlando Brandão.

Segue a notícia sobre o confronto e suas consequências:

---

<sup>105</sup> CNV-RP- Arnaldo. Disponível em: <http://comissaoaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos>. Acesso em 12 jun. 2017.

<sup>106</sup> Dos Filhos deste Solo, 2009.

<sup>107</sup> CNV-RP-Arnaldo. Disponível em: <http://comissaoaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos>. Acesso em 12 jun. 2017.

Ontem, por volta das 14 horas, o suspeito foi localizado na altura do número 300 da rua Caquito, Penha. Em sua companhia estavam mais dois elementos. A ordem de prisão os três subversivos sacaram suas armas passando a atirar. Do tiroteio, saiu ferido uma agente da Segurança Interna e uma senhora de nome Aparecida Guarnieri que passava pelo local. O primeiro já está fora de perigo enquanto a mulher com leves ferimentos, foi transportada para sua residência. Os três terroristas morreram no local. (FOLHA DE S. PAULO, 1973, p. 5).

Novamente apresenta-se uma vítima civil, uma senhora que mesmo com ferimento leves, é encaminhada para a casa e não a um hospital, o que suscita um questionamento: mesmo leve, que tipo de ferimento a bala não merece maiores cuidados, além da vítima policial, também com ferimento “leves”. Se fosse verdade, possivelmente seria dado uma ênfase maior aos ferimentos das vítimas, pois isto serviria para reforçar o alto teor periculoso dos elementos “subversivos”. Porém sendo uma inverdade, como proceder com a ausência de testemunhos sobre a senhora atingida? Reportar superficialmente.

O periódico *Jornal do Brasil*, também discorre sobre o confronto, exatamente da mesma maneira que a *Folha*, porém destaca o material usado pelos “terroristas”, além da senhora e do policial feridos.

Num cerrado tiroteio, ontem à tarde, no bairro da Penha, agentes dos órgãos de segurança paulista abateram três membros da Aliança Nacional Libertadora, enquanto um policial e uma mulher que passava, baleados pelos subversivos, ficaram feridos. Uma das armas apreendidas em poder dos terroristas é do mesmo calibre- carabimote 12- que a que matou o delegado Otávio Moreira Gonçalves Júnior, no Rio. (JORNAL DO BRASIL, 1973, p.1).

Na efeméride acima a situação da senhora e do policial é melhor definida, visto que, foram baleados e apresentavam ferimentos, portanto não poderiam ser encaminhados para a casa, no caso da senhora. Já *O Estado de S. Paulo*, apresenta uma notícia menor que nos periódicos supracitados, cuja efeméride se intitula: “Terror perde três em tiroteio”, porém como o do *Jornal do Brasil*, exibe a fotografia dos três militantes, devidamente identificadas. A informações no texto são as mesmas dos outros periódicos, não apresentando nada a mais.

A efeméride intitulada “Terrorista morre em tiroteio no Rio”, da *Folha de S. Paulo* em fins de 1972, discorre sobre a morte da “terrorista” Aurora Maria Nascimento Furtado. Segundo as informações do periódico:

As autoridades de Segurança divulgaram ontem em nota oficial a morte da terrorista Aurora Maria Nascimento Furtado em tiroteio com a polícia no Meier, bairro da zona norte do Rio. Tendo sido abordada por agentes, juntamente com seu amante, Flávio Augusto Neves Salles, reagiu matando o detetive Mário Panzariello e ferindo outro gravemente. Aurora Furtado, conhecida também como Márcia, Rita, Patrícia e Lola, da facção Aliança Libertadora Nacional, foi abordada por uma Rádio Patrulha em Parada de Lucas, em atitude suspeita, estando acompanhada de Flávio Augusto, (“Rogério”), também da ALN. Ao abrir a sua bolsa para retirar os documentos de identificação, ela sacou de um revólver e disparou a queima-roupa, ferindo mortalmente com dois tiros o detetive Panzariello. Ato contínuo, correu por entre os carros que passavam pela Avenida Brasil de arma em punho, disparando contra outros policiais que a perseguiam. Foi finalmente presa após luta corporal com um policial. Enquanto isso, seu companheiro fugiu, tendo deixado no local uma maleta contendo uma metralhadora e vários documentos subversivos. (FOLHA DE S. PAULO, 1972, p. 4).

As fotografias dos dois militantes, devidamente identificadas, envolvidos no tiroteio estão presentes ao lado do texto na efeméride. Uma curiosidade é a identificação abaixo da imagem de Flávio: mostra-se equivocada, pois consta o nome de Flávio A. L. da Silva, enquanto que o texto se refere a Flávio Augusto Neves Salles.

No periódico *O Estado de S. Paulo* de 11 de novembro de 1972, também encontramos informações sobre o “tiroteio” e a morte de Aurora, além das fotografias identificadas dela e de Flávio. O texto que se inicia pela morte de Aurora, revela que ela fora presa dias antes e que no interrogatório teria revelado vários planos de ação referentes à organização. Ela teria se prontificado em levar os agentes ao encontro de Flávio, porém ao chegar ao local, pediu para seguir sozinha, entretanto saiu correndo em direção ao automóvel dos companheiros, estes travaram intenso tiroteio com os agentes de segurança, ferindo Aurora gravemente, que foi auxiliada pelos policiais enquanto seus companheiros fugiam. Por fim há a descrição das ações em que ela participou, encerrando com a seguinte frase: “seu grau de periculosidade pode ser analisado por diversas ações terroristas”. Os testemunhos desmistificam a versão do confronto, afirmando que ela fora presa e torturada até a morte. Seu corpo foi entregue à família que constatou que apresentava inúmeros ferimentos que não se relacionavam com o suposto “tiroteio”<sup>108</sup>.

Uma outra notícia encontrada no *Correio da Manhã*, intitulada: “Policial morto é sepultado e sua assassina morre em novo tiroteio”, relata o confronto envolvendo Aurora, por outro prisma, o do detetive morto Mário Panzariello.

---

<sup>108</sup> Dos Filhos deste Solo, 2008.

Foi sepultado na tarde de ontem o detetive Mário Domingos Panzariello, morto pela terrorista Aurora Maria Nascimento Furtado pertencente à Aliança nacional libertadora. O atentado contra o policial ocorreu na quinta-feira, quando o agente interceptou a terrorista e seu amante Flávio Augusto Neves Salles, na Av. Brasil. Este conseguiu escapar, enquanto Aurora, conhecida pelos codinomes Márcia, Patrícia, Rita e Lola, feria o policial à queima-roupa e passava a disparar seu revólver entre os automóveis que circulavam no local. O fato ocorreu na manhã de quinta-feira e, na madrugada de ontem, ao levar uma caravana de policiais ao Méier, onde se localizava o aparelho do seu grupo, Aurora tentou fugir e aos gritos conseguiu alertar vários terroristas que se encontravam no interior de um carro. Eles abriram fogo contra a polícia e, terminado o tiroteio, a moça agonizava. (*CORREIO DA MANHÃ*, 1972, p.4).

A versão reincide nas efemérides dos periódicos supracitados, sua narrativa quer explicar a cronologia dos fatos em relação ao “tiroteio”. O interessante é a ótica dos fatos. A *Folha de S. Paulo* e o Estado de S. Paulo relevam em suas chamadas o termo “terrorista”; já *O Correio da Manhã* enfatiza a morte do policial por uma “assassina”. Outro ponto são os codinomes de Aurora, revelados nas efemérides, demonstrando que a repressão, ou aqueles que a prenderam, a conheciam muito bem. Neste último periódico, a narrativa é mais extensa que nos anteriores, destinando uma maior cobertura sobre a ocorrência. A exposição de fatos como a prisão da militante, as revelações que fizera no interrogatório a que foi submetida, além é claro, de um histórico sobre ela, sendo esta a mais detalhada em relação às outras três efemérides sobre a militante.

O periódico *Correio Braziliense* noticia a morte de Aurora através da efeméride intitulada: “Terrorista mata policial e morre”, destacando a morte do policial. Além de discorrer sobre o fato em si, como nos periódicos anteriores, e do histórico sobre ela e sobre as inúmeras ações em que participou, apresenta uma descrição do policial com o subtítulo “vítima do terror”. Ao descrever os “crimes” de Aurora, o subtítulo é “antecedente terrorista”. No final, encontra-se as fotografias do policial, de Flávio e de Aurora, cuja legenda diz: “A beleza de Aurora Maria Nascimento Furtado, a ‘Márcia’, do ALN. Além de participar de vários assaltos, assassinou policiais até mesmo companheiros do terror” (*CORREIO BRASILIENSE*, 1972, p. 9). Ao referir-se a “beleza” da “terrorista”, a intenção é mostrar que até uma mulher bonita que poderia ter tudo na vida, pode aliar-se ao “terror”. O apelo à “beleza” associado a uma pessoa, evidencia que a proposta dos órgãos era demonstrar que havia o perigo de se ter alguém próximo, familiar, amigos, vizinhos, entre outros, envolvido com a subversão. Era preciso manter-se atento, pois até mulheres bonitas, poderiam ser “terroristas”.

Ao longo da análise destas, e de outras efemérides, um detalhe sobre nomenclaturas de organizações clandestinas chamam a atenção: ao mencionar a ALN, os periódicos se referem à “Aliança” Nacional Libertadora como descrição para a sigla ALN, quando na verdade a organização se chama “Ação” Libertadora Nacional. Este tipo de confusão, ou erro, similarmente aparece em documentos provenientes dos órgãos de repressão e em outras situações em que esta organização é citada. Um erro ou uma confusão com a Aliança Nacional Libertadora, a ANL de Luís Carlos Prestes<sup>109</sup>.

Pela versão oficial, Eduardo Leite morreu em “combate com policiais”, mas para o Dossiê Ditadura (2009, p. 212-214), Bacuri como era conhecido, “percorreu cento e nove dias de um calvário de suplícios”. Seu nome era um dos primeiros a ser cogitado para a lista dos presos políticos que seriam trocados pelo embaixador sequestrado Giovanni Enrico Bucher. A notícia de sua morte na revista *Veja* é curta, uma pequena nota diante do empenho pela sua captura pelos agentes da repressão. A revista apresenta a fotografia identificada de Eduardo e a de Yoshitane Fujimori e a efeméride está intitulada: “Quatro baixas em 2 meses: o saldo negativo do terror”:

Joaquim (O Velho), considerado o mais importante ideólogo da VPR, morreu em São Paulo, em fins de outubro, pouco depois de ter sido capturado por uma equipe do DEOPS. Fujimori, integrante do grupo que matou a coronhadas o tenente Alberto Mendes Júnior, no Vale da Ribeira, caiu baleado num combate com policiais, no dia 5 deste mês, em São Paulo. Em sua companhia morreu também outro terrorista que usava o nome falso de Celso Silva Alves. O último foi Eduardo Leite (Bacuri). Segundo um comunicado distribuído terça-feira passada pelo DEOPS de Santos, Bacuri que escapara do cerco policial em que foi preso Joaquim Câmara, morreu no dia 7 último, em São Sebastião, durante combate policial. (*VEJA*, 1970, p.25).

O caso de Eduardo é emblemático no que diz respeito à violência empregada contra um oponente preso, pois ao final dos cento e nove dias sob a guarda do Estado, ele estava impossibilitado de ser libertado, na troca pelo embaixador, sem tornar-se uma evidência viva dos castigos físicos infringidos pela repressão na “obtenção de informações”. Segundo o Dossiê, durante o período em que foi torturado, Eduardo esteve sob responsabilidade do delegado Fleury e de sua equipe, composta por membros do famigerado Esquadrão da Morte. Era um elemento procurado e bastante

---

<sup>109</sup> Organização política de âmbito nacional, liderada PCB e fundada oficialmente em 1935, tornando-se uma ampla frente da qual participaram socialistas, comunistas, católicos e democratas.

conhecido pelos órgãos de segurança, integrava a ALN, mas militou em outras organizações clandestinas, participando de várias ações armadas e de dois sequestros de diplomatas. Sobre as ações de “expropriações”<sup>110</sup> que participou, em um documento do DOPS<sup>111</sup>, constam as seguintes: “Perua Heliogás, outubro de 1969; I.N.P.S., 1969; bancos Itaú, América e Francês, sem data; Cia. Sousa Cruz, sem data; Bradesco, 23 de julho de 1969; Banco do Brasil, sem data; banco Itaú e América, março de 1970”. Este documento está intitulado como “Ações realizadas pela Frente”, o que nos leva a crer que a “Frente” citada no documento, teria relação com o movimento Frente Ampla, liderada por Carlos Lacerda em 1966, apoiado por Juscelino Kubitschek e João Goulart, no intuito de restaurar a democracia no Brasil. Vale ressaltar, ainda, que ao lado do nome de Eduardo está um sinal de “+”, para morto. A sua morte ocorrida em um suposto confronto com a polícia, foi uma farsa edificada para encobrir a sua execução. Eduardo era protagonista nos cartazes de “terroristas procurados”.

No periódico *Folha de S. Paulo* (1970, p.5), a efeméride se intitula: “Terrorista ‘Bacuri’ morto em tiroteio”, e discorre da seguinte maneira:

A diretoria do Departamento Regional de Polícia São Paulo Exterior-DEREX, através da Delegacia de Ordem Política e Social, expediu ontem pela manhã o seguinte comunicado: As forças responsáveis pela segurança interna de São Paulo, possivelmente valendo-se de informações colhidas em documentação apreendida em poder de Yoshitane Fujimore, lugar-tenente do ex-capitão Carlos Lamarca, empreendeu diligências em São Sebastião, conseguindo localizar o terrorista Eduardo Leite, vulgo ‘Bacuri’, que lograra evadir-se quando da prisão do líder terrorista Joaquim Câmara Ferreira, ocorrida em outubro passado. Pouco antes de se estabelecer o cerco, Eduardo Leite evadiu-se do refúgio fazendo uso de uma Kombi de chapa S-12-53-31, e seguiu pela estrada do litoral em direção a Santos. Perseguido, foi alcançado próximo a divisa de São Sebastião. Vendo-se acuado ofereceu tenaz resistência a tiros, tombando morto após cerrado tiroteio. Em poder de Eduardo foi apreendido um revólver calibre 38 e farta munição.

No comunicado acima, Eduardo teria fugido quando foi levado para o reconhecimento de Joaquim Câmara, que fora preso em outubro de 1970, portanto ele estaria foragido por um mês, desde este evento. Conforme o trecho abaixo, sob o subtítulo “Quem era”, conclama:

<sup>110</sup> Como eram chamadas as ações de roubo pelas organizações clandestinas; ações para a manutenção da luta armada.

<sup>111</sup> BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001037.

Bacuri tinha como companheiro Devanir José de Carvalho ('Henrique'), que aparece como um dos principais líderes do terror, ao lado de Carlos Lamarca. Após ser preso no Rio de Janeiro, 'Bacuri' foi levado a identificar Joaquim Câmara, o 'Toledo', da ALN, em São Paulo, ocasião em que logrou fugir, permanecendo escondido até outubro. (*FOLHA DE S. PAULO*, 1970, p.5).

A versão da morte de Eduardo foi totalmente construída, sendo impossível de admitir que, informações teriam levado a sua localização, resultando em sua morte. O texto da efeméride acima faz parecer que o ocorrido foi movido pela ocasião. Ora, pensemos direito: primeiramente um elemento procurado de alta periculosidade, como Eduardo, não teria condições de evadir-se tão facilmente da guarda dos agentes, estes por sorte, querem parecer ingênuos; depois, os agentes e policias não o levariam para um encontro havendo uma possibilidade de fuga, já que era quisto como tão perigoso. Os testemunhos derrubam a versão oficial, pois no mês de outubro daquele ano, "Vinícius Caldeira Brant avisou ao delegado Josecyr Cuoco, do mesmo Deops/SP, que nada menos do que 50 presos políticos eram testemunhas da presença do 'fugitivo' *Bacuri* na cela F-1 do 'fundão', uma das solitárias da delegacia". (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008. P. 117), ocasião em que Brant e Viriato Xavier escutaram o comunicado sobre a fuga de "Bacuri".

Outro ponto é a constante utilização do codinome, na verdade apelido, de Eduardo. O título da efeméride na *Folha*, utiliza o "Bacuri", em vez do seu nome próprio. Será que ele era conhecido assim pela população, ou reside aí a intimidade de uma longa convivência, forçada, com a repressão? Este pode ser mais um indício quanto ao tempo em que Eduardo esteve nas mãos dos seus algozes e das sevícias a que foi submetido, destituindo o princípio de que era preciso interrogar com maior rigor o preso, para que este entregasse as informações necessárias à repressão, visto que ser mutilado por meses, só demonstra um certo sadismo em submeter o inimigo à raiva e aos caprichos dos seus detentores. No caso de Eduardo Leite e tantos outros, caberia à justiça julgar, não as mãos do torturador.

O *Diário de Notícias* (1970 p. 9), também divulgou a fuga de Eduardo Leite, a partir da morte de Joaquim Câmara, na efeméride intitulada: "Sepultado 'Toledo', o sucessor de Marighela". Esta trata da sua prisão, que estava sendo mantida em sigilo pelas autoridades e que, ao ser levado para "apontar" Câmara, fugiu ajudado por outros dois elementos, encerrando por dizer que, "Eduardo Leite, o 'Bacuri', é elemento altamente subversivo, tendo as autoridades reunido provas, insofismáveis de sua participação em vários assaltos a bancos e outras atividades terroristas". Além

destes, outros periódicos divulgaram notícias sobre Eduardo Leite, reincidindo com as informações.

Eremias Delizoikov era militante da VPR, encontrava-se na clandestinidade desde 1969, sendo que os órgãos de segurança já o conheciam e sua foto estava estampada nos cartazes de pessoas procuradas pelos órgãos de repressão<sup>112</sup>. A morte de Eremias resultou de um confronto com a polícia após o estouro do “aparelho” em que se encontrava: houve um cerco policial com uma intensa movimentação dos vizinhos, segundo a versão divulgada. No laudo pericial feito a pedido da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, os ferimentos, as condições do corpo e o local indicado da morte não condizem com outro laudo emitido na época, desmoronando a versão oficial apresentada pelos órgãos de segurança. Eremias não consta como desaparecido, porém seu corpo não foi entregue à família, foi-lhes informado que seus restos mortais teriam sido incinerados.

O periódico *Folha de S. Paulo* (1969, p. 5) traz como efeméride: “Ação militar desmantela grupo terrorista”, na qual discorre sobre uma “ação contra o aparelho subversivo no subúrbio de Vila Kosmos, onde foi apreendida grande quantidade de armas, munição, bombas caseiras, documentos falsos e alguns milhões de cruzeiros, segundo nota oficial distribuída”. A divulgação não cita nomes, mas confere com a data e o local do confronto, que resultou em agentes de segurança feridos, um terrorista morto, identificado como Alfredo da Conceição, e outros presos. Para a morte de Eremias, segundo Miranda e Tibúrcio (2008, p. 325-326), “a versão oficial diz que ele reagiu ao cerco montado pelos agentes do DOI/Codi-RJ que tentavam prendê-lo. Foi identificado e enterrado como José Araújo Nóbrega [...]”. Ele morreu na rua Tocopi, na Vila Kosmos, o mesmo local descrito na *Folha*, sendo identificado por outro nome, visto ter apenas um elemento “terrorista” que sucumbiu naquele combate, então por haver a citação de outros nomes, inferimos que se trata dele. Segundo a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (2013, p. 6):

Os órgãos de repressão aparentemente pareciam confusos e não sabiam qual a verdadeira identidade daquele cadáver. No entanto, era pura encenação para, mais uma vez, cometerem um crime de ocultação de cadáver. De fato, as impressões digitais de Eremias Delizoikov já estavam confirmadas pelo datiloscopista da Delegacia de Crimes contra Pessoa de São Paulo, em 11 de dezembro de 1969, conforme comunicado nº 76/69, da Secretaria de Segurança Pública. Ou seja, ao enterrarem aquele cadáver sabiam que era de Eremias Delizoikov.

---

<sup>112</sup> Dossiê Ditadura, 2009.

O militante da ALN, Hiroaki Torigoe, figurava nos cartazes de procurados desde setembro de 1971. Segundo os relatos de vários presos que se encontravam no DOI-Codi de São Paulo, ele foi arrastado pelo pátio interno daquele órgão, sangrando abundantemente em direção às câmaras de tortura<sup>113</sup>. *A Folha de S. Paulo* (1972 p. 4), traz a seguinte notícia sobre Hiroaki:

Hiroaki Torigoi, terrorista membro do MOLIPO- Movimento de Libertação Popular, ala dissidente da Aliança Libertadora Nacional, morreu ontem depois de um tiroteio com agentes dos órgãos de segurança de São Paulo, que atingiu também um dos policiais e um pedestre, no bairro Santa Cecília. Constantemente procurado, Torigoi, que figurava nos cartazes dos elementos buscados pela Polícia, reagiu à voz de prisão disparando suas armas. Depois do tiroteio, o terrorista, que usava o nome falso de Massahiro Nakamura, ficou ferido gravemente, vindo a falecer quando era conduzido para o pronto socorro.

Outra vez a “Aliança” em vez da “Ação” Libertadora Nacional. O detalhe desta efeméride, é que ela define o dia 20 de janeiro de 1972 para a morte de Hiroaki. Contudo, segundo Miranda e Tibúrcio (2009, p.202), “no dia 6 de janeiro, o jornal *O Estado de S. Paulo* anunciou a morte do militante com o nome verdadeiro”, portanto se divulga duas vezes a sua morte com datas diversas. Igualmente, como era de praxe nas notícias sobre confrontos de “terroristas” com agentes de segurança, segue a lista detalhada das ações terroristas praticadas por ele, sua ficha policial e o nome de seus progenitores. A confusão reincide, a *Folha* discorre ainda, sobre como chegaram até Hiroaki:

As primeiras investigações dos órgãos de segurança nesta Capital, partiram de uma relação de placas roubadas. No dia 5 de janeiro, foi localizado o Volkswagen de chapa AT-4407, estacionado numa rua do bairro Santa Cecília. Os policiais ficaram vigiando o carro durante várias horas, até que dele se aproximou uma pessoa de origem japonesa. Tentou colocá-lo em movimento e foi impedido pelos agentes da lei. Nessa ocasião o nissei puxou sua arma, reagindo a bala. (*FOLHA DE S. PAULO*, 1972, p.2).

Outra informação um tanto confusa: se ele fora interceptado já no dia 5 de janeiro daquele ano e reagido atirando com sua arma contra os agentes, como ele teria saído desta situação, para depois no dia 20 de janeiro de 1972, novamente travar intenso “tiroteio” com as forças de segurança, e ainda, no mesmo local, no bairro

---

<sup>113</sup> Dos Filhos deste Solo, 2008.

Santa Cecília? Isto demonstra que houve uma troca de datas e que Hiroaki ficou em poder da repressão durante, pelo menos, quinze dias.

A versão oficial para as mortes de Lauriberto José Reyes e Alexandre José Voeroes foi a de “tiroteio”. Os órgãos de segurança a partir de investigações tomaram conhecimento de um encontro entre eles e com isso, montaram um aparato de vigilância para prendê-los. Segundo a versão oficial publicada na *Folha de S. Paulo*, cuja efeméride se intitula: “Dois terroristas feridos em tiroteio”. A narrativa é semelhante aos casos anteriores em discussão, conservando o padrão já conhecido. Segundo a versão:

Dois terroristas, um dos quais natural do Chile, ao dispararem metralhadora e revolver contra agentes dos órgãos de repressão, acabaram por atingir e matar o sr. Napoleão Felipe Biscaldi, de 61 anos de idade, no cerco realizado domingo na rua Serra de Botucatu, bairro do Tatumpé. [...] Durante o tiroteio, os terroristas feriram um agente e mataram o sr. Napoleão Felipe Biscaldi, filho de Luiz e Josefa Biscaldi, que era casado e aposentado pela prefeitura da capital, residente na rua Serra de Botucati, número 849. (*FOLHA DE S. PAULO*, 1972, p. 6).

No “tiroteio” o padrão é: uma, ou mais vítimas civis, um, ou mais agentes feridos, o que torna a adesão à mentira organizada<sup>114</sup> mais eficiente. Produzir vítimas civis atinge o emocional do leitor, aproxima o âmbito público do privado, pois qualquer indivíduo passando na rua pode ser uma vítima e isso reduz a distância entre o conflito e o espectador. Para o caso das “vítimas”, Miranda e Tibúrcio (2008, p. 214) apresentam uma outra versão, embasadas em narrativas de pessoas que presenciaram o confronto:

A rua e as proximidades estavam cercadas de policiais. ‘Tinha até metralhadora em tripé’. Os policiais gritavam que o rapaz que mancava ‘era um terrorista’. [...] ‘Toda aquela redondeza estava cheia de policiais bem armados. Era um cerco, parecia uma guerra. Todo mundo soube que Napoleão fora morto pela polícia. Mas era um tempo em que todo mundo tinha medo de falar’.

Segundo os relatos, o local do confronto se apresentava como uma “cena de guerra”, portanto o “tiroteio” não foi resultado de uma mera vigilância, os agentes foram para a rua imbuídos em eliminar os “terroristas”. Se os órgãos de segurança obtinham informações dos interrogatórios e de uma “certa vigilância”, vamos

---

<sup>114</sup> Hannah Arendt, 2013.

considerar que provinha mais dos interrogatórios, saberiam de antemão que não se tratavam de um grupo munido de armamento pesado, visto que já haviam empreendido outras emboscadas desta natureza. Os agentes de segurança ou policiais montaram um aparato para abater estes elementos, descartando a hipótese de que, vivos e interrogados, eles poderiam acrescentar novas informações. Quem sabe, não nos esqueçamos que os grupos de esquerda armados em 1972, estavam sendo desmantelados rapidamente e, informações sobre a rede de militantes, suas ações, os pontos, aparelhos, entre outras coisas, já se estruturaram de uma certa maneira, mas ainda havia nomes muito procurados.

Joaquim Alencar de Seixas, preso no dia 16 de abril de 1971 e Dimas Antônio Casemiro, preso no dia 17 de abril de 1971, eram procurados pelo assassinato do industrial Henning Albert Boilesen, da Companhia Ultragás. Ambos foram protagonistas da versão “tiroteio”, mesmo antes de estarem, de fato, mortos. Em 17 de abril de 1971, a *Folha de S. Paulo* (1971, p. 1) divulgou uma notícia sobre Joaquim, intitulada: “Morre em tiroteio um dos terroristas que matou Boilesen”:

Menos de 24 horas após o assassinato do industrial Henning Albert Boilesen, os agentes dos órgãos responsáveis pela segurança interna, valendo-se de informações prestadas por várias testemunhas que presenciaram o crime, identificaram um dos participantes daquele atentado. Trata-se do terrorista Joaquim Alencar de Seixas, vulgo “Roque”, pertencente à facção do MRT. Na tarde de ontem, ao ver-se cercado pelos agentes da segurança, reagiu violentamente à ordem de prisão, morrendo na troca de tiros. Esse resultado deveu-se à rapidez e eficiência das ações desenvolvidas na busca dos criminosos.

Segundo a efeméride, Joaquim teria sido localizado em uma estrada próximo a Diadema, na parte da tarde, sendo que o seu “aparelho” no bairro do Jabaquara em São Paulo, foi invadido à noite. Nele os agentes encontraram um fardo material “subversivo”, além de dezessete relógios. Estes relógios, ou “joias” conforme a notícia, levaram a outro “aparelho” no Alto do Tremembé, o de Devanir José de Carvalho, onde este “perdeu a vida ao trocar tiros com agentes do DEIC”. (*FOLHA DE S. PAULO*, 1971, p.1). A efeméride não esclarece se Devanir foi morto antes ou depois de Joaquim. Pela leitura da mesma, entende-se que através do material apreendido no “aparelho” Joaquim se chegou ao “aparelho” de Devanir. Se assim procede, este

último, que morreu no dia 7 de abril de 1971<sup>115</sup>, obteve a divulgação de sua morte pela versão oficial de “tiroteio” na mesma notícia relacionada a Joaquim.

A efeméride intitulada: “Morto o chefe dos assassinos do industrial”, refere-se à morte de Dimas Antônio Casemiro, resultante de um “tiroteio”.

Dimas Antonio Casemiro, vulgo “Rei” ou “Celso” que chefiou o grupo de cinco terroristas que assassinou o industrial Henning Albert Boilesen quinta-feira e substituiu Devanir José de Carvalho, na facção Movimento Revolucionário Tiradentes- foi morto, ontem à tarde, pelos órgãos de segurança, que após troca de tiros apreenderam em seu ‘aparelho’ também as armas utilizadas no crime. Os agentes de segurança, levantaram diversas pistas logo após o assassinato de Henning Boilesen, os quais permitiram estourar o ‘aparelho’ de Joaquim Alencar de Seixas e posteriormente o de Dimas Antonio Casemiro. ‘Rei’ ou ‘Celso’, reagiu com violência à ordem de prisão, em seu esconderijo da rua Elisa da Silveira, 27, bairro da Saude para o qual fugira após chefiar o assassinato de Boilesen. Na troca de tiros, Dimas foi abatido. A força de segurança havia-se antecipado na chegada ao ‘aparelho’ de dimas. Quando este se viu cercado, passou a disparar seu revólver, não tendo tempo de usar armas mais pesadas. Existem dúvidas quanto a um possível acompanhante de ‘Rei’ ou ‘Celso’ durante aquelas diligências. (FOLHA DE S. PAULO, 1971, p.1).

Em praticamente todas as versões de “tiroteio”, o elemento procurado reage de forma violenta, e é preciso justificar a violência empreendida contra a violência do inimigo. Em quase todas que se referem a um “estouro de aparelho”, são encontrados armamentos variados, inclusive de alto poder de fogo, além de material “subversivo”, explosivos e material de impressão para produzir panfletos. Segundo Miranda e Tibúrcio (2008, p. 309), “o corpo de Casemiro, ainda de acordo com a própria requisição de exame, só deu entrada no IML, às 14h do dia 19 de abril, tendo sido enterrado às 10h do dia 20”, como indigente. Portanto a notícia sobre sua morte fora antecipada, demonstrando que o seu destino seria a eliminação. Os órgãos de segurança, em suas declarações oficiais, “matavam” o “morto” antes do fato ocorrer. Outro ponto chama a atenção, o de ser enterrado como indigente, uma normativa para ocultar a identidade do morto, quando esta já estaria oficializada pela imprensa.

As versões oficiais de “tiroteio” instituíram-se como uma normativa da repressão para oficializar aqueles indivíduos mortos sob tortura. No final dos anos de 1970 a 1973, elas foram a forma mais difundida para “explicar” a morte daqueles militantes procurados por “terrorismo”. Um número expressivo de “procurados” pelos órgãos de repressão pereceu em confronto com forças de segurança. Cristalizou-se

---

<sup>115</sup> Dos Filhos deste Solo, 2008.

uma imagem de que um “terrorista”, ao ver-se cercado pela polícia ou por agentes de segurança, em um aparato montado para prender um só homem, reagia com uma intensidade grande de violência. Ora, por suposto não era de se admirar que um sujeito que se via em uma situação deste tipo reagisse de forma a resistir, principalmente porque muitos tinham consciência do tipo de interrogatório que os esperava. Se por muito tempo prender “terroristas” determinava-se em obter informações, nesta normativa, o quadro alterava-se. O intuito agora era a eliminação do elemento “terrorista”, pois informações sobre as atividades de militantes da esquerda revolucionária e suas organizações parecia não interessar mais aos órgãos.

Esta normativa em abater o “terrorismo”, eliminá-lo do convívio da sociedade, exortá-lo, para enfim, afirmar frente à população a eficiência dos órgãos de segurança no combate à “subversão”, definiu-se por outras palavras, no êxito dos princípios da “Revolução de 64” sobre o comunismo internacional.

A divulgação das ações terroristas já os condenava frente a opinião pública, abstraindo-os de um julgamento de direito e sentenciando-os à morte, destituindo a defesa nestes casos, por sua ineficácia. Segundo Pereira (2010, p. 55) o regime “não deu proteção aos direitos humanos básicos dos presos nem conteve o excesso de violência das forças de segurança, além de supervalorizar os argumentos do Estado em detrimento do cidadão”. Muitas outras “versões oficiais de tiroteio” oficializaram a morte de elementos procurados, e feitas as pesquisas, encontramos um número grande delas e pode-se dizer que entre 1971 e 1972, quase todos os militantes morreram por “tiroteio” ou “suicidaram-se”.

#### **4.1.1 Suicídios e outras versões oficiais**

As informações alteradas e a omissão da verdade são um entrave que perpetra os crimes praticados pela repressão, muito embora as memórias buscaram desvelar a verdade factual sobre as mortes de militantes “terroristas” pelas “versões oficiais”, as circunstâncias ainda requerem algumas discussões. Assim como a versão “tiroteio”, a versão “suicídio” foi utilizada para oficializar o cadáver resultado da violência dos órgãos de repressão, todavia estas versões se apresentaram em número menor, devido às peculiaridades em torno desta tipologia e da prova para a sua veracidade.

Havia um suicídio, muito comum, chamado de “auto-atropelamento”. Por vezes utilizado e, narrado da seguinte maneira: o elemento “subversivo”, preso e levado a um ponto para reconhecimento de outro elemento, ou a um “ponto” ou “aparelho” de determinado indivíduo, aproveitava-se do descuido dos agentes de polícia que o resguardavam, “atirando-se” embaixo de um carro ou na frente de um veículo em movimento. Exemplo disso, é o caso de Luiz Eduardo da Rocha Merlino, cuja primeira versão apresentada pelos órgãos era a de “suicídio”. Em seguida alterou-se para: “auto-atropelamento”. Merlino, foi “levado para o Rio Grande do Sul para identificar companheiros, ele teria escapado da guarda e se jogado embaixo de um carro, na BR 116, na altura de Jacupiranga (SP)”. (DOSSIÊ DITADURA, 2009, p.259-262). Guido Rocha, preso político à época de Merlino, o viu chegar muito machucado, carregado pelos policiais e com dores fortes nas pernas, foi atendido algumas vezes por um enfermeiro devido a sua condição e acabou sendo levado ao Hospital Geral do Exército, onde veio a falecer. Segundo Miranda e Tibúrcio (2008, p. 603), “no dia 26 de agosto de 1971, *O Estado de S. Paulo* publicou um anúncio fúnebre” convidando os “jornalistas brasileiros e o povo em geral para a missa de trigésimo dia de seu falecimento”.

Nos arquivos do DEOPS<sup>116</sup> encontra-se uma pasta com informações sobre Antônio Benezatto, outro “auto-atropelamento”. Esta pasta, sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, contém inúmeros documentos, desde carteira de identidade, de trabalho, certidão italiana de nascimento, documento de cidadania italiana, documentos falsos utilizados por ele, entre outros<sup>117</sup>. Nesta pasta, também, encontra-se o Laudo de Exame de Corpo Delito, datado de 06 de novembro de 1972, requisitado no dia 30 de outubro de 1972. O laudo descreve o seguinte: “trata-se de elemento terrorista que se atirou sob as rodas de um veículo no dia de ontem”. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000233, 1972, p. 76), portanto dia 29 de outubro de 1972. Assinado pelos médicos Orlando J. E. Brandão e Isaac Abranovich, determinando que Antônio fora atropelado quando fugia dos órgãos de segurança. O documento conclui que: “o examinado faleceu em virtude de choque traumático por politraumatismo”. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000233, 1972, p. 77). Para o quarto quesito do laudo, referente à tortura, foi respondido um “não”. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000233, 1972, p. 77). A informação no álbum 3-A, com fichas e fotografias de “Terroristas e

---

<sup>116</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>117</sup> BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000233, 1972.

Subversivos”, registra no dia 29 de novembro de 1972, que Benetazzo “faleceu quando resistia à prisão [...]”. (BR\_SPAPESPO\_DEOPSOS000343, 1973, p. 20). Na Requisição de Exame, diz ter falecido às 15 horas do dia 30 de outubro de 1971 à rua João Boemer, número 100 no bairro do “Braz”, e no item “natureza da ocorrência”, está assinalado a opção: “suicídio”. (BR\_SPAPESP\_DEOPSOS00233, 1972, p. 75-77).

O *Jornal do Brasil* (1972, p. 22), publicou a notícia sobre a morte de Benetazzo. A efeméride intitula-se: “Terrorista preso morre atropelado em São Paulo quando tentava fugir”.

Os órgãos de segurança informaram que o terrorista Antônio Benetazzo morreu atropelado anteontem, na Rua João Boemer, no Brás, quando tentava fugir. O terrorista tinha sido detido no sábado quando agentes localizavam um *aparelho* do Movimento Libertador Popular (MOLIPO), e foi levado ao Brás para se encontrar com outro companheiro da organização. Mesmo vigiado, escapou, mas quando corria pela rua foi atropelado por um caminhão Scania Vabis e morreu logo.

No requerimento do exame consta suicídio e no laudo diz que se atirou na frente de um caminhão. Enfim, a versão de suicídio não confere com as efemérides nos periódicos, visto isso, tanto uma versão quanto a outra aparentemente somem com as marcas prováveis da tortura apresentadas pelo corpo, pois em um atropelamento este pode ser bastante danificado, sendo estas versões eficazes no que confere às acusações de maus tratos. Somente o legista, ou legistas, poderia acusar a farsa não corroborando com os órgãos de segurança e emitindo um laudo condizente com a realidade das condições do corpo em questão.

A efeméride intitulada “Chefe terrorista morre atropelado”, da *Folha de S. Paulo* (1972, p. 6), divulga o seguinte sobre a morte de Benezatto:

Agentes dos órgãos de segurança, após localizarem um ‘aparelho’ do MOLIPO- ‘Movimento de Libertação Popular’, prenderam no ultimo sabado o terrorista Antonio Benetazzo. Anteontem, Benetazzo foi levado a um ponto de encontro com outro membro da organização, na rua João Boemer, no Brás, por volta das 15 horas. Mesmo vigiado pelos agentes de segurança, ele tentou fugir atravessando a rua à frente de um caminhão Scania Vabis, que o atingiu em cheio e matou, junto a um ponto de ônibus onde grande número de populares testemunharam o fato.

O periódico reproduz a sua fotografia, devidamente identificada, e discorre sobre o material apreendido e as ações terroristas de sua autoria. Ao lado da imagem

de Benetazzo, está a de Maria Aparecida Antunes Horta, procedente de uma carteira de identidade falsa encontrada em seu bolso, quando foi preso. Segundo o impresso:

Nos dois dias em que estive preso, Antonio Benetazzo forneceu o endereço de um 'simpatizante' do MOLIPO, no bairro de Vila Carrão. Os agentes para lá enviados esperaram até a noite de segunda-feira, quando entraram na residência dois suspeitos. A casa, todavia, era habitada por mulheres e crianças, o que fez os policiais se retirarem da ação. Somente quando os dois homens deixaram a casa, por volta das 20 horas, os agentes puderam agir. Ambos demonstraram já esperar a ação policial e, correndo, enfrentaram os policiais a tiros de metralhadora. No intenso tiroteio que se seguiu, foi morto o terrorista João Carlos Cavalcanti Reis, vulgo 'Marcos'. (*FOLHA DE S. PAULO*, 1972, p. 6).

Portanto, evidencia-se na efeméride sobre Benetazzo, um caso de “tiroteio”, o de João Carlos Cavalcante Reis, outra farsa para encobrir a morte de um militante. Retornando à “versão oficial” sobre Benetazzo, ela foi contestada por familiares e amigos, cujo levantamento dos fatos constatou “a inexistência de qualquer acidente no dia, hora e lugar supostos”. (DOSSIÊ, 2009, p.384-386). Na efeméride da *Folha*, no primeiro trecho reproduzido, percebe-se uma certa imprecisão relativa às datas do óbito, pois naquele ano, o dia 28 de outubro caiu em um sábado e no relatório do II Exército<sup>118</sup>, sua prisão teria ocorrido no dia 27 de outubro de 1972, portanto uma sexta-feira. Além disso, o laudo supracitado cita que a morte ocorrera no dia anterior a 30 de outubro de 1972, portanto dia 29, comprovando certa confusão com as datas, uma possível falha de comunicação, um erro que comprova que a versão foi edificada pelas autoridades, resultando na imprecisão sobre a data e circunstâncias da morte de Benetazzo.

Outro caso de suicídio divulgado por periódicos, foi o de Alexandre Vanucchi Leme. A *Folha de S. Paulo* (1973, p. 4), divulgou uma notícia intitulada: “Terrorista morre atropelado no Brás”, segundo o jornal:

Ao tentar fugir quando era conduzido por agentes da segurança para encontro com um companheiro, o terrorista da Aliança Libertadora Nacional Alexandre Vanucchi Leme, vulgo 'Minhoca', morreu atropelado por um caminhão no cruzamento da rua Bresser com a av. Celso Garcia. O fato ocorreu sábado e somente ontem foi liberado pelas autoridades, uma vez que anteriores informações de Alexandre possibilitaram ainda as prisões, nestes últimos dias, dos seguintes estudantes e integrantes da ALN, todos atuantes na Universidade de São Paulo: Arlete Lopes Diogo, do 4º ano de Ciências Sociais; Katie Mellers Megre, terceiro ano de História; Adriano Diogo, vulgo 'MUG', cursando o quarto ano de geologia; e Concepcion Martin Peres, do terceiro ano de História da USP.

<sup>118</sup> BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000201, 1972.

Novamente o equívoco com a “Aliança” em vez da correta Ação Libertadora Nacional. Desta vez o periódico apresenta três testemunhas para o atropelamento, a empregada de uma casa de lanches na av. Celso Garcia, o empregado de uma confeitaria na mesma rua e um engraxate, além é claro, do próprio motorista do caminhão que atropelou Alexandre. Ao apresentar várias testemunhas, os órgãos de segurança não deixam dúvidas à população de que o fato realmente ocorreu. A primeira testemunha afirma que viu um caminhão Mercedes Benz atropelar um indivíduo que, levantou-se logo após, deu alguns passos e caiu em cima da caixa de um engraxate, sendo que seis homens o recolheram do passeio público. Já a segunda testemunha afirmou que assistira a ocorrência, tendo conversado com o “terrorista”, por volta das 11 horas. Segundo ele: “esse moço que morreu atropelado entrou na parte do bar e pediu uma cerveja. Pagou e ticou na porta da confeitaria, olhou para os lados e saiu em desabada carreira quando foi atingido em cheio pelo caminhão”. (FOLHA DE S. PAULO, 1973, p.4). A última testemunha, o engraxate, diz ter ouvido o barulho do impacto do caminhão com o corpo, afirmando que demorou um pouco para verificar, quando um corpo de homem caiu sobre ele<sup>119</sup>.

É pouco provável que Alexandre tenha tido tempo após a fuga, em parar em uma confeitaria e tomar uma cerveja, a menos que estivesse sob um disfarce no aguardo dos companheiros, ou companheiro como afirma a notícia. Porém, esta determina que ao ser levado ao encontro com o tal companheiro, ele teria empreendido uma fuga alguns instantes depois, quando levado ao local. Isto demonstra uma preocupação dos órgãos em acrescentar testemunhos para a veracidade da versão, afinal quem iria pensar que uma testemunha mentiria em uma situação destas, ainda mais sendo um trabalhador como muitos. A efeméride discorre, ainda, sobre as ações terroristas de Alexandre, dentre elas o assassinato do comerciante português, Manuel Henrique de Oliveira, um dos donos do restaurante Varela.

Como Antônio Benetazzo, Alexandre obteve duas versões para a sua morte, o “suicídio” e o “atropelamento”. Para o pai de Alexandre, o delegado Sérgio Paranhos Fleury sustentou a versão do atropelamento, negando-se a dar o atestado de óbito e afirmando que o militante havia sido enterrado como indigente, indicando que este

---

<sup>119</sup> Folha de S. Paulo, 1973.

estava à margem da sociedade, ou ainda, para dificultar a busca por fatos reais. O delegado Edsel Magnotti, afirmou ao pai que seu filho tinha se suicidado com uma lâmina de barbear na prisão<sup>120</sup>. A falta de comunicação entre os dois delegados é evidente, porém o que não confere é qual o motivo em enterrar Alexandre como indigente e negar à família o corpo dias após a ocorrência, se nos jornais a versão do atropelamento já oficializara a sua morte. Estariam com receio que a família abriria o caixão e verificaria a farsa? Seria uma possibilidade, pois as versões oficiais estavam sendo por demais requisitadas, afinal os “terroristas” pereciam em confrontos caracterizados da mesma forma, com alto poder de fogo, extensas fichas de ações “subversivas”, farto material bélico e “subversivo”, entre outras coisas mais.

As versões oficiais de “suicídio” contabilizam um número maior de casos em relação aos elencados acima. Como muitos casos de suicídios ocorreram dentro das dependências policiais ou carcerárias, em sua maioria não foram noticiadas pelos periódicos citados, ou não foram encontradas, visto que o intuito aqui, não é analisar os casos em suas particularidades e, sim, de como eram divulgadas as versões oficiais nos periódicos da época. O número de “suicídios” de militantes de organizações de esquerda é maior no final dos anos 1960. No início dos 1970, esta modalidade de versão decaiu, dando vazio às versões de “tiroteios”.

#### 4.2 Um balanço sobre as versões de “tiroteios” e “suicídios”

Os confrontos em locais públicos entre “terroristas” e agentes de segurança, lançaram a insegurança no âmbito público, em que as “sensações de medo e de paralisia atingiram a população em geral, através dos canais condutores de uma *violência irradiada*, o que facilitou a manutenção do *status quo*” (PADRÓS, 2014, p.13-36). Os periódicos noticiaram estes confrontos muitas vezes antes ou após a ocorrência dos óbitos dos militantes procurados, no intuito de oficializar as mortes, em sua maioria, decorridas de tortura violenta. Durante um determinado período, as versões de “tiroteio” ou de “suicídio”, foram bastante requisitadas sem grandes pudores pela repressão, aproveitando-se do estigma criminoso do elemento “terrorista e procurado”, o que destituía maiores conjecturas sobre os métodos, nada ortodoxos, empreendidos contra o inimigo.

---

<sup>120</sup> Dos Filhos deste Solo, 2008.

A rede formada por agentes da segurança, médicos legistas e outros envolvidos, consolidaram as fraudes relativas às versões de “tiroteio” e “suicídio”, tecendo informações obtusas na trajetória dos militantes das organizações de esquerda clandestinas. Diante do laudo que oficializou o óbito desta forma, as condições em refutar as versões oficiais atribuídas aos militantes e o levantamento de provas, naquele momento, delegou aos familiares das vítimas buscar informações sobre a veracidade dos fatos que ocorreram, e de como ocorreram. Através de testemunhos, de visitas aos locais determinados dos confrontos, entrevistas com pessoas que presenciaram os acontecimentos durante o período, estes puderam reconstruir os eventos relacionados à trajetória dos “suicidas” e dos mortos em “tiroteio”, o que os levou a concluir a falsidade das versões oficiais.

Os “tiroteios” com forças de segurança, assim como os “suicídios”, oficializaram não somente as mortes, mas solucionaram um problema: a posse de um corpo marcado pela violência, de uma evidência. Envoltas por informações e desinformação, as versões oficiais perpetraram uma mentira que buscou manter uma imagem positiva da guerra contra o “terrorismo” frente a opinião pública. Para Arendt (2013, p. 287): “as possibilidades de que a verdade fatural sobreviva ao assédio do poder são de fato por demais escassas”.

Na imprensa, as efemérides enfatizavam o perfil criminoso do inimigo, discorrendo sobre as ações de assaltos, sequestros, assassinatos, entre outros, praticadas por ele, além das vítimas civis e de agentes, pessoas que eram atingidas pelo fogo do inimigo durante os confrontos, como mortes desnecessárias. A construção de um perfil marginal para o elemento procurado por “terrorismo”, invadiu o espaço público, propiciando a população conhecer e reconhecer a face do terror. Quando o inimigo era abatido por “tiroteio” ou “suicídio”, instituía-se uma normativa que propiciou a repressão sepultar corpos indesejados a brotar dos seus porões.

A fim de visibilizar as versões oficiais e seus números, apresentamos sete tabelas que resultaram de um levantamento relativo a nomes, organizações clandestinas e versões oficiais, organizadas pelo ano em que as mortes ocorreram. Estas tabelas foram concebidas a partir das informações de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, contidas no livro *“Dos filhos deste solo”*. Abaixo, encontra-se a primeira tabela, referente às versões oficiais do ano de 1969.

Tabela 8- Militantes e versões oficiais no ano de 1969

Nome	Organização	Versão Oficial
Chael Charle Schreier	VAR-Palmares	tiroteio
Eremias Delizoicov	VPR	tiroteio
Fernando Borges de Paula	VAR-Palmares	tiroteio
Hamilton Fernandes Cunha	VPR	tiroteio
João Domingues da Silva	VAR-Palmares	tiroteio
Nelson José de Almeida	ALN	tiroteio
Luiz Fogaça Balboni	ALN	tiroteio
José Wilson Lessa Sabag	ALN	tiroteio
Carlos Marighella	ALN	tiroteio
Carlos Roberto Zanirato	VPR	suicídio
João Lucas Alves	COLINA	suicídio
Severino Viana Colou	COLINA	suicídio

Fonte: Elaborada pela autora com base no livro *“Dos Filhos deste Solo”*

Segundo a Tabela 8, no ano de 1969, podemos averiguar nove versões oficiais de “tiroteio” e três de “suicídio”, totalizando doze versões. Sobre as organizações dos militantes citados nesta tabela, quatro são da ALN, três da VAR-Palmares, três da VPR e dois do COLINA.

Tabela 9- Militantes com versões oficiais no ano de 1970

(continua)

Nome	Organização	Versão Oficial
Avelmar Moreira de Barros	VAR-Palmares	suicídio
Dorival Ferreira	ALN	tiroteio
Eiraldo de Palha Freire	ALN	tiroteio
Eduardo Collen Leite	ALN/REDE	tiroteio

Tabela 9- Militantes com versões oficiais no ano de 1970

(conclusão)

Nome	Organização	Versão Oficial
Noberto Nehring	ALN	suicídio
Roberto Macarini	VPR	suicídio
Edson Neves Quaresma	VPR	tiroteio
Yoshitane Fugimori	VPR	tiroteio
Celso Gilberto de Oliveira	VPR	tiroteio
José Roberto Spiegner	MR-8	tiroteio
José Idésio Brianeze	ALN	tiroteio
Joelson Crispim	VPR	tiroteio
José Maria Ferreira de Araújo	VPR	tiroteio
Joaquim Câmara Ferreira	ALN	ataque cardíaco

Fonte: Elaborado pela autora com base no livro “*Dos Filhos deste Solo*”

A tabela 9 registra as versões oficiais ocorridas no ano de 1970, contabilizando dez “tiroteios”, três “suicídios” e uma morte “natural”<sup>121</sup>, somando um total de catorze versões. As organizações relacionadas aos nomes nas tabelas são seis elementos da VPR, seis da ALN, um da VAR-Palmares e um do MR-8.

Tabela 10 - Militantes e versões oficiais no ano de 1971

(continua)

Nome	Organização	Versão Oficial
Antônio Sérgio de Matos	ALN	tiroteio
Eduardo Antônio da Fonseca	ALN	tiroteio
Manuel José Mendes Nunes de Abreu	ALN	tiroteio
José Milton Barbosa	ALN	tiroteio
Dênis Casemiro	VPR	tiroteio

<sup>121</sup> Joaquim Câmara morreu em decorrência da tortura, sendo que, a sua morte foi atribuída a um ataque cardíaco pelos agentes de segurança.

Tabela 10 - Militantes e versões oficiais no ano de 1971

(conclusão)

Nome	Organização	Versão Oficial
José Raimundo da Costa	VPR	tiroteio
Devanir José de Carvalho	MRT	tiroteio
Dimas Antônio Casemiro	MRT	tiroteio
Iara Iavelberg	MR-8	tiroteio
Otoniel Campos Barreto	MR-8	tiroteio
Luiz Antônio Santa Bárbara	MR-8	tiroteio
Raimundo Gonçalves de Figueiredo	VAR-Palmares	tiroteio
Luiz Eduardo da Rocha Merlino	POC	tiroteio
Carlos Eduardo Pires Fleury	MOLIPO	tiroteio
Francisco José de Oliveira	MOLIPO	tiroteio
Flávio Carvalho Molina	MOLIPO	tiroteio
Joaquim Alencar de Seixas	MRT	tiroteio
Gerson Theodoro de Oliveira	VPR	tiroteio
Maurício Guilherme da Silveira	VPR	tiroteio
Mário de Souza Prata	MR-8	tiroteio
Marilena Villas-Boas Pinto	ALN/MR-8	tiroteio
Aderval Alves Coqueiro	MRT	tiroteio
José Gomes Teixeira	MR-8	suicídio

Fonte: Elaborado pela autora com base no livro *“Dos Filhos deste Solo”*

Na tabela 10, de 1971, as versões oficiais somam vinte e duas mortes por “tiroteio” e uma por “suicídio”, totalizando vinte e três versões. As organizações referentes são: seis do MR-8, quatro da ALN, quatro da VPR, quatro do MRT, três do MOLIPO, e um da VAR-Palmares.

Tabela 11 - Militantes e versões oficiais no ano de 1972

(continua)

Nome	Organização	Versão Oficial
Alex de Paula Xavier Pereira	ALN	tirroteio
Gelson Reicher	ALN	tirroteio
Antônio Carlos Nogueira Cabral	ALN	tirroteio
Ana Maria Nacinovic Correia	ALN	tirroteio
Iuri Xavier Pereira	ALN	tirroteio
Marcos Nonato da Fonseca	ALN	tirroteio
José Júlio de Araújo	ALN	tirroteio
Valdir Salles Sabóia	PCBR	tirroteio
Ruy Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter	PORT	tirroteio
Ruy Carlos Vieira Berbert	MOLIPO	suicídio
Hiroaki Torigoe	MOLIPO	tirroteio
Jeová Assis Gomes	MOLIPO	tirroteio
Arno Preiss	MOLIPO	tirroteio
Frederico Eduardo Mayr	MOLIPO	tirroteio
Lauriberto José Reis	MOLIPO	tirroteio
Alexander José Voeroes	MOLIPO	tirroteio
Ismael Silva de Jesus	PCB	suicídio
Lourdes Maria Wanderley Pontes	PCBR	tirroteio
Fernando Augusto V. da Fonseca	PCBR	tirroteio
José Bartolomeu Rodrigues de Souza	PCBR	tirroteio
José Silton Pinheiro	PCBR	tirroteio
Getúlio D'Oliveira Cabral	PCBR	tirroteio
Antônio Marcos Pinto de Oliveira	VPR	tirroteio
Maria Regina Lobo Leite Figueiredo	VPR	tirroteio
Lígia Maria Salgado da Nóbrega	VPR	tirroteio
Wilton Ferreira	VPR	tirroteio
João Carlos Cavalcanti Reis	ALN/MOLIPO	tirroteio
Antônio Benetazzo	MOLIPO	suicídio

Tabela 11 - Militantes e versões oficiais no ano de 1972

(conclusão)

Nome	Organização	Versão Oficial
Gastone Lúcia Carvalho Beltrão	ALN	tiroteio
Hélcio Pereira Fortes	ALN	tiroteio
Aurora Maria Furtado Nascimento	ALN	tiroteio
Carlos Nicolau Danielle	PC do B	tiroteio
Lincoln Cordeiro Oest	PC do B	tiroteio

Fonte: Elaborado pela autora com base no livro *“Dos Filhos deste Solo”*

Na tabela 11, do ano 1972, podemos aferir um vultuoso crescimento de versões oficiais. As versões de “tiroteio” perfazem trinta e uma e as de “suicídio”, perfazem quatro. No caso de Fernando Augusto Valente da Fonseca, ele teria sido levado ao encontro de outros companheiros para que fossem capturados pelos agentes a serviço da repressão; este teria, em um descuido dos agentes, se evadido do local e tomado rumo em direção a um carro estacionado, sendo fuzilado pelos próprios companheiros, que se encontravam dentro do veículo. Diante disso, os agentes revidaram atirando e o confronto se iniciou. A consequência do “tiroteio” foi o incêndio do carro em que se encontravam os outros elementos e a morte de Fernando, abatido pelos próprios companheiros.

Sobre as organizações relacionadas aos nomes na tabela, dez elementos são da ALN, nove do MOLIPO, sete do PCBR, dois do PC do B, um do PORT e outro do PCB, totalizando trinta e quatro versões relacionadas à ocultação das reais circunstâncias da morte destes indivíduos.

Tabela 12 - Militantes e versões oficiais no ano de 1973

(continua)

Nome	Organização	Versão Oficial
Almir Custódio de Lima	PCBR	tiroteio
Antônio Carlos Bicalho Lana	ALN	tiroteio
Sonia M. de Moraes Angel Jones	ALN	tiroteio
Arnaldo Cardoso Rocha	ALN	tiroteio
Francisco Emanuel Penteado	ALN	tiroteio
Francisco Seiko Okama	ALN	tiroteio
Luiz José da Cunha	ALN	tiroteio
Maria Augusta Thomaz	MOLIPO	tiroteio
Márcio Beck Machado	MOLIPO	tiroteio
Alexandre Vanucchi Leme	ALN	suicídio
Manuel Aleixo da Silva	PCR	tiroteio
Eudaldo Gomes da Silva	VPR	tiroteio
Evaldo Luiz Ferreira de Souza	VPR	tiroteio
Jarbas Pereira Marques	MOLIPO	tiroteio
José Manuel da Silva	VPR	tiroteio
Pauline Phillipe Reichstul	VPR	tiroteio
Soledad Barrett Viedma	VPR	tiroteio
Anatália Melo Alves	PCBR	suicídio
Ranúzia Alves Rodrigues	PCBR	tiroteio
Almir Custódio de Lima	PCBR	tiroteio
Ramires Maranhão do Vale	PCBR	tiroteio
Vitorino Alves Martinho	PCBR	tiroteio
José Carlos N. da Mata Machado	AP	tiroteio
Helber José Gomes Goulart	ALN	tiroteio
Emmanuel Bezerra dos Santos	PCR	tiroteio
Manuel Lisboa de Moura	PCR	tiroteio
Miguel Sabat Nuet	desconhecida	suicídio
Ronaldo Mouth Queiróz	ALN	tiroteio

Tabela 12 - Militantes e versões oficiais no ano de 1973

(conclusão)

Nome	Organização	Versão Oficial
Merival Araújo	ALN	tiroteio
Lincoln Bicalho Roque	PC do B	tiroteio
Luiz Guilhardini	PC do B	tiroteio

Fonte: Elaborado pela autora com base no livro *“Dos Filhos deste Solo”*

A tabela 12, refere-se ao ano de 1973, onde podemos aferir vinte e oito versões de “tiroteio” e três de “suicídio”, totalizando trinta e uma versões oficiais. São dez militantes da ALN, cinco da VPR, cinco do PCBR, três do MOLIPO, três do PCR, dois do PC do B, um da AP e outro sem organização definida.

Tabela 13 - Militantes e versões oficiais no ano de 1975

Nome	Organização	Versão Oficial
José Ferreira de Almeida	PCB	suicídio
Pedro Jerônimo de Souza	PCB	suicídio
Vladimir Herzog	PCB	suicídio

Fonte: Elaborado pela autora com base no livro *“Dos Filhos deste Solo”*

Em 1975, na tabela 13, encontramos três militantes com versões oficiais de “suicídio”, estes três eram integrantes do PCB. Não houve versões de “tiroteio” neste ano, nem ocorreram mais versões no ano anterior, segundo o levantamento feito para este trabalho. O ano de 1974, é marcado pelos “desaparecimentos” dos elementos ligados às organizações clandestinas, portando verifica-se uma mudança no padrão, quanto às normativas destinadas a encobrir a eliminação do inimigo “terrorista”.

No ano de 1975, estas três versões são usadas devido à natureza do evento, por uma necessidade em explicar a rapidez com que foram mortos estes três elementos. Herzog apresentou-se ao DOPS para depor, sendo que pouco depois teria cometido suicídio na cela em que se encontrava.

A partir deste levantamento, aferimos um total de dezesseis para o número de versões para “suicídio” e cem versões para “tiroteio, em um período de seis anos. Estes números, vistos de um ângulo geral, podem não ser expressivos, visto o grande número de pessoas atingidas pela repressão, porém são relevantes quando analisados dentro de uma normativa, que se repete por um determinado período, evidenciando uma metodologia. O uso das versões oficiais, desvelam o fato da repressão ainda se utilizar de mecanismos para explicar as mortes dos indivíduos sob a sua guarda e estas ainda determinam a manipulação destes mecanismos no meio social.

#### 4.3 Os cartazes, as efemérides e o “terrorismo”

A fotografia do líder da ALN, Carlos Marighella, está na capa da revista *Veja*, de novembro de 1968, um ano antes de ele ser executado por agentes de segurança. A revista o exibe como um “procurado”, como rotineiramente acontece com os cartazes de “terroristas”. O título exibe parte de um *slogan*: “Procura-se Marighella”, o rodapé da capa complementa: “chefe – comunista - crítico de futebol em Copacabana - fã de cantadores de feira - assaltante de bancos – guerrilheiro - grande apreciador de batidas de limão”. (*VEJA*, 1968). Não é um cartaz afixado em local público, é um cartaz que se carrega consigo, levando-se para o âmbito privado, para a leitura em casa. A invasão deste espaço, educa o cidadão para ser vigilante de homens de hábitos comuns, como consumir batidas de limão e fazer comentários de futebol, mas que pode vir a ser um “terrorista”, assaltante de bancos e assassino. O alerta embutido na mensagem é: o terror está onde menos se espera, pode estar até, dentro dos próprios lares.

O inimigo “terrorista”, o promovedor do caos, pode ser um vizinho, o dono do bar no seu bairro ou o caixa do supermercado que se frequenta. Ao alocar a figura do “guerrilheiro” e “assaltante de bancos”, junto ao convívio do homem comum, diminui-se a distância entre a população e a ameaça que a permeia. Marighella era um inimigo requisitado pela repressão, dos cartazes aos periódicos, assim como outros tantos o foram, ou seriam nos anos posteriores. Sobre a sua imagem nos cartazes, a *Veja* (1969, p. 25) faz a seguinte declaração: “em Minas no salão do DOPS, uma cruz vermelha foi riscada sobre a sua fotografia num cartaz de terroristas procurados com a explicação abaixo: ‘falecido’”.

O inimigo, através da exposição referente às mortes pelos periódicos, foi alocado em um lugar comum. As versões oficiais apresentaram-se como uma prática corriqueira em um determinado período do regime, mais precisamente pelo “terrorismo de Estado (TDE) como sistema específico de poder das ditaduras latino-americanas de Segurança Nacional, no qual a imposição de ações coercivas ou ‘pedagógicas’ do Estado repressivo produziu o medo [...]”. (PADRÓS 2014, p.13). Após o decreto do AI-5, devido ao incômodo em se desfazer dos corpos resultantes do abuso de poder e da autoridade, os órgãos responsáveis encontraram um modo “legal” de justificação. A partir de 1968, podemos aferir um certo número de militantes que acabaram por terem suas mortes oficializadas por “tiroteios”, ou confrontos com agentes de segurança, e por “suicídios”. No limiar dos anos 1970 e depois, em 1971 e 1972, o número tornou-se expressivo, declinando a partir do final de 1973 e 1974, quando foram substituídas. Alguns militantes de organizações clandestinas, por vezes, obtinham duplas versões para a sua morte.

Na esteira da reprodução das versões oficiais pelos periódicos está a propaganda das ações do inimigo. Se há notícias sobre confrontos específicos com elementos “terroristas” no âmbito público, com certeza é preciso fazer a população familiarizar-se com o que é o “terrorismo”. Para melhor colocar esta questão, os periódicos além da divulgação sobre as mortes de militantes das organizações proscritas, também anunciavam as movimentações relacionadas ao “terrorismo”, as medidas para enfrentá-lo e, da mesma forma, sobre a distribuição dos cartazes de “terroristas procurados”, assim como os apelos de adesão destinados à população, entre outras normativas.

O periódico *Folha de S. Paulo* apresenta uma efeméride intitulada: “Todos devem unir-se contra o terror”, onde o vice-almirante Núcleo de Comando da Zona de Defesa, Acyr Dias de Carvalho Rocha chama a população ao colaboracionismo:

Acrescentou que não é fácil dar combate a estes elementos, uma vez que eles agem em pequenos grupos, aparentemente sem vínculo entre si. ‘Em nenhuma hipótese-observou-chegaram a constituir agrupamentos equivalentes a um batalhão. Por isso devido à sua relativa liberdade de ação, é muito importante que a população colabore com as autoridades, em primeiro lugar denunciando os elementos terroristas e, em segundo, não se intimidando com suas atividades. (FOLHA DE S. PAULO, 1969, p.5).

No periódico supracitado, em outra data, 20 de abril de 1971, igualmente a colaboração é relevada, porém o inimigo adquire um *status* maior como oponente,

agora ele só pode ser combatido com armas, segundo o deputado da ARENA, Geraldo Freire profere:

Comentando atos de violência ocorridos no País, e, especialmente, o assassinato do industrial Henning Albert Boillesen, o líder da ARENA na Câmara Federal, deputado Geraldo Freire, afirmou ontem, da tribuna, que 'idéias devem ser combatidas com idéias, mas o terrorismo só poderá ser combatido com armas'. Acrescentou que os autores dos atos terroristas constituem insignificante parcela, contra a qual todos os brasileiros devem mobilizar-se. Ao final do discurso, o presidente da Casa, sr. Pereira Lopes homenageou a memória do industrial. (*FOLHA DE S. PAULO*, 1971, p.1).

No mesmo periódico, com data de 4 de janeiro de 1972, encontramos uma pequena nota, ao pé da página, que presta um agradecimento:

O general Humberto de Souza Melo, comandante do II Exército, dirigiu à redação da *FOLHA DE SÃO PAULO* o telegrama seguinte, por motivo das festividades de fim de ano: 'No momento em que se encerra o ano de 1971, o comandante do II Exército agradece a colaboração da imprensa sob a direção de V. As. Pelo interesse demonstrado na divulgação do nosso noticiário. Aproveito o ensejo para elogiar o elevado espírito profissional do jornalista que representa essa organização junto ao meu comando. (*FOLHA DE S. PAULO*, 1972, p. 4).

As efemérides supracitadas nos dão a noção, quanto à colaboração da população para o combate ao terrorismo, esta última um agradecimento, mas que igualmente exalta uma forma de colaboração, ao periódico e o jornalista, que está sob o comando do general, pelos serviços prestados. A referida nota é pequena, em relação a outros comunicados, diríamos até ser pouco destacada devido ao seu teor, porém demonstra um vínculo entre as versões advindas das Forças Armadas e a divulgação destas, pelos periódicos em questão.

Assim como os cartazes, os periódicos reproduziam as fotografias dos elementos "terroristas", devidamente identificadas com os nomes, codinomes e organizações referentes a eles. Na efeméride, "DOPS e DPF procuram 20 suspeitos de terrorismo em SP", as fotografias de Carlos Lamarca, Darcy Rodrigues, José Ferreira Alves e Carlos Roberto Zanirato, além de uma lista de outros nomes são exibidas pelos periódicos. Interessante salientar, que as quatro reproduções escolhidas para ilustrar a notícia são as mesmas do exemplar 2D, da Coleção D, dos cartazes analisadas no capítulo 3, desta dissertação. A data desta efeméride é de 15

de maio de 1969, portanto isto nos dá uma evidência sobre a data de produção do referido cartaz. Segundo a *Folha de S. Paulo* (1969, p. 1):

O DOPS e o DPF estão procurando vinte pessoas- 19 homens e uma mulher- acusados de assaltos a bancos, atentados a bombas, roubos de armas e dinamites e homicídios, crimes praticados nos últimos meses, em São Paulo. Entre os procurados está o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, acusado de dois delitos: roubo de armas no 4º RI e assassinio de um guarda-civil.

Os periódicos reproduziram os próprios cartazes em suas páginas, noticiando o seu lançamento e descrevendo as suas peculiaridades, reforçando o alerta quanto à necessidade de cooperação da população.

Os apelos publicitários que nos assolam a todo o momento e em todos os lugares penetraram as entranhas do homem moderno, transformando sua subjetividade, promovendo profundas alterações em seu modo de ver, pensar e se comportar no dia-a-dia". (IASBECK, 2002, p. 22).

Ao falarmos sobre propaganda no Brasil durante o governo dos militares, pensamos que estes empenharam-se, através da Assessoria Especial de Relações Públicas, a Aerp, na construção de uma propaganda "otimista" em termos de um Brasil, pode-se dizer, "ideal". Na concepção deste governo, era preciso educar o povo quanto a suas atitudes em relação a este novo conceito de país, para tanto, "utilizaram técnicas modernas, conhecidas a partir dos então recentes avanços dos meios de comunicação de massa no Brasil". (FICO, 1997, p.18). A propaganda da Aerp focalizou em temáticas pedagógicas, filmes, cartazes, entre outras coisas, que evidenciaram uma normatização para a conduta da vida cotidiana do brasileiro, demonstrando que os militares tinham a preocupação de padronizar as atitudes e atividades dos cidadãos, para contar com o apoio da população em geral, concebendo uma imagem menos elitista. Temas relacionados à família, ao amor à pátria, ao caráter nacional, segundo Fico (1997, p.93) temas relacionados às "preocupações cívicas", retirando o aspecto político da propaganda, visto que o intuito seria distanciar-se do tipo de propaganda daquela desenvolvida pelo governo Vargasista, através do Departamento de Imprensa e propaganda, (DIP) e trabalhar uma imagem mais positiva do regime.

Estavam imbuídos, sobretudo no governo Médici, de um desejo aparente sincero de desanuviar o ambiente de radicalização-pretensão carregada de messianismo. Para tanto certamente colaborou a equívoca superestimação que faziam os militares em geral do poderio da luta armada e dos sequestradores. (Ibidem, 1997, p. 92-93).

A Aerp surgiu indiretamente, em 15 de janeiro de 1968, pelo Decreto nº 62.119 que tratava especificamente das reformulações na estrutura da Presidência da República<sup>122</sup>, voltada a um tipo de propaganda cívica. Em um primeiro momento, cogitou-se que esta agência estivesse envolvida, de alguma forma, na concepção ou na produção dos cartazes de “terroristas procurados”.

Porque inferimos desta maneira? A idealização da propaganda da Aerp era a comunicação de massa “que absorvia e recriava padrões de comportamento, crenças, instituições e outros valores espirituais e materiais tidos como conformadores da sociedade”. (Ibidem, 1997, p.100). Porém, ela também sofreu com a imposição e a intromissão dos interesses dos órgãos repressivos:

Mas a Aerp/ARP sempre procurou centralizar a tarefa de divulgação do regime militar, bem como estruturou de maneira a estar presente onde se fazia necessário. O episódio do *slogan* “Brasil ame-o ou deixe-o” exemplifica bem o primeiro aspecto. Esta frase, segundo consta, foi divulgada no Brasil pela Operação Bandeirantes. Para Otávio Costa, o *slogan* inseria-se no contexto de uma “operação psicológica e justamente a Operação Bandeirantes possuía um núcleo de operações psicológicas que, segundo Otávio Costa, ‘invadia a nossa área e ainda lançava mensagens desse tipo’ [...] A mesma Operação Bandeirantes era responsável pela ida de militantes da guerrilha, feitos prisioneiros, à televisão, quando então eram obrigados a dizer que se sentiam arrependidos, ‘farsa grotesca’ que, para Otávio Costa, também se inseria no contexto da ‘guerra psicológica’: ‘e eu ficava com cara de besta na minha areazinha, fazendo meus filmes ingênuos e poéticos e recebendo a conta a pagar’. (Ibidem, 1997, p. 101).

A campanha “Brasil ame-o ou deixe-o” virou adesivo de carro<sup>123</sup>, um mini cartaz que circulou nas diversas vias do país. Se a sua concepção saiu das entranhas da OBAN e “passou” pela agência, segundo Otávio Costa, intuímos que a campanha dos cartazes possa ter tido alguma ligação com ela. Mesmo que as prerrogativas tenham vindas dos órgãos de segurança e, não se configure uma campanha de elevação do espírito cívico, ela pode ter, de certa maneira, “passado” pela Aerp. Já as versões oficiais, teriam saído diretamente da assessoria de relações públicas dos comandos

<sup>122</sup> Reinventando o Otimismo, 1997.

<sup>123</sup> Este slogan estava em forma de adesivo colocado em veículos para circular a mensagem nas vias públicas nos anos 1970. Disponível em: <https://albertovillas.com.br/2014/03/page/3/>. Acesso em 26 fev. 2018.

militares e da polícia civil, em comunhão com determinados jornalistas que respondiam a estes órgãos.

Em uma efeméride na *Folha de S. Paulo* (1972, p.4), o general Humberto de Souza Melo elogia o “elevado espírito profissional” do jornalista que representa o periódico junto ao seu comando. Isto nos esclarece que havia um profissional do jornalismo ligado diretamente aos militares, ou até, para cada força militar envolvida na segurança da nação. Souza Melo agradece ao periódico, além do elogio ao seu jornalista, o que demonstra haver uma relação de parceria entre eles, para as divulgações sobre o inimigo e as versões oficiais. Entreolhando por este prisma, somos conduzidos a inferir que esta agência pode não ter diretamente produzido os cartazes ou as versões oficiais, entretanto pode ter havido alguma interferência, uma mudança de foco propagandístico, induzido pelos militares, pois como já vimos, alguns cartazes foram encontrados em documentos referentes ao SNI, que estava ligado à Presidência da República, assim como a agência supracitada, que nasceu ligada a esta casa.

Posteriormente, encontramos no periódico *Diário de Notícias*<sup>124</sup>, uma nota que define os principais pontos da Guanabara<sup>125</sup> para receberem exemplares de cartazes, advindos do Ministério da Aeronáutica. Muito embora estas estimativas não nos ofereçam diretamente, o nome de quem, ou de qual órgão os produziram, percebemos que possivelmente todos os órgãos estivessem envolvidos, através de suas assessorias de imprensa, com a produção e difusão dos cartazes, visto ser este formato de campanha muito utilizado para o âmbito público, desde antanho até os dias atuais, seja para pessoas procuradas ou desaparecidas.

---

<sup>124</sup> Esta efeméride consta na página 2, do referido periódico, datado de 01 de outubro de 1969.

<sup>125</sup> Atualmente, o Rio de Janeiro.

#### 4.4 Os cartazes e a divulgação midiática nos periódicos

Anteriormente, analisamos os cartazes a partir do *layout* e sob a ótica da sua composição léxica e imagética, muito embora a sua produção esteja relacionada a proposta de delação dos seus protagonistas, buscou-se na imprensa da época uma conexão entre eles e a construção da imagem do inimigo. Os periódicos em questão, propalaram a ideologia do “terrorismo”, divulgando o lançamento e a distribuição das coleções de cartazes, destacando os seus protagonistas.

Sobre a concepção, produção e difusão dos cartazes, portanto, encontramos em uma nota no Diário de Notícias, intitulada: “Nos cartazes, os terroristas”, que vem a responder algumas das indagações sobre estas questões. Segundo ela:

Os pontos de maior movimento receberam, ontem, cartazes do Ministério da Aeronáutica, com fotografias e os nomes reais e ‘frios’ de 38 terroristas procurados pelas autoridades. São cinco cartazes, com as seguintes expressões: “Terroristas procurados. Assaltaram, roubaram, mataram pais de família. A menor suspeita, avise o primeiro policial que encontrar. Ajude-nos a proteger a sua própria vida e a de seus familiares”. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1969, p. 2).

A nota no periódico supracitado, refere-se aos cartazes 1A, 2A, 3A e 4A (figuras 1, 2, 3 e 4), na qual verificamos serem de cinco exemplares o mesmo número de exemplares da coleção A. O ano da efeméride é de 1969, o que define a data mais precisa sobre esta coleção, fato este, inferido anteriormente, através da análise das imagens reproduzidas nos mesmos. O órgão que enviou a remessa de cartazes foi o Ministério da Aeronáutica, muito embora a nota não especifique maiores detalhes sobre isto, o fato de advir deste, demonstra a ligação entre a segurança nacional e a campanha dos cartazes de “procurados e terroristas”.

Os *slogans*, ou “expressões” segundo a nota, apresentam um conteúdo léxico igual aos cartazes da coleção supracitada. Na continuidade da nota, são elencados os pontos, os lugares a que foram destinados, sendo que a afixação destes, deu-se no dia anterior, ou seja, como a data da divulgação dos exemplares é do dia primeiro de outubro, o início da campanha ocorreu no dia 30 de setembro de 1969. Sobre os locais que receberam os cartazes e os seus protagonistas, a nota destaca o seguinte:

Entre os procurados estão o ex-deputado Carlos Marighela e o ex-capitão Carlos Lamarca. Os pontos visados ontem pelas autoridades da Aeronáutica fora a gare da Central do Brasil e os aeroportos do Galeão e Santos Dumont. Segundo os funcionários do Serviço de Relações Públicas, encarregados de colar o material, outros pontos de movimento da Cidade Maravilhosa, receberão hoje os cartazes. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1969, p.2).

Ainda no *Diário de Notícias*, outra efeméride sugere a data da circulação de outra coleção, porém a informação é menos específica que a anterior, mas cruzadas com as informações divulgadas em outros períodos, os indícios nos levaram à coleção B. Segundo este periódico:

DENTRO de alguns dias serão divulgados novos cartazes de terroristas *procurados* por crimes contra a segurança nacional, pois os atuais, colocados nos principais pontos da cidade, têm fotografias de elementos já presos, mortos ou que fugiram para o exterior. Nesta nova série, a maioria das fotos é de elementos da Vanguarda Popular Revolucionária, organização descoberta em janeiro do ano passado, quando alguns de seus elementos foram presos em Itaperica da Serra, pintando um caminhão com a côr verde-oliva do Exército.

O MESMO aconteceu com alguns elementos da Aliança Libertadora Nacional, descoberta em novembro de 1968, com a prisão de João Leonardo da Silva Rocha, depois banido para Cuba. Os que foram denunciados por João Leonardo, e que a Polícia não conseguiu encontrar, também estão nos cartazes atuais. Até agora foram publicados cinco cartazes diferentes, em três tamanhos, cada um com oito fotografias. Nas quarenta fotografias, cinco são repetidas, três são de terroristas mortos, duas de presos e o restante de foragidos, alguns dos quais no exterior. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1970, p.7).

Na coleção B (figuras 6, 7, 8, 9, 10 e 11), foram reunidos seis exemplares de cartazes, quatro por semelhança de *layout*, e outros dois, iguais entre si, porém diferem em formato dos primeiros. Segundo a notícia, há outros modelos destes exemplares que possivelmente fariam parte desta coleção. A partir dos periódicos e das reproduções de cartazes analisadas, somente dois deles são compostos de oito reproduções fotográficas, e, conforme define a efeméride, os outros modelos de tamanhos diferentes exibem quatro, seis ou dez fotografias, por cartaz. Com isso pode ter havido uma generalização em relação à informação, visto ser esta coleção, diferente em *layout* e tamanho.

Uma série de efemérides foram noticiadas na *Folha de S. Paulo*, alertando sobre a existência do “terrorismo”. Estas obtiveram veiculação, inicialmente, no dia 28 de setembro, circulando até o dia 5 de outubro, sendo interrompidas entre os dias 2 e 4 de outubro, quando o periódico não faz menção alguma sobre o assunto. A primeira desta série de notícias, se pronuncia da seguinte maneira: “os órgãos de segurança

distribuíram ontem em São Paulo o seguinte documento, intitulado ‘Terrorismo-ainda existe’”. (*FOLHA DE S. PAULO*, 1971, p.5). Considerando a necessidade de se estar atento, pois apesar de estar “à beira da extinção”, as organizações estariam reformulando as suas ações, sendo que, a consequência desta extinção, não foi somente da eficiência dos órgãos de segurança, e sim “do inestimável apoio e repúdio do povo a esses atos de banditismo”.

Ao longo do texto são enumeradas algumas ações praticadas pelos “terroristas”, apesar de não citar os nomes dos elementos, vislumbra-se um rápido histórico sobre as vítimas que resultaram destas ações, pois “a maioria das vítimas dessas ações são pessoas inocentes, alheias inteiramente aos propósitos da violência”. (*FOLHA DE S. PAULO*, 1971, p. 5). Nos dias posteriores, que dão continuidade à série, aí sim uma listagem de nomes é exibida, complementados com os respectivos históricos, contendo o nome, o codinome, a filiação, as ações e uma situação atualizada destes e que, se estenderá até o seu final da série de notícias, no dia 5 de outubro de 1971.

Além dos nomes e da identificação, a efeméride do dia 29 de setembro, reproduz um cartaz informando que outros já teriam sido espalhados pela cidade, e ao lado da imagem fotográfica, encontram-se quatro elementos devidamente identificados. Esta efeméride se intitula; “Alerta: terrorismo ainda existe”, e o cartaz reproduzido é um exemplar semelhante aos da coleção B, porém com outro tipo de formatação, outro *layout*. Em relação a esta coleção, ao todo, temos cinco exemplares de cartazes com proposição de lançamento. Neste ínterim, o que não confere com os exemplares analisados são as imagens, pois estão em número menor ou maior que as oito definidas pela efeméride anteriormente supracitada.

A efeméride do *Diário de Notícias*, cuja data é de janeiro de 1970, projeta outra informação que nos distancia da *Folha*, cuja data remonta a setembro de 1971. Nos perguntamos se a campanha da coleção B, perdurou um ano e oito meses, o que leva a duas hipóteses: ou esta notícia se refere a outra coleção, não analisada, frente a questão da quantidade de imagens, em que nem todos os exemplares contém oito fotografias, ou a campanha se inicia em 1970, com alguns exemplares e se completa no final de 1972, renovando as reproduções fotográficas de elementos fora de ação e a alteração de alguns dos *slogans*.

Em meio aos periódicos, na *Folha da Tarde*, cuja efeméride intitulada “Quem é quem nos novos cartazes do terror”, do dia 28 de setembro de 1972, verificamos tratar-

se de uma propaganda específica sobre o lançamento da campanha de uma série de cartazes. Além do texto habitual, há cinquenta e duas reproduções fotográficas identificadas com os respectivos nomes, dos elementos procurados por “terrorismo”. Estas imagens ocupam o centro da página, visto que a efeméride é de página inteira. Logo abaixo do título, encontra-se a seguinte informação:

Em amarelo, vermelho e preto, milhares de cartazes serão distribuídos pelo país, nos próximos dias, pelos órgãos de segurança. Trazem as fotos e os nomes dos cinquenta e dois principais terroristas que continuam livres em ação. São homens e mulheres, militantes de organizações que ainda não foram destruídas. (*FOLHA DA TARDE*, 1971, p.14).

A informação segue tratando, sobre onde serão afixados os cartazes, a quantidade de impressos da coleção, os elementos mortos ou presos, cuja imagem ainda consta nos cartazes, quais as organizações atuantes e quais as “quase” extintas, finalizando com a listagem de nomes e os respectivos históricos. Em determinado ponto da notícia, vem o apelo à população: “as autoridades acreditam que a população poderá ajudar bastante, dando informações sobre esconderijos dos terroristas procurados”. (*FOLHA DA TARDE*, 1971, p. 14). Esta anunciava quarenta fotografias e nomes, em cinco cartazes diferentes, ainda não afixados nos pontos, visto que a efeméride se inicia definindo que dentro de alguns dias serão divulgados os novos cartazes.

A revista *Veja*, por sua vez, igualmente divulga uma notícia sobre os novos cartazes em uma efeméride intitulada “A política e a subversão”. Esta trata de outros assuntos relacionados à segurança interna, mas exhibe em tamanho relativamente grande, um exemplar de cartaz, o mesmo exemplar 2B (figura 7), da coleção B. A notícia não se detém em nomes e históricos, entretanto, no decorrer do texto ela acaba por revelar a quantidade relativa da tiragem dos exemplares.

Existem sim, ao que parece, um abismo intransponível entre a realidade anunciada pelos órgãos de segurança e os sonhos políticos de o governo pode agora abdicar de seus instrumentos de combate, que considera eficientes e necessários. Indiferentes aos protestos oposicionistas, reavivados na semana passada, de que o ‘terrorismo há muito deixou de ser um perigo para as instituições vigentes’, como afirmou a VEJA, o deputado Marcos Freire, as autoridades policiais e militares aceleraram nos últimos dias a distribuição nas principais cidades brasileiras de uma série de cartazes contendo cerca de quarenta nomes (foram impressos 120.000 exemplares de cada cartaz) de terroristas procurados. (*VEJA*, 1971, p.21).

Por conseguinte, tomemos a tiragem de 120.000 exemplares, explicitada pela efeméride, multiplicamos por doze cartazes, parte desta coleção, compostos de cinquenta e duas reproduções fotográficas<sup>126</sup>, obteremos então, um total de 1.440.000 exemplares para serem distribuídos pelo país. Inicialmente cogitamos que a quantidade destes cartazes para a difusão da imagem do inimigo, seriam bem inferiores a estes números, todavia, posteriormente, cruzando as informações dadas pela mídia, chegamos a este número, bastante expressivo e, logo percebemos, que a campanha de propaganda contra o “terrorismo” atingiu uma proporção superior à estimada neste estudo. Ela mostrou-se mais abrangente, ultrapassando o eixo Rio-São Paulo e atingindo outras localidades, demonstrando que a repressão, cercou de forma quase que total, os grandes centros populacionais do país, e até em locais no interior do Brasil.

Encontramos um exemplar de cartaz, que aqui não foi relevado em função de nos determos em exemplares que se relacionassem entre si, mas que de uma forma ou de outra faz parte desta metodologia repressiva em relação à caça, captura e eliminação do inimigo. Este exemplar foi distribuído na região do Araguaia, em função do combate à guerrilha lá instalada, é semelhante ao exemplar 1B, contendo quatro imagens fotográficas de dois indivíduos<sup>127</sup>. Em uma cena do filme “Lamarca”, de Sérgio Resende<sup>128</sup>, um agente de segurança em um vilarejo da região do Vale da Ribeira, convoca a população a colaborar no reconhecimento dos ditos “subversivos” através dos cartazes afixados naquela localidade, e a delação é compensada, mediante uma recompensa em dinheiro. Citamos estes exemplos a fim de ilustrar que certos lugares específicos, também se viram invadidos pela metodologia dos cartazes, lembrando que foram locais de interesse pontuais para a repressão, onde se destinaram operações militares de contenção do comunismo.

Retomemos o periódico *Folha de S. Paulo*, cuja série de notícias sobre o “terrorismo” circulou entre 28 de setembro de 1971 e 5 de outubro do mesmo ano, onde inferimos a reprodução das mensagens dos cartazes. Estas destacam nomes de elementos procurados, seguidos pelo histórico de ações referentes a eles. Em

---

<sup>126</sup> Segundo a Folha da Tarde, de 28 de setembro de 1972, na página 14, cada coleção contém 12 cartazes, com 52 fotografias. Documentos Brasil Nunca Mais do Armazém Memória/SP. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM&PagFis=66634>. Acesso em 12 ago. 2017.

<sup>127</sup> Ver em Dossiê Ditadura, 2009.

<sup>128</sup> O filme é baseado no livro “Lamarca- O capitão da guerrilha” de José Emiliano e Miranda Oldack. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wy1g8kRMD5Q>. Acesso em 15 jan. 2018.

função disto, a população, ou seja, o receptor da mensagem, pode absorver o elemento citado como um tipo de criminoso, em especial. São tantos os atos criminosos atribuídos ao inimigo e tão relevadas as vítimas resultantes das suas ações, que possivelmente este receptor não teria dúvidas que estava sob uma ameaça. Muito embora, algumas das vítimas tenham perecido ou sido feridas por armas portadas pela polícia, os periódicos omitiram este fato, sendo propício culpar o indivíduo “terrorista”. Se pensarmos que, as efemérides eram “gerenciadas” pelos órgãos de segurança ou que estas vinham dos comandos das Forças Armadas, não perceberemos o posicionamento do periódico, pois mesmo que este estivesse alinhado às premissas do regime, seus componentes, editores, jornalistas, entre outros, poderiam ter opinião adversa.

#### **4.4.1 Os periódicos: a irradiação do terror**

Os periódicos foram aliados na campanha para a propaganda contra o “terrorismo”, em que os indivíduos procurados pelos órgãos de segurança puderam ser conhecidos através de um conjunto de imagens, de slogans e de ações criminosas. Para a irradiação deste perfil, inúmeros periódicos pelo país, divulgaram em suas efemérides notícias sobre o “terror”, seja através das mortes de elementos “terroristas” e “subversivos” em confrontos, no balanço da situação das organizações clandestinas, ou ainda, sobre as manobras para conter esta ameaça. Não obstante, se esta aliança tenha ocorrido de forma persuasiva, não podemos esquecer que membros de grupos responsáveis pelos meios de comunicação de massa apoiavam o regime. Como esta não é a questão aqui, e sim pensar na forma de divulgação do “terrorismo” através destes meios, não entraremos mais profundamente neste campo. Para iniciar, elencamos a efeméride da revista *Veja* (1969, p. 40), intitulada: “O TERROR SEM SAIDAS”.

Uma pequena bomba explodiu em Brasília. Algumas armas foram roubadas no Paraná. Uma tentativa de extorsão frustrou-se no Rio (o dinheiro seria usado para reorganizar o Partido Comunista Revolucionário, mas o autor da extorsão foi prêso antes de recebê-lo). Mais nada aconteceu no setor terrorista durante a semana passada. Nenhum banco foi assaltado (uma das raras semanas de falha, desde os assaltos de 1967). Nenhum atentado se registrou. Nenhum sequestro. Os terroristas estão realmente no fim, agonizantes, desorganizados? Alguns policiais acreditam que sim. As prisões e a morte de homens importantes, alguns pertencentes às cúpulas do terrorismo, são apontadas como a principal causa da interrupção das ações. Outros policia, porém, pensam que a interrupção tem uma segunda causa, igualmente desfavorável para os terroristas. Acreditam que os terroristas já estão no campo, preparando-se para iniciar a fase das guerrilhas e- segundo os policiais-serem derrotados rapidamente.

Segundo a notícia, alguns elementos de expressão constam em uma lista de cinquenta “terroristas” procurados em todo o país, e que os “departamentos estaduais da Polícia foram novamente alertados e solicitados a colaborar na caçada. Para Lamarca e Marighella, foi renovada a recomendação de que “devem ser capturados vivos ou mortos”. (VEJA, 1969, p.40). No decorrer da efeméride, com o subtítulo de “O suicídio”, os cartazes são citados como uma forma de reconhecimento dos elementos procurados e o apelo às delações. “Mas apesar dos êxitos dessa caçada, de cartazes com fotografias espalhados por todos os Estados (muitas denúncias nasceram dêsses cartazes, que já foram reimpressos), os líderes mais importantes do terrorismo continuam desaparecidos”. (VEJA, 1969, p. 40). Não encontramos nenhum caso de delação, somente a narrativa do restaurante Varela, onde um dos donos teria reconhecido alguns “terroristas” nos cartazes e teria telefonado para a polícia, e agora, a referência desta notícia sobre as denúncias.

É bastante provável que os cartazes, a partir de um reconhecimento específico, possa ter de fato colaborado com a “caça” e captura de elementos “terroristas” e “subversivos”, porém este é um campo com inúmeras dificuldades para a apuração da verdade, visto que muitos delatores não iriam querer se expor por este tipo de colaboração, afinal o medo de alguma forma de represália, como ocorreu com o proprietário do restaurante supracitado, poderia assombrar o delator. As notícias referentes, tanto à delação quanto a represália, estiveram a cargo de informações advindas dos órgãos de segurança e informação. Se estas são provenientes de uma ideologia de otimismo frente a extinção das organizações de esquerda clandestinas, em contrapartida, também puderam restringir o tipo de cooperação.

Em outro subtítulo, na mesma efeméride, intitulado “A prudência”, verificamos como os agentes policiais e militares, articularam-se para manter a existência do inimigo, sugerindo um “possível retorno das ações terroristas”.

Se o terrorismo está no fim, a constância da caçada tranquiliza policiais e militares. Se está passando à guerrilha, policiais e militares já estão preparados. Em São Paulo, tropas do Exército, da Fôrça Pública, homens da Secretaria de Segurança, cobertos por aviões da FAB e navios da Marinha, estarão em exercício até o fim de outubro, numa de suas maiores manobras militares.

O objetivo da manobra: treinamento antiguerrilha, com o apoio da população nas pequenas cidades do interior do litoral paulista. No Rio, o Centro de Instruções Aeroterrestre, do Exército, continua treinando oficiais, sargentos e policiais em seus duríssimos cursos de comando e operações especiais. Nesses cursos, os alunos aprendem a resistir a torturas, a suportar a sede, a combater em qualquer terreno, a manejar qualquer tipo de arma. Os mais recentes matriculados são homens do Grupo de Operações Especiais, GOE, formado de policiais que se destacaram no combate aos bicheiros do Rio (adversários seguramente mais organizados que os terroristas). (VEJA, 1969, p.40).

Em outra edição da revista *Veja*, datada de 22 de outubro de 1969, anterior a supracitada, encontramos uma efeméride, cujo título é: “O TERROR ESTÁ CERCADO”. Esta discorre sobre “estouros de aparelhos”, prisões e mortes, versando sobre como anda o combate à “subversão” e, ainda cita os nomes de Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Carlos Lamarca e Boanerges de Souza Massa, vangloriando-se de que as organizações clandestinas estão com os dias contados.

Em São Paulo e no Rio, policiais e militares acreditam que o terrorismo está com seus dias contados. A diminuição do número de assaltos é interpretada como uma prova de que os grupos ainda não desmantelados estão desfalcados de seus ‘contatos’- pessoas que levam aos executores as ordens dos líderes. Até conseguir novos “contatos”, esses grupos levarão pelo menos dois meses. E nesses dois meses, dizem os policiais e militares, eles estarão derrotados. Poderão ainda realizar algum assalto ou qualquer tipo de atentado (como o inesperado sequestro de um avião para Cuba, dia 8; os autores ainda não foram identificados), mas não conseguirão sobreviver à repressão até o próximo ano. (VEJA, 1969, p.27).

A efeméride supracitada, segue mencionando sobre a situação das organizações clandestinas. Ela menciona alguns elementos envolvidos com o “terrorismo”, expondo a imagem de três indivíduos, Reinaldo José de Melo, José Araújo Nóbrega e Carlos Minc Baumfeld. Ela versa sobre alguns desentendimentos que estariam ocorrendo dentro das organizações proscritas, além de revelar o tipo

vocabulário utilizado pelos militantes. Estas informações seriam fruto dos depoimentos de Melo e Baumfeld e, também, de Antônio Spinoza, todos presos no Rio de Janeiro. Para as autoridades trata-se de um vocabulário peculiar, que associado às declarações e aos inquéritos existentes, já estaria assimilada pelos agentes que combatem o “terrorismo”, pois conforme a notícia “decifrando e interpretando os resultados dessa mistura é que se chega aos subterrâneos do terror”. (VEJA, 1970, p. 23). A efeméride trata, também, das diretrizes implementadas pelos órgãos de segurança em outros estados, como na Bahia, em Goiás e no Rio Grande do Sul.

Com estas três efemérides da revista *Veja* foi possível vislumbrar uma onda de otimismo em relação ao combate do “terrorismo”, entre balanços, prisões, depoimentos e outros fatores os policias e militares acreditavam no desmantelamento das organizações de esquerda, ao qual chamavam de “grupos”. Esta série de notícias demonstra que o período entre 1969 e 1970, pelo ponto de vista da repressão, estava estabilizado, faltando apenas prender alguns procurados para enfim determinar a vitória sobre a “subversão”. Isto nos leva a pensar que, esta onda de otimismo midiático, serviu apenas para suscitar no meio social, a ideia de que por algum tempo a população poderia sentir-se livre das ações destes “criminosos”, como diz uma das efemérides supracitadas:

Para alguns policias e militares, o terrorismo já está totalmente desbaratado. Lamarca, Nóbrega, Câmara, Ferreira, Marise Farhi, Juarez, Fujimori e outros nomes maiores e menores ainda continuam em ação. Mas as forças legais também agem, com métodos cada dia mais aperfeiçoados- e apertam cada vez mais o cêrco. (VEJA,1970, p.25).

Assim, os periódicos obtiveram um papel fundamental na difusão da ideologia do inimigo interno: através das suas efemérides, não somente reproduziram os cartazes e as datas da sua divulgação, como complementaram as informações referentes aos indivíduos procurados. Além disto, reproduziram as fotografias de cada protagonista dos cartazes de forma mais definida, quase que individualmente, conectando-os a outros elementos envolvidos no mesmo contexto, divulgando o perfil do inimigo. Se observarmos mais atentamente, este meio de comunicação impresso possibilitou ao cidadão comum conhecer de perto o elemento “terrorista”. Entre os cartazes e as notícias, ficou estigmatizado como tal, do mesmo modo que atingiu uma

miríade de outras pessoas, posicionadas contra as prerrogativas da ditadura civil-militar de segurança nacional.

Os periódicos, supracitados neste estudo, contribuíram como um fator aglutinador na construção da imagem do inimigo, através das relações de conhecimento e reconhecimento deste, além de estigmatizá-lo como um elemento “terrorista”. Ao longo da análise destas fontes midiáticas, percebemos que as informações destinadas à matéria de publicação, vinham preparadas dos órgãos de informação e segurança. O conteúdo informacional nas efemérides se repete, salvo quando é acrescido ou destituído alguma coisa. O certo é que em seu cerne as notícias são construídas de forma idêntica, portanto ou havia jornalistas específicos a serviço dos órgãos ou os periódicos as recebiam prontas, somente faltando publicar.

Os Livros de Portaria do DEOPS, sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo, revela nomes, datas e horários de entrada e saída de indivíduos deste departamento. Estes livros também, contêm registro de entrada e saída de jornalistas, ou do “repórter, conforme a fonte, nomes como os de José Ramos, Fernando Cavalcanti e Irajá de Souza, Walter Sanches, Francisco Gomes [Valaico?], Milton (sem sobrenome) e João Bussab constam nos livros. Estes jornalistas estiveram no órgão supracitado entre os anos de 1971 e 1974, quase que diariamente, em horários específicos, entrando por volta das 17 horas e saindo lá pelas 19 horas, salvo raras exceções. Isso pode evidenciar que havia jornalistas a serviço dos órgãos, direta ou indiretamente<sup>129</sup>. Irajá de Souza, por exemplo, era funcionário do gabinete do diretor do DOPS, sendo que seu nome aparece no livro como jornalista. Sua entrada e saída naquele órgão se dá entre os anos de 1971 a 1974, assim como Ramos e Cavalcanti. A frequência da entrada e da saída de jornalistas no DEOPS, explicita o envolvimento direto destes com as informações sobre o “terrorismo”, assim como de outras, advindas de órgãos repressores.

Se alguns eram, ou não, funcionários desta instituição, a presença quase que diária destes profissionais da mídia nas suas dependências, durante o período supracitado, evidencia que havia um vínculo entre os órgãos de segurança e os periódicos, entrelaçando informes previamente definidos e aprovados para a divulgação. Se os periódicos em questão, eram ou não favoráveis ao conteúdo destes informes, isso não está em discussão aqui. O fato é demonstrar como as notícias eram

---

<sup>129</sup> No final do Livro de Portaria do ano de 1971, o sr. Irajá de Souza aparece como funcionário do Gabinete do Diretor do DOPS/DEOPS. BR\_SP\_APAESP\_DEOPSLIVROES3003, 1971.

manipuladas de forma a chegarem ao âmbito público sem divergência nas informações, difundindo a ideologia do inimigo em notícias previamente construídas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os “mecanismos visuais e verbais”<sup>130</sup> nos cartazes, são uma forma de propaganda que há muito é utilizada, seja para anunciar bens consumíveis, seja para cooptar a população para campanhas específicas. Ao longo da história, encontramos pelo mundo vários exemplares, deste meio de propaganda, sobre pessoas procuradas, afixados no âmbito público e designados ao conhecimento de algum tipo de inimigo. Do velho oeste estadunidense, aqueles com *slogan* de “*Wanted*”, anunciando pistoleiros procurados, vivos ou mortos, cujas cabeças valiam um punhado de dólares, passando pelo cartaz da ativista norte-americana Angela Yvonne Davis, procurada por assassinato nos anos 1970, até aqueles de “terroristas” sobre o *Arme Fraktion (RAF)*<sup>131</sup>, conhecido como Baader Meinhof, grupo de extrema esquerda que atuou na Alemanha, mais intensamente no ano de 1968, até a metade dos anos 1990, quando o grupo anunciou sua extinção.

A prática em anunciar inimigos procurados foi o ponto inicial desta dissertação, uma vez que, se inseriu nas práticas metodológicas repressivas do regime militar. Elementos padronizados e dispensados das suas particularidades, foram alocados em uma única categoria, a dos inimigos, em que a verdade fatural foi obscurecida por uma “mentira organizada”<sup>132</sup>. Os cartazes de “terroristas procurados” se propuseram a combater o inimigo “terrorista”, concentrando os esforços para atingir esta finalidade em construir uma imagem que fosse visível para o conhecimento da população, o rosto do inimigo interno.

Aqueles indivíduos implicados em crimes de “terrorismo e subversão”, protagonizaram estes cartazes, cuja premissa era o conhecimento, o reconhecimento e a delação. Entretanto, esta normativa serviu a outros propósitos, além da construção da imagem do inimigo interno, que viabilizaram outras formas de repressão, como o alerta, ou aviso, a futuros simpatizantes e aspirantes que se opusessem ao sistema instituído, seja de forma pacífica ou não. Igualmente, pôde oficializar as mortes destes elementos procurados, acuados sob a égide de uma violência extremada, em maior ou menor grau.

---

<sup>130</sup> Terminologia utilizada por Ginzburg, 2014.

<sup>131</sup> Fração do Exército Vermelho.

<sup>132</sup> Hannah Arendt, 2013.

A produção e difusão dos cartazes de terroristas e procurados revelou-se uma prática metodológica disposta a estabelecer maneiras de operar a repressão, a edificação de uma imagem, os discursos padronizados e legitimados de que uma ameaça desestruturaria a nação, envolveu a população pela imposição do medo, o que possibilitou a irradiação e a sustentação de uma imagem do “terrorismo” no âmbito social. Esta imagem foi irradiada, também, pela mídia impressa, que reproduziu em suas efemérides, não somente a imagem do inimigo, como as mortes ocorridas sob “versões oficiais”, que foram propagadas pelos periódicos da época exatamente com a mesma ideologia dos cartazes. As fotografias do inimigo nos cartazes, destitui-o de leituras mais elaboradas, em que uma massa de procurados pode inspirar múltiplos significados sobre a realidade, complementados por *slogans* de alto teor criminoso: a mensagem imbricada, foi elevada a um nível de alerta, de um aviso.

Essas imagens nos cartazes, são reproduções de fotografias advindas dos órgãos de informação e segurança, suas atribuições e a maneira como foram sistematizadas apresentam particularidades que possibilitaram vislumbrar o *modus operandi* da repressão. Um extenso material sobre o inimigo, foi produzido para identificar e esquadrihar as ações deste. Dentre elas, a compilação de álbuns contendo fotografias, fichas de qualificação e históricos relativos a militantes de esquerda, estudantes de universidade, presos políticos no exílio, autópsias e laudos necrológicos, fotografias de documentos de identificação, carteiras de trabalho, documentos falsos, enfim uma variegada informativa que proporcionou à repressão estruturar o inimigo e suas redes clandestinas de organização. A interpretação de uma miríade de variantes pôde estabelecer qual a amplitude das redes repressivas, a partir dos métodos utilizados por ela e do seu enlace com o tecido social.

Este estudo partiu das indagações suscitadas frente a esta variedade de informações e imagens sobre o inimigo interno. A pergunta não calou, quem era afinal o inimigo interno? A pergunta visou não meramente contemplar aquele inimigo que se opunha ao regime militar, mas de que forma se construiu este inimigo, que não se origina em 1964 e vem se edificando desde os primórdios do movimento comunista no Brasil, lá na década de 1920. O modelo conservador brasileiro, impulsionou a contenção desta doutrina, que foi chamada de “comunismo internacional”, demonstrando que o solo brasileiro não seria fértil para esta influência estrangeira, o *stranger*, o *alien*, o que vem de um outro país, o estranho ao meio, cuja hostilidade se envolveu com o medo frente às mudanças que poderiam ocorrer. Não somente um

medo frente às mudanças, mas o medo da nação ser dirigida sem os pilares católicos que sustentavam a nação, posto que, um país embasado na religião não vive sem a presença de Deus, nem na política, nem na sociedade.

Após seis anos de implementação do regime socialista soviético, não cristão, e diante da possibilidade de uma vitória concreta das forças trabalhadoras em meio às agitações operárias e sindicais no Brasil, o Partido Comunista Brasileiro foi fundado. Ele viveu quase toda a sua vida política na clandestinidade, desde a sua criação em 1922 até o início dos meados dos anos 1980<sup>133</sup>, com alguns períodos de legitimidade. O inimigo era basicamente comunista, sendo complementado, ao longo das ditaduras varguista e militar, outros movimentos com inclinações socialistas. Se uma campanha “anticomunista” alargara-se no âmbito público, desde estes tempos, não estaríamos somente diante de um discurso para um alinhamento com um determinado regime, mas de um mecanismo regulador da opinião pública, engendrado muito antes de 1964, que a partir do golpe civil-militar buscou atingir um público receptor com potencial de adesão para legitimar os métodos de operar da repressão, igualmente tornou-se propícia à desestruturação da “segurança” pessoal do cidadão.

Tal como comentado, a concepção e a serventia dos cartazes de “terroristas procurados”, foram inicialmente o conhecimento, o reconhecimento e a delação por parte da população. Embasados nestas prerrogativas, eles foram afixados em locais de grande circulação de pessoas, sendo as reproduções fotográficas de cada elemento procurado pequenas em relação aos *slogans*. Muitas destas reproduções ofereciam uma imagem desatualizada do elemento procurado, outras pouco nítidas, dificultavam a memorização e a possível identificação do elemento. Por isso pensamos que a metodologia dos cartazes não consistia apenas em reconhecer o elemento procurado, mas em institucionalizar a sua existência, tornar a ameaça real. As imagens e os *slogans* proporcionaram esta institucionalização, divulgaram em uma campanha visual esta existência, disseminando a insegurança e o medo entre os cidadãos, além de desestimular mobilizações sociais.

Por mais que o cidadão se detivesse em cada reprodução fotográfica exposta pelos cartazes, em pontos de grande circulação de pessoas, por certo não memorizaria todos aqueles rostos, não em seus pormenores e detalhes. Diante dos

---

<sup>133</sup>Informação disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/partido-comunista-fundado-em-1922-no-pais-fica-clandestino-por-longos-periodos-21087822#ixzz5C00IAV9L>. Acesso em 22 mar. 2018.

rostos em preto e branco, por fim, não se saberia quem é quem, pois todos se assemelhavam. Nítidas ou não, as imagens dos indivíduos protagonistas dos cartazes passaram a ser uma massa imagética, movimentando-se em torno dos *slogans* sobre assassinos, pelo menos no que confere a um reconhecimento devido, para enfim, denunciar.

Desse modo, a despeito de existir adeptos fervorosos da ordem, da moral e dos bons costumes, prontos a agir em nome da nação, durante o desenrolar das pesquisas relacionadas, não vislumbramos uma população fervorosa em delatar indivíduos “terroristas”, apenas narrativas que parecem ter sido manipuladas de forma a apresentar-se favorável à caça destes indivíduos, principalmente naquelas divulgadas pela mídia impressa. O medo, este sim, pode distanciar, levando à indiferença, mesmo que forçada. Como não foram encontradas fontes mais específicas, sobre a delação, inferimos que esta ação se deva apenas, ou em grande maioria, por agentes, à serviço da repressão, infiltrados nas organizações clandestinas. Com isso não há indícios fortes de que a delação tenha tido uma amplitude na efetivação da caça de “terroristas”, salvo o caso do restaurante Varela, que não ficou totalmente comprovado em se tratar de uma delação, especificamente.

Na busca por repostas às hipóteses aqui suscitadas, percebemos entre a miríade de papéis, imagens e prontuários relacionados ao inimigo, uma circulação bastante grande de informações. Pensar em qual orçamento esta circulação foi possível, só vem a reforçar a existência dos muitos colaboradores financeiros, fato este largamente discutido em outros estudos relacionados à ditadura civil-militar. A rede de informações, ou seja, a comunidade de informações, foi composta por vários órgãos imbuídos na repressão ao “comunismo”: no topo da cadeia informativa está o SNI, em que por ventura, encontramos alguns exemplares de cartazes, um órgão que nasceu com a intenção de espionar para fazer um levantamento do perfil opositor do cidadão, suspeito ou não. Este órgão, esteve ligado a outros que se aquilataram pela coleta de informações, através dos interrogatórios, ou de agentes espões. O CIOP, o CENIMAR, o CISA, o CIE, o DOPS, depois DEOPS, todos juntos, e por vezes, competindo entre si, construíram o que ao longo da ditadura repressiva se institucionalizou como o “terrorismo”: o inimigo interno passando a ser nominado assim. Não tínhamos mais opositores do regime, mas sim inimigos que se armavam para derrubar a suposta “democracia”. A partir daí foi preciso apresentar à população

a face deste inimigo e cooptá-la para colaborar, primeiramente, com a sua captura e, posteriormente, com a sua eliminação.

A prova disso são as versões oficiais que, a partir de 1974, perdem espaço nas efemérides dos periódicos e deixam de ser uma constante, como nos anos anteriores, entre 1968 e 1973, quando esta configurou-se em uma normativa de oficialização de mortes ocorridas no interior dos aparatos estatais. Após esse período, esta normativa altera-se e grande parte, diríamos a maioria, dos militantes da esquerda clandestina oficializam-se como “desaparecidos”, uma outra forma eficaz em dissimular a culpabilidade. Não podemos esquecer que a ditadura brasileira buscou manter uma aparência legítima, pois a necessidade de “matar” o oponente em um cenário público, encenando um confronto, fez obscurecer as circunstâncias reais em que pereceram os militantes de esquerda, os “terroristas”, e oportunizou um esclarecimento “legítimo” desta ação frente à nação.

Pensando em legitimidade, o conjunto de cartazes contendo imagens fotográficas do inimigo interno, nos levaram a múltiplas observações. Entre elas, como tratar este tipo de imagem? Não relevamos aqui a imagem em si, mas o conjunto delas, como uma campanha de propaganda do inimigo interno. Diante disso, as dificuldades se fizeram visíveis, primeiro, como identificar cada indivíduo presente nos cartazes, depois como datar os exemplares. A dificuldade se diluiu frente às datas constantes nos documentos analisados e principalmente, através das efemérides nos periódicos que, ao longo da composição da escrita, se mostraram profícuas. A relação entre os cartazes e os periódicos, produção e divulgação, foi estreita, pois estiveram intrinsecamente ligados como irradiadores da imagem do inimigo. Percebemos que sem a constante repetição pelas notícias nos periódicos do termo “terrorismo” e das práticas relativas ao seu combate, ambos não teriam se propagado além da mera exposição em locais públicos, como uma campanha perdida em pontos movimentados por pessoas, sem uma conexão mais forte com a erradicação do comunismo proposto pelos órgãos de segurança e repressão à serviço da ditadura.

Quando chegamos às “versões oficiais”, os periódicos se revelaram em uma íntima ligação, entre a propaganda e a sua exposição pública. Aqui, não foi possível citar todas as notícias que foram divulgadas, referentes aos cartazes ou às versões oficiais, visto a extensão dispensada a esta tarefa. Ao longo deste tempo, foram inúmeras as efemérides que se sobressaíram pela exibição do elemento morto quando estas, mencionavam que este ou aquele “terrorista” constava nos cartazes de

procurados. A partir daí, percebemos o seu papel oficializador, legitimador do “terrorista morto”, através de impressos, jornais ou revistas, que adentrara os lares brasileiros, de forma a conviver diariamente com estes rostos, sem precisar circular por pontos específicos da cidade.

A coleção de cartazes, aparentemente, parecia sem muito valor, em virtude de que, a análise isolada desta fonte não seria de todo enriquecedor, portanto, era preciso validar as relações mais específicas, com o contexto da ditadura civil-militar de segurança nacional. Este fato revelou como as forças de segurança enxergavam o “terrorismo”, como um inimigo não só político, mas também, social. O extenso material sobre o inimigo produzido durante o regime, principalmente os manuais de orientação e instrução para o meio militar, expuseram a mentalidade do regime em relação ao inimigo. A instrução dos soldados, cadetes e outros militares de baixa patente ocorreram em cursos, palestras e por uma leitura advinda de militares de patente superior, dentro da própria corporação. Nos documentos referentes ao SNI, podemos verificar a sua estruturação e normatização, os do DEOPS, contêm documentos esclarecedores sobre militantes, organizações, vigilância, prisões, fichas, históricos, prontuário, exames de corpo delicto, enfim, cada um deles, elencados nesta dissertação, proporcionou uma peça a mais neste quebra-cabeças. Enfim, o possível se fez, elencamos, separamos, analisamos e cruzamos as fontes que julgamos importantes para chegarmos aos devidos objetivos.

No intuito em compreender a ótica dos órgãos de informação e segurança em relação ao inimigo interno, nos deparamos com aqueles rostos e nomes expostos em cartazes. Não seria útil discorrer sobre a trajetória de cada militante com rosto nos cartazes, então escolhemos aqueles que se destacaram pelas versões oficiais. Optamos em trabalhar especificamente com militantes já mortos, estabelecendo uma ponte entre as ditas versões e o protagonismo nos cartazes, afinal, muitos expostos por eles, sobreviveram à eliminação. Aqueles que sobreviveram dariam, sem dúvida, um outro estudo, contemplando outras hipóteses, entretanto aqui a escolha foi por aqueles que morreram, pois estes ficaram estigmatizados como “terroristas”, oficializando a normativa de erradicação dos “comunistas”, do solo nacional.

A presença de nomes e imagens perfilou-se em álbuns sobre “terroristas e subversivos”, o que só veio a reforçar de onde partiram as informações sobre o elemento procurado. Estes contêm fotografias, tanto de homens como de mulheres, o

que permitiu desvelar a origem de algumas das imagens nos cartazes e, do mesmo modo aferir uma quantidade de indivíduos “fichados” desta maneira.

Os protagonistas dos cartazes são determinados como terroristas, bandidos e procurados pela especificação do tipo de crime cometido, deixam-se de lado amplas explicações do que roubaram, de quem assassinaram e porque mataram. Crimes comuns para indivíduos, cujas ações não se enquadram nesta tipologia. Ações de cunho terrorista têm a premissa de atingir alvos para disseminar o terror e a insegurança sem aviso, dia ou hora marcados. Suas ações estão vinculadas, primeiramente, em atingir alvos civis com intenção de mostrar o seu poderio, para oposição de uma situação dentro de uma certa especificação. Um circundante questionamento sobre o propósito dos cartazes, buscou conectar os elos midiáticos, jornais e periódicos, a documentação e a memória de pessoas atingidas pela repressão, durante o período proposto.

Não examinamos exemplares originais, o mais próximo que chegamos de um foram aqueles retirados da página virtual de um leilão. Digo próximos, posto que apresentam nitidamente, possibilitando uma análise, quase como com o original. Todavia acreditamos que isto não seria empecilho para levar adiante esta pesquisa, pois mesmo retirados de fontes variadas, conseguimos reuni-las e agrupá-las em seriações. Quanto a sua circulação, ficou evidente através das fontes relacionadas, que houve envios de exemplares dos cartazes para fora do eixo Rio-São Paulo.

À reunião de fontes que estabeleceram as relações existentes entre os cartazes e a construção da imagem do inimigo interno, a partir das evidências e do cruzamento destas, com a documentação, as leituras, os cartazes, a imprensa e outros meios que nos inspiraram, inferimos que os cartazes de “terroristas e procurados” além de fazer conhecer o inimigo no meio social, destinaram-se à delação por parte da população e, em contrapartida, possibilitou construir a imagem do inimigo, alocando-o na categoria de “terrorista”, oficializado através dos periódicos, cuja eliminação deste foi irradiada no âmbito público, gerando o medo entre a população, que, além de educá-la para estas normativas, igualmente legitimou o “terrorismo” como um criminoso social.

Muitas foram as práticas de repressão durante a vigência da ditadura civil-militar no Brasil, direta ou indiretamente, seja pela institucionalização da tortura como um meio de coação para a obtenção de informações, seja pela dominação do elemento “subversivo”. Todos os setores da sociedade brasileira se viram envolvidos

pelo controle do regime. O autoritarismo permeou a vida do brasileiro de inúmeras maneiras, deixando um rastro de ações, nada gloriosas, como marcas nas lembranças. Viver livremente nos anos 1960 e 1970 era uma utopia, que só funcionava se fechados os olhos, migrássemos para os sonhos loucos das revoluções culturais. As gerações que vivenciaram este período, sem dúvida, guardam o ferrete da repressão, as posteriores, ainda juntam os respingos deixados no ar e as próximas, estão muito longe da atmosfera cinza daquele período, mas todas buscam reconstruir, ou conhecer para as mais recentes, detalhes sobre os acontecimentos, ou, também têm aqueles que se acham distantes demais para compreender. Apesar de tudo, lembramos que os acontecimentos que envolveram aquelas décadas de opressão violenta, estão intrinsicamente ligados em todas as esferas da vida humana, social, política e espiritual.

Coletar as migalhas deixadas, é a ação que evidenciará a veracidade aos fatos. Se tudo girou em torno de uma ideologia de medo e da existência de um inimigo, que subverteria a organização social e política vigente, percebemos isto nas inúmeras práticas destinadas a normatizar esta situação. Cartazes, filmes pedagógicos, cursos, ensinamentos de moral e civismo, exaltação à símbolos nacionais, tudo influenciou de um modo ou de outro o cotidiano da população dos sessenta e setenta, em que o entrelaçamento entre o âmbito público e o privado foi fundamental. A prática dos cartazes invadiu o espaço público e cumpriu vários papéis, se fora destinada ao conhecimento, reconhecimento e a delação, posteriormente possibilitou justificar outras ações. Dentre as muitas práticas impostas pela ditadura, esta se evidenciou por uma única normativa, tornar o “terrorismo” real e, a partir disso, o que veio depois, uniu-se a esta normativa. O inimigo devidamente apresentado à população através dos cartazes, permitiu a violação dos direitos humanos, que o representa como uma movimentação de ações restritivas, conforme o cenário se apresentava.

A prática dos cartazes, perdeu o seu intuito, ou seja, o seu uso, a partir de 1975, quando o inimigo se encontrava praticamente aniquilado, preso, morto, desaparecido ou exilado. Mesmo assim, os cartazes cumpriram o seu destino além deste ano, pois quando não mais se precisava evidenciar o rosto do inimigo, o estigma já havia sido marcado. Na segunda metade dos anos 1970, a movimentação era outra, o Brasil começava, ainda a passos lentos, a sair às ruas e novamente, a juntar os restos dos mortos e ajustar as contas com o passado. Em vista disso, esperamos que com este trabalho tenhamos atribuído à história deste período, juntando as migalhas deixadas

como pista, uma peça a mais no desvelar dos acontecimentos que permearam a violência contra a sociedade brasileira, no Brasil dos anos sessenta e setenta.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. São Paulo: Edições Graal, 2012.
- ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Helena Pires. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. 2ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 1994.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Origens do Totalitarismo**. 10ª reimpressão. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012, pg. 339 a 531.
- \_\_\_\_\_. **Compreender**: formação, exílio e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**: Um Relato para a História. 11ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- BAHIANA, Ana Maria. **Almanaque 1964**: Fatos, histórias e curiosidades de um ano que mudou tudo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina**: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória. Porto Alegre: Editora Medianiz, 2012.
- BAUMAN, Zigmund. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1999.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 2ª edição. Lisboa: Dinalivro, 2004.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura das Empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro 1964-1985**. Tese de Doutorado em História-Centro de Estudos Gerais-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia- Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 22ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- COMBLIN, Pe. Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

DESSEN, Maria Auxiliadora. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. In.: **Psicologia: ciência e profissão**. vol.30, Brasília, dez. 2010, pp. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000500010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500010) . Acesso em 19 dez. 2016.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DORIA, A. de Sampaio. **O Espírito das Democracias**. São Paulo: Editora Companhia Graphico- Monteiro Lobato, 1924.

\_\_\_\_\_. **DOSSIÊ DITADURA: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)**. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. 2º edição. São Paulo, IEVE- imprensa oficial, 2009.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. Dissertação de Mestrado em História- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio: da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1986.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar Nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Sociedade Punitiva**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

FRANCO, Marina. **Un Enemigo para la Nación: orden interno, violencia y "subversión, 1974-1976**. 1º edição. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. 3º edição. São Paulo: Editora Ática, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HARTOG, François. **Evidências na História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. 1º edição. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**: estarão as democracias marchando pelo caminho totalitário? Rio de Janeiro-Porto Alegre- São Paulo: Edição da Livraria do Globo, 1946.

HENFIL. **Diretas Já**. Rio de Janeiro: Editora Primor, 1984.

IASBECK, Luiz Carlos. **A Arte dos Slogans**: as técnicas de construção das frases de efeito do texto publicitário. São Paulo: Annablume Editora, 2002.

JOSÉ, Emiliano. Carlos Marighella: o Brasil reconhece um lutador, o Estado reconhece o assassino. In.: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge. **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p.189-204.

KOLOGY, Andressa, ROSA, Carla Buhner Salles e LUIZ, Danuta S. C. Relações entre Estado e sociedade civil: reflexões sobre perspectivas democráticas. **Aurora**, vol. 4, n. 2, 2011, pp.34-48.

KOLLONTAI, Alexandra. **El Comunismo y la Familia**. Barcelona: Editorial Marxista, 1937. Disponível em: <http://www.mujerfariana.org/images/pdf/Alexandra%20Kollontai.%20El%20comunismo%20y%20la%20familia.pdf>. Acesso em 22 nov. 2017.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. Ditadura Civil-Militar e Historiografia: Repressão e Resistência no Rio Grande do Sul. In: RADRÓS, Enrique Serra (org.). **Cone Sul em Tempos de Ditadura: Reflexão e Debates sobre a História Recente**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

LAGÔA, Ana. **SNI**: como nasceu como funcionou. Editora Brasiliense, 1983.

LE FREVE, Jorge. **No Paiz dos Soviets**. 2º edição. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1931.

MAGALHÃES, Mário. **Mariguella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. Documento: Manual do Interrogatório. In.: **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 40, p. 201-240, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2742/2279>. Acesso em 22 mai. 2016.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.17, n.34, 1997, pp.203-220.

MARQUES, Teresa C. S.; ARTURI, Carlos S. O Exílio Enquanto um Mecanismo de Exclusão Política Durante o Regime Militar no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (orgs.). **Entre a História e o Esquecimento**. Porto Alegre. Editora Deriva, 2014, p.155-169.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos Filhos deste Solo**. 2º edição. São Paulo: Editor Perseu Abramo e Boitempo, 2008.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração editorial, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O perigo vermelho vem de fora**: o Brasil e a URSS. *Locus*: revista de história, v. 13, n. 2, 2007, pp. 227-246.

NETO, Casemiro Pedro da Silva. Década de 1930 – os anos de incertezas: a origem da primeira lei de segurança nacional. In. **Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**, 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/driro/Downloads/lei\\_seguranca\\_casimiro%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/driro/Downloads/lei_seguranca_casimiro%20(1).pdf). Acesso em 12 ago. 2017.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (orgs.). **Entre a História e o Esquecimento**. Porto Alegre. Editora Deriva, 2014, pp.13- 34.

\_\_\_\_\_. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.1, nº 1, pg. 30-45, 2009.

PEREIRA, Anthony. **Ditadura e Repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Terra e Paz, 2010.

PEREIRA, Ludmila Gama. **“Nenhuma ilha da liberdade: Vigilância, Controle e Repressão na Universidade Federal Fluminense (1964-1987)”**. Tese de Doutorado em História-Centro de Estudos Gerais-Instituto de Ciências Humanas e Filosofia-Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

PROST, Antoine. Transcrições e Interferências. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (Orgs.). **História da Vida privada**. Vol. 5. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, 2012, vol.28, n.47, pp.19-41. ISSN 0104-8775. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752012000100002&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000100002&lng=pt&tlng=pt). Acesso em 22 mar. 2017.

QUEIRÓZ, Adolpho; MANHANELLI, Carlos. Breve História dos Slogans Políticos nas Eleições do Brasil Republicano. In. **Signos do Consumo** – V.1, N.2, 2009. P. 235-253. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/viewFile/42778/46432>. Acesso em: ago. 2017.

REBOAUL, Oliver. **O Slogan**. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

RAMÍREZ, Hernán Ramiro. **Os Institutos de Estudos Econômicos de Organizações Empresariais e sua Relação com o Estado em Perspectiva Comparada: Argentina e Brasil, 1961-1986**. Tese de Doutorado em História- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. Develando las Dictaduras del Cono Sur: reflexiones en torno a sus abordajes. In. **História Unisinos**. 21(3):378-391, Setembro/Dezembro 2017 Unisinos – doi: 10.4013/htu.2017.213.07. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.213.07>. Acesso em: 10 fev. 2018.

RAMOS, Eliana Batista. Anos 60 e 70: Brasil, juventude e rock. **Revista Ágora**, Vitória, n.10, 2009, pp. 1-20. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1940>, acesso em 28 jun. 2016.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**. São Paulo, v.1, 1990, p. 113-128. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806/87515>. Acesso em: 23 set. 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. Porto Alegre: Editora LPM, 2010.

RUPERT, Sylvania. “Para conciliar é preciso esquecer?”: reflexões sobre a possibilidade de resgate da memória da repressão política no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (orgs.). **Entre a História e o Esquecimento**. Porto Alegre. Editora Deriva, 2014, pp.191- 208.

SIDICARO, Ricardo. Coaliciones golpistas y dictaduras militares: el “proceso” em perspectiva comparada. In. PUCCIARELLI, Alfredo (coord.) **Empresários, tecnocratas y militares. La trama corporativa de la última ditadura**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, pp. 53-96.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha à Imprensa Feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. 7º edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

WILLIANS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FONTES PESQUISADAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO:

BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000201. Dossiês Movimentos Sociedade civil: Retrospecto e histórico de atividades subversivas (elaborado pelo DOI), 1972. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS000201.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_DEOPSOS000201.pdf). Acesso em 18 abr. 2015.

BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000337. Série: Dossiê Suspeitos. Álbum de “Terroristas e Subversivos”, vol. 1, 1972. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os\\_pdf.php?pdf=BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS000337.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os_pdf.php?pdf=BR_SPAPESP_DEOPSOS000337.pdf) . Acesso em: 10 maio de 2015.

BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000338. Série: Dossiê Suspeitos. Álbum de “Terroristas e Subversivos”, vol. 1A, 1972. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os\\_pdf.php?pdf=BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS000338.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os_pdf.php?pdf=BR_SPAPESP_DEOPSOS000338.pdf). Acesso em: 12 maio de 2015.

BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000339. Série: Dossiê Suspeitos. Álbum de “Terroristas e Subversivos”, vol. 1B, 1972. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os\\_pdf.php?pdf=BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS000339.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os_pdf.php?pdf=BR_SPAPESP_DEOPSOS000339.pdf). Acesso em: 10 mai. de 2015.

BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000340. Série: Dossiê Suspeitos. Álbuns de “Terroristas e Subversivas”, vol.2, 1972. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os\\_pdf.php?pdf=BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS000340.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os_pdf.php?pdf=BR_SPAPESP_DEOPSOS000340.pdf) .Acesso em: 06 mai. 2014.

BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000341. Série: Dossiê Suspeitos. Álbuns de “Terroristas e Subversivas”, vol. 2A, 1972. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os\\_pdf.php?pdf=BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS000341.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os_pdf.php?pdf=BR_SPAPESP_DEOPSOS000341.pdf) .Acesso em: 07 mai. 2014.

BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000342. Série: Dossiê Suspeitos. Álbuns de “Terroristas e Subversivas”, vol. 3, 1973. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os\\_pdf.php?pdf=BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS000343.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os_pdf.php?pdf=BR_SPAPESP_DEOPSOS000343.pdf) .Acesso em: 06 mai. 2014.

BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000343. Série: Dossiê Suspeitos. Álbuns de “Terroristas e Subversivas”, vol. 3A, 1973. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os\\_pdf.php?pdf=BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS000343.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os_pdf.php?pdf=BR_SPAPESP_DEOPSOS000343.pdf) .Acesso em: 11 mai. 2014.

BR\_SPAPESP\_DEOPSOS000344. Série: Dossiê Suspeitos. Álbuns de “Terroristas e Subversivas”, vol.3 (complementar), 1973. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os\\_pdf.php?pdf=BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS000344.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os_pdf.php?pdf=BR_SPAPESP_DEOPSOS000344.pdf) .Acesso em: 07 mai. 2014.

BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001035. Série: Dossiê do Setor de Análises, Operações e Informações-SOI, 1970-1972. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os\\_pdf.php?pdf=BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS001035.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoriapolitica/os_pdf.php?pdf=BR_SPAPESP_DEOPSOS001035.pdf) .Acesso em: 15 mai. 2014.

BR\_SPAPESP\_DEOPSOS001037. Dossiês do Setor de Análises, Operações e Informações - SOI.Pasta 116. Organização "FRENTE" - Ações realizadas pela "FRENTE", 1969-1970. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR\\_SPAPESP\\_DEOPSOS001037.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SPAPESP_DEOPSOS001037.pdf). Acesso em: 15 mai. 2014.

BR\_SP\_APESP\_DEOPSLIVROES\_30031971\_15101971. Livros de Portaria do DEOPS, 1971. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/portaria\\_deops](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/portaria_deops). Acesso em: 21 jan. 2018.

BR\_SP\_APESP\_DEOPSLIVROES\_01021972\_21031972. Livros de Portaria do DEOPS, 1972. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/portaria\\_deops](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/portaria_deops). Acesso em: 22 jan. 2018.

BR\_SP\_APESP\_DEOPSLIVROES\_07111973\_22021974. Sobre os Livros de Portaria do DEOPS, 1973-1974. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/portaria\\_deops](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/portaria_deops). Acesso em: 23 jan. 2018.

BR\_SP\_APESP\_DEOPSLIVROES\_28021974\_19061974. Livros de Portaria do DEOPS, 1974. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/portaria\\_deops](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/portaria_deops). Acesso em: 25 jan. 2018.

BR\_AHRS\_MINEX 005. Ministério do Exército. Sobre a segurança do cidadão frente ao terrorismo e ao roubo, 10 fev. 1972. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Visita em: 20 e 21 jul. 2017.

BR\_AHRS\_MINEX 0021. Ministério do Exército. Sumário de Informações, 15 mar. 1972. Sobre o inimigo interno e as ações relativas a ele. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Visita: 20 e 21 jul. 2017.

BR\_AHRS\_MINEX 0025. Ministério do Exército. Sobre a remessa de cartazes, 7 abr. 1972. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Visita em: 20 e 21 jul. 2017.

BR\_AHRS\_MINEX 032. Ministério do Exército. Sumário de Informações, 15 mar. 1972. Localização: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Visita em: 20 e 21 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 7.170, de 14 dez. 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 6. 620, de 17 dez. 1978. Define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 898, de 29 set. 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 314, de 13 mar. 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-seguranca-nacional>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRASIL DOC. Órgãos de informação e repressão da ditadura. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/>. Acesso em: 26 dez. 2017.

BRASIL DOC. Informantes, infiltrados, agentes e centros de repressão. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/>. Acesso em: 26 dez. 2017.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE/SP-RUBENS PAIVA. Mortos e Desaparecidos, Eremias Delzoikov. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/eremias-delzoicov>. Acesso em 24 nov. 2017.

DOCUMENTOS REVELADOS. Manuais da ESG. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/doutrina-de-seguranca-nacional-manuais-de-formacao-da-escola-superior-de-guerra/>. Acesso em: 5 fev. 2017.

MEMÓRIAS REVELADAS. Cartazes de terroristas procurados. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=16> . Acesso em: 22 mar. 2014.

RELATÓRIO - TOMO III - Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – 2013. Disponível em: [http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-iii/downloads/III\\_Tomo\\_2013-Audiencias-Comissao-daVerdade-SP.pdf](http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-iii/downloads/III_Tomo_2013-Audiencias-Comissao-daVerdade-SP.pdf). Acesso em 3 jan. 2018.

## PERIÓDICOS

AÇÃO militar desmantela grupo terrorista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 17 outubro de 1969. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 10 out. 2017.

ADVERTÊNCIA: terror persiste. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 17, 28 de setembro de 1971. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 28 jul. 2017.

A DESPEDIDA do cabo Silas. **Folha de São Paulo**, São Paulo p. 4, 22 de janeiro de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 13 out. 2017.

AJUDA do povo contra subversão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 23 de março de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 20 out. 2017.

ALERTA: ainda há terrorismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 5 de outubro de 1971. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 20 out. 2017.

ALERTA contra o terrorismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 1º de outubro de 1971. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 22 out. 2017.

ALERTA: terrorismo ainda existe. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 29 de setembro de 1971. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 20 out. 2017.

A MORTE do “Velho”. **Veja**, São Paulo, p. 24, 28 de outubro de 1970. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34443?page=24&section=1> . Acesso em: 23 jan. 2015.

A POLÍTICA e a subversão. **Veja**, São Paulo, p.20-21, 29 de setembro de 1971. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34357?page=38&section=1> . Acesso em: 22 out. 2017.

AS SEIS perguntas do terror. **Veja**, São Paulo, p. 16 a 21, 13 de agosto de 1969. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34506?page=1&section=1> . Acesso em: 21 set. 2017.

AUTORIDADES advertem: o terrorismo ainda existe. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 28 de setembro de 1971. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 14 set. 2017.

CHEFE terrorista morre atropelado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.6, 2 de novembro de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 14 set. 2017.

CHINA prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.1, Primeiro Caderno, 21 de novembro de 1968. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso: em 10 mar. 2017.

COMERCIANTE é assassinado por terroristas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 22 de fevereiro de 1973. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 16 abr. 2016.

“CONDENADOS 8 da VAR-Palmares”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 4 de janeiro de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 10 mai. 2017.

DENTRO de mais alguns dias serão divulgados novos cartazes de terroristas procurados. **Diário de Notícias**, p. 7, 16 de janeiro de 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 20 jan. 2018.

DIVERSAS mulheres estão implicadas com o terror. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 11, 10 de abril de 1970. Localização: Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Visita em 21 jul. 2017.

DOIS terroristas feridos em tiroteio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 6, 29 de fevereiro de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 20 ago. 2017.

DOIS terroristas mortos em tiroteio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 222 de janeiro de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 20 ago. 2017.

DOPS e DPF procuram 20 suspeitos de terrorismo em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 de maio de 1969. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 22 ago. 2017.

ESTRATÉGIA para matar o terror. **Veja**, São Paulo, p.25, 12 de novembro de 1969. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34493?page=1&section=1> . Acesso em: 26 ago. 2017.

FREIRE: terrorismo só podem ser combatidos com armas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 20 de abril de 1971. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 22 ago. 2017.

MORRE em tiroteio um dos terroristas que matou Boilesen. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 1, 17 de abril de 1971. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 26 ago. 2017.

MORTO o chefe dos assassinos do industrial. **Folha de São Paulo**, p. 1, 18 de abril de 1971. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 26 ago. 2017.

MORTO o chefe terrorista Marighela. **Folha de São Paulo**, São Paulo, capa, p. 1, 5 de novembro de 1969. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 20 nov. 2016.

NOS cartazes, os terroristas. **Diário de Notícias**, p. 2, 1º de outubro de 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 20 jan. 2018.

O TERROR está cercado. **Veja**, São Paulo, p. 26-27, 22 de outubro de 1969. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34496?page=1&section=1> . Acesso em: 15 mai. 2017.

O TERROR sem saídas. **Veja**, São Paulo, p. 40, 29 de outubro de 1969. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34495?page=1&section=1> . Acesso em: 15 mai. 2017.

OS RACHAS do terror. **Veja**, São Paulo, p. 23, 4 de fevereiro de 1970. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34481?page=1&section=1> . Acesso em: 15 mai. 2017.

PM e terroristas mortos em tiroteio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 8, 22 de janeiro de 1972. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 22 out. 2017.

POLÍCIA confirma morte de “Bacuri”. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 13, 9 de dezembro de 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800074&pesq=eduardo%20leite%20bacuri> . Acesso em: 20 jan. 2018.

POLÍCIA revela em SP listão do terrorismo. **Correio da Manhã**, São Paulo, 15 de maio de 1969. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pesq=carlos%20roberto%20zanirato](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=carlos%20roberto%20zanirato) . Acesso em: 22 jan. 2018.

POLICIAL morto é sepultado e sua assassina morre em novo tiroteio. **Correio da Manhã**, p. 4, 11 de novembro de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 21 jan. 2018.

QUATRO baixas em 2 meses: o saldo negativo do terror. **Veja**, São Paulo, p. 25, 16 de dezembro de 1970. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34436?page=1&section=1> . Acesso em: 16 mai. 2017.

QUEM é quem nos novos cartazes do terror. **Folha da Tarde**, p. 14, 28 de Setembro de 1971. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM&PagFis=66634>. Acesso em: 12 ago. 2017.

QUEM se beneficiava com os assaltos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.5, 5 de outubro de 1971. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 14 out. 2017.

SEGURANÇA elimina três terroristas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 16 de março de 1973. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 16 out. 2017.

SEPULTADO “Toledo” o sucessor de Marighela. **Dário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. p, 26 de outubro de 1970. <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 1 out 2017.

SUBVERSÃO diminui, diz o presidente do STM. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 9, 11 de novembro de 1972. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 22 out. 2017.

SUBVERSIVO morre em tiroteio com agentes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 1º de dezembro de 1973. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 20 out. 2017.

SUBVERSIVO trava tiroteio com agentes de segurança e morre em viela de Pilares. **Jornal do Brasil**, 1º caderno, p.1, 6 de agosto de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 22 jan. 2018.

TERRORISTAS atacam populares durante ronda. **Diário de Pernambuco**, Pernambuco, p. 1, 12 de fevereiro de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 22 jan. 2018.

TERRORISTA “Bacuri” morto em tiroteio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 5, 9 de dezembro de 1970. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 10 set. 2017.

TERRORISTA da VPR morre em tiroteio na Guanabara. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 6 agosto de 1971. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 11 ago. 2017.

TERRORISTA da VPR morre em tiroteio. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 9, 6 agosto de 1971. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 11 ago. 2017.

TERRORISTA entrega-se ao DOPS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 6, 2 de julho de 1970. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 11 ago. 2017.

TERRORISTA mata policial e morre. **Correio Brasiliense**, p. 9, 11 novembro de 1972. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_08&pasta=ano%201977&pesq=mario%20Panzariello](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_08&pasta=ano%201977&pesq=mario%20Panzariello). Acesso em: 19 jan. 2018.

TERRORISTA morre atropelado no Brás. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 23 de março de 1973. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 8 mai. 2017.

TERRORISTA morre em tiroteio no Rio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 11 de novembro de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 29 dez. 2017.

TERRORISTA morto ontem em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4, 20 de janeiro de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em 10 mai. 2017.

TERRORISTA morto no norte goiano. **Folha de São Paulo**, p. 4, 22 de março de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 19 mai. 2017.

TERRORISTAS mortos: localizado “aparelho”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. ,1º de agosto de 1969. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 20 mai. 2017.

TERRORISTA morto ontem em São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p4, 1º de janeiro de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 10 jun. 2017.

TERRORISTA preso morre atropelado em São Paulo quando tentava fugir. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 22, 2 de novembro de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 22 jan. 2018.

TERRORISTAS resistem e são mortos durante tiroteio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 21, 15 de junho de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em 20 jan. 2018.

TERROR perde três em tiroteio. **Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 8, 16 de março de 1973. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 16 jun. 2017.

TIROS na Mooca. **Veja**, São Paulo, p. 25, 21 de junho de 1972. Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/34357?page=1&section=1> . Acesso em: 17 mar. 2014.

TODOS devem unir-se contra o terror. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 1º de agosto de 1969. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 17 jan. 2017.

TRÊS terroristas matam mulher e ferem quatro em tiroteio com polícia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 7, 11 de fevereiro de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 21 jan. 2018.

TRÊS terroristas morrem em tiroteio com agentes de segurança em S. Paulo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p.14, 16 de março de 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acesso em: 15 ma. 2017.

TRÊS terroristas morrem em tiroteio no bairro da Mooca. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 6, 15 de junho de 1972. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 21 jul. 2017.

VIVEMOS um estado de violência terrorista- afirma Souza Melo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 3, 27 de fevereiro de 1971. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 23 mar. 2017.

## FONTES AUDIOVISUAIS

LAMARCA. Sérgio Rezende, José Joffily, Brasil; Morena Filmes, 1994. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wy1g8kRMD5Q>. Aceso em: 7 jan. 2018.

TERRORISTA ARREPENDIDO. Massafumi Yoshinaga, 2 jul. 1970. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SmV4Csiw7ms>. Acesso em 22 fev. 2018.

CARLOS MARIGHELLA MORTO. Imagens TV Tupi, 1969. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iG7ey1H3YG0>. Aceso em: 17 abr. 2018.

## FONTES VISUAIS

Figuras 1, 2, 3 e 4: Levy Leiloeiro. Disponível em: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=170980&ctd=12&tot=333&tipo=>. Acesso em 22 dez. 2016.

Figuras 5: GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada. São Paulo: Editora Companhia das letras, 2002, p. 198-199 (Imagens).

Figura 6: Nonada: Jornalismo Travessia. Disponível em: <http://www.nonada.com.br/2012/11/para-nunca-se-esquecer/>. Acesso em 12 ago. 2017.

Figura 7: Revista *Veja*, edição 170, 29 de setembro de 1971. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/complemento/acervodigital/index-novo-acervo.html>. Acesso em 02 fev. 2018.

Figura 8: Dossê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985, 2009, p. 299.

Figura 9: Jornal de Todos os Brasis. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/blog/urariano-mota/vargas-nao-e-um-boi-por-urariano-mota>. Acesso em 09 mar. 2015.

Figura 10: Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs03059804.htm>. Acesso em 11 jan. 2018.

Figura 11: Portal Vermelho. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/210001-8>. Acesso em 09 mar. 2015.

Figura 12: Memórias Reveladas. Serviço de Informação. Serviço Nacional de Informações 1971, V8 AO36505. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/exposicoes/64-galeria-de-exposicoes/na-teia-do-regime-militar-o-sni-e-os-orgaos-de-informacao-e-repressao-no-brasil-1964-1985/102-a-repressao>. Acesso em 08 jul. 2014.

Figura 13: Documentos Revelados: Iara Iavelberg. Disponível em: <https://www.documentosrevelados.com.br/midias/recortes/iara-iavelberg/>. Acesso em 09 jul. 2014.

Figura 14: Gilson Sampaio: Procuram-se Terroristas. Disponível em: <http://gilsonsampaio.blogspot.com/2013/11/procuram-se-terroristas.html>. Acesso em 10 ago. 2014.

Figura 15: Memórias Reveladas. Serviço de Informação, s/d. Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. Companhia Docas de São Paulo; PA Caixa 01. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/exposicoes/64-galeria-de-exposicoes/na-teia-do-regime-militar-o-sni-e-os-orgaos-de-informacao-e-repressao-no-brasil-1964-1985/102-a-repressao>. Acesso em 08 jul. 2014.